



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO  
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E NATURAIS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM GEOGRAFIA**

**EDER LIRA**

**TRANSFORMAÇÃO DE UM ESPAÇO: O CASO DO BAIRRO MORADA DA  
BARRA, VILA VELHA (ES) - BRASIL**

VITÓRIA  
2015

**EDER LIRA**

**TRANSFORMAÇÃO DE UM ESPAÇO: O CASO DO BAIRRO MORADA DA  
BARRA, VILA VELHA (ES) - BRASIL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Geografia do Centro de Ciências Humanas e Naturais da Universidade Federal do Espírito Santo, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Geografia, na área de concentração Estudos Urbanos e Regionais.

Orientadora: Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eneida Maria Souza Mendonça

VITÓRIA  
2015

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)  
(Biblioteca Central da Universidade Federal do Espírito Santo, ES, Brasil)

---

L768t Lira, Eder, 1983-  
Transformação de um espaço : o caso do bairro Morada da  
Barra - Vila Velha/ES – Brasil / Eder Lira. – 2015.  
213 f. : il.

Orientador: Eneida Maria Souza Mendonça.  
Dissertação (Mestrado em Geografia) – Universidade Federal do  
Espírito Santo, Centro de Ciências Humanas e Naturais.

1. Bairros - Terra Vermelha (Vila Velha, ES). 2. Movimentos  
sociais - Morada da Barra (Vila Velha, ES). 3. História oral. I.  
Mendonça, Eneida Maria Souza. II. Universidade Federal do  
Espírito Santo. Centro de Ciências Humanas e Naturais. III.  
Título.

CDU: 91

# “TRANFORMAÇÃO DE UM ESPAÇO: O CASO DO BAIRRO MORADA DA BARRA - VILA VELHA/ES - BRASIL”

**EDER LIRA**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Geografia.

Aprovada em 30 de Novembro de 2015 por:



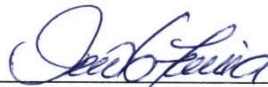
Profª. Drª. Eneida Maria Souza Mendonça – Orientadora - UFES



Prof. Dr. Cláudio Luiz Zanotelli – UFES



Profª. Drª. Clara Luiza Miranda –PPGAU/UFES



Profª. Drª. Teresa de Jesus Peixoto Faria – UENF/PPGPS



*Dedico este trabalho à minha mãe Ana Lira,  
que esforços e luta sempre tive como exemplo.*

## AGRADECIMENTOS

São inúmeros aqueles que colaboraram tanto na minha vida pessoal quanto na acadêmica. Poucas linhas não podem abranger todos que merecem, darei destaque a alguns que representamos demais.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo (PPGG-UFES) pela oportunidade de realizar o Mestrado, e também à banca por contribuir de forma significativa com os meus estudos. Aos amigos da Geografia da UFES que estiveram presentes desde os tempos da Graduação.

À minha orientadora Prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Eneida Maria Souza Mendonça, por sempre me ajudar a superar os desafios propostos e pela disponibilidade em orientar essa pesquisa.

Ao professor Dr. Cláudio Luiz Zanotelli que sempre instigou questionamentos que permitiram minha constante evolução acadêmica e intelectual.

Sou grato também ao Bairro Morada da Barra, no qual residi por quase duas décadas. Nele fui constantemente estimulado a compreender sua história, o que motivou uma pesquisa que pode contribuir no seu entendimento. É necessário agradecer também os diversos agentes entrevistados que permitiram construir parte deste trabalho.

Em especial agradeço ao meu companheiro de trabalho e estudos Wander Luiz Pereira pelos diálogos e conselhos que tanto enriqueceram minha pesquisa. A Fabrício Nascimento pela ajuda com os mapas e em especial à minha revisora Deliane Pereira pelas dicas e auxílio na grafia e formatações do trabalho.

Jamais poderia deixar de tecer meus sinceros agradecimentos àqueles que nos momentos de dificuldade me apoiaram: meus amigos, que desejo que sejam sempre os mais sinceros mesmo que não sejam inúmeros e meus alunos, que sempre me proporcionaram um intenso processo de ensino-aprendizagem.

Por fim, a todos aqueles que estiveram presentes nos momentos bons e também nos ruins e que são a base forte que me ajuda a sempre seguir, sobretudo minha mãe Ana Lira, meu pai Luiz Fernando de Paula, minha irmã Roselane Lira Cerqueira, meu irmão Daniel Lira Cerqueira (*in memorian*), minhas sobrinhas Marina e Adriane. A todos meu **MUITO OBRIGADO!**

*“Os filósofos limitaram-se a interpretar o mundo de diversas maneiras; o que importa é modificá-lo”. (Karl Marx).*

## RESUMO

Esta pesquisa estuda a gênese, a transformação e a configuração do bairro Morada da Barra, do Município de Vila Velha/ES. Considerando os diversos aspectos que influenciam na formação de um bairro e a relação dos moradores com o lugar no qual habitam, identificamos três fases em seu processo de formação: criação do loteamento, ocupação e institucionalização do bairro. A metodologia utilizada envolveu ida a campo, realização de entrevistas, análise documental e bibliográfica acerca do tema, buscando estabelecer relações entre o relato oral de agentes envolvidos em casa fase e os fatos documentados. Ao final da pesquisa foi possível estabelecer um registro da história de formação daquele local, abordando alguns aspectos do seu contexto social, político, geográfico e econômico. Dentre estes foi possível explicar os diferentes processos que se desencadearam na formação daquela área, alguns dos agentes por eles responsáveis e reconhecer o bairro e o Aglomerado da Grande Terra Vermelha, onde ele se situa, como local que ainda abriga a população de mais baixa renda do município, ao mesmo tempo em que vem atraindo a atenção de investidores e do governo.

**Palavras-chave:** Formação de bairros, Movimentos sociais, História oral, Aglomerado da Grande Terra Vermelha.

## **ABSTRACT**

This research aims at analyzing the origin, the development and the configuration of the neighborhood "Morada da Barra" located in Vila Velha city, ES. Considering several aspects that influence the formation of a neighborhood and the residents relation with the place they live in, we have identified three stages on its formation process: creation of allotment, occupation and institutionalization of the neighborhood. The methodology involved field research, interviews, document and bibliographical analysis. It was attempted to establish links between oral report and documented facts during every stage. At the end of this research, it was possible to establish a historical record of this place formation; it was addressed some aspects of its social, political, geographic and economic context. It was possible to explain different processes that triggered the formation of the area, some of the agents responsible for them and recognize the neighborhood and the Cluster of "Grande Terra Vermelha", a place that still houses the lowest income population of the city as well as it draws attention of investors and government.

**Keywords:** Neighborhoods formation, Social movements, Grande Terra Vermelha.

**LISTA DE SIGLAS**

<b>ABNT</b>	ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS
<b>BNH</b>	BANCO NACIONAL DE HABITAÇÃO
<b>BPES</b>	BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO
<b>CAIC</b>	CENTRO DE ATENÇÃO INTEGRAL À CRIANÇA E AO ADOLESCENTE
<b>CESAN</b>	COMPANHIA ESPÍRITO SANTENSE DE SANEAMENTO
<b>CETURB-GV</b>	COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA
<b>CNBB</b>	CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL
<b>COMASSES</b>	COMISSÃO DE ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO
<b>ESCELSA</b>	ESPÍRITO SANTO CENTRAIS ELÉTRICAS SA
<b>EMBRAPA</b>	EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUÁRIA
<b>EMEF</b>	ESCOLA MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL
<b>IBAM</b>	INSTITUTO BRASILEIRO DE ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL
<b>IBGE</b>	INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA
<b>IPEA</b>	INSTITUTO DE PESQUISAS ECONÔMICAS APLICADAS
<b>PDM</b>	PLANO DIRETOR MUNICIPAL
<b>PMDB</b>	PARTIDO DO MOVIMENTO DEMOCRÁTICO BRASILEIRO
<b>PMVV</b>	PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA
<b>SEMDU</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO URBANO
<b>SEMPLA</b>	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
<b>SINDUSCON</b>	SINDICATO DA INDÚSTRIA DA CONSTRUÇÃO CIVIL NO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO

## LISTA DE IMAGENS

<b>IMAGEM 1 – CERTIDÃO DE REGISTRO DO LOTEAMENTO MORADA DA BARRA SETORES "A" E "B"</b> .....	79
<b>IMAGEM 2 – PÁGINA DE ENCARTE PUBLICITÁRIO-1979</b> .....	83
<b>IMAGEM 3 –PLANTA DO LOTEAMENTO MORADA DA BARRA SETOR “A”</b> .....	85
<b>IMAGEM 4 - DOCUMENTO DE REGISTRO DE IMÓVEL EMITIDO PELA COMASSES</b> .....	100
<b>IMAGEM 5 – RECORTE DO ENUNCIADO DO ABAIXO ASSINADO ELABORADO PELOS MORADORES SOLICITANDO TRANSPORTE E ILUMINAÇÃO NA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA</b> .....	103
<b>IMAGEM 6 – REQUERIMENTO ENVIADO PELOS MORADORES À SECRETARIA DE TRANSPORTES DE VILA VELHA</b> .....	104
<b>IMAGEM 7- NOVAS LINHAS DE ÔNIBUS DO SISTEMA TRANSCOL NO TERMINAL DE ITAPARICA</b> .....	113
<b>IMAGEM 8 – REPORTAGEM DO JORNAL A GAZETA SOBRE A MUDANÇA NO PDM DE</b> .....	118

## LISTA DE FOTOS

<b>FOTOGRAFIA 1 - VISTA PARCIAL DO AGLOMERADO DA GRANDE TERRA VERMELHA</b> .....	20
<b>FOTOGRAFIA 2- VISTA PARCIAL DO BAIRRO MORADA DA BARRA</b> .....	21
<b>FOTOGRAFIA 3 - EXPLORAÇÃO DE AREIA NO BAIRRO MORADA DA BARRA</b> .....	21
<b>FOTOGRAFIA 4 - LAGOA JABAETÉ NO BAIRRO MORADA DA BARRA</b> .....	22
<b>FOTOGRAFIA 5- BAIRRO MORADA DA BARRA</b> .....	41
<b>FOTOGRAFIA 6- LOTE À VENDA (IMOBILIÁRIA)</b> .....	61
<b>FOTOGRAFIA 7 - LOTE À VENDA (PARTICULAR)</b> .....	61
<b>FOTOGRAFIA 8 - TERRENO À VENDA (PARTICULAR)</b> .....	61
<b>FOTOGRAFIA 9 - IMÓVEL EM CONSTRUÇÃO</b> .....	63
<b>FOTOGRAFIA 10 - CASAS À VENDA</b> .....	63
<b>FOTOGRAFIA 11- APARTAMENTOS À VENDA</b> .....	63
<b>FOTOGRAFIA 12 – LAGOA JABAETÉ NO BAIRRO MORADA DA BARRA</b> .....	63
<b>FOTOGRAFIA 13 - LAGOA ARTIFICIAL PROVENIENTE DA RETIRADA DE AREIA</b> .....	65
<b>FOTOGRAFIA 14 - LAGOA ARTIFICIAL PROVENIENTE DA RETIRADA DE AREIA</b> .....	65
<b>FOTOGRAFIA 15 - MORADA DO LAGO, ATUALMENTE PROPRIEDADE PRIVADA</b> .....	72
<b>FOTOGRAFIA 16 - MORADA DO LAGO, ATUALMENTE PARTE DO BAIRRO MORADA DA BARRA</b> .....	72
<b>FOTOGRAFIA 17 - UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL</b> .....	111
<b>FOTOGRAFIA 18 - UNIDADE MUNICIPAL DE ENSINO FUNDAMENTAL DEPUTADO SÉRGIO BORGES E</b> .....	112
<b>FOTOGRAFIA 19 - ENTRADA DO TERMINAL DE ITAPARICA</b> .....	113
<b>FOTOGRAFIA 20 - TERMINAL DE ITAPARICA</b> .....	113
<b>FOTOGRAFIA 21- ÔNIBUS MUNICIPAL NA AVENIDA BRASIL - MORADA DA BARRA</b> .....	115
<b>FOTOGRAFIA 22 - ÔNIBUS INTERMUNICIPAL NA AVENIDA BRASIL - MORADA DA BARRA</b> .....	115

FOTOGRAFIA 23- AV. BRASIL: VIA PRINCIPAL DO BAIRRO MORADA DA BARRA .....	116
FOTOGRAFIA 24 - VISTA PARCIAL DA AV. BRASIL – DESTAQUE PARA AS CONSTRUÇÕES E .....	116
FOTOGRAFIA 25 - AMPLIAÇÃO DA ES-388 (INAUGURAÇÃO).....	122
FOTOGRAFIA 26 - AMPLIAÇÃO DA ES-388 (OBRAS INICIADAS) .....	122
FOTOGRAFIA 27 - AMPLIAÇÃO DA ES-388 (TRECHO SENDO PAVIMENTADO) .....	122
FOTOGRAFIA 28 - GALPÃO E TERRENO PARA ALUGUEL .....	123
FOTOGRAFIA 29 - TERRENO PARA ALUGUEL.....	123
FOTOGRAFIA 30 - GALPÃO PARA ALUGUEL.....	123
FOTOGRAFIA 31 - GALPÃO EM CONSTRUÇÃO .....	123
FOTOGRAFIA 32 - FESTA DAS CRIANÇAS – FAIXA COM APOIADORES DO EVENTO.....	124
FOTOGRAFIA 33 - FESTA DAS CRIANÇAS NA RUA PRINCIPAL .....	124
FOTOGRAFIA 34 - FESTA DAS CRIANÇAS - DIVULGAÇÃO .....	124
FOTOGRAFIA 35 - FESTA DAS CRIANÇAS - RECREAÇÃO.....	124
FOTOGRAFIA 36 - CAMPO DE FUTEBOL DO BAIRRO MORADA DA BARRA.....	125

### LISTA DE TABELAS

TABELA 1 - EVOLUÇÃO POPULACIONAL DO BRASIL, ESPÍRITO SANTO E VILA VELHA (1991 A 2010).....	43
TABELA 2 – EVOLUÇÃO POPULACIONAL DE MUNICÍPIOS E REGIÃO METROPOLITANA (1920-2000).....	45
TABELA 3 - POPULAÇÃO DA REGIÃO 05 POR BAIROS-2010 .....	50
TABELA 4 - POPULAÇÃO DO AGLOMERADO DA GRANDE TERRA VERMELHA.....	51
TABELA 5 - DISTRIBUIÇÃO POPULACIONAL DO BAIRRO MORADA DA BARRA E DO AGLOMERADO DA GRANDE TERRA VERMELHA POR SETOR CENSITÁRIO- FAIXA ETÁRIA .....	51
TABELA 6 - BAIROS COM MAIOR E MENOR PORCENTAGEM DE CHEFES DE DOMICÍLIOS COM RENDIMENTO SUPERIOR A UM SALÁRIO MÍNIMO (POR REGIÃO ADMINISTRATIVA).....	56
TABELA 7- RELAÇÃO ENTRE POPULAÇÃO, RENDA E EDUCAÇÃO DOS BAIROS PRAIA DA COSTA E MORADA DA BARRA, VILA VELHA, ESPÍRITO SANTO .....	57
TABELA 8 - DENSIDADE DEMOGRÁFICA E DISTRIBUIÇÃO DOMICILIAR DOS BAIROS MORADA DA BARRA, JOÃO GOULART E DA REGIÃO 05 .....	57

### LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 - IDENTIFICAÇÃO DOS AGENTES, FUNÇÃO E INFORMAÇÕES ADQUIRIDAS.....	26
QUADRO 2 - PERÍODOS DA FORMAÇÃO DO BAIRRO MORADA DA BARRA COM OS RESPECTIVOS ACONTECIMENTOS .....	68
QUADRO 3 - LOTEAMENTOS APROVADOS NAS DÉCADAS DE 1950/1960/1970 E ATUAIS NOMES .....	71
QUADRO 4 - BAIROS QUE COMPÕEM A REGIÃO 05 CONFORME LEI Nº 4.707/2008.....	108



**LISTA DE GRÁFICOS**

<b>GRÁFICO 1 – BRASIL, ESPÍRITO SANTO E VILA VELHA: EVOLUÇÃO POPULACIONAL (1991 A 2010)</b> .....	44
<b>GRÁFICO 2 – BRASIL, ESPÍRITO SANTO E VILA VELHA: EVOLUÇÃO POPULACIONAL</b> .....	47
<b>GRÁFICO 3 - PIRÂMIDE ETÁRIA DO AGLOMERADO DA GRANDE TERRA VERMELHA - 2010</b> .....	52
<b>GRÁFICO 4 - IDADE MEDIANA POR BAIROS DO AGLOMERADO DA GRANDE TERRA VERMELHA-2010</b> .....	53
<b>GRÁFICO 5- PIRÂMIDE ETÁRIA DO BAIRRO MORADA DA BARRA (2010)</b> .....	54
<b>GRÁFICO 6 - BAIRRO MORADA DA BARRA POR SETORES: FAIXA ETÁRIA (%)</b> .....	54

## SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	15
1.1 OBJETIVOS .....	22
1.2 METODOLOGIA.....	23
1.2.1 <i>HISTÓRIA ORAL</i> .....	23
1.2.2 <i>PESQUISA DOCUMENTAL</i> .....	26
1.2.3 <i>PESQUISA DE CAMPO</i> .....	27
1.2.4 <i>PESQUISA BIBLIOGRÁFICA</i> .....	27
1.2.5 <i>PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES COM DADOS QUANTITATIVOS</i> .....	28
2. BAIRRO ESTRUTURAS E FORMAS: ALGUMAS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS .....	31
3. O BAIRRO MORADA DA BARRA NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA: ASPECTOS FÍSICOS, DEMOGRÁFICOS E SÓCIO ECONÔMICOS .....	41
4. FASES E AGENTES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	67
4.1 CONTEXTO DA ÁREA DE ESTUDO NO PERÍODO EM QUE ANTECEDEU À CRIAÇÃO DO LOTEAMENTO .....	69
4.2 PRIMEIRA FASE: LOTEAMENTO (1976 A 1994) .....	78
4.3 SEGUNDA FASE: OCUPAÇÃO (1995-2007).....	94
4.4 TERCEIRA FASE: BAIRRO INSTITUCIONALIZADO (2008-ATUAL) .....	107
4.4.1 <i>INSTITUCIONALIZAÇÃO DE BAIROS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA             VELHA</i> .....	108
4.4.2 <i>CONSEQUÊNCIAS HISTÓRICAS E SOCIAIS DO PROCESSO DE TRANSFORMAÇÃO             E OUTROS DESAFIOS.</i> .....	110
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	128
6. BIBLIOGRAFIA .....	132
7. RELAÇÃO DE APÊNDICES.....	136
8. RELAÇÃO DE ANEXOS .....	173

## 1 INTRODUÇÃO

Um bairro e seus significados representam muito mais que um espaço para se viver. Experiências, desafios, conflitos e conquistas fizeram e fazem parte da história do bairro Morada da Barra, no município de Vila Velha, Espírito Santo. Mas quando tudo começou? Como aquele lugar se transformou em um bairro e quem foram as pessoas que fizeram parte de sua construção? Identificar os principais agentes envolvidos na história do bairro, analisar suas características e também os principais conflitos ideológicos presentes nos discursos de alguns dos agentes são os aspectos principais desta dissertação.

Assim como vários outros mais um caminhão chega com mudanças e uma família a bordo. Pessoas que presenciaram o desemprego e a miséria e tentam a sorte em outro lugar. Com a ajuda de poucos os primeiros matos são arrancados com repetitivas enxadadas. Sol escaldante e jornadas exaustivas; são peões, domésticas, vendedores, estudantes. Logo o sonho de uma casa própria vai se tornando realidade.

E água? Não tem!

Energia? Não tem!

Esgoto? Não tem!

Ruas pavimentadas? Não tem!

E nesse espaço de vontade de ter e ao mesmo tempo não ter histórias vão sendo construídas. Novas ruas são abertas, poços são perfurados, fossas são artesanalmente instaladas.

E quem não tem o que fazer? As crianças, o que fazem?

Assim como toda criança elas inventam, desterritorializam-se, desbravam outros lugares, muitas vezes perigosos espaços. Seja no lixão ou na lagoa... e porque não, na praia? Outros caminhos tão obscuros que parecem tão duros... vidas vão ficando pelo caminho e outros territórios são conquistados, sejam eles um encarceramento ou um sepultamento.

Pouco a pouco uma morada vai sendo construída e vão surgindo outras moradias ao redor. Novos nomes vão sendo dados a esse espaço. Não há praças, escolas, entretenimento. Os encontros de jovens vão acontecendo no campo de futebol, nas ruas. São encontros breves, que logo dão lugar à lida diária, luta pelo pão, pelo viver para construir o ser.

Que ser? Quem pode querer ser algo além do que o entorno oferece? Os caminhos possíveis são árduos, desde um simples trajeto de ônibus que leva à cidade até aquele rumo de aceitar o que lhe é oferecido sem grande esforço. Infância não é lugar de brincar, mas sim o breve ensaio para o que virá a seguir. Marcas de bala ou calos na mão, quem pode julgar a escolha de quem vive noite e dia lutando para chamar de lar um local que muitos sequer reconhecem como lugar?

Enfrentar a vida, abrir caminhos para a praia, cidade e universidade. Sair, buscar e voltar. Querer entender e explicar, encontrar na história o conforto de que passou, valeu e não foi em vão. Registrar memórias, reconstruir paradigmas e honrar vidas que mesmo breves deixaram marcas profundas.

Histórias e estórias foram sendo contadas, ensinadas e vividas. E onde elas seriam escritas? Estavam nos pensamentos, falas, contos e fábulas dos mais antigos. Mas como traduzir em gráficos, números e mapas a luta diária de famílias para transformar pedaços de terra em moradias e um loteamento em uma comunidade?

O cenário que poderia muito bem ser roteiro de um filme do cinema nacional se passou na segunda metade dos anos 1990 no Município de Vila Velha. Minha

vivência diária naquele espaço por dezessete anos gerou a inquietação necessária para fomentar a presente pesquisa.

A formação de um bairro está diretamente relacionada à sua construção por seus moradores. A mudança na paisagem vai seguindo o ritmo das necessidades mais urgentes: levantam-se paredes e cobrem-se os pequenos cômodos com o que estiver à mão: lonas, placas e até mesmo pedaços de madeira. Janelas com cortinas improvisadas trazem um pouco de privacidade, mas não impedem a entrada de insetos, chuva e poeira. Os vizinhos no entorno acomodam-se de forma semelhante, improvisando e ajeitando com carinho e esforço o tão sonhado pedaço de terra.

Não importa se não há rede de esgoto, ruas asfaltadas ou água tratada; há outros problemas mais urgentes para resolver. É preciso acordar muito cedo, caminhar em meio a poeira e lama até o ponto de ônibus mais próximo e, uma vez lá, esperar pelo transporte que demora muito e sempre está lotado. É preciso andar quilômetros para comprar comida, roupas, utensílios e remédios. É preciso trabalhar, pois não há escolas; é preciso se arriscar, pois não há áreas de lazer ou praças; é preciso não adoecer pois não há posto de saúde, médicos ou hospitais. Em meio a tantas carências e tão pouca estrutura, os indivíduos percebem que é preciso se unir para que algumas necessidades sejam supridas. Com pouca instrução e muita motivação surgem iniciativas que proporcionarão àquela área algumas melhorias. Com o passar dos anos chega transporte, educação e saúde; chega também comércio, asfalto e uma tal valorização imobiliária.

O crescimento acelerado dos bairros do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, onde se localiza o bairro em foco nesta dissertação, gera impactos significativos na cidade de Vila Velha, sendo tratados constantemente como objetos de pesquisa. Diante das diversas mudanças que uma região metropolitana sofre ao longo de seu desenvolvimento é na periferia que se observam os contrastes gerados pelo sistema capitalista. Buscando apresentar mais uma contribuição para a compreensão dos processos ocorridos na área, a pesquisa visa analisar a evolução do bairro Morada

da Barra ao longo das últimas quatro décadas e quais foram os principais agentes influenciadores dessas mudanças.

Diante da realidade testemunhada algumas hipóteses foram construídas, conforme os caminhos foram sendo trilhados. Através do diálogo com vizinhos e antigos moradores é possível perceber que o bairro passou por várias fases no seu processo de construção. Mas quais seriam elas? Como tais fases impactaram diretamente na evolução e atual configuração daquele lugar? Quais foram os agentes responsáveis pela construção daquele espaço ao longo da sua história? Como aquele espaço, que era um loteamento, tornou-se uma ocupação e foi institucionalizado como bairro, é visto pela administração municipal? Quais são os desafios que se apresentaram após a institucionalização? Essas e outras inquietações surgiram constantemente ao longo da pesquisa e auxiliaram a investigação empírica, documental e bibliográfica.

O espaço urbano é repleto de singularidades que, por sua vez, caracterizam determinados lugares como únicos. Mesmo que no seu entorno outros espaços possam ter uma gênese e evolução semelhante, as diferentes vivências tornam cada bairro distinto dos demais. A decisão por Morada da Barra foi motivada, principalmente, pela percepção pessoal de histórias vividas e não documentadas, que trazem consigo grande riqueza histórica e social e que devem ser registradas e analisadas de forma a contribuir com os estudos sobre a região.

O bairro é integrante do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, que com outros dez bairros compõem grande parte da Região 05, conforme divisão administrativa do município de Vila Velha. Até meados da década de 1970 toda aquela área era pouco habitada e composta, principalmente, por fazendas e pequenas habitações isoladas de trabalhadores rurais. Com a vinda de grandes empresas para o Estado e a ampliação da infraestrutura viária no município, aquela região tornou-se foco das famílias que vinham em busca de emprego na capital e nas cidades vizinhas.

Foram lançados vários loteamentos em diversos pontos da cidade de Vila Velha, atendendo assim à crescente demanda por moradia e proporcionando lucro através da comercialização imobiliária. Dessa forma algumas áreas foram estruturadas e comercializadas, outras foram ocupadas. O caso de Morada da Barra merece destaque por ter sido concebido como loteamento, porém não totalmente habitado pelos compradores dos lotes; esse foi um dos motivos que favoreceu a ocupação por famílias que não tinham acesso à moradia.

O surgimento de outros bairros no entorno foi reflexo de diversas dinâmicas; assim formou-se o Aglomerado da Grande Terra Vermelha. Esse crescimento despertou o interesse de diversos pesquisadores que se propuseram a estudar algumas características da região, como Minchio (2009), Zanotelli (2011), Sartório (2012), Deina (2013), Ronchi (2014), entre outros. Mesmo destacando importantes aspectos relacionados à Morada da Barra, estes pesquisadores não se detiveram à questão histórico-social abordada neste estudo.

Dessa forma objetivos foram traçados de forma a proporcionar a investigação científica, com foco no processo de formação do bairro; como se dá a construção do lugar vivido, qual o seu contexto social e cultural e quais lutas e conquistas marcaram o processo de transformação em cada uma de suas fases.

Seguindo os estudos já realizados sobre a região, considera-se como Aglomerado da Grande Terra Vermelha os bairros Barramares, Cidade da Barra, Jabaeté, João

**Fotografia 1 - Vista parcial do Aglomerado da Grande Terra Vermelha**



Goulart, Morada da Barra, Normília da Cunha, Morada da Barra, São Conrado, Terra Vermelha, Ulisses Guimarães e Vinte e Três de Maio (**Mapa 01 e fotografia 01**).

**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015.

**Mapa 1 - Aglomerado da Grande Terra Vermelha**



**Fonte:** IJSN, Google Earth (2015). **Elaboração:** Eder Lira (2015).



O bairro Morada da Barra como parte do Aglomerado da Grande Terra Vermelha pertence a uma faixa de transição entre o urbano e o rural, tendo como vizinhos áreas de lagoas, fazendas, areais, e outros bairros. Em uma de suas extremidades destaca-se a ES-388, que liga a ES-060 (Rodovia do Sol) à BR-101. A **Fotografia 2** apresenta uma vista de parte do bairro.

**Fotografia 2- Vista parcial do bairro Morada da Barra**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015.

Uma prática presente ao longo da história do bairro é a extração de areia (conforme **fotografia 3**). A retirada é executada por empresas e carroceiros, causando impacto ambiental na região.

**Fotografia 3 - Exploração de areia no bairro Morada da Barra**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015.

Já a **fotografia 4** representa um importante ponto de referência no bairro: a lagoa Jabaeté, utilizada tanto para atividades recreativas quanto para pesca.

**Fotografia 4 - Lagoa Jabaeté no Bairro Morada da Barra**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015.

### 1.1 OBJETIVOS

Diante da possibilidade de estudar o bairro considerando a participação dos moradores e a construção daquele espaço enquanto lugar vivido, a presente pesquisa tem como objetivo principal estudar a gênese, a transformação e a configuração do bairro Morada da Barra.

A percepção das mudanças sofridas ao longo dos anos possibilita considerar as características do local e as transformações provenientes da ação de diversos agentes, assim como refletir sobre os processos que permitiram identificar fases ao longo de sua história.

Como objetivos específicos pretende-se identificar épocas e fatores que motivaram as diferentes fases, investigar os agentes e seus papéis em cada fase e verificar o papel da iniciativa privada (imobiliárias e especuladores), do Estado e dos agentes sociais nas diferentes configurações territoriais do bairro.

## 1.2 METODOLOGIA

Através da história oral, da pesquisa documental, da pesquisa de campo, da pesquisa bibliográfica e da produção de informações com dados quantitativos, é possível não só compreender como se deu a formação do bairro, como também identificar fases referentes à transformação do lugar, estabelecendo periodização e destacando suas principais características.

### 1.2.1 HISTÓRIA ORAL

Uma vez que a pesquisa trata de acontecimento recente e pouco documentado, a história oral como metodologia para coleta e registro de informações foi de grande valia para o esclarecimento dos fatos históricos. Sua aplicabilidade proporciona a progressão de estudos recentes, como observa José Carlos Sebe Bom Meihy:

A história oral é um recurso moderno usado para a elaboração de documentos, arquivamento e estudos referentes à experiência social. Ela é sempre uma história de tempo presente e também reconhecida como história viva. (MEIHY, 2002.p.13)<sup>1</sup>

A história oral tem um importante papel no que diz respeito à vivência social, uma vez que a centralização das narrativas é o foco, e o registro das experiências dos entrevistados auxilia no entendimento de situações que envolvem períodos históricos ou conflitos sociais.

Atualmente, a história oral, já é parte integrante do debate sobre a função do conhecimento social e atua em uma linha que **questiona a tradição historiográfica centrada em documentos oficiais**, por isso, ela é hoje inerente aos debates sobre tendências da história contemporânea. Como pressuposto, a história oral implica uma percepção do passado como algo que tem continuidade hoje cujo processo histórico não está acabado. É isso que a marca como história viva. (MEIHY, 2002 p.15 – grifo nosso)

Por ser um método que tem diversas formas de aplicação prática e envolve, em seu processo, entrevistas e registros narrativos, percebe-se a necessidade de esclarecer como se deu a utilização dessa metodologia na pesquisa. O primeiro passo foi a elaboração de um roteiro de entrevistas aberto e semiestruturado, contendo perguntas sobre a história, atuação e conhecimento dos entrevistados sobre a área de estudo, conforme consta no **Apêndice A**.

---

<sup>1</sup> MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral**. 4.ed. Ver.e amp. -. São Paulo: Loyola, 2002. 246p.

O segundo passo foi o agendamento e realização das entrevistas. Os diálogos foram realizados no ano de 2014 com os agentes envolvidos na formação do bairro, com exceção da entrevista com o líder da Comissão de Assentamentos do Espírito Santo (COMASSES), cuja entrevista aqui utilizada foi concedida em 2011 quando Fernando Sartório e eu buscamos informações para a elaboração dos trabalhos de conclusão de curso de ambos. Os locais de encontro para a realização das entrevistas foram a imobiliária, a sede da COMASSES, as casas dos moradores, a prefeitura municipal e um escritório de advocacia. Em todas as entrevistas foi utilizado um gravador<sup>2</sup> para coletar as informações e posteriormente transcrevê-las e analisá-las, sendo que antes de iniciar a entrevista foi informado aos entrevistados, que aceitaram a realização da gravação sem nenhuma objeção.<sup>3</sup>

O terceiro passo foi a transcrição das entrevistas e, posteriormente, o processo de digitação. Esta etapa envolve a adaptação das entrevistas coletadas para o gênero narrativo e objetiva adaptar a fala dos entrevistados respeitando sua autoria e originalidade, porém realizando ajustes. Além disso, a transcrição possibilita a complementação de informações vagas (como datas e locais, por exemplo), a omissão de dados que não podem ser divulgados (nomes, cargos e graus de parentesco) e tudo o mais que for necessário para que possa atender a pesquisa em questão.

O quinto e último passo foi a atribuição de codinomes e elaboração de um quadro relacionando-os aos acontecimentos narrados e documentados. Para manter a privacidade, os nomes de alguns dos entrevistados foram substituídos por letras do alfabeto, como mostra o **quadro 01** (um). Embora tenha sido elaborado um termo de consentimento livre esclarecido (**APÊNDICE B**) que foi lido e assinado pela maior parte dos entrevistados<sup>4</sup>, tomando ciência da pesquisa e autorizando ou não a divulgação de nomes, optou-se por seguir o sigilo proposto pela metodologia da História Oral somente em casos específicos, ou seja, os moradores da região e

---

<sup>2</sup> A gravação foi feita utilizando-se Smartphone com o auxílio de um aplicativo denominado "Smart Voice Recorder".

<sup>3</sup> Todas as entrevistas foram transcritas e encontram-se disponíveis na íntegra nos Apêndices C, D, E, F, G e H.

<sup>4</sup> Os nomes ocultados foram substituídos por codinomes estabelecidos com o fim de identificá-los ao longo da pesquisa.

lideranças políticas locais.<sup>5</sup> Os agentes com nomes divulgados são aqueles que tem uma vida pública, e por isso, considerou-se que não havia necessidade do sigilo.

Os entrevistados são apresentados a seguir, sequencialmente. O **Sr. Carlos Augusto de Azevedo** é empresário do ramo imobiliário, dono da Imobiliária Patrimônio e foi responsável pela criação do loteamento Morada da Barra, assim como a divisão e comercialização dos lotes. O **Senhor C** veio do interior do estado para a Grande Vitória, organizou a Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo (COMASSES) e foi responsável pelo assentamento de diversas famílias, apesar de alguns relatos apontarem este entrevistado como um especulador imobiliário. Técnico da prefeitura, o **Sr. Pedro do Espírito Santo** acompanhou os processos de evolução de vários bairros do Aglomerado da Grande Terra Vermelha. Nascida na região e acompanhando de perto toda a sua evolução, a **Senhora E** participou da transformação da área estudada desde a época em que era uma região rural até a criação do loteamento e todas as mudanças que vieram a seguir; esteve presente junto a diversos líderes comunitários auxiliando em decisões que afetaram diretamente o desenvolvimento do bairro. Em 1989 o **Senhor F** veio para o Espírito Santo, mas não residiu em Morada da Barra até 2003; conheceu a área através de amigos e acompanhou a distância suas transformações até que, em 2003, já residente no bairro, ocupou um cargo administrativo da prefeitura. Vice-líder comunitário na época da entrevista, o **Senhor G** veio do Sul da Bahia e trabalhava como pedreiro para sustentar sua família; foi presidente da Associação dos Moradores por vários anos. O **Sr. Vasco Alves de Oliveira Júnior** foi prefeito do município de Vila Velha de 1983 a 1986 e 1992 a 1996 e, durante seus mandatos, algumas mudanças significativas ocorreram na região objeto de estudo.

Cabe aqui uma observação acerca de um dos agentes: o **Sr. José Moraes**, que foi ex-governador (1986 a 1987) e proprietário fundiário. Embora não tenha sido entrevistado, seu nome está relacionado à história da formação daquela região por ter vendido uma propriedade para a criação do loteamento Morada da Barra. Por

---

<sup>5</sup> Segundo MEIHY (2002, p. 62) “Projetos que trabalham com situações de risco, de vexames, de **impressões sobre outros**, ou de denúncia, podem valer-se da ‘invisibilidade’. Contudo, na apresentação do trabalho devem ficar claros o nível e as razões do ‘disfarce’.” (grifo nosso)

isso, incluímos seu nome no quadro de agentes, para tornar mais fácil sua relação com o contexto histórico local.

Cada um teve um papel significativo na história, atuando de acordo com sua época e posicionamento político nas diferentes fases. Com base em Corrêa (1993), pode-se afirmar que agentes desta natureza são responsáveis por fazer e refazer a cidade; este autor destaca cinco grupos distintos, dentre os quais quatro podem ser apontados, entre os entrevistados, quais sejam: os proprietários fundiários (*Ex-Governador*), os promotores imobiliários (*O dono da imobiliária*), o Estado (*O técnico da prefeitura municipal e o ex-prefeito*) e os grupos sociais excluídos (*Senhor C, Senhora E, Senhor F e Senhor G*).

**Quadro 1 - Identificação dos agentes, função e informações adquiridas**

<b>Agente</b>	<b>Função</b>	<b>Informações adquiridas</b>
Carlos Augusto de Azevedo	Dono da imobiliária e comprador das terras.	Relato oral sobre a formação do loteamento Morada da Barra e documentos sobre a criação e comercialização do mesmo.
José Moraes	Ex-governador (1986 a 1987), proprietário fundiário e vendedor das terras para o loteamento.	Sem informações.
Senhor C	Líder comunitário responsável pela COMASSES no passado	Relato oral sobre a ocupação do Aglomerado da Grande Terra Vermelha.
Pedro do Espírito Santo	Técnico da prefeitura municipal.	Dados históricos e mapas.
Senhora E	Moradora mais antiga entrevistada.	Relato oral sobre a formação do bairro e atuação das lideranças comunitárias.
Senhor F	Antiga liderança política local.	Relato oral sobre dados históricos e políticos.
Senhor G	Vice-líder comunitário do bairro.	Relato oral sobre o cenário político do bairro.
Vasco Alves de Oliveira Júnior	Prefeito da cidade (1983-1985 e 1992-1996).	Relato oral sobre o cenário político e econômico do município e do Aglomerado da Grande Terra Vermelha.

**Fonte:** Entrevistas. **Elaboração:** Eder Lira, 2014.

### 1.2.2 PESQUISA DOCUMENTAL

Durante o processo de formação de uma área (gênese e evolução) a história é construída. Alguns fatos podem se perder se não documentados, por isso essa pesquisa buscou, entre as diferentes narrativas, compor o cenário que está diretamente relacionado às fases de formação do bairro aqui propostas e analisadas. A memória já conhecida e também vivenciada<sup>6</sup> contribuiu para a elucidação de alguns fatos, visto que haviam lacunas, e por isso houve a necessidade de buscar, em documentos e relatos sobre a região, informações que possibilitassem a divisão de fases de modo mais preciso.

Os principais documentos (anexos ao final deste trabalho) identificados e examinados ao longo da pesquisa foram cedidos pela imobiliária (plantas do loteamento Morada da Barra setores “A” e “B”, lei de uso e ocupação do solo de Vila Velha encarte publicitário divulgando alguns loteamentos da região), Ceturb-GV (ordens de serviço de linhas de ônibus intermunicipais, informativo da inauguração de novas linhas e processo constando pedido dos moradores por transporte para a região), Secretaria Municipal de Educação de Vila Velha (decreto de criação da primeira escola do bairro, decreto e portaria que modificam o nome da mesma); Biblioteca Pública Estadual do Espírito Santo (jornais de circulação estadual que publicaram reportagens sobre o Aglomerado da Grande Terra Vermelha), além de documentos pessoais (fotos e registro de imóvel).

### *1.2.3 PESQUISA DE CAMPO*

A pesquisa de campo também foi utilizada, uma vez que trata-se de uma rica fonte de obtenção de dados que proporcionou conhecer ainda mais o recorte espacial e o suporte biofísico. Nesta etapa da pesquisa foi realizado o contato com os agentes, as entrevistas, a coleta de documentos que auxiliaram na compreensão das fases propostas neste trabalho e também o registro fotográfico de algumas áreas do bairro.

### *1.2.4 PESQUISA BIBLIOGRÁFICA*

---

<sup>6</sup> O autor do trabalho residiu na área estudada no período de 1997 a 2014.

Para direcionar o estudo buscou-se em livros e pesquisas o suporte bibliográfico necessário para abordar o tema. Acerca de espaço urbano foram utilizados os apontamentos de Milton Santos (2005 e 2008), Maria Encarnação Beltrão Sposito (2013) e Roberto Lobato Corrêa (1993), dentre outros. Para compreender a dinâmica e os diversos fenômenos que envolvem a formação de um bairro, foram analisados os estudos de Henry Lefebvre (2000 e 2001), Ana Fani Alessandri Carlos (2006 e 2007) e Ana Maria Leite Barros (2010). Por fim foram considerados os estudos já realizados sobre o Aglomerado da Grande Terra Vermelha, dentre eles o de João Paulo Souza Minchio (2009), Cláudio Luiz Zanotelli (2011 e 2014), Rosimery Aliprandi Ribeiro (2011), Fernando Sartório (2012), Miquelina Aparecida Deina (2013), Douglas Bonella Silva (2013), e Pedro Ronchi (2014).

#### *1.2.5 PRODUÇÃO DE INFORMAÇÕES COM DADOS QUANTITATIVOS*

Para a caracterização da área utilizou-se dados coletados no Instituto Brasileiro de Geografia e estatística (IBGE), Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN), Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) e do *site* veracidade. A partir destes foram elaborados gráficos e tabelas, e com o auxílio do *Software* ArcGis desenvolvidos os mapas, tanto da evolução da mancha urbana quanto de localização, com dados vetoriais como: estradas e rodovias, limite municipal/ES, bairros e localidades/ES, ambos do IJSN. Os vetores de divisão estadual (IBGE) e imagens do Google Earth (ano 2015), também contribuíram para a pesquisa.

Além disso, foi usado como base um amplo estudo elaborado pela Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão da Prefeitura Municipal de Vila Velha (SEMPLA-PMVV) em 2013, utilizando os dados do Censo 2010<sup>7</sup> do IBGE e das diferentes secretarias. A prefeitura disponibilizou a situação socioeconômica dos bairros; os mapas, gráficos e tabelas foram reorganizados para dar base a este estudo.

Foram elaborados mapas, gráficos, tabelas e imagem relacionados a seguir: Mapa de Localização da Área de Estudo, Mapa de Regiões Administrativas do Município,

---

<sup>7</sup> Optou-se por utilizar apenas os dados desse ano e relacioná-lo com outros trabalhos científicos desenvolvidos na região.



Mapa da Região 05 do Município, Mapa do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, Mapa da Densidade Demográfica da Região 05; Tabela de evolução Populacional do Brasil, Espírito Santo e Vila Velha de 1991 a 2010, Evolução populacional de municípios e região metropolitana. (1920-2000), Tabela de População por Bairros da Região 05, Tabela de População do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, Tabela de Distribuição Populacional por Faixa Etária do Bairro de Morada da Barra e do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, Tabela de bairros com maior e menor porcentagem de chefe de domicílio com rendimento superior a um salário mínimo (por região administrativa), Tabela Densidade demográfica e distribuição domiciliar em Morada da Barra, João Goulart e na Região 05, Tabela da Relação entre População, Renda e Educação dos Bairros Praia da Costa e Morada da Barra – Vila Velha/ES; Gráfico da Evolução Populacional Brasil, Espírito Santo e Vila Velha de 1991 a 2010, pirâmide etária do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, gráfico de Morada da Barra por faixa etária, Pirâmide etária do Bairro Morada da Barra, Idade Mediana por bairros do Aglomerado da Grande Terra Vermelha.

A estrutura do trabalho é composta por cinco capítulos. O primeiro capítulo refere-se a esta introdução, que apresenta a estrutura básica e geral. O segundo capítulo conta com algumas análises teóricas preliminares sobre as ideias abordadas. O terceiro traz a caracterização da área com os dados referentes às características demográficas, sociais e, também, ambientais. O quarto capítulo desenvolve o estudo, a compreensão e a descrição das diferentes fases no processo de construção do bairro Morada da Barra, no município de Vila Velha, no Estado do Espírito Santo. As considerações finais destacam as principais conclusões da pesquisa. E, para finalizar, as três últimas partes relacionam as referências bibliográficas, os apêndices e os anexos que auxiliam a compreensão ao longo do texto.

Cabe, por fim, alguns esclarecimentos. O primeiro é acerca da Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo (COMASSES), que foi um grupo político e social de famílias que reivindicavam moradia aos órgãos públicos; segundo o líder do grupo (Senhor C), em alguns casos, a ocupação era a única forma de pressionar o Estado para a solução do problema da habitação. O segundo esclarecimento é

sobre a utilização da lei municipal 4.707/2008, que foi uma das referências para delimitar a terceira fase de formação do bairro. Embora leis e decretos anteriores já reconhecessem alguns bairros da Região 05, essa lei institucionalizou os bairros vinculando-os oficialmente às respectivas regiões administrativas, além de ter substituído a lei nº 3.116/1995, utilizada por Sartório (2012) em estudo anterior realizado sobre a região.

O terceiro e último esclarecimento é sobre a forma como foram abordadas algumas questões já conhecidas sobre o local. Alguns trabalhos sobre o bairro e a região tiveram como objetivos abordar a questão geopolítica e o envolvimento de agentes comunitários com o mercado imobiliário, como Sartório (2012). Por esta pesquisa incluir também vivências pessoais, buscou-se, ao longo do texto, complementar ou apresentar outras interpretações possíveis para a história de formação daquele local.

## 2. BAIRRO ESTRUTURAS E FORMAS: ALGUMAS REFERÊNCIAS CONCEITUAIS

Tão importante quanto estudar a estrutura e dinâmica de países e territórios a nível global é analisar os lugares de convívio comunitário a nível local, tanto estados quanto cidades e bairros. A cidade pode ser considerada um aglomerado de bairros, de comunidades com diferentes tipos de formação, que trazem em sua história características individuais daquela população. Debruçar o olhar teórico sobre tais lugares possibilita entender como se dá a interferência humana no ambiente e a relação do homem com o espaço escolhido para morar, refletindo também nos vínculos daquele lugar com o município e o estado. Sobre as abordagens possíveis em relação à cidade, Maricato (2015)<sup>8</sup> aponta que:

A cidade pode ser objeto de diversas abordagens: pode ser lida como um discurso (como querem os semiólogos e semióticos), pode ser abordada pela estética - ambiente de alienação e dominação por meio da arquitetura e urbanismo do espetáculo; como manifestação de práticas culturais e artísticas mercadológicas ou rebeldes; como legado histórico; como palco de conflitos sociais; como espaço de reprodução do capital e da força de trabalho, entre outras. (MARICATO, 2015. p. 19)

Analisar bairro é, também, compreender a influência humana e, através de suas particularidades e história, enxergar a relação do homem com a natureza, percebendo o espaço vivido e modificado. Tal estudo possibilita reflexões, colaborando para a compreensão de diferentes realidades e, com isso, viabiliza não só recortes espaciais como também estabelece o cenário no qual os diferentes atores atuam, como observa Ribeiro (2011) e Silva (2013) acerca da relação de bairro e seus habitantes:

O bairro pode ter significados diferentes para cada um de seus habitantes. Para uma parte dos moradores pode ser o lugar de vida, do cotidiano; para outra parte, pode ser o lugar de moradia; e ainda pode haver aqueles que não se identificam com o bairro. Ou seja, diferentes moradores não encaram o seu bairro da mesma maneira. (RIBEIRO, 2011, p.56)<sup>9</sup>

Os espaços de convivência ganham um aspecto diferenciado dos demais locais de simples uso da região urbana. As praças, as árvores, ruas e becos

<sup>8</sup> MARICATO, ERMÍNIA. **Para entender a crise urbana**. São Paulo: Expressão Popular, 2015.

<sup>9</sup> RIBEIRO, Rosimery Aliprandi. **Formação sócio-espacial da antiga vila operária de Chico City, Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo**. 2011. 176f. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

ganham sentidos e lembranças, são mais do que espaços de traslado, são locais vividos, experimentados, dotados de histórias e apropriações pessoais, refletem um sentimento. (SILVA, 2011, p.14)<sup>10</sup>

É necessário considerar também o significado da palavra *bairro*, uma vez que essa definição varia de acordo com a cultura e a região. Conforme observado por Bezerra (2011, p. 23)<sup>11</sup> “o vocábulo bairro, que vem do latim *barrium* ou do árabe *barri* (de fora, exterior, separado), é encontrado de forma bastante comum nestes documentos organizados alfabeticamente.” Os documentos que destacam as diferentes definições sobre o bairro, dentre eles os dicionários, apontam o mesmo como uma simples divisão territorial de uma cidade. Além disso, ainda segundo Bezerra, a definição de bairro é variável conforme o país, como, por exemplo, Portugal, onde é associado a um conjunto de freguesias que forma uma região político-administrativa espacialmente, maior do que no Brasil.

Os diferentes estudos mostram que alguns critérios são necessários para definir um determinado espaço como bairro, como por exemplo o número de habitantes, moradias, extensão numérica e número de quadras e lotes, sendo assim, uma interpretação das diferentes representações públicas administrativas. Apesar disso, para os moradores, a identificação de um bairro, na maioria das vezes, não está condicionada às imposições das legislações responsáveis por reger a cidade; para eles, é, primordialmente, uma organização do espaço das diferentes vivências. Seu lugar é uma referência para se situar na cidade, tendo, em muitos casos, a impressão de transgredir limites quando saem desse local.

Como parte do reconhecimento por aqueles que habitam o bairro, os equipamentos e espaços de uso coletivo são importantes por proporcionar experiências que se tornarão parte da reprodução social de cada indivíduo. Dessa forma praças, parques, quadras esportivas e locais para recreação são parte do processo de formação da identidade do lugar e daqueles que ali habitam, proporcionando o

---

<sup>10</sup> SILVA, Douglas Bonella. **Geohistória do bairro Jesus de Nazareth**. 2013. 70 f. TCC (graduação em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

<sup>11</sup> BEZERRA, Josué Alencar. **Como definir o bairro?** uma breve revisão. *GeoTemas*, v. 1, p. 21-31, 2011.

reconhecimento, valorização e representação da vida e cultura local. A ausência de tais espaços, porém, não significa a inexistência de relações sociais, já que as mesmas irão ocorrer em espaços não planejados para tal fim como, por exemplo, as ruas, os bares e os espaços vazios.

Ao considerar o bairro como essencialmente um espaço social construído e dotado de elementos que possibilitam o convívio social, compreende-se que ele é edificado através dos diferentes processos, cujos responsáveis são os grupos sociais.

O adensamento e a expansão das cidades são a consequência de vários processos, quais sejam a migração rural - urbana, esta também consequência de processos bastante complexos, o crescimento vegetativo da população ou o próprio fator de atração das cidades maiores em relação às cidades menores, entre outros. No caso da urbanização brasileira, pelo menos pelo que se verifica nas tendências mais predominantes, tendo ocorrido a partir de processos social e economicamente bastante excludentes traz quase que como uma característica intrínseca a si diversos problemas não resolvidos como, por exemplo, os referentes ao déficit de habitação e à oferta de empregos. (BARROS, 2010 p. 25)

Sobre a evolução de bairro, Henri Lefebvre (2000 e 2001) apresentou debates significativos que proporcionaram novos olhares acerca do tema. Além disso outros, como Milton Santos (2005 e 2008), destacaram que os objetos espaciais e seus componentes e formas são essenciais para o estudo da Geografia. Com o aparato das teses marxistas, Lefebvre (2001) demonstrou como é importante não só entender o recorte espacial, mas também as diferentes dinâmicas que estão em constantes contradições naquele espaço.

Ao abordar os diferentes estudos é perceptível que são amplas as análises acerca do tema. Dessa forma surge um entrave, qual seja, a real definição do que é bairro. Dentre as áreas do conhecimento algumas que se dedicaram a compreender o bairro de forma bastante heterogênea foram a Literatura, a Arquitetura, a Filosofia, a Sociologia e a Geografia. Com isso nota-se que alguns destes estudos destacavam a importância da preservação da memória urbana, necessária para compreender a construção do espaço urbano, tomando o bairro como um objeto passível de análise.

Para compreender bairro foi necessário estabelecer alguns critérios. O primeiro e o mais importante é diferenciar esse conceito da análise administrativa municipal; feito isso, começam a aparecer os caminhos para contribuir na construção do conceito. O segundo critério é compreender o bairro como o resultado de um recorte do espaço vivido e percebido pelos indivíduos que o estabelecem como *Lugar*. Assim, será nele que as principais ações de reprodução social serão desenvolvidas. Por isso a escola, o comércio, a igreja, a praça, a rua e a casa são alguns elementos fundamentais que compõem o bairro. Através dessas diferentes vivências são constituídas, junto com a noção de pertencimento, as relações políticas e sociais. Resultado disso é a organização que poderá fazer surgir uma associação de moradores que, por sua vez, intermediará as necessidades da comunidade com a administração pública municipal e seus representantes.

As abordagens que buscam pensar a cidade enfrentam o desafio de estudar não só a forma, como também o social que a originou. Algumas concepções sobre os diferentes conceitos necessários para compreensão de fenômenos urbanos locais e globais colaboram para estabelecer as bases para não só entender os aspectos físicos como também os sociais. Assim sendo, segundo Bezerra (2011, p.25):

“[...] o bairro é revelado como uma forma física, um pedaço do urbano que cresce segundo tais eixos ou tais direções, e em um determinado tamanho, seu traçado segue uma lógica espaço-social. Assim, o bairro torna-se uma unidade morfológica espacial e morfológica social ao mesmo tempo.” (BEZERRA, 2011. P.25)

Analisar o bairro como apenas um recorte espacial, desconsiderando seu processo social, é um equívoco que deve ser constantemente superado. Por isso, os teóricos destacam o importante papel social relacionado ao pensar o urbano. Dessa forma, uma importante contribuição para compreender os fenômenos urbanos está relacionada à utopia, quanto às suas diferentes formas. Assim, Lefebvre (2001) explica que:

A utopia deve ser considerada experimentalmente, estudando-se na prática suas implicações e consequências. Estas podem surpreender. Quais são, quais serão os locais que socialmente terão sucesso? Como detectá-los? Segundo que critérios? Quais tempos, quais ritmos de vida cotidiana se inscrevem, se escrevem, se prescrevem nesses espaços “bem sucedidos”,

isto é, nesses espaços favoráveis à felicidade? É isso que interessa. (LEFEBVRE, 2001 p.110)<sup>12</sup>

Assim sendo a utopia é algo inerente ao urbano, pois é através dela que formas e possibilidades são experimentadas nas cidades, sempre levando em consideração sua gênese social. Tanto quanto a delimitação física, a análise como utopia se faz necessária para avançar, devendo considerar também o papel do poder público na formação dos bairros, sabendo que esses espaços são, também, locais propícios para lutas por demandas sociais. Como importante contribuição, Bezerra (2011) destaca:

[...] não podemos deixar de visitar a posição interpretária do poder público, parte responsável para gerir as questões de ordem político-administrativa da sociedade, seja na esfera federal, estadual ou municipal. Na maioria dos casos, estes instrumentos encaram o bairro como uma área ideal para as reivindicações coletivas. (BEZERRA, 2011, p.25)

Além de indicar os diferentes desafios que os estudiosos e planejadores das cidades enfrentam, outros aspectos podem se sobrepôr à forma, como exemplo, o político. São eles a representação do coletivo em várias esferas, quais sejam, municipais, estaduais e federais. A sociedade organizada deposita nos agentes políticos suas esperanças de conquistas e melhorias, enxergando-os como uma das principais formas capazes de mudar a realidade. Lefebvre (2001), em relação às análises políticas, aponta que:

Os políticos têm seus sistemas de significações – as ideologias – que lhes permitem subordinar a suas estratégias os atos e acontecimentos sociais que são por eles influenciados. Apenas grupos, classes ou frações de classes sociais capazes de iniciativas revolucionárias podem se encarregar das, e levar até a sua plena realização, soluções para os problemas urbanos; com essas forças sociais e políticas, a cidade renovada se tornará a obra. (LEFEBVRE, 2001, p.113)

Apesar de parte da representação social ocorrer por meio dos partidos políticos, são nas ações oriundas dos pequenos espaços (bairros) que as reivindicações também se iniciam. Assim sendo, os grupos organizados têm um papel importante quanto à construção do espaço urbano, visto que são com as suas demandas que a cidade é

---

<sup>12</sup>LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade**. Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

também moldada. Por isso, é cada vez mais importante e necessária a presença das organizações de base, que atuam nos diversos setores da sociedade organizada. Os estudiosos destacam a importância das diferentes organizações, e também o papel da classe operária (em suas diferentes facetas e épocas) na sociedade, como aponta Lefebvre (2001):

A classe operária sofre as consequências da explosão das antigas morfologias. Ela é vítima de uma segregação, estratégia de classe permitida por essa explosão. Tal é a forma atual da situação negativa do proletariado. A antiga miséria proletária se atenua e tende a desaparecer nos grandes países industriais. Uma nova miséria se estende, que toca principalmente o proletariado sem poupar outras camadas e classes sociais: a miséria do habitat, a miséria do habitante submetido a uma cotidianidade organizada (na e pela sociedade burocrática de consumo dirigido). Para aqueles que ainda duvidariam de sua existência como classe, a segregação e a miséria de seu “habitar” designam na prática a classe operária. (LEFEBVRE, 2001 p. 138)

Os diferentes trabalhos sobre o urbano destacam também a necessidade dos estudos focarem tanto a dimensão social quanto a dimensão espacial. Essa heterogeneidade de pensar a cidade permite que o olhar geográfico realize uma fusão crítica, entre a forma da cidade e seus principais agentes construtores. Quanto a isso, Carlos (2007), aponta que:

Em primeiro lugar, a compreensão da cidade na perspectiva da Geografia nos coloca diante de sua dimensão espacial — a cidade analisada enquanto realidade material — a qual, por sua vez, se revela através do conteúdo das relações sociais que lhe dão forma. A produção geográfica aponta claramente o fato de que não há um único modo de se pensar a cidade, indicando que não há um único caminho a ser trilhado pela pesquisa. No Brasil, no plano da pesquisa urbana, várias perspectivas teórico-metodológicas despontam no horizonte; porém, na medida em que os caminhos da pesquisa são múltiplos, nenhuma corrente pode ter a pretensão de ser a “verdadeira”. Por outro lado, o processo de constituição do conhecimento ao longo da história delineia um caminho constante de superações sucessivas e necessárias, colocando em questão a ideia do conhecimento como produtor de verdades absolutas, já que a realidade, ela própria, se reproduz a partir de superações ininterruptas. (CARLOS, 2007, p. 20)<sup>13</sup>

Além dessa particularidade quanto à visão geográfica urbana, outra colocação necessária é em relação aos diferentes desafios que a cidade impõe àqueles que constroem e que vivenciam esse espaço. Um dos grandes desafios é pensar o local estabelecendo uma relação com o global; quanto a isso, Carlos (2007) afirma que:

<sup>13</sup>CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.



A urbanização coloca, hoje, problemas atuais, produz-se em função das exigências em matéria de comunicação, de deslocamentos os mais variados e complexos criando uma hierarquia de lugares. Os problemas atuais postos pela urbanização ocorrem no âmbito do processo de reprodução da sociedade. Por isso mesmo a globalização também produz modelos éticos estéticos, gostos, valores, moda, constituindo-se como elemento fundamental da reprodução das relações sociais, um cotidiano, ainda em formação, onde todas as relações sociais passam a ser mediadas pela mercadoria. Por isso mesmo o processo de mundialização da sociedade urbana não elimina, mas aprofunda o processo de fragmentação contido no espaço, na ciência, na cultura, na vida do homem. (CARLOS, 2007 p. 36)

Refletindo sobre os diferentes problemas a serem pensados e resolvidos, o movimento global/local se apresenta não só como um desafio complexo de pensar as redes como também destacar as ações locais que não só influenciam no global, mas que se apresentam como uma resistência a esse sistema hegemônico. Assim sendo, as fragmentações em diferentes escalas vão se apresentando como um dos obstáculos a serem superados pelos pesquisadores. Quanto a isso, e avançando na análise espacial, Carlos (2007) destaca que:

Assim a produção do espaço deve ser entendida sob uma dupla perspectiva, ao mesmo tempo que se processa um movimento que constitui o processo de mundialização da sociedade urbana produzindo, como decorrência, um processo de homogeneização do espaço, produz-se e acentua-se o processo de fragmentação tanto do espaço quanto do indivíduo. Este processo se manifesta no plano do vivido, no lugar onde se desenrola a vida humana. (CARLOS, 2007 p. 37)

Como resultado das intensas correlações entre o global e o local, as fragmentações e segregações sociais serão, também, reflexos das diferentes posturas adotadas não só no plano político como no plano econômico e social. Por isso, compreender a história de um determinado bairro é um desafio que se coloca perante as distintas realidades que devem ser estudadas, não só na sua particularidade, como na sua relação com o global. Dentre as realidades apontadas uma que é abordada nos estudos urbanos é a análise dos guetos urbanos. São nesses espaços que a realidade entre o individual e o coletivo também se fundem, e se mostram passíveis de serem analisadas, como reforça Carlos (2007):

Na realidade o que estamos, aqui, chamando de “guetos urbanos” são áreas do desenvolvimento necessário de ações sociais que marcam a articulação entre o individual e o coletivo, bem como modos de percepção afetando o comportamento humano, constituindo-se através de formas de solidariedade e do sentimento do “pertencer a um lugar”. Esse fenômeno aparece como decorrência do fato de que a metrópole é múltipla, contém várias temporalidades. A simultaneidade cria particularidades nas metrópole, cada pedaço da cidade apresenta formas diferenciais marcando modos de usos e formas de apropriação. O gueto é produto direto da

relação entre morfologia social/hierarquia espacial, que segrega grupos e lugares enquanto consequência da fragmentação do tecido urbano e de suas formas de apropriação. Inicialmente podemos afirmar que a morfologia espacial também revela um forte esquema administrativo e policial que acompanha a produção do espaço, exercendo seu controle sobre o uso que dele se faz; (CARLOS, 2007 p. 43)

No processo de análise dos espaços fragmentados foi possível observar que a denominação utilizada para se referir a esses locais sofre variações. Enquanto no Rio de Janeiro a palavra *favela* é utilizada, na Região Metropolitana da Grande Vitória o mesmo não acontece. Quanto a isso, Barros (2010) destaca que:

As palavras usadas para se referir às habitações ou ao conjunto de habitações a que são relegados as populações mais desfavorecidas são inúmeras, visto que há tentativas de se estabelecer uma nomenclatura oficial ao lado de uma extensa terminologia popular. Nesse sentido, faz-se importante buscar um termo que consiga não somente abranger a variedade existente em um único termo padrão, mas também que designe as situações existentes sem gerar constrangimento à população atingida.[...] De forma geral, no caso do Brasil, as expressões “assentamentos informais”, “aglomerados subnormais” e “favelas” são apenas maneiras diferentes de se referir a um mesmo fenômeno, mas que apresenta diversidade de formas conforme o lugar do mundo em que se encontra, no entanto sempre associados a processos excludentes de acesso a habitação. (BARROS, 2010, P. 26-27)<sup>14</sup>

Dessa forma, compreendendo as diversas subjetividades que envolvem a denominação de um espaço, adotou-se para este estudo uma nomenclatura que está diretamente ligada a uma das fases aqui propostas. Assim, ao classificar um período como *ocupação* queremos evidenciar as ações, evitando o constrangimento à população, visto que a palavra *invasão* traz um aspecto semântico pejorativo.

Diante do exposto, e após estabelecer as estratégias epistemológicas tendo como base os estudos já apontados, se faz necessário e fundamental pensar a cidade cada vez mais como um espaço humanizado, sendo este palco das diferentes lutas e conquistas sociais.

Portanto, deixando de lado postulados e afirmações dogmáticas, podemos tomar como ponto de partida para o desenvolvimento do raciocínio capaz de produzir uma “leitura geográfica sobre a cidade” a ideia de cidade como

---

<sup>14</sup>BARROS, Ana Maria Leite. **A cidade sob o olhar da periferia**: aspectos do cotidiano dos moradores do Morro dos Alagoanos. (dissertação). Vitória:UFES, 2010.

construção humana, produto histórico-social, contexto no qual a cidade aparece como trabalho materializado, acumulado ao longo de uma série de gerações, a partir da relação da sociedade com a natureza. (CARLOS, 2007, p. 20)

Assim sendo, entende-se que o lugar também deve ser estudado, principalmente na Geografia, observando as relações e os múltiplos aspectos que se apresentam nas diferentes realidades. Acerca disso, Lefebvre (2000) afirma que:

Seja como for, os lugares não se justapõem somente no espaço social, em contraste com aqueles do espaço-natureza. Eles se interpõem; se compõem, eles se superpõem e às vezes se chocam. O resultado é que o local (o “pontual”, determinado por tal ou tal “ponto”) não desaparece, absorvido pelo regional, pelo nacional, pelo próprio mundial. O nacional e o regional englobam muitos “lugares”. O espaço nacional engloba regiões; o mundial não apenas envolve espaços nacionais, mas provoca (até nova ordem) sua formação, num notável fracionamento. Múltiplos fluxos atravessam esses espaços. O espaço social começa a aparecer em sua hiper-complexidade: unidades individuais e particularidades, fixidades relativas, movimentos, fluxos e ondas, uns se compenetraram, outros se afrontam etc. (LEFEBVRE, 2000, p.77)<sup>15</sup>

Diante dos estudos e reflexões aqui abordados compreendemos que a dimensão social presente na cidade deve ser considerada, principalmente através das lutas e conquistas. Por isso o espaço vivido, suas histórias e narrativas daqueles que o constroem pode demonstrar não só a realidade posta, como também as diferentes necessidades que culminam nas lutas e, posteriormente, conquistas. Quanto a isso, Carlos (2007) aponta que:

É nesse plano que as lutas se realizam, uma vez que as contradições aparecem com força, revelando o sentido e o caminho da reprodução da cidade a partir de interesses e jogo de forças diferenciadas, reduzindo o cidadão à condição de usuário de serviços em um espaço geométrico e visual onde a vida cotidiana é programada pelo consumo manipulado. Também o espaço é vivido e percebido como fragmento, pela existência e imposição das formas da propriedade privada, produto da concentração da riqueza em suas várias formas, que inaugura o conflito entre uso e troca, e é real e diz respeito a uma prática sócio-espacial concreta, em que o uso corresponde a uma necessidade humana, entorno do qual surgem os conflitos. (CARLOS, 2007, p. 30)

O bairro Morada da Barra se apresenta como uma importante área de análises, visto que sua história está repleta de lutas e conquistas sociais. Utilizando também a história oral como parte da metodologia foi possível, através de entrevistas com alguns agentes que atuaram ao longo da história de formação, estabelecer uma

---

<sup>15</sup> LEFEBVRE, Henri. **A produção do espaço**. Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000 P.77

escala temporal, tendo como base os relatos dos agentes, documentos e dados das últimas quatro décadas.

### 3. O BAIRRO MORADA DA BARRA NO MUNICÍPIO DE VILA VELHA: ASPECTOS FÍSICOS, DEMOGRÁFICOS E SÓCIO ECONÔMICOS

Conforme já exposto na introdução a escolha do tema (bairro) e do objeto de estudo (Morada da Barra) foi motivada por vivências pessoais e o acompanhamento de algumas fases do processo de formação daquela região. Além disso, diversos trabalhos têm abordado as diferentes problemáticas do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, despertando o interesse dos pesquisadores e proporcionando reflexões pertinentes em diversos campos de estudo.

De forma a compreender melhor os fatores que levaram à formação daquele espaço e sua relação com o município, segue-se a exposição e análise de dados do município de Vila Velha e, posteriormente, o olhar sobre os dados bairro Morada da Barra (**Fotografia 5**), a fim de tecer comparações deste com o Aglomerado da Grande Terra Vermelha e Região 05, onde o bairro se localiza.

**Fotografia 5- Bairro Morada da Barra**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015.

Para compreender a dinâmica geográfica e populacional da região é necessário não apenas relacionar o bairro com o contexto municipal no qual está inserido, mas também relacionar alguns dados históricos sobre o município e o estado. A partir de então, tendo como base dados quantitativos que representam a realidade nacional, estadual e municipal, foi possível elaborar um suporte para as observações críticas

levantadas neste estudo. Tal abordagem é baseada, dentre outros, no princípio de que:

[...] o espaço urbano pode ser analisado como um conjunto de pontos, linhas e áreas. Pode ser abordado a partir da percepção que seus habitantes ou alguns de seus segmentos têm dele e de suas partes. Outro modo possível de análise considera-o como forma espacial em suas conexões com estrutura social, processos e funções urbanas. Por outro lado ainda, o espaço urbano, como qualquer outro objeto social, pode ser abordado segundo um paradigma de consenso ou de conflito. (CORRÊA,1993, p. 6)<sup>16</sup>

Em vista disso, procedemos com a coleta de dados (população, hierarquia municipal, gênero e faixa etária, habitação, densidade demográfica, renda e educação) no Censo de 2010<sup>17</sup> do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e na Prefeitura Municipal de Vila Velha a fim de elaborar mapas, gráficos e demais documentos que pudessem enriquecer a pesquisa, a partir dos quais foram realizadas análises sobre o bairro, estabelecendo relações com outras áreas, sempre que necessário.

Observando o crescimento de Vila Velha e dos municípios em seu entorno, percebe-se um contingente populacional se elevando a cada década. Com isso a área urbana da capital contígua aos municípios vizinhos nas décadas de 1960/ 1970 passa a integrar a Aglomeração Urbana da Grande Vitória, e na década de 1990 é instituída a Região Metropolitana da Grande Vitória/ES, conforme dados abaixo analisados.

Segundo informações do documento *Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV: Sistema Gestor e Informações Básicas* elaborado pelo Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN) no ano de 2005<sup>18</sup>, a Região Metropolitana da Grande Vitória (RMGV-ES) foi criada em 1995 através da Lei Complementar Estadual nº 58/95 e

---

<sup>16</sup> CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. 2ed. São Paulo. Ática. 1993.

<sup>17</sup> Por se tratar de uma apresentação da realidade atual do bairro, optamos por apresentar os dados do Censo de 2010, visando aproximar o leitor das informações quantitativas sobre o recorte espacial.

<sup>18</sup> **Região Metropolitana da Grande Vitória – RMGV: Sistema Gestor e Informações Básicas** – Vitória: IJSN, 2005. p.13-14.

instituída, visando avanços quanto à melhoria de organização, planejamento e execução de funções públicas de interesse comum, a formação da área composta por cinco municípios, sendo eles Cariacica, Serra, Viana, Vila Velha e Vitória. Já nos anos de 1999 e 2001, foram incluídos, respectivamente, os municípios de Guarapari (LC 159 de 08 de julho) e Fundão (LC 204 de 21 de junho). Sua área total é de 2.331 km<sup>2</sup>, com um grau de urbanização de 98% e cerca de 48% da população do Espírito Santo residindo na RMGV-ES em 2010.

Conforme o Censo 2010, o Espírito Santo – que junto com Minas Gerais, Rio de Janeiro e São Paulo compõem a região Sudeste - detinha um total de 3.514.952 habitantes. O estado do Espírito Santo é composto por 78 municípios, porém a distribuição populacional é desigual, sendo que a maior concentração está na Região Metropolitana que, em 2010, contabilizava 1.687.704 habitantes.

A **tabela 01** e o **gráfico 01**, elaborados a partir de dados coletados no censo do IBGE, apresentam a evolução populacional do município comparada com o estado e o Brasil. Em 1991 o país contava com uma população de 146.825.475 habitantes, e no ano de 2000, 169.799.170 habitantes, chegando ao ano de 2010 com 190.755.799 habitantes. Essa tendência de crescimento foi verificada também em relação ao Espírito Santo, que no ano de 1991 tinha uma população de 2.600.618, que aumentou para 3.097.232 em 2000, e no ano de 2010 os números apontavam 3.514.952 habitantes.

Já o município de Vila Velha em 1991 totalizava uma população de 265.586 habitantes, que em 2000 elevou-se para 345.965 habitantes. A população do município ampliou-se em 80.379 pessoas de 1991 a 2000 e 68.621 de 2000 a 2010; percentualmente isso significa um acréscimo de 30% e 19%. Assim, o percentual total entre os anos de 1991 a 2010, é de 27% para o país, 32% para o estado e 49% para o município, realçando a elevada dinâmica de crescimento populacional em Vila Velha.

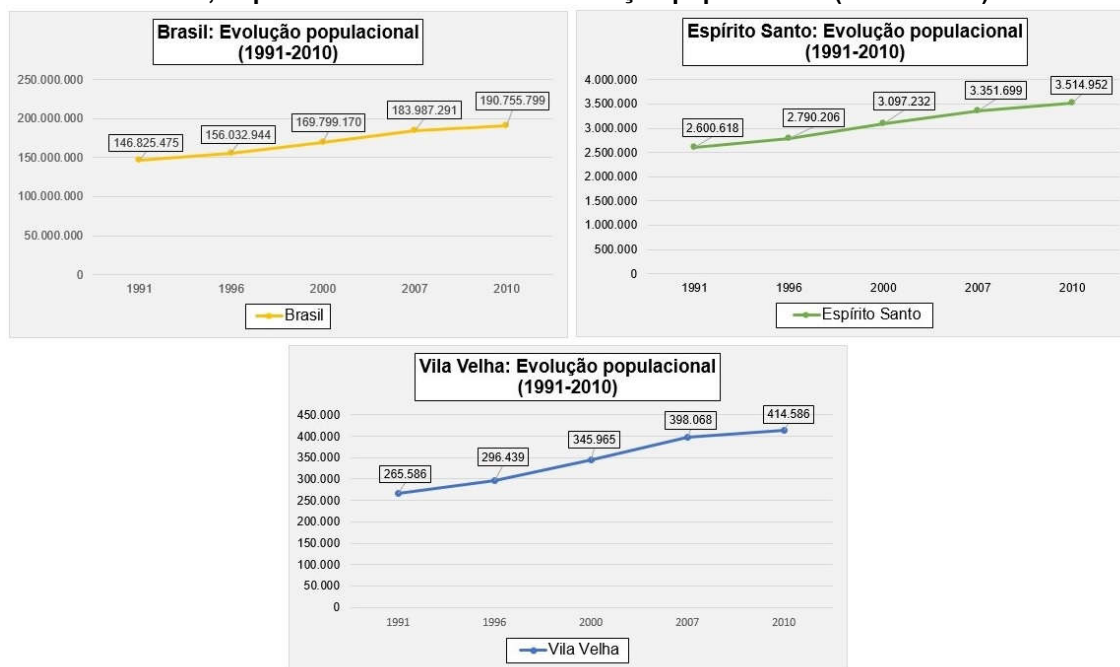
**Tabela 1 - Evolução populacional do Brasil, Espírito Santo e Vila Velha (1991 a 2010)**

Abrangência	(1991)	(1996)	(2000)	(2007)	(2010)
-------------	--------	--------	--------	--------	--------

<b>Brasil</b>	146.825.475	156.032.944	169.799.170	183.987.291	190.755.799
<b>Espírito Santo</b>	2.600.618	2.790.206	3.097.232	3.351.669	3.514.952
<b>Vila Velha</b>	265.586	296.439	345.965	398.068	414.586

Fonte: IBGE (2010). **Elaboração:** Eder Lira (2015).

**Gráfico 1 – Brasil, Espírito Santo e Vila Velha: Evolução populacional (1991 a 2010)**



Fonte: IBGE (2010). **Elaboração:** Eder Lira (2015).

Além dos dados elaborados foi necessária a análise de informações contidas em outros trabalhos. A dissertação de Celante (2014)<sup>19</sup> apresenta uma ampla análise da elevação populacional de alguns municípios que hoje compõem a Região Metropolitana da Grande Vitória (**tabela 02**).

A tabela apresenta a evolução populacional da Região Metropolitana da Grande Vitória-ES e de alguns municípios individualmente, tendo como recorte temporal o período de 1920 a 2000. Merecem destaque as décadas de 1960, 1970 e 1980, que apresentam intensas elevações populacionais. Além disso é importante observar que a Região Metropolitana teve um acréscimo populacional de mais de 500.000

<sup>19</sup> CELANTE, Suelm Simão Alves. **Gentrificação: impactos do mercado imobiliário sobre a colônia de pescadores de Itapoã – Vila Velha – ES**. 2014.85f. Dissertação (Mestrado em Sociologia Política). Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política, Universidade de Vila Velha, 2014.



pessoas em vinte anos (entre 1960 e 1980), um dos reflexos da postura econômica adotada pelo Estado quanto à implantação dos grandes projetos industriais (CVRD, CST, Aracruz Celulose entre outros), além da crise na agricultura gerada pela erradicação dos cafezais.

**Tabela 2 – Evolução populacional de municípios e região metropolitana (1920-2000)**

<b>Município</b>	<b>1920</b>	<b>1940</b>	<b>1950</b>	<b>1960</b>	<b>1970</b>	<b>1980</b>	<b>2000</b>
Cariacica	12.036	15.228	21.741	40.002	101.422	189.099	324.285
Serra	6.777	6.415	9.254	9.729	17.286	82.568	321.181
Viana	8.858	7.661	5.896	6.847	10.529	23.440	53.452
Vila Velha	6.098	17.054	23.127	56.445	123.742	203.401	345.965
Vitória	21.866	45.212	50.922	85.242	133.019	207.763	292.304
Região Metropolitana	55.635	91.570	110.931	198.265	385.998	706.244	1.337.187

**Fonte:** Celante **Ano:** 2014.

Todos esses dados comprovam a tendência de elevação populacional vivenciada pelo país, estado e município; mesmo em proporções diferentes.

A compreensão do crescimento populacional auxilia o entendimento das diferentes mudanças na conjuntura demográfica das áreas analisadas. Um destaque foi observado em relação ao município de Vila Velha, que ao longo dos períodos analisados teve um acréscimo populacional superior aos índices do estado e do país. Tal crescimento, não planejado, resultou em diversos problemas urbanos e estruturais, como por exemplo, o aparecimento de áreas sem a devida assistência do poder público.

No caso de Vila Velha, a cidade ficou durante anos tendo sua maior concentração populacional<sup>20</sup> na região norte do município, podendo tal fato ser justificado pela aproximação com a capital Vitória. Até o final da década de 1970 apenas uma ponte fazia a conexão entre Vila Velha e Vitória; porém em 1979 foi inaugurada a Ponte do Príncipe (Segunda Ponte), o que estimulou a ocupação urbana do município de Vila Velha. Como o que já ocorria com os demais municípios da Grande Vitória, o município passou a receber um grande número de moradores, atraídos pelos grandes projetos industriais como Aracruz Celulose, Companhia Siderúrgica de Tubarão e a Companhia Vale do Rio Doce<sup>21</sup>. Tal fato também foi influenciado pela

<sup>20</sup> Concentração populacional de ocupações regulares e também irregulares.

<sup>21</sup> Posteriormente passaram a se chamar: Fibria, ArcelorMittal Tubarão e Vale.

migração campo-cidade que o estado vivenciou com mais intensidade nesse período, resultando na expansão da área urbana para o sul (**ANEXO A**), pouco habitada e com possibilidades de moradia a preços mais acessíveis. Em 1989 foi inaugurada a Ponte Deputado Darcy Castello de Mendonça (Terceira Ponte), ligando Vila Velha a Vitória pelo litoral.

A análise do **gráfico 02** permite compreender que, durante as duas décadas em destaque, os indicadores populacionais continuaram elevados no primeiro período (de 1991 a 2000) e alguns fatores foram responsáveis por essa elevação, como a migração campo-cidade. Já no período seguinte (2000 a 2010), a elevação observada na primeira não se manteve tão intensa, sendo ainda perceptível o crescimento demográfico. Acerca das transformações sofridas pelas cidades, Alvarez (2013)<sup>22</sup> destaca que:

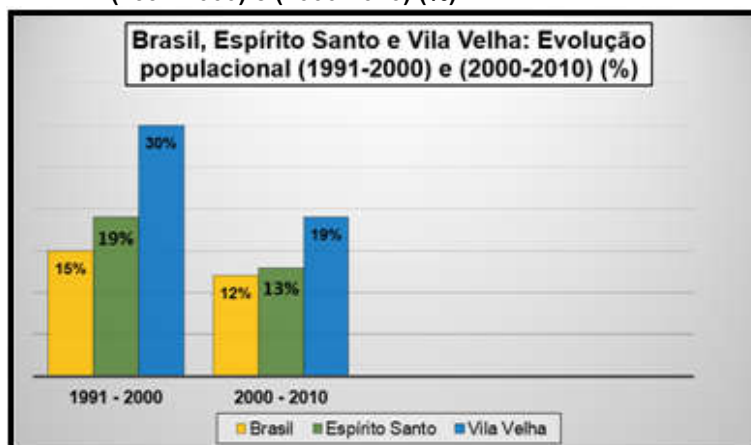
Nas últimas décadas, as grandes cidades vivem um conjunto de transformações que, a nosso ver, revela a sua importância no desenvolvimento capitalista recente, marcado por uma forte crise de produção e realização do valor[...]. Entre essas transformações, inclui-se a desativação e introdução de novos usos em antigas áreas industriais e portuárias, projetos de revitalização de centros urbanos, expansão de área urbanizada, valorização de áreas periféricas, adensamento da verticalização, desvalorização de ativos imobiliários, remoção de populações que, além de expressarem novas morfologias, usos e funções, também sinalizam para mudanças estruturais na reprodução social. (2013.p.111,112)

Em se tratando da área de estudo, Morada da Barra e Aglomerado da Grande Terra Vermelha, constatou-se que, após intensos conflitos pela posse da terra, ocupações e vendas irregulares, no fim da década de 2000, a prefeitura reconheceu oficialmente os espaços ocupados como bairros, vinculando-os à Região Administrativa número 05.

---

<sup>22</sup> ALVAREZ, Isabel Pinto. **Segregação como conteúdo da produção do espaço urbano**. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi (orgs). São Paulo: Contexto, 2013.

**Gráfico 2 – Brasil, Espírito Santo e Vila Velha: Evolução Populacional (1991-2000) e (2000-2010) (%)**



Fonte: IBGE (2010). Elaboração: Eder Lira (2015).

Em 10 de setembro de 2008, o Prefeito Municipal assinou a lei Nº 4.707 (**ANEXO B**) de Institucionalização dos Bairros nas Regiões Administrativas, além de reger seus limites e suas denominações.<sup>23</sup> Assim, ficaram estabelecidas as denominações para as cinco Regiões Administrativas Municipais, conforme o **mapa 02 (dois)**. Com isso, a partir daquele ano as regiões seriam compostas pelas seguintes áreas: 01 (um) Centro; 02 (dois) Grande Ibes; 03 (três) Grande Aribiri; 04 (quatro) Grande Cobilândia e 05 (cinco) Grande Jucu.

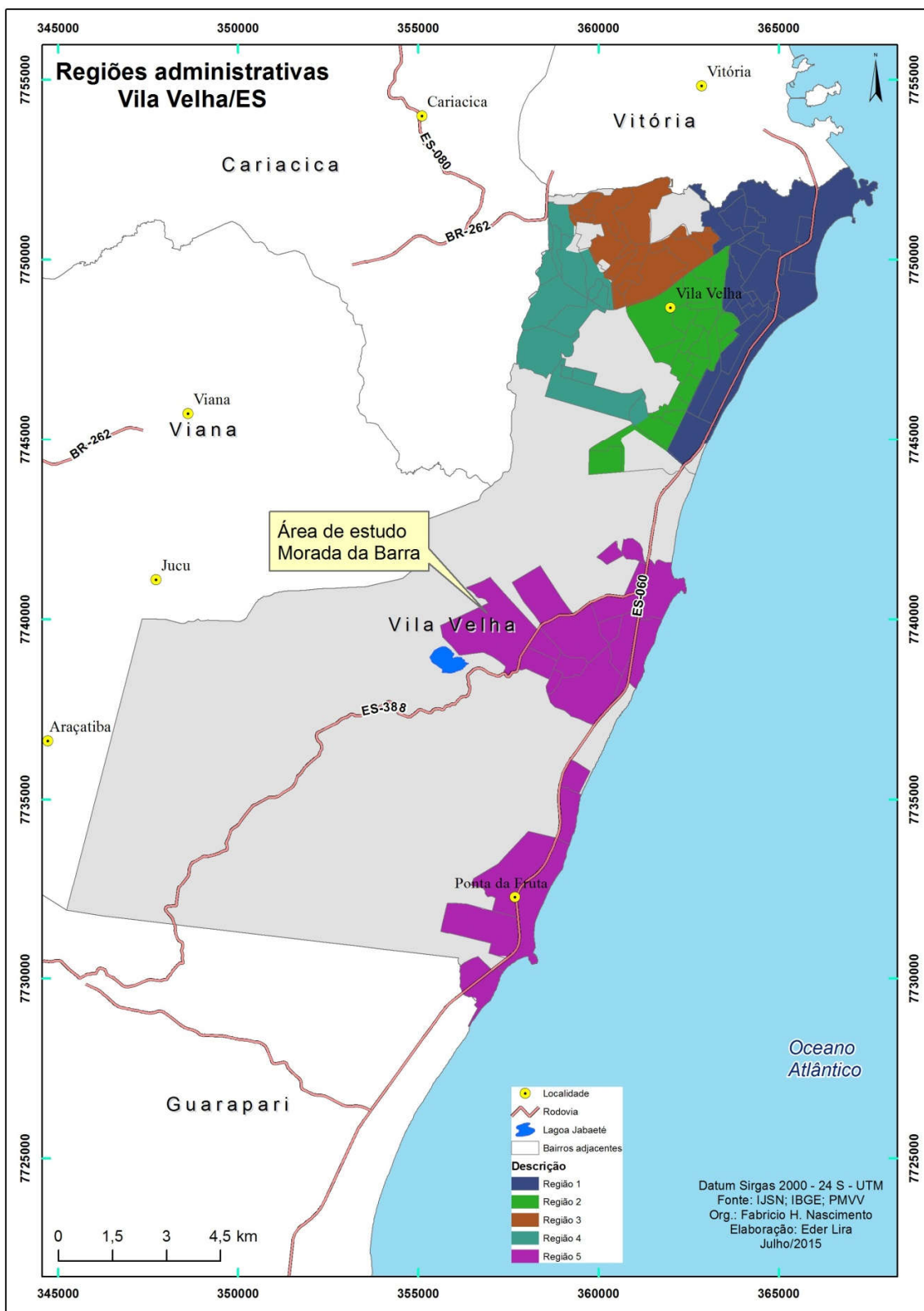
Quanto à divisão administrativa municipal, a área de estudo está inserida na Região 05 (cinco), conforme apresentado no **mapa 03**.

A configuração territorial, localização municipal e respectiva proporção da área de estudo em relação ao estado, podem ser visualizadas no **mapa 04**.

Segundo os dados da SEMPLA-PMVV e do Censo de 2010 que serviram de base para a elaboração da **tabela 03**, A Região 05 era composta por 59.381 habitantes. O bairro mais populoso no período é Barramares, com 12.405 habitantes, e o com a menor população é Morada do Sol com 341 habitantes. O bairro Morada da Barra é o terceiro mais populoso com 4.940 habitantes.

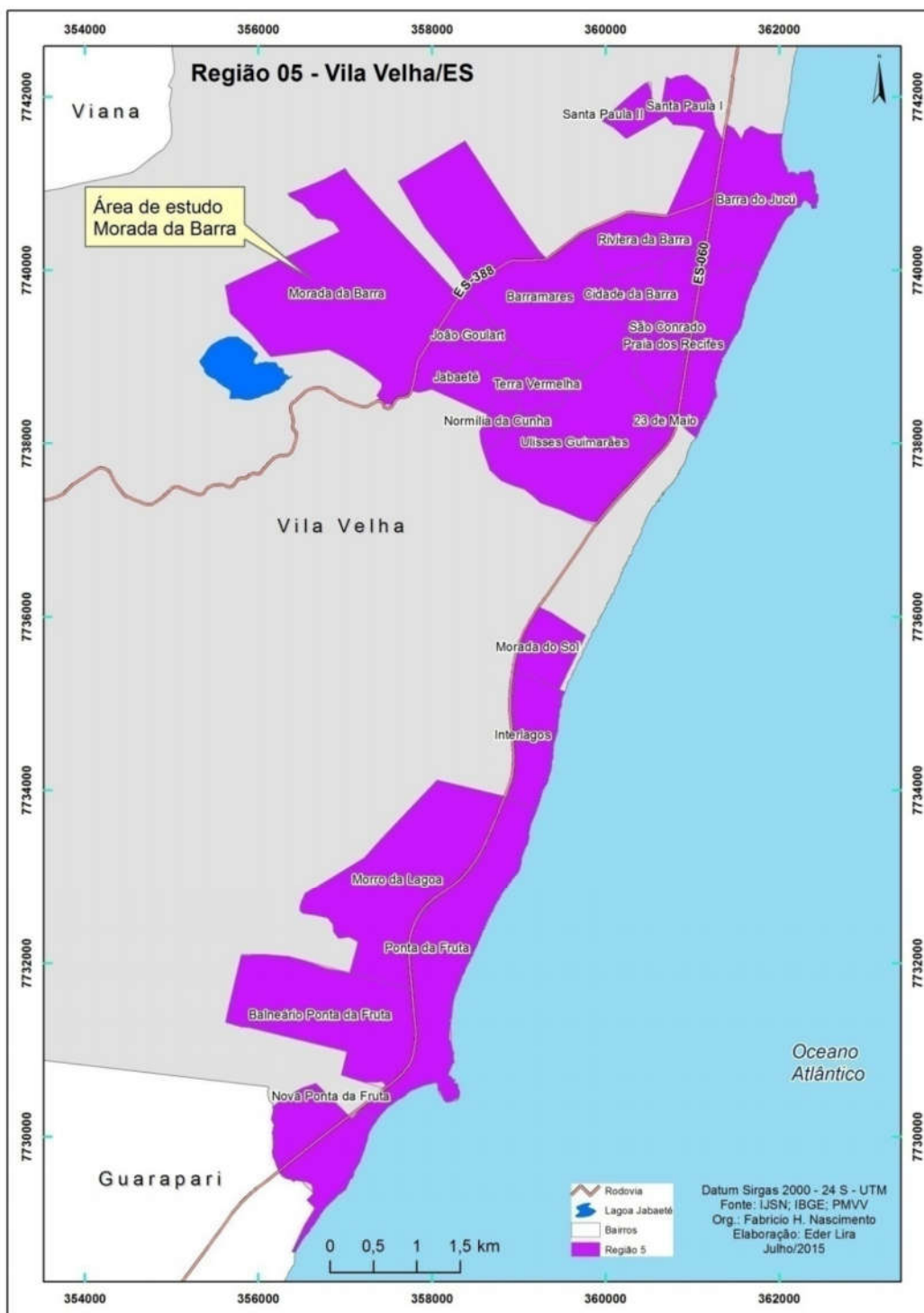
<sup>23</sup> Conforme já citado na metodologia, utilizamos a lei 4.707 de 2008 como referência para delimitar uma das fases do bairro pois ela institucionalizou os bairros nas regiões administrativas e também por ter substituído a lei nº 3.116/1995, utilizada por Sartório (2012).

Mapa 2 – Subdivisão administrativa municipal- Vila Velha- ES



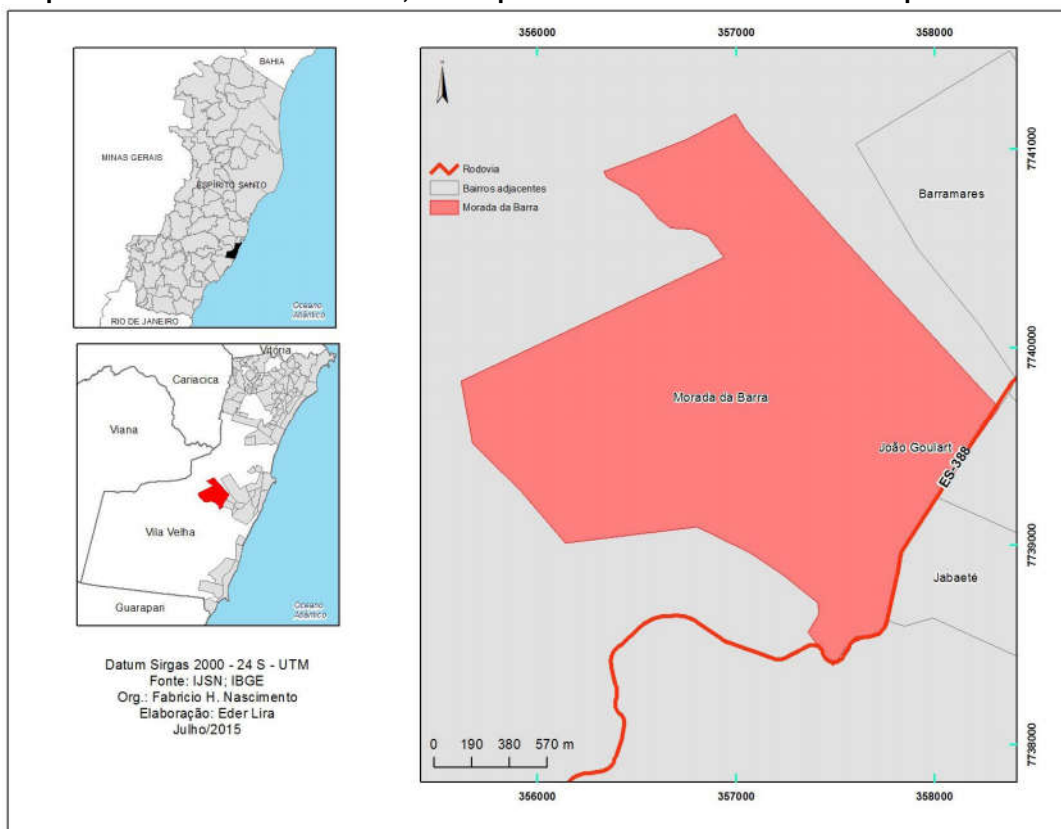
Fonte: IJSN; IBGE, PMVV (2010). Elaboração: Eder Lira (2015).

Mapa 3 – Região 05-Vila Velha-ES



Fonte: IJSN; IBGE, PMVV (2010). Elaboração: Eder Lira (2015).

**Mapa 4 – Bairro Morada da Barra, município de Vila Velha e o Estado do Espírito Santo**



Fonte: IJSN, IBGE (2010). Elaboração: Eder Lira (2015).

**Tabela 3 - População da Região 05 por bairros-2010**

Bairros	População
Balneário Ponta da Fruta	3.106
Barra do Jucu	4.125
Barramares	12.405
Cidade da Barra	2.085
Interlagos	1.164
Jabaeté	2.517
João Goulart	2.367
Morada da Barra	4.940
Morada do Sol	341
Morro da Lagoa	446
Normília da Cunha	1.355
Nova Ponta da Fruta	1.196
Ponta da Fruta	2.081
Praia dos Recifes	766
Riviera da Barra	3.445
Santa Paula I	536
Santa Paula II	2.153
São Conrado	2.981
Terra Vermelha	2.847
Ulisses Guimarães	7.271
Vinte e Três de Maio	1.254
<b>Total</b>	<b>59.381</b>

Fonte: IBGE apud SEMPLA-PMVV (2013). Elaboração: Eder Lira (2015).

A **tabela 04** destaca a população do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, com um total de 43.467 habitantes. Conforme acima citado e também comprovado pelas **tabelas 03 e 04**, Morada da Barra se destaca por ser um dos bairros mais populosos da Região 05.

**Tabela 4 - População do Aglomerado da Grande Terra Vermelha**

Bairros	População
Barramares	12.405
Cidade da Barra	2.085
Jabaeté	2.517
João Goulart	2.367
Morada da Barra	4.940
Normília da Cunha	1.355
Riviera da Barra	3.445
São Conrado	2.981
Terra Vermelha	2.847
Ulisses Guimarães	7.271
Vinte e Três de Maio	1.254
<b>Total</b>	<b>43.467</b>

Fonte: IBGE apud SEMPLA-PMVV (2013). **Elaboração:** Eder Lira (2015).

A **tabela 05** destaca a distribuição populacional por faixa etária tanto de Morada da Barra quanto do Aglomerado de Terra Vermelha. Os dados desta tabela apontam que em ambos o número de habitantes jovens é expressivo em relação aos idosos, o que também pode ser comparado com a pirâmide etária do Aglomerado da Grande Terra Vermelha (**gráfico 03**).

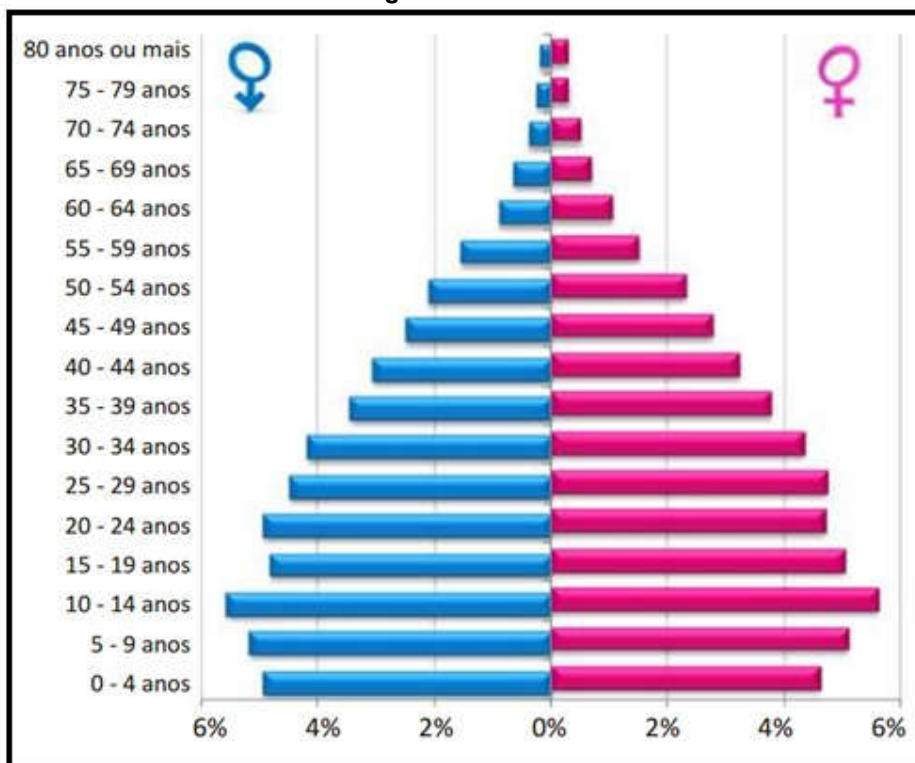
**Tabela 5 - Distribuição populacional do bairro Morada da Barra e do Aglomerado da Grande Terra Vermelha por setor censitário- faixa etária**

Abrangência	0 a 4 anos	5 a 14 anos	15 a 24 anos	25 a 39 anos	40 a 64 anos	65 ou mais
Morada da Barra	77	180	144	178	141	24
Aglomerado da Grande Terra Vermelha	3.179	9.336	2.196	3.102	2.538	396

Fonte: IBGE apud SEMPLA-PMVV (2013). **Elaboração:** Eder Lira (2015).

A distribuição populacional também pode ser melhor compreendida através da análise de gráficos. Os índices revelam que ocorre a predominância de uma população jovem no Aglomerado da Grande Terra Vermelha. Em relação às faixas etárias, o gráfico 03 demonstra ser maior aquela que corresponde ao intervalo de 10-14 anos. Além disso, percebe-se, também, que os grupos referentes aos intervalos de 0-4 anos até 30-34 anos correspondem à maior parte da população.

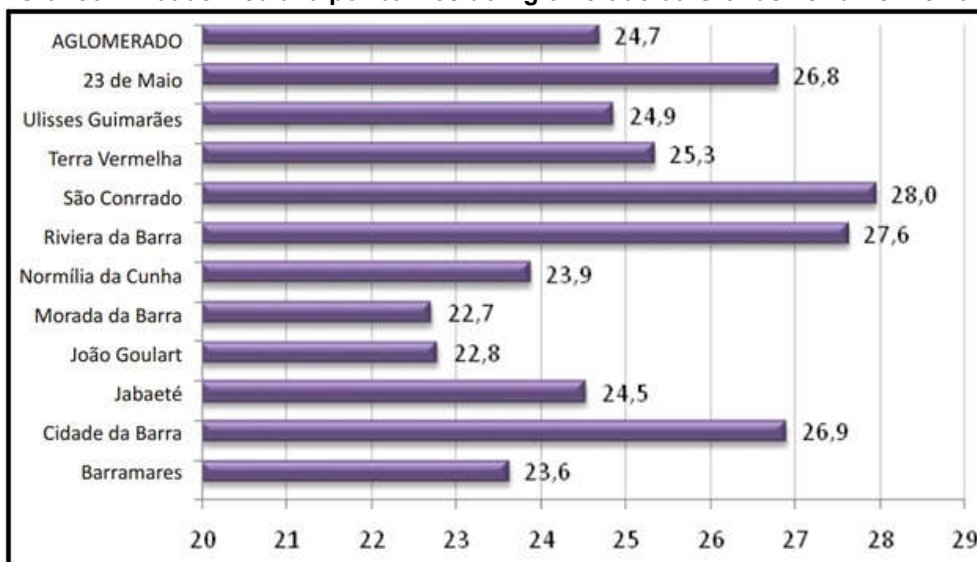
**Gráfico 3 - Pirâmide etária do Aglomerado da Grande Terra Vermelha - 2010**



FONTE: IBGE-2010

Quanto a mediana, observa-se no **gráfico 04** que o Aglomerado da Grande Terra Vermelha tem uma idade mediana de 24,7 anos, enquanto o bairro Morada da Barra apresenta uma mediana de 22,7 anos.



**Gráfico 4 - Idade mediana por bairros do Aglomerado da Grande Terra Vermelha-2010**

Fonte:

IBGE-2010

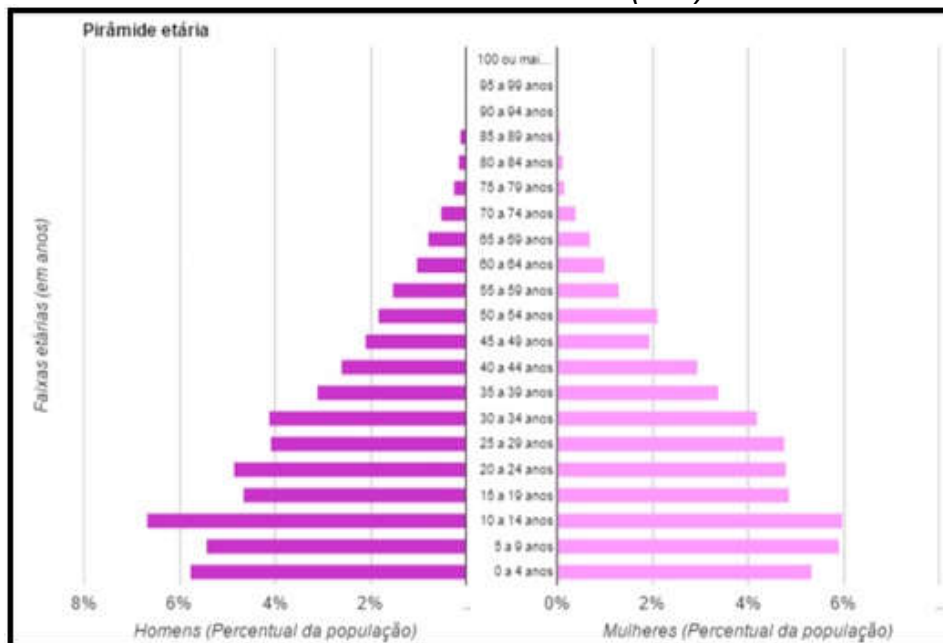
Compreender essas características é importante não só para direcionar políticas públicas, como também para perceber que trata-se de área em consolidação, e que conta com uma população jovem. Podemos perceber ainda, que a população do Aglomerado da Grande Terra Vermelha está mais concentrada na faixa etária correspondente à População Economicamente Ativa (PEA), ou seja, de 10 a 60 anos.

As características demográficas do bairro objeto de estudo são semelhantes às do Aglomerado da Grande Terra Vermelha. Em Morada da Barra, a concentração populacional também é majoritária nas faixas correspondentes ao PEA, conforme gráfico abaixo (05).

Além disso, índices de Morada da Barra (gráficos 05 e 06) seguem um padrão semelhante em relação às faixas etárias quando comparados aos do Aglomerado da Grande Terra Vermelha.

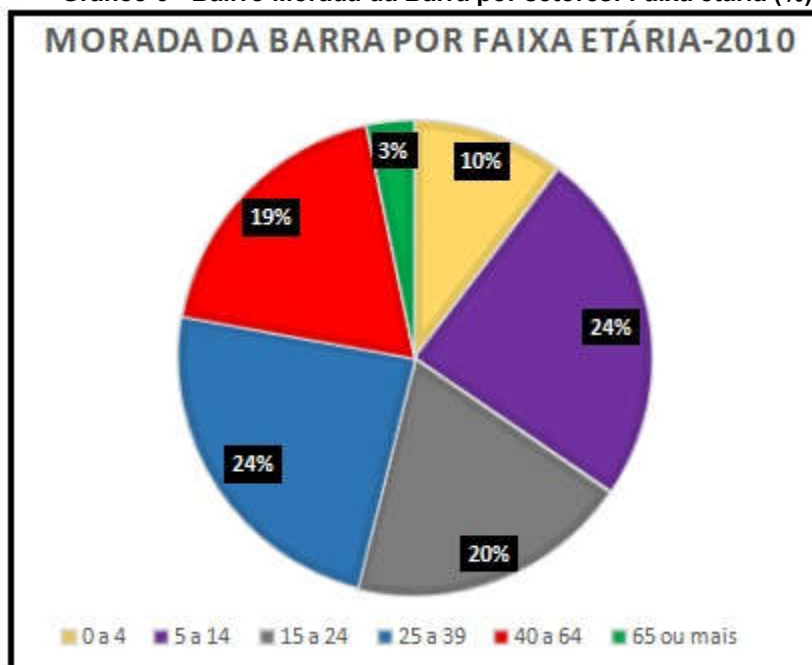
Os dados referentes à faixa etária do bairro Morada da Barra se assemelham aos do Aglomerado da Grande Terra Vermelha em alguns aspectos: as faixas etárias predominantes são de 5 a 14 anos e 25 a 39 anos; além disso, outras faixas etárias com elevado percentual populacional são de 0-4 até 30-34 anos.

**Gráfico 5- Pirâmide etária do bairro Morada da Barra (2010)**



Fonte: IBGE-2010

**Gráfico 6 - Bairro Morada da Barra por setores: Faixa etária (%)**



Fonte: IBGE apud SEMPLA-PMVV (2013). **Elaboração:** Eder Lira (2015).

Ao analisar a distribuição populacional através de vários dados, tanto do Aglomerado da Grande Terra Vermelha quanto do bairro Morada da Barra, concluímos que é predominante uma população jovem, o que demanda políticas públicas específicas. Observa-se, por exemplo, que o bairro Morada da Barra não conta com nenhuma praça, estando a recreação de uso coletivo limitada ao campo de futebol. Outro aspecto importante que merece ressalva é a falta de espaços para práticas culturais, limitadas à escola.

Em relação aos rendimentos e tendo, ainda como base os dados da SEMPLA-PMVV, observa-se na **tabela 06** a distribuição dos bairros com maior e menor percentual de chefes de domicílio com rendimento superior a um salário mínimo. Além disso, a tabela apresenta também esses valores por regiões administrativas.

Dentre elas aquela que comporta os bairros com o maior percentual de chefes de domicílios com rendimento superior a um salário mínimo é a Região 01. Praia da Costa e Praia de Gaivotas detêm, cada um, o percentual de 65,8% de moradores com renda superior a um salário mínimo, enquanto Jaburuna, possui o menor percentual da Região 01 contabilizando 41,2%. Na Região 02 Araças com 57,2% tem o maior índice e Vila Guaranhuns o menor com 41%. Já na Região 03, o destaque com índice superior é para o bairro Aribiri com 50,2% e com inferior o bairro de Zumbi dos Palmares com 29,1%. Na região 04 observa-se que o bairro Jardim do Vale tem o maior porcentual 57,1% e Alecrim o menor com 41,2%. Por fim, na Região 05 o bairro que detém o maior porcentual é Morada do Sol com 65,9% de chefes de domicílio que declararam renda superior a um salário mínimo, enquanto Morada da Barra tem o menor porcentual com 24,5%.

Comparando a área de estudo com os outros bairros do município e tendo como referência os parâmetros apresentados, percebe-se que ela se destaca por ser a que detém o menor índice de chefes de domicílio com rendimento superior a um salário mínimo não só da região administrativa à qual faz parte, como também é inferior a todos os outros bairros do município de Vila Velha/ES.

**Tabela 6 - Bairros com maior e menor percentagem de chefes de domicílios com rendimento superior a um salário mínimo (por região administrativa)**

Regiões	Bairros com maior percentual de chefes de domicílios com rendimento superior a um salário mínimo.	(%)	Bairros com menor percentual de chefes de domicílios pessoas com rendimento superior a um salário mínimo.	(%)
Região 01	Praia da Costa	65,8	Jaburuna	41,2
Região 02	Araçás	57,2	Vila Guaranhuns	41,0
Região 03	Aribiri	50,2	Zumbi dos Palmares	29,1
Região 04	Jardim do Vale	57,1	Alecrim	41,2
Região 05	Morada do Sol	65,9	Morada da Barra	24,5

Fonte: IBGE apud SEMPLA-PMVV (2013). **Elaboração:** Eder Lira (2015).

Um comparativo dos índices entre dois bairros de duas regiões distintas no município demonstra a desigualdade entre ambos e a situação de desvantagem da área de estudo. Tendo como referencial as análises feitas pela prefeitura municipal junto com os dados obtidos no IBGE, as categorias *Renda* e *Educação* ajudam a expor a situação de cada espaço, conforme **tabela 07**. A escolha para a comparação baseou-se nas características que destacavam o bairro da Praia da Costa como área historicamente relacionada a chefes de domicílio com rendas mais elevadas, em contraposição à área de estudo.

O bairro da Praia da Costa, situado na Região 01, que tem uma população de 31.083 habitantes, apresenta o percentual populacional de 5,7 % de chefes de família com renda de até 01 (um) salário mínimo, e 65,8% com mais de 01(um) salário mínimo. Além disso, 28,6 % são sem rendimentos.<sup>24</sup> Em relação à educação, o mesmo é composto por uma população com 28.043 pessoas alfabetizadas tendo uma taxa de alfabetização de 99,4 %.

Já Morada da Barra, situado na Região 05, apresentou no ano de 2010 o percentual de 31,3% de chefes de família com renda de até 01 (um) salário mínimo e 24,5%

<sup>24</sup> Os índices relacionados à renda divulgados pela SEMPLA-PMVV (2013) levaram em consideração os seguintes aspectos: População sem rendimentos, População com renda de até um salário mínimo e População com renda superior a um salário mínimo.

com mais de 01 (um) salário mínimo. Quanto aqueles que se enquadram no quesito sem rendimentos, o percentual do bairro é de 44,2%. O comparativo dos dados revela ainda que, 75,5% dos chefes de domicílio possuem rendimento de um salário mínimo ou inferior.

A comparação entre os dois bairros não seguiu o critério de aleatoriedade. Aquele que foi comparado à área de estudo sempre teve uma das populações mais ricas se comparado, também, a outros bairros; além de deter o valor de metro quadrado mais elevado do município<sup>25</sup>.

Tendo como exemplo a renda, percebe-se, então, que os bairros Morada do Sol e Praia da Costa apresentam o maior percentual populacional com renda superior a um salário mínimo, enquanto que em Morada da Barra a maior parte da população se destaca por ser sem rendimentos.

**Tabela 7- Relação entre população, renda e educação dos bairros Praia da Costa e Morada da Barra, Vila Velha, Espírito Santo**

Bairros	População	Renda (Salário mínimo)			Educação	
		Até 01 (%)	Mais de 01 (%)	Sem rendimentos (%)	Pessoas Alfabetizadas	Taxa de Alfabetização (%)
<b>Praia da Costa</b>	31.083	5,7	65	28,6	28.043	99,4
<b>Morada da Barra</b>	4.490	31,3	24,5	44,2	3.418	89,3

**Fonte:** IBGE apud SEMPLA-PMVV (2013). **Elaboração:** Eder Lira (2015).

Os dados acima permitem, entre outros aspectos, considerar que o quesito renda dos chefes de domicílio se constitui como um elemento de reflexão sobre a questão econômica. Além disso, o percentual de população alfabetizada demonstra, através da comparação entre os dois bairros, a discrepância entre esses distintos espaços.

**Tabela 8 - Densidade demográfica e distribuição domiciliar dos bairros Morada da Barra, João Goulart e da Região 05**

Níveis de abrangência	Morada da Barra	João Goulart	Região 05
-----------------------	-----------------	--------------	-----------

<sup>25</sup> Segundo indicadores do Sindicato da Indústria da Construção Civil no Estado do Espírito Santo (SINDUSCON). Disponível em : <<http://www.sinduscon-es.com.br>>– Acesso em 03 de julho de /2015

<b>População total</b>	4.940	2.367	59.381
<b>Domicílios particulares permanentemente ocupados</b>	1396	649	12.557
<b>Área (Hectare = 10.000m<sup>2</sup>)</b>	362,18 ha	215.347 ha	1.177,61 ha
<b>Domicílios próprios (%)</b>	82,3%	74,1%	74,4%
<b>Domicílios alugados (%)</b>	12,2%	17,6%	17,3%
<b>Domicílios cedidos (%)</b>	5,4%	8,3%	8,19%
<b>Outras formas de ocupação (%)</b>	0,1%	0,0%	0,07%
<b>Habitantes por hectare</b>	13,64	109,92	25,43
<b>Domicílios por hectare</b>	3,85	30,14	7,56
<b>Habitantes por moradia</b>	3,54	3,65	3,36

**Fonte:** IBGE apud SEMPLA-PMVV (2013). **Elaboração:** Eder Lira (2015).

Tendo como base a **tabela 08**, que destaca não só Morada da Barra como também João Goulart e a Região 05, algumas considerações são necessárias. Analisando os dados da área de estudo o total de domicílios particulares permanentemente ocupados é de 1.396. Estes estão divididos em 82,3 % próprios, 12,2 % alugados, 5,4% cedidos e 0,1% em outras formas de ocupação. João Goulart por sua vez, teve em 2010, um total de 649 domicílios particulares permanentemente ocupados, sendo 74,1% próprios, 17,6% alugados e 8,3% cedidos. Já a Região administrativa municipal 05 teve 12.557 domicílios particulares permanentemente ocupados, sendo 74,4% próprios, 17,3% alugados e 8,19% cedidos. Isso caracteriza uma particularidade presente em toda área: a maioria dos moradores tem sua residência própria. Isso tudo está diretamente relacionado com a história da formação desses bairros, visto que grande parte da população ocupou ou adquiriu o direito de posse de quem anteriormente ocupou e construiu sua própria casa.

Ainda com base na **tabela 8** é possível observar que a Região 05 tem uma população de 59.381 habitantes, com 12.557 domicílios particulares permanentemente ocupados, tendo 1.177,61 hectares com 25,43 habitantes por

hectare nessa área. Além disso, é composta por 7,56 moradias por hectares com 3,36 habitantes por moradia. Dentre os bairros da Região 05, aquele que tem a maior área é justamente o local de estudo, ou seja, Morada da Barra, com uma área de 362,18 ha. Outra informação que o diferencia dos demais é a quantidade de moradias por hectares: enquanto que em João Goulart há 30,14 moradias por hectares, em Morada da Barra há 3,85, deixando evidente também o grande número de espaços vazios ainda encontrados em Morada da Barra ao compararmos com os demais bairros do aglomerado.

Algumas hipóteses podem explicar essa diferença entre dois bairros que estão tão próximos um do outro. A mais provável é aquela relacionada à renda da terra, ou seja, determinadas frações do bairro foram adquiridas visando principalmente a valorização da área. Isso denota que o bairro hoje está ligado a uma rede do comércio imobiliário que envolve o espaço urbano. Assim, percebe-se que os agentes responsáveis, mesmo em pequenas escalas, como no caso de investidores, que adquirem um imóvel como uma poupança, usam as frações territoriais como fonte de ganhos e extração de valor da terra.

Os espaços vazios são muito mais do que uma simples delimitação territorial, fazem parte de uma engrenagem que está relacionada a um processo econômico. Por isso, pensar a cidade é também compreender seus contrastes e como a exploração e a luta de classes se manifesta em vários setores do espaço. E o que são esses espaços? Para que realmente servem? A quem eles favorecem? Para esses questionamentos é necessário, além de um viés crítico do pensar, certa sensibilidade aos contrastes que o espaço demonstra:

Essas propriedades estão, em parte, à espera de valorização. As propriedades menores são sítios, chácaras e residências secundárias da parcela minoritária da população metropolitana (incluindo aí os sítios destinados ao “turismo rural”). As propriedades rurais, os vazios urbanos e as áreas naturais protegidas dos perímetros urbanos somados equivalem a 86 % (94 % do território incluindo os municípios de Anchieta, ao Sul e Aracruz, ao Norte) do território metropolitano. (ZANOTELLI, 2014, p.3)<sup>26</sup>

---

<sup>26</sup> ZANOTELLI, C. L. ; FERREIRA, F. C. ; ANTONIO, L ; BERGAMASHI, Rodrigo Bettim . **A renda da terra na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES/ Brasil**. Confins - revue franco-brésilienne de géographie, v. 1, p. 1-25, 2014.

A manifestação dos espaços vazios que estão à espera da valorização denota, além das desigualdades presentes nas cidades, as diferentes estratégias que os proprietários vão utilizar para elevar seus rendimentos. Porém, quando a questão vai além da ocupação “legal” propriamente dita, as formas de lidar com o caso são diferenciadas. Quando se trata de uma ocupação, existe, em geral, uma pressão intensa pela desocupação, por se tratar de uma camada da sociedade que em muitos casos não reúne as forças necessárias para resistir. Em contrapartida, é aceito que um determinado especulador mantenha durante décadas glebas do espaço urbano em busca da “eterna” valorização.

No bairro objeto de estudo, existem alguns exemplos de pessoas que utilizam a renda da terra em pequena escala. Tomou-se conhecimento do caso de uma proprietária que adquiriu um lote que vem sendo "vigiado" por uma vizinha há mais de uma década, e cujo valor de venda atual é de R\$ 18.000,00 (Tamanho 150m<sup>2</sup>). Outro proprietário adquiriu um lote no fim dos anos de 1990, construiu sua casa e posteriormente foi residir em outro bairro; porém ele comprou outras áreas no entorno e sua propriedade hoje é composta por três lotes. Também pode-se citar um morador e comerciante que passou a adquirir lotes na última década e fomenta um comércio de compra e venda de lotes no bairro. Esses casos denotam que, em maior ou menor grau, existem especuladores no bairro. Além disso, é possível observar alguns espaços que encontram-se disponíveis para venda e que sofrem constante valorização com o passar do tempo, conforme fotografias abaixo **(06,07 e 08)**:

---



**Fotografia 6- Lote à venda (imobiliária)**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 7 - Lote à venda (particular)**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 8 - Terreno à venda (particular)**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

Apesar de ainda se verificar um grande número de espaços vazios existe um processo de valorização dos imóveis, não só no bairro como também na região (**fotografias 09, 10 e 11**). Quanto a isso, Pedro Ronchi (2014, p.150), em seu trabalho intitulado *Expansão Urbana e o Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana da Grande Vitória*, verificou os preços de terrenos em bairros da Região do Aglomerado da Grande Terra Vermelha, onde está localizado o Residencial Vila Velha, bairro Jabaeté, seu objeto de estudo. Em Morada da Barra percebemos exemplos de terrenos no valor de R\$ 60.000,00 (Área 180 m<sup>2</sup>) com uma média de R\$ 493,83 o metro quadrado, outro no valor R\$ 40.000,00 (Área 150 m<sup>2</sup>) com média de R\$ 266,67 o metro quadrado e, também, um terreno no valor de R\$ 75.000,00 (Área 300 m<sup>2</sup>) com uma média de R\$ 250,00 o metro quadrado. As análises de Ronchi (2014) podem ser verificadas também nas fotos abaixo, que

denotam a presença de investidores que movimentam o mercado imobiliário do bairro e da região.

Um caso que merece destaque é o de um investidor que comprou uma área de aproximadamente 900m<sup>2</sup> no bairro Morada da Barra (**fotografia 10**) e construiu um condomínio com seis casas geminadas sendo, cada uma, com uma área total de 150m<sup>2</sup> e área construída de 78m<sup>2</sup>. Cada casa é composta por dois quartos, sala, cozinha, banheiro e são comercializadas a R\$130.000,00 (centro e trinta mil reais), podendo ser financiadas pelo programa habitacional *Minha Casa Minha Vida*.

As características imobiliárias ajudam a compreender as diferentes dinâmicas presentes no bairro. Contudo a relação dos moradores da região com os aspectos biofísicos também deve ser considerada como um fator para compreender o espaço vivido.

Durante as décadas de ocupação houve um processo de degradação da natureza, proporcionado tanto pelos moradores quanto pela ação das empresas ali instaladas. Além da Mata Atlântica, o Rio Jucu e a Lagoa Jabaeté proporcionaram não só meios de sobrevivência da população como também a matéria prima para o lucro das empresas.

Essa interferência no meio ambiente foi observada por Miquelina Aparecida Deina (2013) ao abordar as diferentes alterações hidrogeomorfológicas no baixo curso do Rio Jucu:

A bacia hidrográfica do rio Jucu além de abranger seis municípios, o rio Jucu é o principal responsável pelo abastecimento de água da RMGV sofrido com as consequências do avanço da urbanização em seu baixo curso, resultando em alterações hidrológicas significativas, com alagamentos e inundações constantes neste trecho da bacia. Alterações hidrogeomorfológicas no baixo Jucu e suas consequências socioambientais. (DEINA, 2013, p. 8)<sup>27</sup>

---

<sup>27</sup> DEINA, Miquelina Aparecida. **Alterações hidrogeomorfológicas no baixo curso do rio Jucu**. 2013. 186f. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

**Fotografia 9 - Imóvel em construção**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 10 - Casas à venda**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 11- Apartamentos à venda**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

Quanto à Morada da Barra, a lagoa Jabaeté (**fotografia 12**) tem um importante papel para os moradores que a utilizam para diversos fins, desde atividades produtivas como pesca, caça e agricultura até momentos de recreação. A imagem abaixo mostra a lagoa e parte do ecossistema.

**Fotografia 12 – Lagoa Jabaeté no bairro Morada da Barra**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015.

Tanto Deina (2013) quanto Sartório (2012), abordaram de diferentes formas a lagoa Jabaeté em suas análises. Enquanto que a primeira aponta a ocupação relacionando com os aspectos físicos da área, o segundo destaca as diferentes atividades próximas a lagoa, assim como impactos ambientais gerados por elas:

[...] o Bairro Morada da Barra, [...] teve seu adensamento populacional evoluído no sentido Norte-Nordeste. A porção deste bairro situada a Noroeste, próximo a Lagoa Jabaeté, não teve seu parcelamento e ocupação levados adiante, provavelmente pelas condições dos terrenos em áreas muito baixas sujeitas a alagamentos constantes. (DEINA, 2013, p. 144)

No entorno da lagoa há a presença de criadores suínos e bovinos que despejam, segundo a prefeitura, dejetos na lagoa, agravando a poluição e a quantidade de coliformes fecais. Segundo a Companhia Espírito Santense de Saneamento (CESAN), durante o verão, as taxas de coliformes fecais são bastante elevadas, uma vez que começa o período de chuva e, por essa razão, há elevado escoamento de água para a lagoa. (Sartório, 2012, p. 94)<sup>28</sup>

Além da Lagoa Jabaeté foram formadas na região outras lagoas artificiais (**fotografias 13 e 14**), provenientes da extração de areia por empresas e por moradores. Através da matéria prima foi construída grande parte das moradias no bairro e na região, além de gerar empregos nas empresas extratoras e lucro para os empresários. Contudo os impactos ambientais são significativos e foram, também, objetos de análises nas pesquisas de Sartório (2012) e Deina (2013):

De 1998 a 2008 são observadas poucas mudanças quanto a novos parcelamentos. Entretanto, nota-se um adensamento populacional considerável, em todos os bairros citados, com poucas exceções às áreas situadas mais ao Norte e Oeste das imagens, como é o caso da porção Norte-Noroeste do Bairro Barramares e grande parcela do bairro Morada da Barra, especialmente no sentido Oeste, em função da baixa topografia do terreno e das áreas de areais situadas na região. (DEINA, 2013 p.144)

Devido a presença de extensos areais, a região tem como principal atividade econômica a extração de areia para a construção civil. Nas áreas limítrofes, entre o urbano e o rural, é possível observar grande quantidade de atividade extrativista de areia por parte de empresas, autorizadas pelo IEMA (Instituto de Meio Ambiente) e pelo DNPM (Departamento Nacional de Produção Mineral). Apesar da existência da licença, existem contrastes. Muitos carroceiros realizam a mesma atividade individualmente nas beiras de estradas, de maneira rudimentar e não legal. Segundo a prefeitura esses carroceiros, que vivem da extração de areia, “depredam” o meio ambiente, pois não adotam as técnicas adequadas para a extração e as fazem em locais impróprios. Porém, observando como as empresas autorizadas

---

<sup>28</sup> SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira. **Uma Geopolítica do Urbano: Grande Terra Vermelha, Região Metropolitana da Grande Vitória-ES**. UFES, 2012. 129p. Monografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

trabalham e trabalharam é possível observar que estas tiveram um papel de degradação de destruição do solo muito maior do que aquele trabalho praticado por carroceiros. (SARTÓRIO, 2012.p.16)

**Fotografia 13 - Lagoa artificial proveniente da retirada de areia no bairro Morada da Barra**



Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 14 - Lagoa artificial proveniente da retirada de areia no bairro Morada da Barra**



Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

Além das informações que permitem compreender a dinâmica socioeconômica da área de estudo, é necessário compreender como isso se construiu historicamente. Para tanto, a análise da memória da região através de relatos de moradores e coleta de documentos permite compreender diversos fenômenos, que foram responsáveis ao longo do tempo por diferentes processos segregatórios. Assim, pode-se periodizar a história do bairro e relacioná-la aos fenômenos urbanos referentes aos espaços vividos, lutas e conquistas dos moradores.



#### 4. FASES E AGENTES DO PROCESSO DE CONSTRUÇÃO DO ESPAÇO URBANO

*“A memória coletiva e a identidade social, se fundem para dimensionar o social, e mais do que objetos isolados de estudos elas se constituem no fundamento da história oral.”*

*José Carlos Sebe Bom Meihy*

Durante as visitas a campo, nas entrevistas, e também com base na vivência naquele espaço, percebe-se que o bairro Morada da Barra passou por diferentes períodos em seu processo de formação. Durante o período em que morei no bairro (17 anos), conheci parte da história contada e vivida. Assim, com o auxílio dos dados coletados e suas interpretações, e considerando ainda a experiência vivida, foi possível dividir a história do bairro em três fases, de forma a possibilitar a análise dos diferentes fenômenos ocorridos em cada uma delas, conforme exemplifica o **quadro 02**. Depois de análises permeadas não só pelos conhecimentos geográficos adquiridos, como também pela própria vivência, foi feita a sistematização em uma escala temporal que compreende o período de 1976 até 2014, ou seja, trinta e seis anos de história.

O primeiro período iniciou-se em 1976 com a venda da área para a criação do loteamento Morada da Barra. O segundo é aquele que começa em 1995 com o processo de ocupação pela COMASSES; porém, segundo relatos, desde meados de 1980 já havia ocupação na região, de modo pontual. No entanto, para este trabalho será considerado o ano de 1995 por ter tido, nesta ocasião, a ação mais efetiva da Comissão de Assentamentos que ocupou os lotes, passando o bairro nesse processo então, a se chamar João Goulart II<sup>29</sup>. Foi também neste período que minha família passou a residir no bairro.

O terceiro período (2008-atual) é marcado pela institucionalização do bairro perante o município, quando o bairro além de ser reconhecido pela prefeitura, passa a fazer parte de uma região administrativa, pela reivindicação de lideranças da comunidade junto à Prefeitura Municipal para a volta do nome para Morada da Barra e pela

---

<sup>29</sup> João Belchior Marques Goulart (Jango), eleito presidente do Brasil de 1961 a 1964, ficou conhecido por conceder benefícios aos trabalhadores desde a época de ministro, como por exemplo, aumento de 100 (cem) por cento no salário mínimo. Por sua característica social e seu engajamento quanto aos direitos dos trabalhadores, deu origem ao nome do bairro.

elaboração do Plano Diretor Municipal (PDM), que inclui o bairro em seu zoneamento. O período abrange também o momento em que houve uma tentativa de mudança do PDM através de uma manobra política, conforme será demonstrado ao longo do trabalho. Neste momento eu já era graduando de Geografia na Universidade Federal do Espírito Santo e pude acompanhar com um olhar mais crítico os processos em andamento.

**Quadro 2 - Períodos da formação do bairro Morada da Barra com os respectivos acontecimentos**

Fases	Ano de início e fim	Acontecimentos que marcam o início do período
1ª Fase	1976 – 1994	Criação do loteamento Morada da Barra A e B.
2ª Fase	1995 – 2007	Ocupação pela COMASSES e mudança de nome para João Goulart II.
3ª Fase	2008 – atual	Lei municipal 4.707/2008 de institucionalização dos bairros e reconhecimento do nome Morada da Barra.

**Fonte:** Pesquisa documental e informação oral. **Elaboração:** Eder Lira, 2014.

Para auxiliar a compreensão das fases, além dos dados documentais, foi preciso recorrer a dados colhidos nas entrevistas, conforme já indicado, envolvendo: um membro responsável pela imobiliária que fez o loteamento, um líder responsável pela comissão de assentamentos, um técnico da prefeitura municipal, uma das mais antigas moradoras residentes no bairro, um ex-líder comunitário. Além desses, foi necessário entrevistar também o vice-líder comunitário do ano de 2014 e o ex-prefeito, cujo mandato foi exercido entre os anos de 1983 a 1986 e 1992 a 1996.<sup>30</sup> Outra contribuição para a análise histórica e política foram os quadros relacionando governadores do Espírito Santo e prefeitos de Vila Velha aos acontecimentos na região. Os mesmos foram elaborados por Sartório (2012) e adaptados para essa pesquisa estando disponíveis nos anexos I e J.

<sup>30</sup> Para melhor compreensão do capítulo, sugerimos a releitura do quadro de codinomes atribuídos aos agentes (Quadro 01), assim como os quadros relacionando os acontecimentos do bairro aos mandatos dos governadores e prefeitos (Quadros 03 e 04 – Apêndices I e J) de Sartório (2012), modificado para este trabalho.



#### 4.1 CONTEXTO DA ÁREA DE ESTUDO NO PERÍODO EM QUE ANTECEDEU À CRIAÇÃO DO LOTEAMENTO

*“[...] era um matagal só, só se via verde e as corujas cantando, não tinha mais nada. [...]”*

*Senhor C (líder da COMASSES)*

Até o início da década de 1970 a área objeto de estudo se caracterizava por ser predominantemente rural, composta por diversas fazendas. Na época, algumas famílias habitavam o local. Eram trabalhadores que atuavam na própria região, de diferentes formas e, para isso, contavam com a estrutura do vilarejo de pescadores da Barra do Jucu.

Segundo as pesquisas de Ingrid Herzog Holz (2012)<sup>31</sup>, embora a Barra do Jucu existisse como povoado desde o início da ocupação do estado, foi a partir de 1980 que a expansão urbana tornou-se significativa. A pesquisadora elucida que desde o início do século XIX até meados do século XX, o caráter rural prevaleceu na região, destacando-se uma colônia de pescadores e muitos pastos propícios para a criação de gado, sendo, por muito tempo, a comunicação com a sede de Vila Velha feita por canoas, pelo Canal de Camboapina e pelo Rio Jucu. A construção da malha rodoviária no entorno a partir da década de 1970 contribuiu para integração da área ao território urbano de Vila Velha.

Toda aquela região apresentava então várias fazendas que eram compostas por áreas produtivas e por poucas moradias de trabalhadores do local. Pesca, agricultura de subsistência e comercial e extração de areia eram as principais atividades desenvolvidas naquela época. Algumas fazendas pertenciam a políticos (ex-governador e ex-prefeito). Conforme Sartório (2012), o ex-prefeito Américo Bernardes era proprietário de uma fazenda do local.

---

<sup>31</sup> HOLZ, Ingrid Herzog, **Urbanização e impactos sobre Áreas de Preservação Permanente: o caso do Rio Jucu – ES**. 2012. 210 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2012.

A *Senhora E*, uma das moradoras mais antigas do local, vivenciou o período e descreve parte das características e a rotina dos moradores que ali habitavam:

Naquela época era tudo fazenda, prá chegar até Vila Velha ou você tinha que ir a pé ou pegar carona em caminhões que transportavam madeira prá levar pros fornos de padaria ou outras caronas. Existia uma ponte dentro da Barra do Jucu que hoje é a ponte da Madalena. Era uma ponte prá atravessar as pessoas e os carros até o centro de Vila Velha, todo o trânsito era pela beira da praia. A Rodovia do Sol foi construída alguns anos mais tarde. Por aqui só existia comércio na Barra do Jucu e Ponta da Fruta, tinha um pequeno povoadozinho muito pequeno mas era só; o resto era fazenda e sítio. Barra do Jucu também era pequeno; depois que foi crescendo. (Informação verbal – *Senhora E*, antiga moradora da região)

Por meio do relato da entrevistada, e também diante da história que vivi, é possível perceber que ocorreram intensas mudanças desde o período em que a área era rural até os dias atuais. Até o início da década de 1950 a área apresentava características rurais, com grandes fazendas e pequenas comunidades de trabalhadores. Os avanços econômicos do país e do estado alavancaram o processo de transformação daquela região de uma área rural para uma área urbana, que impactaram em diversas famílias, como por exemplo, a minha.

Conforme informações apresentadas por Sartório (2012), na década de 1950 surgem quatro loteamentos: Chácara Mangal, Mangal, Matheus Gomes Matos (que compõem atualmente o Bairro Mangal) e Vila Maria Ortiz (atual bairro Maria Ortiz). Em 1960 ocorre a aprovação de mais dois: Estrela (atual bairro Barramares) e Monazita (parte dos bairros São Conrado, Ulisses Guimarães, e 23 de maio); conforme detalhado no **Quadro 03**.

**Quadro 3 - Loteamentos aprovados nas décadas de 1950/1960/1970 e atuais nomes**

<b>Década</b>	<b>Loteamentos</b>	<b>Nome atual</b>
<b>1950</b>	Chácara Mangal	Bairro Mangal
<b>1950</b>	Mangal	Bairro Mangal
<b>1950</b>	Matheus Gomes Matos	Bairro Mangal
<b>1950</b>	Vila Maria Ortiz	Bairro Maria Ortiz
<b>1960</b>	Estrela	Bairro Barramares
<b>1960</b>	Monazita	Parte dos bairros São Conrado, Ulisses Guimarães, e 23 de maio
<b>1970</b>	Morada do Lago	Parte permanece como propriedade privada e outra parte foi anexada ao bairro Morada da Barra.
<b>1970</b>	Morada da Barra A	Bairro Morada da Barra
<b>1970</b>	Morada da Barra B	Bairro Morada da Barra
<b>1970</b>	Riviera da Barra	Bairro Riviera da Barra
<b>1970</b>	Cidade da Barra	Bairro Cidade da Barra
<b>1970</b>	São Conrado I	Bairro São Conrado
<b>1970</b>	Loteamento Brunela I	Parte dos bairros Terra Vermelha e Normília da Cunha
<b>1970</b>	Loteamento Brunela II	Bairro Terra Vermelha
<b>1970</b>	Chácara Litorânea	Bairro Ulisses Guimarães
<b>1970</b>	Chácaras Kajó	Bairro Ulisses Guimarães

**FONTE:** Sartório 2012. **Elaboração:** Eder Lira, 2016.

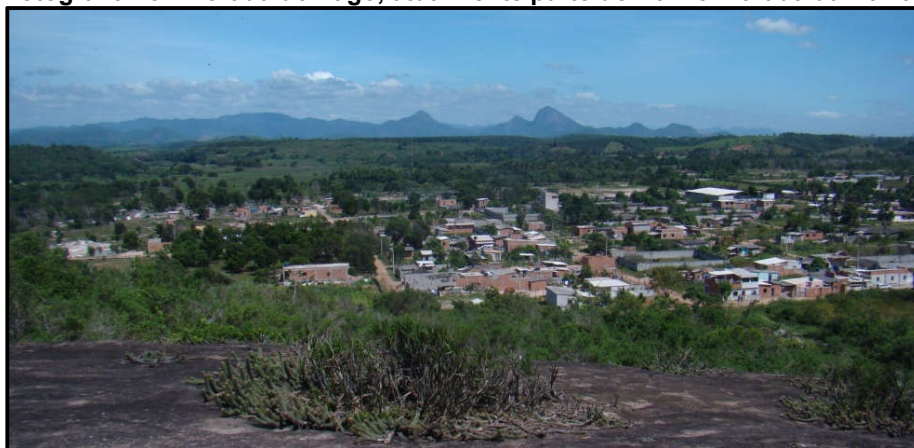
Na década de 1970 o processo de transformação se consolidou. Em apenas dez anos dez loteamentos foram aprovados, o que equivaleria a um novo loteamento surgindo a cada ano. Foram eles: Morada do Lago (parte permanece como propriedade privada - **fotografia 15** - e outra parte foi anexada ao bairro Morada da Barra - **fotografia 16**), Morada da Barra A e Morada da Barra B (atual Bairro Morada da Barra), Riviera da Barra (atual bairro Riviera da Barra), Cidade da Barra (atual bairro Cidade da Barra), São Conrado I (atual bairro São Conrado), Loteamento Brunela I (parte dos bairros Terra Vermelha e Normília da Cunha), Loteamento Brunela II (atual Bairro Terra Vermelha), Chácara Litorânea e Chácaras Kajó (atual Bairro Ulisses Guimarães).

**Fotografia 15 - Morada do Lago, atualmente propriedade privada**



Fonte: Arquivo pessoal Ano: 2015.

**Fotografia 16 - Morada do Lago, atualmente parte do Bairro Morada da Barra**



Fonte: Arquivo pessoal Ano: 2015.

Contudo, mesmo com um grande número de loteamentos aprovados e comercializados, alguns deles não foram ocupados, conforme observa Sartório (2012):

No ano de 1978, o traçado da Rodovia do Sol já estava concluído, o que acredita [sic.] ter influenciado no acréscimo de vias abertas nos loteamentos. Porém, mesmo com a chegada dessa importante via, até o final da década de 1980 a área não havia mudado no que concerne à ocupação. (SARTÓRIO, 2012 p. 53)

Quanto ao aspecto biofísico, o litoral sul do município era resquício de remanescente da Mata Atlântica e continha uma grande extensão de Restinga<sup>32</sup>; a área onde hoje é o Aglomerado da Grande Terra Vermelha era uma região baixa em relação ao nível do mar<sup>33</sup> contendo um grande brejo. No **mapa 05** observa-se o destaque para a área de estudo em 1878. No processo de urbanização houve o desmatamento dessa vegetação para dar lugar aos diversos loteamentos, modificando a paisagem, que passou a ter mais elementos artificiais do que naturais.

O crescimento urbano na região foi reflexo também dos planos de governo da segunda metade do século XX, que passaram a fomentar o desenvolvimento industrial do estado. Foram criados vários loteamentos e conjuntos habitacionais, dando início a grandes bairros em todo o município de Vila Velha.<sup>34</sup> Esse período de mudanças é descrito pelo *Sr. Vasco Alves de Oliveira Júnior* (prefeito no período de 1983 a 1986 e 1992 a 1996), que relata o crescimento da região e também o perfil das famílias que ali passaram a habitar:

“Em Vila Velha surgiu Novo México, Jardim Asteca, Colorado, Vila Nova, Araçás. A cidade passou a crescer em bairros, toda aquela região da Grande Ibes, porque foi identificado também que Vila Velha era um lugar muito bom prá moradia. O governo do estado fez um plano e colocou Serra com foco industrial e Vila Velha voltada para moradia. Nessa altura já se falava na terceira ponte. Então Vila Velha começou a crescer não por habitantes que vinham, mas por bairros, grandes bairros como Novo México, Araçás, Coqueiral de Itaparica. Coqueiral de Itaparica na época foi identificado como o maior conjunto habitacional do Brasil, hoje é uma verdadeira cidade, mas antes era tudo mato.” (Informação verbal – *Sr. Vasco Alves de Oliveira Junior*, ex-prefeito)

---

<sup>32</sup> Sartório (2012) e Souza et al (2004) destacam que esse espaço pertence ao Domínio Geomorfológico litoral, com características de Planícies litorâneas do período Quaternário da Era Cenozoica. Segundo o estudo de 2011 da EMBRAPA, predominam os solos latossolos vermelho amarelo distrófico, gley húmicos e areais quartzosas marinha.

<sup>33</sup> Sartório (2012) já apontava sobre a possibilidade de alagamentos: “As características do grupo de solos presentes na região apontam para a possibilidade de ocorrência de alagamentos, uma vez que o solo gley húmico é característico de áreas de brejos”.

<sup>34</sup> O estudo completo sobre a política estatal adotada no período descreve a criação de vários conjuntos habitacionais no estado do Espírito Santo e encontra-se disponível no arquivo do Instituto Jones dos Santos Neves (IJSN).

Quanto à fala do ex-prefeito algumas ressalvas são necessárias. A primeira é em relação ao seu posicionamento romantizado quanto ao processo de ocupação, possivelmente visando sua carreira na política, deixando de se aprofundar nas questões sociais críticas. A segunda se refere à intensa isenção que ele tenta apresentar, como se não tivesse sido um agente responsável pela vinda de moradores. Como exemplo, e ainda se referindo à fala do entrevistado, ele aponta que a região do Grande Ibes foi ocupada, pois foi identificado que Vila Velha era um bom lugar para morar, porém, a ocupação de Vila Velha foi motivada por diversos outros fatores, que não apenas um lugar bom para se morar. A ocupação do município deve ser relacionada a diversos processos históricos (Colonização), econômicos (Grandes projetos industriais), políticos (infraestrutura) e sociais (migração campo-cidade).

O processo de chegada e ocupação dessas famílias no bairro estudado sofre a interferência de alguns agentes, dentre eles o ex-prefeito acima citado. Recordo que em vários momentos, quando morava no bairro, ele era citado como o responsável pela vinda das pessoas para aquele local. Sua atenção para a situação daquela região foi significativa para o processo de ocupação. Tal interferência envolve auxílio às famílias, que pode também significar a formação de um público que poderia, futuramente, apoiá-lo nos interesses políticos, como seus aliados.

O movimento de migração de famílias que constantemente é citado nos relatos, está presente nos debates acadêmicos. Por isso, um fator importante sobre aquela região foi a migração campo-cidade, que, conforme apontado por Santos (2008), trata-se de um complexo fenômeno nos países subdesenvolvidos e “favorecido pelo desenvolvimento da rede viária, dirige-se para as cidades e acaba sendo instrumental, em grande parte, do crescimento urbano” (2008, p.24). Acerca disso o *ex-prefeito* descreve, segundo seu ponto de vista, como se deu o processo migratório e suas conseqüências, na região objeto deste estudo:

Na década de 70, vieram muitas pessoas do interior, algumas melhor situadas economicamente e outras miseráveis. Uma família vinha pedindo carona até chegar na Grande Vitória, mas outros vinham querendo investir, então o prefeito da época formou grandes loteamentos. Na década de 70 alguns empresários loteamentos em toda aquela Região de Terra Vermelha. Acontece que aquela região é muito baixa, era um grande brejal, e vários empresários devastaram a região, criminosamente.” (Informação verbal – *Vasco Alves de Oliveira Júnior*, ex-prefeito)



Mapa 5 – Vila Velha/ES-1878



Fonte: Arquivo Público Estadual. Elaboração: Eder Lira (2015).

Deve ser considerado também que a vinda da população foi diretamente influenciada por ações políticas. Em algumas falas, percebe-se que ele não relaciona a vinda dos moradores aos interesses nas eleições municipais. No entanto, a "ajuda" recebida pelos moradores teria influência direta quanto ao voto.

O olhar do entrevistado apresenta uma das interpretações possíveis do processo de ocupação daquela região. Porém devemos considerar que ele é passível de questionamentos quanto à situação econômica daqueles que ocuparam a área, assim como sua origem; como por exemplo minha própria família, que morava em outro município da Região Metropolitana e se mudou para o bairro.

Não devemos tomar então, a fala do ex-prefeito como verdade absoluta, visto que nem todos os moradores apresentavam a mesma realidade sócio-econômica. Várias famílias que ocuparam o bairro vieram de outras cidades da Região Metropolitana da Grande Vitória. Além disso, cada família apresentava realidades diferentes: algumas tinham moradias e viram ali uma oportunidade de possuir mais um imóvel, outras moravam de aluguel ou com familiares e perceberam naquele bairro a realização do sonho da casa própria.

No **mapa 06** observa-se a área de estudo antes da criação dos loteamentos; já, o **mapa 07** destaca os recortes dos bairros que serão implementados.

Percebe-se então que a transformação daquele espaço foi marcada por importantes acontecimentos, que trouxeram desafios para os habitantes do local. Dificuldade em abrir ruas, as longas distâncias para conseguir transporte até o centro da cidade e a falta de recursos básicos como água potável e energia elétrica foram alguns obstáculos ao longo da formação do bairro estudado.

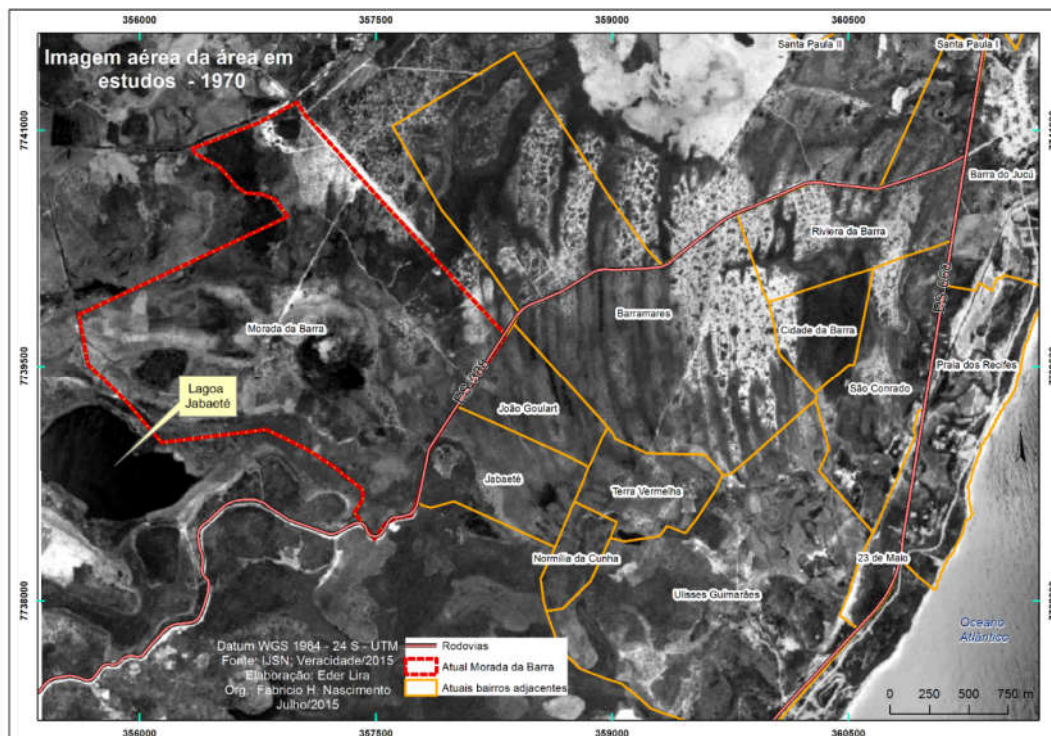


Mapa 6 – Imagem de satélite da área de estudos em 1970



Fonte IJSN/Veracidade. Elaboração: Eder Lira (2015).

Mapa 7 – Imagem de satélite da área de estudos em 1970 com destaque para o recorte dos bairros



Fonte IJSN/Veracidade. Elaboração: Eder Lira (2015).

#### 4.2 PRIMEIRA FASE: LOTEAMENTO (1976 A 1994)

*“[...] devastaram o litoral de Vila Velha com grandes loteamentos [...]”*

*Vasco Alves de Oliveira Júnior (Vasco Alves - ex-prefeito, 1983/1986 e 1992/1996)*

Após analisar alguns aspectos relacionados ao município antes da criação do loteamento passou-se ao estudo específico do loteamento Morada da Barra. Para isso buscou-se a imobiliária responsável pela comercialização dos mesmos. Conforme já citado por Sartório (2012)<sup>35</sup> e, através de pesquisas em órgãos públicos e documentos, descobriu-se que a imobiliária ainda exerce suas atividades, porém utilizando outra empresa do mesmo ramo como sede. De posse do endereço e do contato telefônico foi agendada uma visita ao escritório, que está localizado próximo à região central do município de Vila Velha/ES.

O primeiro contato pessoal foi para apresentação do projeto e verificação da possibilidade de coleta de alguns dados do arquivo da empresa e entrevista com o sócio que havia participado do processo de comercialização do loteamento. Nesse momento a imobiliária mostrou-se muito interessada em contribuir com a pesquisa, disponibilizando imediatamente diversos documentos e informações relevantes, além de agendar para a semana seguinte o diálogo com o proprietário.

Nascido no estado do Rio de Janeiro, o entrevistado é morador do Espírito Santo há aproximadamente 42 anos e ingressou no ramo empresarial no setor de atacado de cereais. Com o passar do tempo voltou sua atenção para a compra e venda de imóveis, com foco em grandes áreas para loteamentos. Fundou sua primeira imobiliária no ano de 1975, empresa responsável pela posterior criação do loteamento Morada da Barra no ano de 1977.<sup>36</sup>

---

<sup>35</sup> Sartório (2012) já apontava a Imobiliária Patrimônio como responsável pela comercialização de lotes naquela região. Cf. pg. 92

<sup>36</sup> Cinco anos após a criação da empresa, os filhos do Sr. Carlos Augusto de Azevedo” fundaram outra imobiliária com o nome de Garantia. Atualmente ambas funcionam em uma mesma sede administrativa, contudo exercem suas atividades separadamente.



Outro ponto que deve ser citado em relação à estruturação da área é sua possível relação com as exigências a serem estabelecidas pela lei federal número 6.766/79. Seu conteúdo já estava em discussão na época e sua aprovação traria normas, adequações e novas posturas quanto ao parcelamento de solos para o uso imobiliário:

Lei 6.766/79 estabelece determinações em relação aos municípios com mais de 50 mil habitantes. Estes deveriam ter planos quanto ao traçado dos lotes, sistema viário, espaços livres, áreas preservadas para os equipamentos urbanos e comunitários. Determinou também as regras quanto ao parcelamento de solos, os requisitos mínimos para os loteamentos, normas para aprovação de projetos e registros, contratos de compra e venda, sanções aplicáveis aos crimes de promoção, efetivação e venda de loteamentos e competência quanto à transformação do uso de solo urbano e rural (IBAM, 1982).

A área na qual foi construído o loteamento pode ser visualizada no **mapa 08**. Uma vez idealizado o projeto que, “segundo técnicos da prefeitura de Vila Velha foi uma alternativa à Lei Federal 6.766/79 que viria a ser implementada poucos anos depois do surgimento do loteamento” (SARTÓRIO, 2012, p.90), o mesmo foi submetido à Prefeitura Municipal de Vila Velha, obtendo aprovação no ano seguinte.

“Nesse sentido, explica-se porque no período anterior à vigência da Lei de 1979, houve uma explosão de surgimento de loteamentos no Aglomerado da Grande Terra Vermelha. Havia por parte dos proprietários, o interesse em lotear os seus terrenos, transformando-os de terras rurais em terras urbanas, sem seguir qualquer tipo de condicionante jurídica. Portanto, aprovar os projetos o quanto antes na prefeitura era prioridade, visto que, a lei não era retroativa, o que garantia aos proprietários de terras, a legalidade da aprovação de seus loteamentos.” (SARTÓRIO, 2012. p.91)

Assim, dois loteamentos foram criados: Morada da Barra A e Morada da Barra B, integrando um único empreendimento imobiliário, reunindo duas propriedades diferentes com um total de 3.706 lotes. Nesse processo foi feita a delimitação da área e abertura de ruas, instalação de meios-fios e a demarcação de lotes. O **mapa 08** (oito) destaca a área de estudo no ano 1978 e o **mapa 09** apresenta os recortes dos bairros do entorno.



**Mapa 8 - Imagem de satélite da área de estudo em 1978**



Fonte IJSN/Veracidade. **Elaboração:** Eder Lira (2015).

**Mapa 9 - Imagem de satélite da área de estudo em 1978 com recorte dos bairros**



Fonte IJSN/Veracidade. **Elaboração:** Eder Lira (2015).

Várias campanhas foram divulgadas em diversos canais de comunicação com o intuito de promover o empreendimento a uma rede de clientes em vários estados.

Na pesquisa documental descobriu-se um encarte especial sob o título de *Jornal de Serviço Capixaba*, publicado no ano de 1979 que divulgava uma propaganda sobre o loteamento (**imagem 02**). Ao explorar com um olhar mais apurado o anúncio alguns trechos merecem destaque. O primeiro ponto observado é a citação de que o loteamento foi feito para atender uma classe específica, qual seja, a classe média. Além deste um outro fragmento da propaganda se destaca: ao apresentar que foi vendido lote a 28 mil cruzeiros e que estava sendo revendido por 70 mil cruzeiros o próprio anúncio reforça seu interesse de atrair investidores que buscavam a valorização do capital em um momento em que a economia do país presenciava o aumento da inflação. A busca de terra como investimento tem uma relação mais ampla com a expansão do capital, conforme aponta Alvarez (2013):

Entendemos que a propriedade da terra não é em si capital, mas pelo monopólio de sua posse, por meio de forma jurídica da propriedade, ela possibilita a capitalização de parte da mais-valia como renda, o que confere aos seus detentores não apenas a possibilidade do uso, mas a de absorver parte da riqueza social por intermédio da troca, liberando este capital imobilizado para entrar no circuito geral de valorização do capital. Desta maneira, a propriedade se configura não apenas como possibilidade de formação do patrimônio, mas também como capital em potencial. (ALVAREZ, 2013, p.113)

Desse modo é possível perceber a utilização da propaganda como ferramenta para a expansão do capital, e a terra sendo utilizada para atender aos fins dessa expansão em detrimento das necessidades da população.

Alguns anúncios veiculados por corretores de imóveis da época atraíram o interesse de compradores, como confirmado pelo *Sr. Carlos Augusto de Azevedo*, dono da Imobiliária responsável pelo loteamento:

Os dois loteamentos totalizaram 3706 lotes e foram vendidos a preços bem baratos **para pessoas de diversos estados** entre o período de 1976 a 1979; durante esse tempo nós estávamos abrindo ruas e colocando meio fio. [A rede de água e esgoto foi instalada anos depois] (Informação verbal – Sr. Carlos Augusto de Azevedo, dono da Imobiliária Patrimônio- **grifo nosso**)



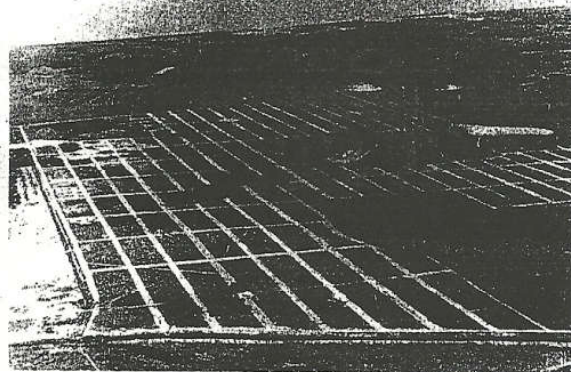
## Imagem 2 – Página de encarte publicitário-1979

**EMPREENDEMENTOS****VALE DO SOL**

VALE DO SOL: Praticamente foi o primeiro empreendimento Patrimônio, com 2 700 unidades vendidas em 210 dias. VALE DO SOL é um loteamento popular e está situado no município de Viana. Estes lotes foram, em sua maioria, vendidos ao comprador final a Cr\$ 11.800,00. Foi lançado em fins de 1976 dando oportunidade a uma classe menos favorecida a compra do seu lote. Hoje estes lotes são revendidos a razão de Cr\$ 60 mil cada. Isso quer dizer que além da oportunidade de comprar um imóvel, o pequeno proprietário teve um lucro de 500% sobre o capital aplicado.

**MORADA DA BARRA**

Com 3.700 lotes vendidos em 105 dias, MORADA DA BARRA foi comercializado à razão de Cr\$ 28.000,00. Seu lançamento aconteceu em novembro de 1976. Atendendo uma classe média, encontrou nos empreendimentos da Patrimônio uma forma de enfrentar a inflação. Já sendo vendido a razão de Cr\$ 70.000,00, MORADA DA BARRA atendeu aquilo que o investidor esperava — "valorização".



O sucesso da PATRIMÔNIO deve-se às compras feitas na época certa. Todos os seus empreendimentos são realizados em imóvel próprio.

A Patrimônio tem lançamentos que garantem para suas coligadas trabalho para até 1982.

**Imóvel é o melhor «Patrimônio» - Patrimônio é a melhor Imobiliária**

A maioria dos lotes foi vendida para pessoas que não eram da região, em muitos casos, até em outros estados, como por exemplo em Minas Gerais. Em outras fases da história da área verificamos outras formas de ocupação, como será demonstrado. Parte desses espaços, no entanto, permaneceram desocupados por um longo período, conforme observado por Sartório (2012):

Dessa forma, o referido bairro se viu desocupado por quase duas décadas após a criação do seu loteamento. Em geral os proprietários que adquiriram seus terrenos preferiram abandoná-los, ou reservaram o terreno para futuras construções, quando houvesse uma urbanização adequada da área. (SARTÓRIO 2012. p.91-92)

Conforme já exposto percebe-se que a aprovação do loteamento teve um caráter estratégico, para se antecipar às determinações da lei federal 6766/79 que entraria em vigor. Mesmo se tratando de uma estratégia pode-se verificar, baseando-se na legislação vigente na época da aprovação do loteamento (Decreto Lei nº 58 de 1937), que existiam algumas ilegalidades quanto ao processo de aprovação. O decreto apontava como fraude a propaganda vinculada a algum acidente geográfico sem apontar a distância métrica:

6º Sob pena de incorrerem em crime de fraude, os vendedores, se quiserem invocar, como argumento de propaganda, a proximidade do terreno com algum acidente geográfico, cidade, fonte hidromineral ou termal ou qualquer outro motivo de atração ou valorização, serão obrigados a declarar no memorial descritivo e a mencionar nas divulgações, anúncios e prospectos de propaganda, a distância métrica a que se situa o imóvel do ponto invocado ou tomado como referência. (Decreto Lei nº 58 de 1937)

Ao analisar a **imagem 03** é perceptível a proximidade que o desenho aponta com o litoral. Assim, não fazendo uma referência métrica correta conforme a exigência da lei em vigor, a propaganda pode ser apontada como uma fraude.

Outra observação é para a frase logo abaixo do nome do empreendimento: “É verão o ano todo”, como pode ser observado também na planta do setor “B”(ANEXO). Além da frase é perceptível no documento uma imagem de uma piscina e a proximidade com a praia. Os dois exemplos fazem parte de uma estratégia de vendas implementada pela imobiliária: ao se mostrar a planta para aqueles que não





conheciam a área era então criada uma ilusão de proximidade com o litoral, valorizando ainda mais aquele empreendimento e reforçando a ilegalidade perante a legislação em vigor. Três entrevistados (respectivamente a antiga moradora do bairro, o líder das ocupações e o ex-prefeito) recordam essa estratégia, citando-a em seus relatos:

Não vieram moradores, a maioria dos compradores era de longe: São Paulo, Rio, Bahia. Eles compravam pela planta de acordo com o que os corretores diziam, e eles **diziam que era na beira da praia**, principalmente para quem morava em Belo Horizonte e São Paulo. Quando eles chegavam aqui e viam que não era na beira da praia era uma decepção! Então eles abandonavam os terrenos e não procuravam mais. (Informação verbal- *Senhora E*, antiga moradora do bairro - **grifo nosso**)

Essa terra era particular, uma imobiliária vendia os terrenos prá gente de Rondônia, Mato Grosso. **Os corretores diziam aos clientes que os lotes eram próximos à praia, cerca de dois minutos de caminhada.** Todos se empolgavam e compravam, aí quando chegavam aqui e viam que não era daquele jeito largavam o lote e voltavam prá casa. Alguns ficaram e tentavam revender os lotes. (Informação verbal- *SENHOR C*, líder da COMASSES - **grifo nosso**)

[...]os corretores imobiliários saíam de trem e iam para Minas Gerais (Governador Valadares e Belo Horizonte). **Visitavam os empresários da cidade e perguntavam: “você quer comprar um terreno na praia?”** Mas eles **não falavam que estava a quinze quilômetros de distância.** Os empresários se animavam com a proximidade do litoral e o preço baixo, já que as prestações eram em torno de cinquenta reais por mês. Foi assim que os corretores venderam tudo muito rápido, mas quando os compradores chegavam aqui e viam aqueles loteamentos distantes ficavam decepcionados. (Informação verbal- *Vasco Alves de Oliveira Júnior*, ex-prefeito - **grifo nosso**)

Como observado na fala dos agentes, a estratégia da imobiliária foi responsável por um grande número de lotes que foram vendidos e posteriormente abandonados devido à sua distância do litoral. Essa divulgação, considerada ilegal diante da legislação vigente, foi determinante para que muitos compradores não ocupassem os lotes que adquiriram, favorecendo assim a formação de uma área parcialmente estruturada e pouco ocupada.

Cabe citar ainda que essa mesma estratégia de vendas foi utilizada no loteamento *Parque da Vela Branca*, cujo nome faz alusão a uma vela de barco e estabelece uma clara referência ao litoral; conforme recorda o ex-prefeito:

Teve uma empresa que fez um cartão postal, colocando os bairros Vela Branca e Xuri como se estivessem ao lado da praia, havia até um barquinho. **Eles mostravam e diziam assim: “ó, você pode ter um terreno aqui nesse lugar, Vela Branca”. O nome Vela Branca e a imagem do barquinho induziam os compradores.** (Informação verbal- *Vasco Alves de Oliveira Júnior*, ex-prefeito - **grifo nosso**)

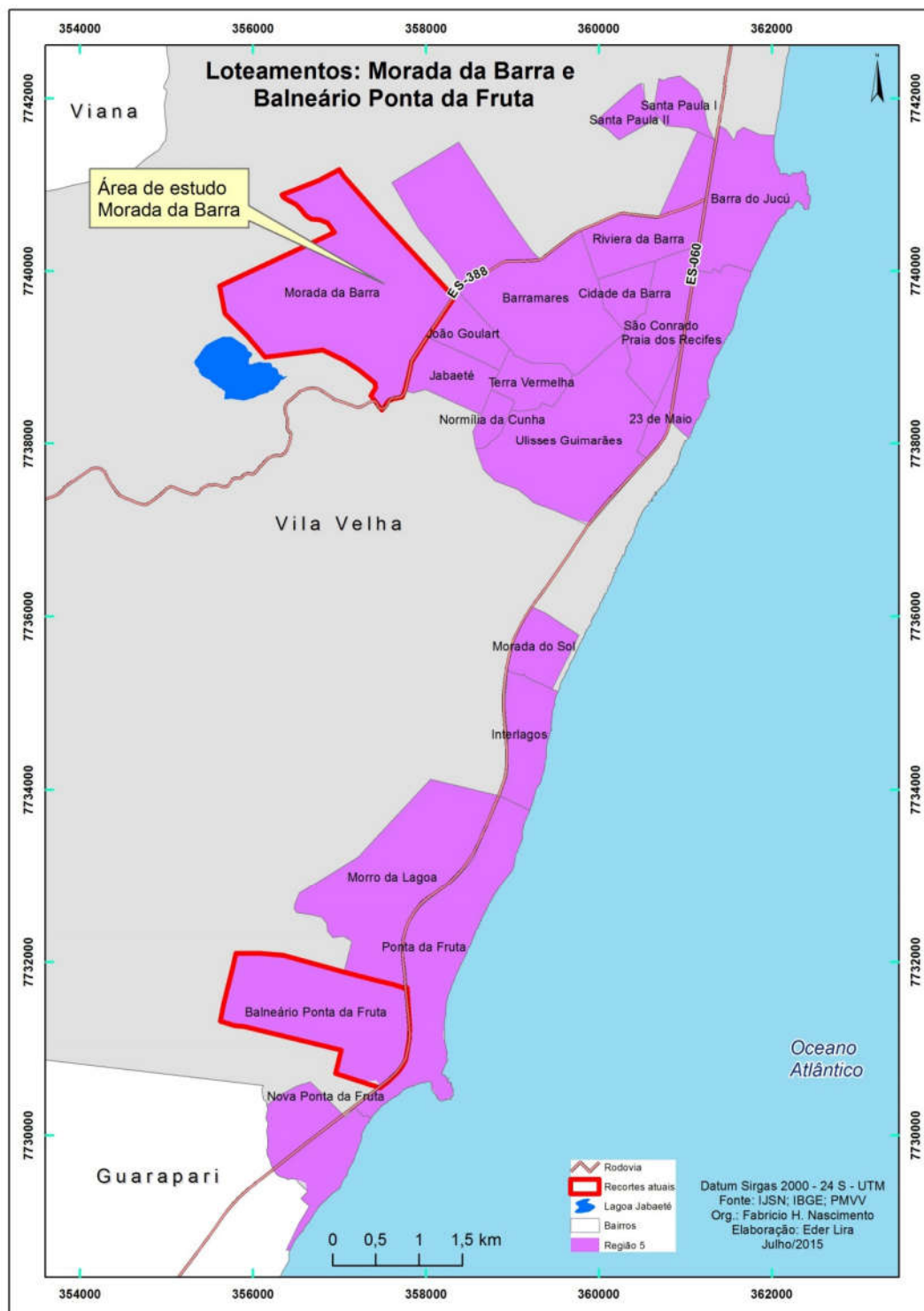
A baixa atividade de construção de casas pelos compradores se justifica por algumas dificuldades de infraestrutura no entorno, uma vez que mesmo tendo sido dividida pela imobiliária a região ainda não dispunha de calçamento ou ruas asfaltadas, sistema de água tratada e esgoto e transporte público, além de difícil acesso ao comércio e ao centro da cidade. Resta ainda o fato de que o loteamento era, para muitos, uma alternativa de poupança em um período de inflação e oscilações financeiras, e oferecia a possibilidade de um investimento com rentabilidade futura.

Devido aos motivos previamente expostos não houve grande interesse de ocupação imediata, o que levou muitos proprietários a pagar a imobiliária para tomar conta de seus lotes, sendo este mais um fator que favoreceu a ocupação por outras pessoas, já que muitas áreas estavam vazias. Anos mais tarde, após vender os lotes e ganhar renda da terra, a imobiliária então abandonou o loteamento se dedicando quase que exclusivamente ao empreendimento no Balneário de Ponta da Fruta (**mapa 10**), buscando também a renda daquela região.

Todas essas questões associadas à necessidade de moradia influenciaram para que houvesse uma infraestrutura precária disponível e não ocupada no bairro, ou seja, demarcação de lotes, ruas, quadras e iluminação. Percebendo essa possibilidade, algumas famílias foram para a região, conforme descreve o ex-prefeito:

Fizeram o loteamento, aprovaram, ganharam muito dinheiro. Mas ao mesmo tempo chegaram vários miseráveis do interior e encontraram muitos lotes vazios. Os donos moravam longe, nunca apareciam aqui e os terrenos estavam livres. Então o cidadão, prá abrigar o filho do sol e da chuva, levou a família prá lá. Se até um cachorro entra prá casa quando chove que dirá o ser humano? Se você está no meio da rua e começa a chover você procura uma marquise prá se abrigar, um cachorro faz a mesma coisa, um gato a mesma coisa. Agora pense bem, o que um pai faria prá tirar o filho dele da chuva e do frio? Foi isso que aconteceu ali. (Informação verbal- *Vasco Alves de Oliveira Júnior*, ex-prefeito).

Mapa 10 – Região 05 com destaque para os bairros Morada da Barra e Balneário Ponta da Fruta



Fonte: IJSN/Veracidade. Elaboração: Eder Lira (2015).

Novamente observamos na fala do ex-prefeito uma tentativa de romantizar o processo de ocupação, minimizando os conflitos pela posse da terra. Além disso, ele novamente não aponta a influência política que motivou a ação de ocupação. O entrevistado não destaca no seu exemplo a migração intra-urbana, que era frequente no período citado. Sabendo que a cidade pode ser cenário de intensos conflitos pelo espaço, as classes estarão em constantes embates. Quanto a isso, Alvarez (2013) destaca que:

A grande concentração de expropriados do campo e proletários, oprimidos, vivendo miseravelmente, ao lado de uma burguesia que enriquecia cada vez mais, também ajuda a compreender o surgimento das lutas travadas nas cidades como alternativa para mudar a situação a que estavam submetidos. (ALVAREZ, 2013, p.115)

Considerando o processo de ocupação e todos os agentes envolvidos, foi necessária uma investigação sobre a atividade do poder público e sua participação nessa fase. No contato prévio com alguns dos entrevistados foi citada por diversas vezes a importância da administração do ex-prefeito, cujo mandato foi exercido nos períodos de 1983 a 1986 e 1992 a 1996. O ex-prefeito aqui mencionado não promoveu despejos em sua administração<sup>38</sup> e desapropriou a área denominada *Loteamento Estrela*, e que hoje é conhecida como bairro Barramares<sup>39</sup>, vizinho à área de estudo no Aglomerado da Grande Terra Vermelha. Além disso, conforme já apontado, deve ser considerada também a possibilidade desse posicionamento estar relacionado à formação de eleitores.

Em seu relato, o ex-prefeito tece algumas hipóteses sobre os diferentes fatores que levaram à formação e ocupação de diversos bairros de Vila Velha. Segundo ele, a partir da segunda metade do século XX programas de habitação foram implementados no estado. Além disso o Espírito Santo vivenciou também alterações, como a mudança no seu perfil demográfico, migrações e implementação dos grandes projetos industriais, como por exemplo, a Companhia Siderúrgica de Tubarão (CST), Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) e Aracruz Celulose. Esse

---

<sup>38</sup> O entrevistado assumiu a postura de que não é dever da administração municipal realizar o despejo em áreas particulares, sendo este processo de competência da justiça. Por tal entendimento, orientou que os proprietários de áreas ocupadas deveriam recorrer aos órgãos responsáveis.

<sup>39</sup> Conferir mapa 07.

fenômeno é relatado por MATTOS (2013) explicando que os grandes projetos industriais fizeram com que:

[...] a economia capixaba passe a se integrar à lógica de expansão planejada da economia brasileira, que se consolida no Espírito Santo a partir de 1970. Os projetos foram agrupados em 5 (cinco) complexos, sendo 3 (três) do setor secundário (siderúrgico, naval e paraquímico, este com implicações no setor primário) e 2 (dois) do setor terciário (turístico e portuário, ambos autônomos na economia estadual) (MATTOS, 2013 p. 105)<sup>40</sup>

Uma vez que grandes massas deslocaram-se para a região metropolitana em busca de trabalho<sup>41</sup>, muitas famílias encontraram em ocupações irregulares uma forma de resolver a questão de “como” e “onde” morar. Quanto aos grupos sociais e a questão da moradia, Correa (1993) observa que:

Os grupos sociais excluídos têm como possibilidades de moradia [...] a casa produzida pelo sistema de autoconstrução em loteamentos periféricos, os conjuntos habitacionais produzidos pelo Estado, via de regra também distantes do centro, e a favela. (CORREA, 1993, p. 30)

Segundo o ex-prefeito, existem diferenças que devem ser consideradas em relação à complexidade dos processos que envolvem a moradia, destacando-se, dentre eles, a dicotomia entre ocupação e invasão. Para o ex-prefeito o primeiro está associado a uma ação que é implementada num espaço com infraestrutura completa ou incompleta, podendo ser uma demarcação territorial (lotes, quadras, quarteirões) ou residências (imóveis). Já o segundo, também pela ótica por ele apresentada, acontece quando há a posse de um espaço sem infraestrutura; assim, esse vai se diferenciar daquele quanto à concepção inicial:

"[...] você não vê beco lá. Não podemos falar que tem invasão porque quando se fala em invasão é associando a beco, lugares irregulares e difíceis de andar. [...] lá você não vê beco, você vê ruas largas que foram feitas para o loteamento, o povo ocupou o loteamento." (Informação verbal – Vasco Alves de Oliveira Júnior, ex-prefeito)

Observa-se, no discurso do entrevistado, uma intenção de amenizar a questão da ocupação, desvinculando-a de invasão. Dentre as possibilidades em relação ao seu posicionamento está a de legitimar a ação dos grupos sociais que lutam por moradia.

<sup>40</sup> MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória** Vitória: EDUFES, 2013.

<sup>41</sup> Raquel Daré destaca a mudança da postura econômica do estado relacionando com a ideologia desenvolvimentista e a crise do café. DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. (dissertação). Vitória: UFES, 2010.

No entanto, acerca dos limites conceituais, Lourenço (2014)<sup>42</sup>, descreve a importância da distinção entre ocupação e invasão, além de relatar sua própria vivência ao longo da pesquisa:

Nos meus primeiros contatos com os movimentos sociais e os moradores das ocupações, era constante o constrangimento quando eu me referia ao lugar e à ação como invasão. “Não é uma invasão, é uma ocupação”, me corrigiam. Não se tratava apenas de uma questão semântica, mas do próprio sentido de legitimidade da mobilização. (LOURENÇO, 2014. p. 31)

O direito à propriedade privada é garantido não só pela constituição nacional como também na Declaração Universal dos Direitos humanos. Isso é utilizado como argumento por juristas que debatem esse tema. Porém, a obrigação que a constituição impõe ao proprietário de garantir a função social da propriedade é negligenciada. Apesar do Novo Código Civil e o estatuto da cidade serem instrumentos para tentar garantir a função social da propriedade, ele ainda está distante da realidade dos embates sobre o tema. Por isso:

Invasão se associa a um ato ilegítimo, hostil, que toma à força um espaço utilizado por outros, desrespeitando não só a lei, mas até as regras tácitas de convívio humano. Já ocupação significa dar utilidade a algo, tornar útil um espaço que está sem uso, que não cumpre a sua função social. Assim, o principal argumento dos assessores jurídicos das ocupações urbanas aqui analisadas é o fato de se tratar de imóveis que estavam vagos, serviam apenas a propósitos especulativos e não cumpriam nenhuma função social. LOURENÇO, 2014. p. 31)

O autor defende que o termo ocupação é aquele mais adequado para designar os atos dos movimentos sociais:

O termo ocupação remete à legitimidade que o ato de ocupar uma terra urbana proporciona a toda a cidade, muito além dos benefícios imediatos aos ocupantes, sendo assim o conceito mais adequado para designar essas ações e lugares. LOURENÇO, 2014. p. 32)

Ainda em sua entrevista o ex-prefeito relata que, devido à facilidade de financiamentos proporcionados pelo BNH e considerando as grandes áreas litorâneas não habitadas no município, empreendimentos foram projetados, criados e aprovados no mesmo período em que ocorreram as ocupações. Dessa forma intensificou-se o processo de desmatamento do litoral para a criação dos

---

<sup>42</sup> LOURENÇO, Tiago Castelo Branco. **Cidade ocupada**. (dissertação). Belo Horizonte: UFMG, 2014.

empreendimentos, influenciando assim a área estudada neste trabalho. Além disso, outros fatores impulsionaram a ocupação da área, como observa Minchio (2009)<sup>43</sup>:

[...] a partir do anúncio da implantação de uma série de empreendimentos, vastas áreas da região são transformadas em loteamentos com fins urbanos. Compradores de terrenos foram atraídos pela perspectiva de valorização de glebas situadas em parcelamentos próximos ou relativamente perto das novas infraestruturas prometidas pelo Estado.[...] Grande parte dos lotes foi vendida, sobretudo para pessoas de fora do estado, em especial de Minas Gerais. Na espera pela conclusão das obras acima citadas e pela maior valorização monetária, os loteamentos ainda encontravam-se desocupados na segunda metade dos anos 80 - muitos, inclusive, sem o pagamento de impostos (PANDOVANI, 2000). Essas áreas devolutas do município de Vila Velha passaram então a ser reivindicadas por movimentos de Luta pela Moradia que desejavam a implantação no local de programas habitacionais que atendessem a seus cadastrados. (MINCHIO, 2009, p. 24,25)

Diante do acima exposto e considerando as transformações do espaço no referido período, fica perceptível que as soluções encontradas pelos moradores da região foram diretamente influenciadas pela interferência do Estado durante parte do processo.

Dois exemplos da presença do Estado no processo de ocupação referem-se à construção de casas populares e ao transporte público. Uma vez que as famílias estabeleceram moradias e passaram a modificar um espaço que antes possuía características rurais, para uma área com traços predominantemente urbanos, a interferência dos governos estadual e municipal foi significativa nesta etapa.

Conforme publicado no jornal *A Tribuna*, do dia 16 de junho de 2000<sup>44</sup> (**ANEXO E**), o governo estadual iniciou, no ano de 1988, a construção de residências populares para atender à recente demanda por moradia naquela região. Ao longo de três anos foram construídas quinhentas e setenta e cinco casas cuja estrutura dispunha de um quarto, um banheiro e uma cozinha, totalizando 22 metros quadrados. A população esteve presente durante a construção das residências e trabalhou em regime de mutirão para acelerar a entrega das mesmas:

---

<sup>43</sup> MINCHIO, João Paulo Souza. **Percepções e sugestões de uso e ocupação do solo e do tempo nos bairros Praia dos Recifes, Vinte e Três de Maio e Ulisses Guimarães - Vila Velha (ES)**. Monografia de Graduação do Curso de Geografia, UFES, 2009.

<sup>44</sup> Novas terras descobertas por acaso. **A Tribuna**, Vitória, 16 de junho de 2000. *Tribuna com você*, p. 10



A solidariedade marcou toda a história do Conjunto de Terra Vermelha. Enquanto as casas eram erguidas, os futuros moradores se encarregaram de instalar a rede de água em regime de mutirão. Debaixo de sol forte e de chuva, eles passaram dias carregando canos e material para a implantação da rede. Como não havia ônibus no local, chegavam a andar dois quilômetros e meio, do trecho entre a caixa d'água do bairro Cidade da Barra [vizinho à área de estudo] até o conjunto. (A TRIBUNA, 2000)

A mobilidade urbana é um fator importante, uma vez que, segundo Sposito (2013)<sup>45</sup>, faz parte de:

[...] um duplo movimento que fundamenta a fragmentação socioespacial, pois ele exige o entrecruzamento das dimensões espacial e temporal para ser compreendido. O afastamento socioespacial dos cidadãos, gerando ou não segregação, resulta em desigualdade dos direitos de acesso à cidade, no sentido dela se apropriar e de participar completamente, como compartilhamento de territórios e experiências comuns. **Os tempos desiguais dos cidadãos, sobretudo em termos de mobilidade**, tornam-se, deste modo, mais um plano que condiciona e orienta o processo de fragmentação socioespacial. (2013,p.85 – grifo nosso)

No que concerne ao transporte público daquela região, segundo informações obtidas junto à Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória (CETURB-GV), a questão da mobilidade foi avaliada e um itinerário foi criado para atender a região. Assim, no ano de 1989, foi criada a linha de número 2145, denominada “P.R.T. Vermelha – D.Bosco”, da Viação Praia Sol e cujo trajeto ia de Dom Bosco (Vitória), até o Parque Residencial de Terra Vermelha, passando também pelo centro da capital e também de Vila Velha. Embora a linha dispusesse de apenas um veículo que realizava cinco viagens diárias divididas em um intervalo médio na hora do pico de noventa minutos, a implementação do serviço foi determinante para o fluxo populacional e o trânsito dos moradores da região. Com a inauguração do Terminal de Vila Velha em maio de 1990, as viagens passaram a ser feitas apenas em Vila Velha e houve também um aumento na frota, que passou a contar com dois veículos que realizavam trinta e uma viagens diárias com intervalo médio de trinta e cinco minutos na hora do pico.<sup>46</sup>

<sup>45</sup> SPOSITO, Maria Encarnação B. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaui (orgs.). São Paulo: Contexto, 2013.

<sup>46</sup> Conforme Ordens de Serviço da CETURB-GV disponibilizadas para essa pesquisa e disponíveis no ANEXO C.

Após verificar as transformações ocorridas, perpassando pelos relatos dos agentes envolvidos no período e considerando a interferência do Estado e do município nesta primeira fase, ficam evidentes os processos diretamente relacionados ao bairro: dificuldade de transporte público, pouca infraestrutura e ausência de saneamento básico. Apesar das condições precárias, alguns compradores de lotes foram para a área e construíram suas residências; porém a maioria dos lotes não foi ocupada. Cabe ressaltar também que, mesmo sendo insuficientes, algumas ações (melhoria na quantidade de ônibus) foram responsáveis por incentivar a chegada de mais moradores.

Novas ações passaram a fazer parte do cotidiano daquele espaço, o que colaborou para a criação de um movimento de ocupação organizado que, por sua vez, assumiu um papel central na distribuição de áreas junto às famílias e também adotou um novo nome para o local, que passou a se chamar João Goulart II. Estas e outras transformações foram predominantes para marcar o início de uma outra fase.

#### 4.3 SEGUNDA FASE: OCUPAÇÃO (1995-2007)

*“[...] Viemos prá cá no interesse de mudar, se desse certo a gente ficava [...]”*

*Senhor G (Vice-líder comunitário do bairro)*

A segunda fase da história do bairro inicia-se no ano de 1995, com o processo de ocupação do loteamento pela Comissão de Assentamentos do Espírito Santo (COMASSES) e a posterior mudança do nome para João Goulart II.

São relevantes, para melhor compreensão desta fase, alguns apontamentos a partir da vivência pessoal na região. Minha família chegou no bairro no ano de 1997. Morávamos no município de Cariacica, também na Região Metropolitana da Grande Vitória. No bairro Porto de Cariacica vivíamos em uma casa alugada, quando houve a oportunidade de adquirir um lote na então ocupação denominada João Goulart II. Nesse período nos mudamos para o bairro e foi quando passei a vivenciar parte da história dali. Os moradores coletavam água de poços artesianos em alguns pontos do bairro com o auxílio de baldes. Havia também a alternativa de pagar a um

morador que fazia ligações improvisadas com mangueiras que saíam dos poços artesianos e chegavam até as casas. Essa água, no entanto, não era própria para o consumo, e o acesso à água potável era através de uma torneira ligada à rede da CESAN que ficava na divisa com o bairro vizinho. Os moradores iam até o local com vasilhames e coletavam esta água para consumir. As ruas não eram pavimentadas, não havia escolas e a oferta de transporte público era precária. O comércio contava com apenas uma padaria, uma mercearia e vários bares.

Para a melhor compreensão do período foi realizada a entrevista com o Senhor “C”<sup>47</sup> (líder comunitário responsável pela COMASSES na fase de ocupação), um dos responsáveis pelos assentamentos na região, sendo estes em sua maioria efetuados por trabalhadores que vieram de diferentes regiões, não apenas do Espírito Santo como também de outros estados. Não havendo oportunidade para todos muitos deles ficaram morando nas ruas, e assim foi organizado o movimento de ocupação. O próprio entrevistado veio de São Gabriel da Palha no noroeste capixaba, onde trabalhava na colheita de café.<sup>48</sup> A respeito de sua chegada na região e sobre a formação da Comissão de Assentamentos<sup>49</sup>, o *Senhor C* descreve que:

Começamos uma ocupação em Rio Marinho, Vila Velha. Dessa invasão nós começamos a acampar o pessoal porque era uma época muito difícil para conseguir terra, moradia para viver. Então começamos a organizar grupos para invadir terras. Primeiro buscamos os governantes do município pedindo ajuda para assentar as famílias, mas não deu certo. Então decidimos invadir e viemos para Terra Vermelha. (Informação verbal – Senhor C, líder da COMASSES)

Em relação ao *Senhor C* são também necessárias algumas observações críticas quanto à sua fala. Para alguns moradores ele não é apontado como um herói que visava solucionar o problema da moradia. Alguns moradores destacam seu interesse

---

<sup>47</sup> Em sua pesquisa, Sartório (2012) utiliza a nomenclatura “Senhor K”

<sup>48</sup> “Vila Velha foi um dos municípios da Microrregião da Grande Vitória que abrigou a maior parte do contingente de pessoas que ocorreu à cidade com a erradicação dos cafezais e a implantação dos grandes projetos, apresentando um crescimento populacional de 179,3% no período de 1970/2000.” (NOÉ, 2008 p.12)

<sup>49</sup> Conforme já citado na metodologia deste trabalho, a Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo (COMASSES) era um movimento político e social de famílias que reivindicavam moradia aos órgãos públicos.

em lucrar com a venda de lotes, como pode ser verificado na fala de uma antiga liderança local:

[...] uma coisa que temos que admitir é que alguns exploraram os menos favorecidos, que chegavam aqui procurando um lugar prá morar e trocavam por qualquer coisa prá conseguir um lote. (Informação verbal - Senhor F, antiga liderança política local)

Ao longo das entrevistas verificamos, em alguns relatos, outra característica do *Senhor C*, como por exemplo, sua relação com o prefeito da época:

Foi quando o prefeito da época, para arranjar votos na reeleição, incentivou a invasão através do Senhor C e outros, que usaram força para nos expulsar do local. (Informação Verbal – Carlos Augusto de Azevedo, dono da Imobiliária Patrimônio)

As alianças políticas podem ser resultado não só de benefícios particulares como também da necessidade de superar algumas dificuldades na época. Tal canal de comunicação foi determinante para os moradores da região, pois possibilitou melhorias de infraestrutura. Contudo devem-se considerar, também, os benefícios que tal aliança política trazia para ambos os lados. Para o ex-prefeito o apoio do líder dos assentamentos era importante para atrair os eleitores daquele local; já, para o líder das ocupações, o apoio do ex-prefeito aumentava seu poder perante os moradores e o controle de entrada e saída de novas famílias:

Quando nós começamos a invasão passamos por muita dificuldade. Não tinha água, o pessoal bebia água presa de areia: cavavam o poço e usavam essa água. Havia poucas ruas, então a COMASSES começou a agir fazendo reivindicações ao Estado. (SENHOR C)

As necessidades eram atendidas com mais rapidez e para falar com o prefeito bastava chegar à prefeitura, sem a necessidade da "burocracia" atual, conforme afirmam as lideranças atuais (SARTÓRIO, 2012, P.93)

Ao ver que o movimento ganhava cada vez mais integrantes e assim mais força, os moradores passaram a ocupar outros espaços no entorno. Dessa forma algumas decisões tiveram que ser tomadas para fortalecer essa iniciativa, dentre elas a formação de um comitê para coordenar a ocupação e a distribuição dos lotes. Recordo que a organização do bairro era um fator que me chamava a atenção, já que diferente de outros bairros, ali existia uma organização na divisão das ruas e quadras.

No ano de 1995, com a proposta de organizar a ocupação, foi então formada a COMASSES (Comissão de Assentamento do Estado do Espírito Santo):

Em 1995 eu formei a Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo, a COMASSES. Quando nós começamos em Terra Vermelha não tinha movimento; era só um grupo que se unia e fazia uma pressão de invasão. (Informação verbal – Senhor C, líder da COMASSES)

Segundo o entrevistado, por intermédio de um grupo de doze pessoas foram assentadas na época, em média, quatorze mil famílias em várias áreas do Aglomerado da Grande Terra Vermelha. Ele relata ainda que parte da infraestrutura, ou seja, abertura de mais ruas para diminuir o tamanho dos lotes e com isso atender a mais famílias, água tratada e energia elétrica foram fruto também da ação dos moradores por intermédio da COMASSES.

Nós tínhamos um grupo de doze pessoas que administrava os assentamentos e esse grupo fez com que quatorze mil famílias fossem assentadas aqui em João Goulart, Morada da Barra, Loteamento Estrela, que agora é Barramares. Tudo com ação da COMASSES, com água, luz, telefone. Nós brigamos na justiça, buscamos processos. (Informação verbal – Senhor C, líder da COMASSES)

O entrevistado, mais uma vez, destaca as ações positivas da comissão, omitindo diversas questões levantadas pelos moradores, como por exemplo o próprio comércio de lotes que gerava conflitos, pois muitos eram vendidos várias vezes. Além disso, a distribuição de água, luz e telefone não era tão acessível quanto o entrevistado tenta transparecer.

Ainda com uma proposta de estabelecer na região uma grande área de assentamento, percebe-se um aglomerado de bairros, como pode ser visualizado no **mapa 11** (onze) e cuja ordem de ocupação é esclarecida pelo líder do movimento, *Senhor C*<sup>50</sup>:

Naquela região nós começamos em Terra Vermelha em 1988. Ilha da Juçara, que também é bem antigo, começou no final da década de 1980 e foi até 1992, depois veio Normília, seis mil famílias ali entre 1991 e 1992. Em 1995 nós começamos João Goulart, Morada da Barra e Barramares. Riviera da Barra foi de 1998 até 2002 e Residencial Jabaeté começa de 2001 prá cá, mas Jabaeté foi feito pelo Estado, não foi assentamento. 23 de Maio é mais recente. (Informação verbal – Senhor C, líder da COMASSES)

A intenção de estabelecer uma comunidade que atendesse àqueles que não dispunham de recursos financeiros para obter moradia e a tentativa de fazê-lo de forma igualitária não eram, no entanto, organizadas e bem estruturadas a ponto de

---

<sup>50</sup> Cf. quadro 02 p. 66

evitar problemas que surgiram com a chegada, em alguns casos desorganizada, do grande número de pessoas.

**Mapa 11 – Imagem de satélite da área de estudos em 1998**



**Fonte** IJSN/Veracidade. **Elaboração:** Eder Lira (2015).

Sem estrutura suficiente para controlar o fluxo de entrada e saída do bairro e dispendo de poucos voluntários para cuidar de uma grande área, problemas como a violência, o tráfico de drogas e até mesmo o conflito armado pela posse da terra foram vivenciados pelas famílias que ali se estabeleceram, conforme observa Sartório (2012):

Segundo esses moradores entrevistados, após as ocupações, houve crescimento expressivo de assassinatos e da criminalidade em geral trazida por pessoas que vieram de outras cidades e estados, fugitivos da polícia para se esconder no bairro agora invadido. (SARTÓRIO, 2012, p.92)

Pelo fato do tema relacionado à violência ser constantemente divulgado-pela mídia e também já ter sido estudado por Zanotelli (2010), optou-se por contribuir para a análise da área com outro olhar. As dificuldades enfrentadas por aquela população não impediu o crescimento da mesma e o estabelecimento de famílias que fizeram

dali um espaço vivido e reconhecido como lugar de pertencimento, construção de identidade e de novas oportunidades.


Durante vários anos a Comissão de Assentamentos mantinha uma pequena frota própria de ambulâncias com o fim de atender a população em casos de emergência, fazendo o transporte até os hospitais. Esse e outros serviços prestados à população eram custeados, segundo alguns moradores, pela venda de alguns lotes. Além disso, foi através do documento fornecido pela COMASSES no ato do cadastramento da família na região que muitos conquistaram, anos depois, a posse definitiva do imóvel, por conseguirem provar seu tempo de permanência naquele espaço. O documento fornecido a uma dessas famílias pode ser visualizado na **imagem 04**.

De forma a organizar a região, conforme as áreas eram divididas e ocupadas, a COMASSES nomeava cada uma, levando em conta diversos fatores históricos e sociais:

Precisamos escolher os nomes para os bairros pois até então era conhecido apenas como Grande Terra Vermelha. O bairro Terra Vermelha não tinha terra vermelha, era apenas um areal, mas como já era conhecido dessa forma resolvemos manter. Normília nós escolhemos em homenagem a uma senhora que ajudava muito o movimento. Já o nome João Goulart foi sugerido por várias pessoas que o admiravam enquanto presidente. Em Ulisses também foi pela admiração popular, foi em homenagem a Ulisses Guimarães. (Informação verbal – Senhor C, líder da COMASSES)

O entrevistado faz transparecer que a mudança de nome para João Goulart II foi reflexo apenas dos anseios da população; porém se tratava também de uma estratégia para que os antigos donos dos lotes na época do loteamento não reconhecessem mais suas propriedades. Além disso, nem todos os moradores estavam de acordo com a mudança de nome, muitos alegavam desconhecer os propósitos da mudança de nome e a escolha do João Goulart II.

Imagem 4 - Documento de registro de imóvel emitido pela COMASSES

 **COMASSES**  
 Comissão de Assentamento do  
 Estado do Espírito Santo  
 Vila velha, 27-01-97

Cadastramento do antigo loteamento Morada da Barra.

Nome:  
 idade:39 anos  
 sexo:feminino  
 data de nascimento:04-12-57  
 naturalidade:ES  
 Carteira de identidade:  
 cpf:  
 estado civil:desquitada  
 escolaridade:2º 1º grau

Endereço:  
 rua:Duque de Caxias lote:15x13 quadra:P area do lote:180 mt  
 Bairro:grande joão goulart municipio de vila velha, procedente:ES  
 Profissão:Doméstica salário:minimo.

composição familiar:  
 sexo masculino filho 13 anos  
 sexo masculino filho 15 anos  
 sexo feminino filha 19 anos

condição de ocupação de casa cedida.  
 Nº DE Cômodos  
 quarto sala cozinha e banheiro


há quanto tempo reside no lugar  
 de 0 a 1 ano.


serviços luz

não participa do movimento de moradia.

lei que conclui o artigo 16 que foi aprovado a todos os Estados que diz que a prefeitura não pode recusar imposto dos contribuintes que todos tem que ter a Escritura dos imóveis a parti da hora que mora no imóvel de 1 ano e 1 mês.  
 já pode requerer a Escritura.

01 092 965/0001-14  
 COMASSES - Comissão de Assentamento do Estado do ES  
 Avenida Brasil, 1521 Bairro João Goulart  
 CEP 29.100-970

  
 PRESIDENTE

  
 ASSINATURA DO INTREVISTADOR

Fonte: Acervo pessoal. Ano: 2015.



Para o loteamento Morada da Barra houve a tentativa de unificação com o já existente bairro João Goulart. Em virtude das posturas do presidente João Goulart em relação aos trabalhadores, os membros da comissão escolheram homenageá-lo, dando seu nome para aquele espaço. Contudo, desde aquela época, já existia uma via estadual denominada Estrada Ayrton Senna (ES-388, **Mapa 12**), entre os bairros João Goulart e Morada da Barra. Com a modificação do nome pela COMASSES, o loteamento é renomeado de *João Goulart II*<sup>51</sup> e o bairro *João Goulart* passa a ficar conhecido como *João Goulart I*.

A mudança do nome foi um dos fatores que dificultou a localização e a posse pelos compradores que adquiriram lotes na primeira etapa da formação do bairro, qual seja, o loteamento criado e comercializado pela imobiliária. Segundo a *Senhora E* (antiga moradora do bairro), “quando as pessoas chegavam e encontravam a placa de João Goulart II, iam embora, não conheciam o terreno, não sabiam onde era”.

Uma vez que alguns moradores permaneceram referindo-se à região como *Morada da Barra* enquanto outros adotaram a nomenclatura escolhida pela COMASSES, a duplicidade era uma constante para os habitantes e também para a população do município. Ainda segundo a *Senhora E* (antiga moradora do bairro), a Espírito Santo Centrais Elétricas SA (Escelsa) adotava em seus registros a nomenclatura de Morada da Barra, enquanto a Companhia Espírito Santense de Saneamento (Cesan) referia-se ao local como *João Goulart II*. Com isso uma mesma moradia possuía comprovantes cujo número e nome da rua eram iguais, porém o bairro era diferente.

Anos mais tarde, devido à ação de moradores, o nome Morada da Barra foi novamente adotado em substituição a João Goulart II. A mudança do nome teve também um caráter estratégico e ideológico, pois, o anterior (João Goulart II) estava associado à ocupação e à violência e a mudança para Morada da Barra trazia consigo a possibilidade de desassociá-lo de uma imagem negativa. Um dos reflexos dessa mudança foi a criação de uma linha de ônibus que passou a atender o bairro.

---

<sup>51</sup> Até hoje alguns moradores mais antigos se referem ao bairro como João Goulart II. Alguns apenas apontam o nome como sendo “O dois”.

**Mapa 12 – Imagem de satélite da área de estudos em 1998 com destaque para o bairro João Goulart II, atual Morada da Barra**



Fonte IJSN/Veracidade. **Elaboração:** Eder Lira (2015).

Já no ano de 1998, apenas três anos após o início das atividades da COMASSES, uma nova linha de ônibus intermunicipal passou a atender as diversas áreas ocupadas<sup>52</sup>. A linha de número 617 denominada “Ulisses Guimarães/Terminal Vila Velha - Via Cidade da Barra/Barra do Jucu” foi disponibilizada pela Ceturb-GV, para atender à crescente demanda por transporte público.

Em 2003 é criada uma linha específica para atender Morada da Barra. Denominada “Morada da Barra / Terminal de Vila Velha – Via João Goulart”, a linha de número 616 oferecia, no início de suas atividades, quatro veículos que realizavam trinta e seis viagens diárias nos dias úteis com intervalo médio de vinte minutos na hora do pico.<sup>53</sup>

<sup>52</sup> Segundo a Secretaria municipal de desenvolvimento urbano, a linha municipal da concessionária responsável foi alterada apenas em 2012. Durante a pesquisa diversas tentativas foram feitas para obter dados junto à concessionária Viação Sanremo, uma vez que nenhum dos contatos realizados tiveram êxito, optamos por utilizar somente os dados obtidos junto à concessionária intermunicipal.

<sup>53</sup> Conforme Ordens de Serviço da CETURB-GV disponibilizadas para essa pesquisa e anexadas ao final do trabalho, sendo **ANEXO C**.

Tais melhorias foram reflexo do envolvimento dos moradores, que buscaram junto aos órgãos públicos algumas soluções para as diversas dificuldades enfrentadas pelos habitantes da região.

Um abaixo assinado<sup>54</sup> (**imagem 04**) foi encaminhado à Prefeitura Municipal de Vila Velha e à CETURB-GV no ano de 2002 solicitando transporte e iluminação pública para o bairro.

**Imagem 5 – Recorte do enunciado do abaixo assinado elaborado pelos moradores solicitando transporte e iluminação na prefeitura municipal de Vila Velha**

BAIXA ASCINADA

DOS MORADORES DE MORADA DA BARRA, QUE POR INTERMÉDIO DO SENHOR-  
 [REDACTED], VEM POR MEIO DESTA BAIXA ASCINADA-  
 REINVIDICAR AO SENHOR PREFEITO, [REDACTED], ÔNIBUS E LUMINÁRIAS-  
 PARA O NOSSO BAIRRO, E QUE DEUS O ABENÇOE A ADMINISTRAR BEM O NOSSO-  
 MUNICIPIO

2/07/2002 MORADA DA BARRA-BARRA DO JUCÚ V. VÉLHA - E.S.

Fonte: Arquivos da CETURB-GV, 2014.<sup>55</sup>

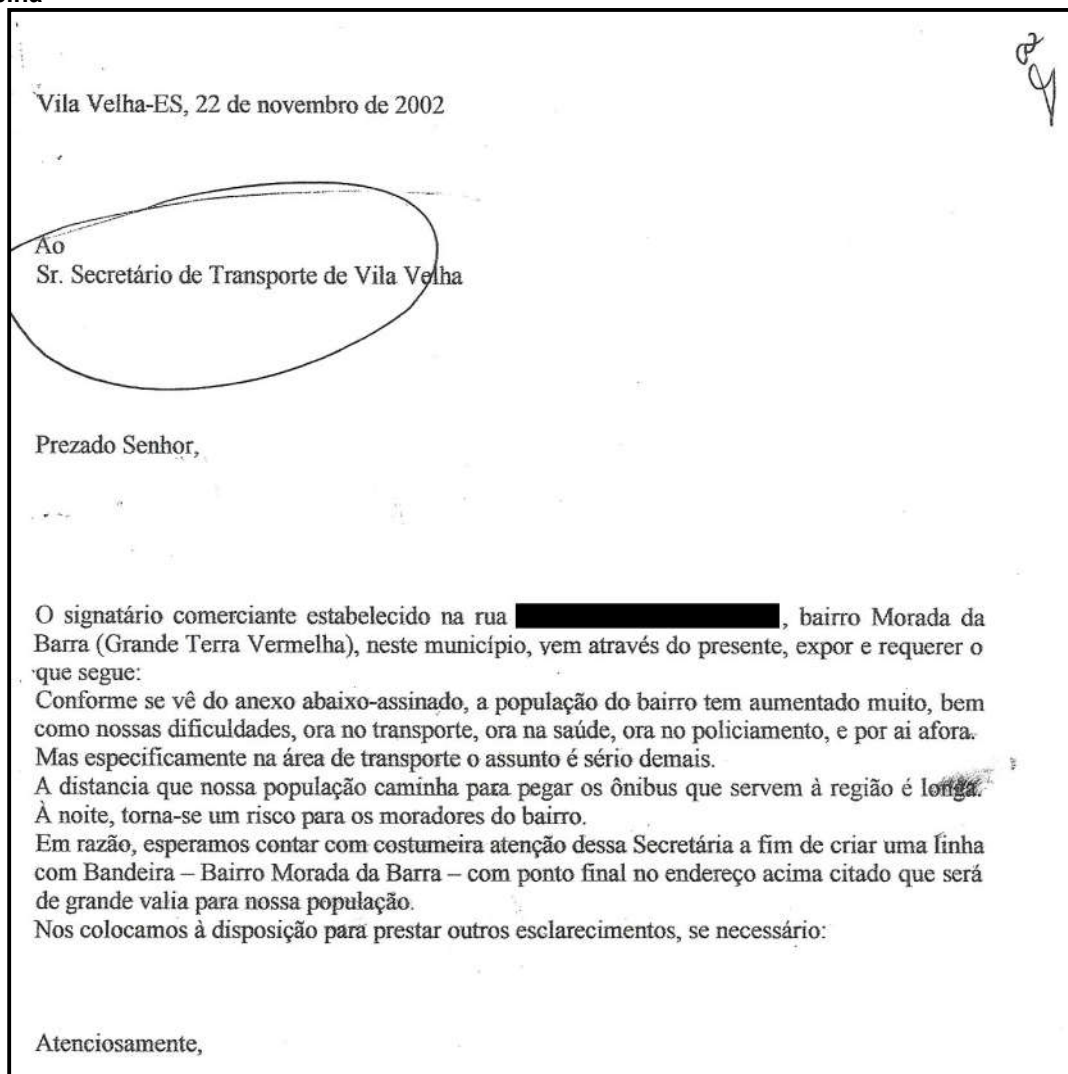
No requerimento que acompanhou o documento (**imagem 05**)<sup>56</sup> é perceptível a preocupação da comunidade no que diz respeito ao transporte, relacionando-o como prioridade mesmo entre a crescente demanda por serviços de saúde e policiamento. Diante disso a criação de linhas de ônibus representou uma importante vitória, além de reforçar junto aos órgãos públicos e aos moradores, o nome Morada da Barra, como já dito anteriormente.

<sup>54</sup> Tais documentos são parte integrante do processo número 1322/02-A de 28/11/02 dos arquivos da CETURB-GV. As respostas enviadas à comunidade acerca das solicitações estão anexadas ao final deste trabalho, sendo **ANEXO C**.

<sup>55</sup> Conforme já citado na metodologia, os nomes foram ocultados visando não expor os moradores.

<sup>56</sup> Nota: A divergência entre a data do cabeçalho do abaixo assinado e o requerimento enviado à Secretaria de Transportes de Vila Velha deve-se ao espaço de tempo necessário para a coleta das assinaturas dos moradores para documentar a solicitação.

**Imagem 6 – Requerimento enviado pelos moradores à secretaria de transportes de Vila Velha**



**Fonte:** Arquivos da CETURB-GV, 2014.

Outra considerável conquista para aquela população foi a inauguração da primeira escola. O decreto N° 073/99<sup>57</sup>, homologado em 05 de abril de 1999 pela prefeitura municipal estabelece, em seu artigo primeiro a criação de diversas unidades de ensino. Isso também ajuda não só a compreender as diferentes fases pelas quais aquele espaço passou, como também os diversos processos sócio-políticos vivenciados por alguns agentes envolvidos.

<sup>57</sup> Conforme arquivos da Secretaria Municipal de Educação consultados para essa pesquisa cujas cópias foram disponibilizadas e encontram-se anexadas ao final do trabalho, sendo **ANEXO D**.

Em junho de 2000, o jornal A Tribuna realizou uma série de reportagens apresentando um resgate histórico das diversas áreas que compunham o Aglomerado da Grande Terra Vermelha e trouxe a público as principais dificuldades enfrentadas por seus moradores. Em maio de 2001 o jornal A Gazeta também aborda alguns aspectos importantes como a falta de espaços para prática de esportes, a ausência de coleta seletiva e também o crescimento da região e a valorização dos imóveis.<sup>58</sup>

Dentre as diversas matérias publicadas sobre a área, uma delas merece atenção especial. No caderno *Cidades*, do jornal A Gazeta do dia 20 de agosto de 2004, a reportagem intitulada *Programa tenta colocar Terra Vermelha no mapa do Progresso*<sup>59</sup>, denunciou a falta de infraestrutura na região, trouxe a reclamação de moradores acerca das enchentes e divulgou a aprovação de recursos para o Aglomerado da Grande Terra Vermelha no valor de cinquenta e dois milhões de reais, disponibilizados pelo *Programa Nossa Terra* do Governo Federal. O **mapa 13 (treze)** evidencia algumas características geográficas no ano de 2005. Os recursos destinados àquela região seriam aplicados em diversos setores visando minimizar os problemas estruturais daquele espaço.

O **mapa 14 (quatorze)** apresenta a região do Aglomerado da Grande Terra Vermelha no ano de 2007. Nesta fase ficaram evidentes alguns processos e fenômenos urbanos, como o aumento do número de residências, conforme observado no bairro Jabaeté e também em outras áreas no entorno, ao comparar os **mapas 13 (treze)** e **14 (quartoze)**.

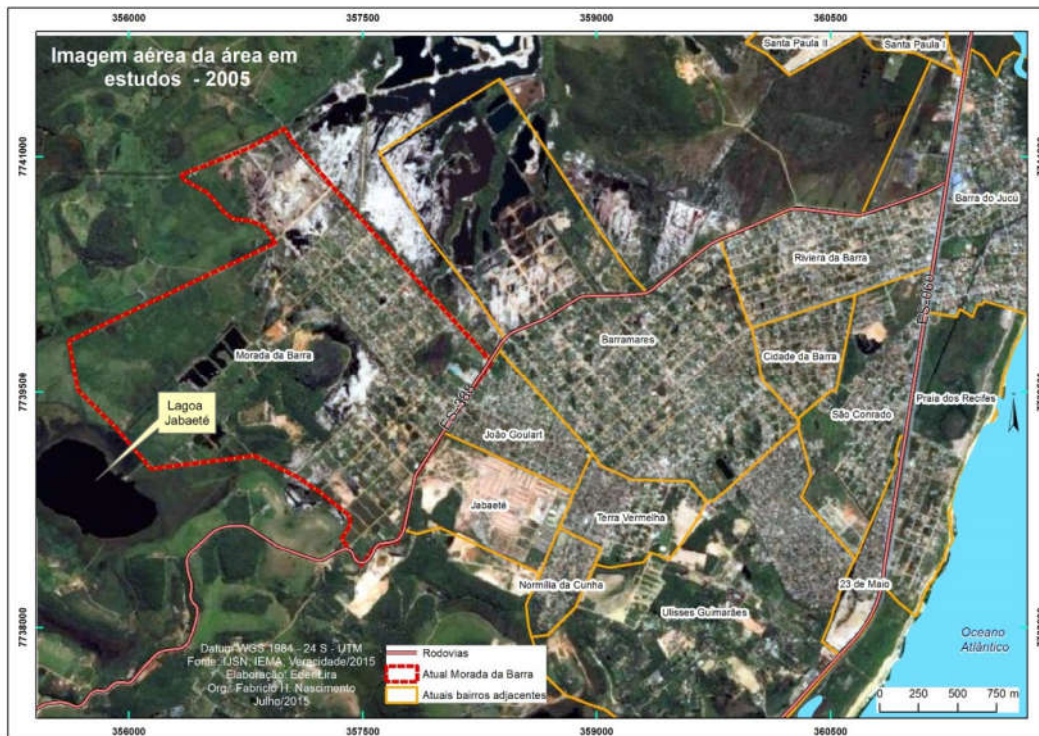
---

<sup>58</sup> Tais reportagens estão disponíveis para consulta no setor de Obras Capixabas da Biblioteca Pública Estadual (BPES). As mesmas foram copiadas e estão anexadas ao final deste trabalho, sendo **ANEXO E**.

<sup>59</sup> Programa tenta colocar Terra Vermelha no mapa do progresso. **Jornal A Gazeta**. Vitória, 20 de agosto de 2004. *Cidades*, p.4. A mesma encontra-se disponível para consulta na íntegra no **ANEXO B**.



**Mapa 13- Imagem de satélite da área de estudos em 2005 com recorte dos bairros**



No caso da área de estudo, considerando o processo como um todo, o conceito de ocupação é o mais adequado para designá-la. Estão presentes neste período a fundação de uma organização para reivindicar a moradia, ações por parte dos moradores modificando a estrutura do loteamento para atender suas necessidades e também diversas solicitações de implementação de serviços básicos como energia elétrica, água, transporte e educação. Tudo isso passou a chamar a atenção dos órgãos públicos responsáveis por reger a cidade e novas posturas foram adotadas, culminando em mudanças que acarretaram no início de uma nova fase na história da área.

#### 4.4 TERCEIRA FASE: BAIRRO INSTITUCIONALIZADO (2008-ATUAL)

*“[...] pois então, daquela época prá cá voltou a ser Morada da Barra outra vez, aí devagar o pessoal foi se acostumando [...]”*

*Senhora “E” (antiga moradora do bairro)*

As ações adotadas pelos agentes e pela população organizada foram também responsáveis por mudanças quanto ao padrão sócio-político e geográfico da região. Tais fatores desencadearam o reconhecimento e a ação mais efetiva do poder público naquele espaço; dessa forma ele passa não só a ser reconhecido como bairro, como também a contar com a presença dos diferentes órgãos públicos com mais intensidade do que era até então.

Por se tratar de uma fase em consolidação e conseqüentemente ainda estar suscetível a transformações, mostrou-se necessário subdividi-la em duas, quais sejam: o reconhecimento do bairro pela Prefeitura Municipal e os reflexos e desafios que o local passou a sofrer após a transição. Esse arranjo possibilita verificar de forma mais nítida como a cidade se transforma de acordo com o panorama histórico político e econômico, levando em consideração que a área pode sofrer outras transformações que façam encerrar essa fase e iniciar uma nova.

#### 4.4.1 INSTITUCIONALIZAÇÃO DE BAIROS PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA

Em informações apresentadas pela Secretaria de Desenvolvimento Urbano da Prefeitura Municipal de Vila Velha, descobrimos que antes da Lei 4.707/2008, muitos loteamentos eram autodenominados pelos seus moradores como bairros. Alguns bairros na Região da Grande Terra Vermelha já eram reconhecidos pela prefeitura, como por exemplo o bairro João Goulart I:

Art. 1º - Fica denominada de "BAIRRO JOÃO GOULART", a área que limita-se ao Norte com a estrada do Churi; ao Sul com a Rua "A", em Terra Vermelha; a Oeste com o Residencial Jabaeté; e a Leste com o loteamento Estrela. (LEI Nº 3116, de 18 de setembro de 1995, PMVV).

Contudo os limites apresentados não contemplavam a área de estudos. Após duas décadas do início das ocupações na região, o poder público, ao regulamentar limite e denominação de bairros do município, reconhece Morada da Barra como bairro, através da Lei 4.707/2008 de Institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas. A partir daí, Morada da Barra passou então a fazer parte da Região 05, denominada Grande Jucu, que conta também com outros vinte bairros (Quadro 4).

Como a Lei Nº 3116 só fazia referência a João Goulart I e não a João Goulart II, consideramos a Lei 4.707/2008, como marco de reconhecimento do bairro Morada da Barra e também, o início de outra fase da história daquele espaço.

**Quadro 4 - Bairros que compõem a Região 05 conforme Lei nº 4.707/2008**

V – Região 05 – Grande Jucu	
Barra do Jucu	Nova Ponta da Fruta
Balneário Ponta da Fruta	Ponta da Fruta
Barramares	Praia dos Recifes
Cidade da Barra	Riviera da Barra
Interlagos	Santa Paula I
Jabaeté	Santa Paula II
João Goulart	São Conrado
<b>Morada da Barra</b>	Terra Vermelha
Morada do Sol	Ulisses Guimarães
Morro da Lagoa	Vinte e três de maio
Normília da Cunha	

**Fonte:** Portal Legislação Online da PMVV. **Elaboração:** Eder Lira, 2015<sup>60</sup>

<sup>60</sup>Cf. <<http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/>>. Acesso em: 18 fev.2015



Para os moradores, tal reconhecimento foi um reflexo do aumento populacional, uma vez que, segundo a Senhora E, “se já estava sendo bairro era porque já tinha muitos moradores; então era preciso legalizar o nome do bairro como Morada da Barra que já existia”. (Informação verbal – antiga moradora do bairro). O crescimento populacional também já havia sido destaque em uma reportagem do jornal A Gazeta<sup>61</sup> no ano de 2001, que apontou o aumento de 300% no número de habitantes da Região 05 nos últimos dez anos:

Os números explicam a expansão do lugar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o distrito de Jucu, onde está Terra Vermelha, tinha 9.674 moradores há dez anos. Em 2000, o censo registrou 38.726 habitantes. (A GAZETA, 2001)

Mesmo que as estatísticas apontadas pelo jornal refiram-se à década de 1990, estas servem como base para compreensão do intenso processo de chegada de novos moradores que vinha ocorrendo na região e que continuou nos anos subsequentes ao registro do IBGE. Ao se verificar também um mapa da área estudada retratando aquele espaço no ano de 2012 (**mapa 15**), observa-se a configuração territorial, com destaque para ocupação intensa, quando comparado aos outros períodos-<sup>62</sup>

Ao analisar as diferentes configurações territoriais, ficaram perceptíveis, que diversos desafios tiveram que ser superados pela população. A carência de equipamentos sociais básicos e infraestrutura são alguns exemplos. Apesar daquele espaço estar em constante evolução e melhoria, ele ainda carece de mais atenção do poder público. Além disso, outras dinâmicas sócio-econômicas estão presentes no bairro, gerando novos desafios.

---

<sup>61</sup> Uma cidade chamada Terra Vermelha. **Jornal A Gazeta**. Vitória, 27 de maio de 2001. p.18. A mesma encontra-se disponível para consulta na íntegra no **ANEXO B**.

<sup>62</sup> Além de ocupação imobiliária, percebe-se a extração de areia.



longo da sua história, o mesmo ocorreu com a escola municipal que atendia o local desde sua fundação em 1999. Naquele período, por se tratar de uma fase de ocupação, o nome da instituição foi escolhido visando homenagear um importante personagem político responsável pelos assentamentos na área. Porém, devido a diferentes posturas adotadas pela prefeitura no que diz respeito à nomenclatura de edifícios públicos, foi necessária a alteração na denominação da mesma, que passou a se chamar UMEF Darcy Ribeiro a partir de 2011(Fotografia 17).<sup>63</sup>

**Fotografia 17 - Unidade Municipal de Ensino Fundamental  
Darcy Ribeiro**



**Fonte: PMVV. Ano: 2015**

Além dela, o bairro conta hoje com mais duas escolas públicas da rede municipal, sendo uma de ensino fundamental e outra de educação infantil. (Fotografia 18).

Outro reflexo significativo do envolvimento da comunidade junto ao poder público diz respeito ao transporte. A linha de ônibus disponibilizada pela CETURB-GV desde o ano de 2003 para atender ao bairro, ganha um reforço em sua frota e passa a contar com mais dois veículos além dos quatro em circulação. Dessa forma os moradores do bairro passam a ter à sua disposição, setenta viagens diárias nos dias

---

<sup>63</sup> O decreto que estabelece a mudança de nome assim como sua publicação no Diário Oficial, encontram-se disponíveis no **ANEXO D**.

úteis com intervalo médio de oito minutos na hora do pico.<sup>64</sup> Contudo, tal melhoria só foi possível graças à inauguração de um novo terminal urbano no município.

**Fotografia 18 - Unidade Municipal de Ensino Fundamental Deputado Sérgio Borges e Unidade Municipal de Ensino Infantil Francisca Amélia de Oliveira**



Fonte: PMVV. **Ano:** 2015

O Terminal Urbano de Integração Juiz Alexandre Martins de Castro Filho (Imagem 7 e Fotografias 19 e 20) – Terminal Itaparica – foi inaugurado no ano de 2009 e através dele foi possível ampliar a rede de transporte urbano que atendia não apenas à Região 05, mas a todo o município de Vila Velha.

Com o novo terminal a região passou a contar com outras alternativas quanto ao transporte público, dentre elas a implementação de novos itinerários para atender a população.<sup>65</sup>

---

<sup>64</sup> Conforme Ordens de Serviço da CETURB-GV disponibilizadas para essa pesquisa e anexadas ao final do trabalho, sendo **ANEXO C**.

<sup>65</sup> A imagem acima é parte integrante do encarte distribuído na inauguração do Terminal e encontra-se disponível no final da pesquisa, sendo o **ANEXO C**.



Imagem 7- Novas linhas de ônibus do sistema Transcol no Terminal de Itaparica

Ponto de parada	Linha
01	<b>619</b> - Balneário Ponta da Fruta / Terminal Itaparica via Rodovia do Sol
03	<b>613</b> - Ponta da Fruta / Terminal Itaparica via Rodovia do Sol
04	<b>654</b> - Lagoa de Jabaeté / Terminal Itaparica via av. Amaral Peixoto
05	<b>617</b> - João Goulart / Terminal Itaparica via av. Califórnia
06	<b>616</b> - Morada da Barra / Terminal Itaparica via Barramares
07	<b>653</b> - Bairro Normília / Terminal Itaparica via Ulisses Guimarães
08	<b>612</b> - P. R. Terra Vermelha / Terminal Itaparica via Ulisses Guimarães
10	<b>609</b> - Barra do Jucu / Terminal Itaparica
11	<b>618</b> - Terminal Itaparica / São Conrado (circular)
12	<b>655</b> - Terminal Itaparica / Santa Paula (circular)

Fonte: Ceturb-GV, 2013.

Fotografia 19 - Entrada do Terminal de Itaparica



Fonte: Ceturb-GV, 2013.

Fotografia 20 - Terminal de Itaparica



Fonte: Ceturb-GV, 2013.

Percebemos que o transporte público foi fator que contribuiu para atender as necessidades de deslocamentos dos moradores (**Fotografias 21 e 22**). Ele também teve relação na migração de pessoas para a área. Mesmo sabendo que o bairro ainda carece de melhorias, tendo como análise toda a história relatada, fica perceptível a melhora em relação a esse serviço público.

Na sua história, a área que antes não passava de um conjunto de propriedades rurais, perpassando por loteamento e que, posteriormente, tornou-se uma ocupação popular consolidando-se em um bairro (**Fotografias 23 e 24**), anos mais tarde, passou a atrair não mais apenas um contingente populacional como também o interesse daqueles que usam a cidade para o interesse do capital não só imobiliário, como também industrial.

**Fotografia 21- Ônibus municipal na Avenida Brasil - Morada da Barra**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015

**Fotografia 22 - Ônibus intermunicipal na Avenida Brasil - Morada da Barra**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015



**Fotografia 23- Av. Brasil: Via principal do bairro Morada da Barra**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015

**Fotografia 24 - Vista parcial da Av. Brasil – destaque para as construções e a ocupação do espaço (Comércio, casas e lotes)**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015



Acerca das transformações da cidade e da participação do setor privado, Alvarez (2013)<sup>66</sup> esclarece que:

O que se verifica, de um lado, é uma tendência geral de “desregulamentação da cidade”, com a flexibilização de leis de zoneamento, de potencial construtivo, no sentido de torná-la mais plástica e fluida para as possíveis inversões, empreendidas em fragmentos, abrindo fronteiras à valorização; de outro, premissa da participação do setor privado (as chamadas parcerias público-privadas) nas transformações. Assim, o que parece estar posto vem a ser o domínio quase absoluto do mercado, em busca de efetivar a cidade como valor de troca, a partir de usos produtivos, mas direcionando seletivamente os investimentos, uma vez que a lógica é que a produção do “novo” na cidade, ou a sua reprodução, constitua, antes de tudo, reprodução do capital. (2013, p.119-120)

No ano de 2011 houve uma tentativa de alterar o Plano Diretor Municipal (PDM) em vigor (Lei nº 4.575/2007) para possibilitar mudanças que trariam impactos socioambientais significativos para a área. Dentre elas, conforme reportagem do jornal A Gazeta (Imagem **07**), estava prevista uma Zona de Interesse Turístico na Região 05, na qual poderiam ser implementados hotéis, bares, restaurantes, teatros e centro de comércio, além de outros serviços direcionados ao turismo.

Segundo a mesma reportagem, estava previsto também, ao longo da Rodovia ES 060, a construção de um Centro de Convenções com dezoito mil metros quadrados, estruturado com garagem, teatro e área de exposição. Tudo isso modificaria drasticamente algumas áreas de proteção ambiental do município.

O mapa **18** destaca outra importante proposta, indicada na reportagem, que compunha a alteração da lei. Nele pode-se verificar a área na qual havia a intenção de se construir o Porto Público de Águas Profundas entre os bairros Interlagos e Ponta da Fruta.

---

<sup>66</sup> ALVAREZ, Isabel Pinto. **Segregação como conteúdo da produção do espaço urbano**. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi (orgs). São Paulo: Contexto, 2013.

Imagem 8 – Reportagem do jornal A Gazeta sobre a mudança no PDM de Vila Velha

# VILA VELHA

## MORADORES VÃO PODER

## OPINAR SOBRE PDM

Justiça exigiu debates, pois população não foi informada antes

▲ ROSANA FIGUEIREDO  
rfigueiredo@redgazeta.com.br

O novo Plano Diretor Municipal (PDM) de Vila Velha, aprovado em setembro de 2011, será discutido com a população e, se necessário, passará por alterações. Os debates serão feitos por determinação da Justiça, já que a proposta original não teria sido apresentada aos moradores do município em audiências públicas.

O plano, que amplia a área urbana da cidade, foi suspenso no início deste mês pelo Tribunal de Justiça do Espírito Santo. O pedido foi feito pelo Ministério Público Estadual, que entrou com uma Ação Direta de Inconstitucionalidade, alegando que a mudança representava um retrocesso em relação à questão ambiental.

O pedido do MP foi acatado pelos desembargadores, que consideraram que a nova lei infringia os interesses de proteção ambiental e da democracia, já que as audiências públicas não teriam sido realizadas. Com isso, todas as alterações feitas estão canceladas.



Em setembro de 2011, foi aprovada a redução de áreas ambientais, como a do Parque de Jacarenema

Com a suspensão do novo PDM, o município passou a adotar o plano antigo, aprovado em 2007. Com isso, ficam impedidas as reduções de áreas ambientais, como as dos morros do Moreno e de Jaburuna e do Parque de Jacarenema.

Também foram proibidas a criação de dez novas áreas industriais, da Zona de Interesse Turístico, do Centro de Convenções e do Porto Público de Águas Profundas, o superporto.

O secretário de Desen-

volvimento Urbano de Vila Velha, Henrique Casamata, garantiu que, durante a elaboração do plano, fo-

ram realizadas, pelo menos, cinco reuniões e três audiências públicas com representantes de vários

setores da população. Casamata também afirmou que o município vai cumprir as exigências impostas pelo Ministério Público.

“Vamos cumprir tudo que a Justiça determinar, mas a nossa preocupação é quanto tempo esse processo vai levar. Vamos procurar o Ministério Público e tentar estabelecer um prazo para realização das audiências públicas. O município precisa desse PDM para atrair empresas e desenvolver Vila Velha”, diz.

### Projetos aprovados serão realizados

▲ A prefeitura confirmou que os projetos aprovados no período em que o novo PDM vigorou, entre setembro de 2011 e março de 2012, serão implantados sem nenhum tipo

de modificação. Mas não informou quantos empreendimentos foram aprovados nem se esses projetos podem ser instalados em área de preservação ambiental.

VITOR JUBINI

### SUSPENSOS

#### ▼ Superporto

O PDM aprovado em 2011 previa o Porto Público de Águas Profundas, o superporto, que seria construído na área entre Interlagos e Ponta da Fruta

#### ▼ Condomínios empresariais

O novo PDM prevê a criação de 12 condomínios, espaços que reúnem empresas do mesmo setor: oito na Rodovia ES 388 e dois às margens da Rodovia do Sol

#### ▼ Zona de Turismo

Também previa uma Zona de Interesse Turístico na Região 5, com hotéis, bares, restaurantes, teatro, centro de comércio e outros serviços turísticos

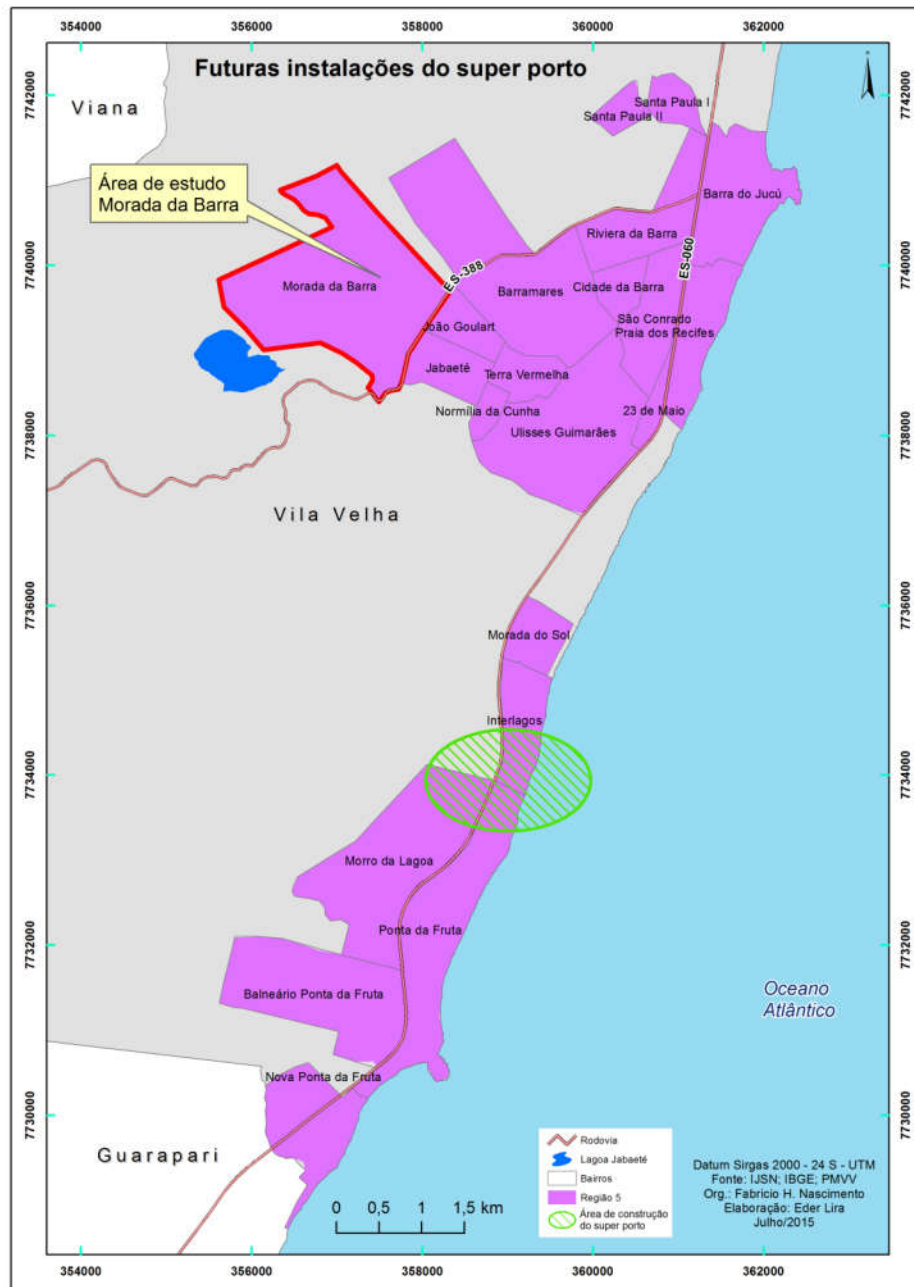
#### ▼ Centro de Convenções

Outro projeto era o do Centro de Convenções, às margens da Rodovia do Sol. Serão 18 mil metros quadrados, com garagem, teatro e área de exposições

#### ▼ Proteção ambiental

O novo PDM também altera algumas áreas de proteção ambiental do município

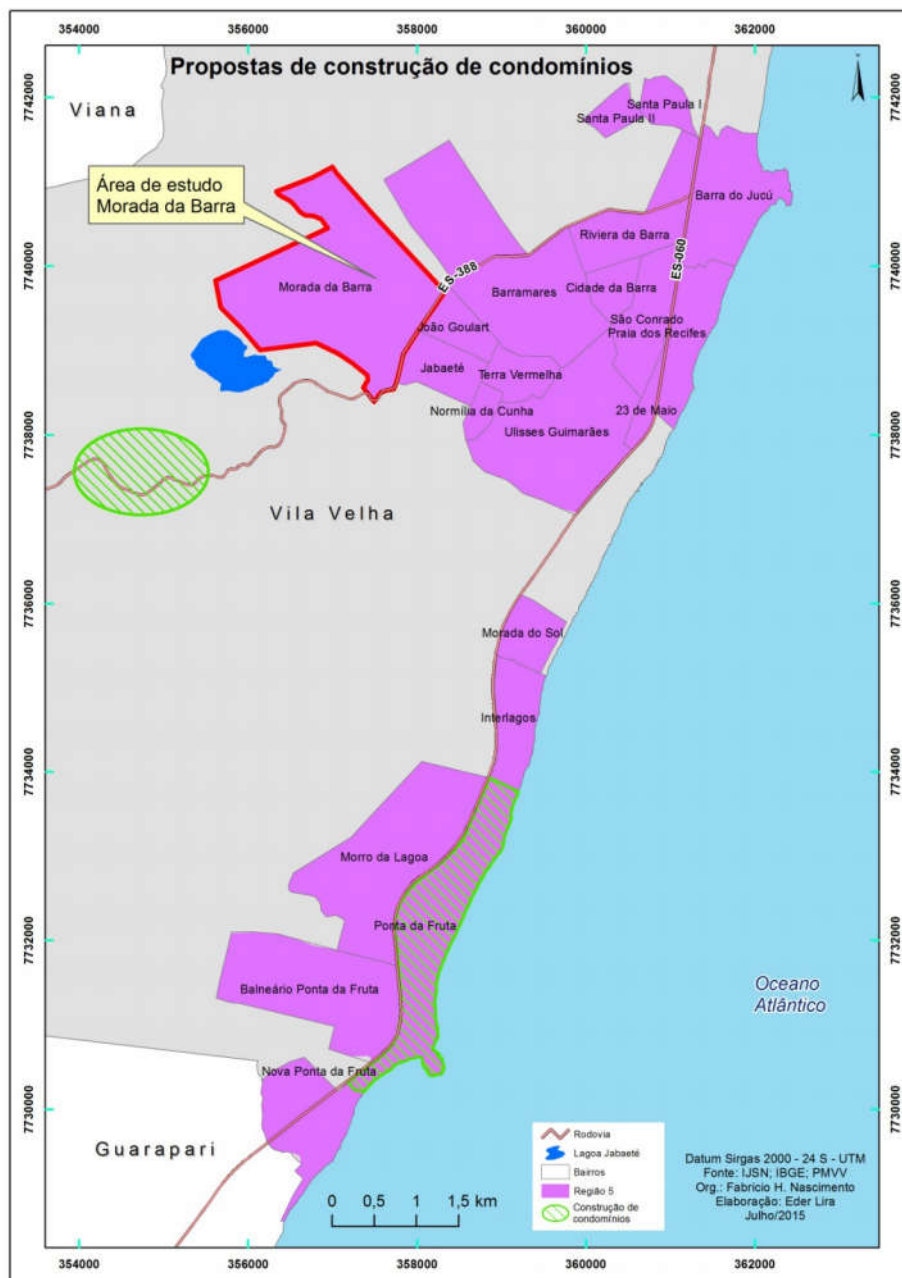
Mapa 16 – Mapa da região 05 com destaque para as futuras instalações do super porto



Fonte: IJSN; IBGE ; PMVV. Elaboração: Eder Lira (2015).

Além do superporto, Zona de Turismo, Centro de Convenções e alteração de áreas de proteção ambiental, a proposta de modificação do PDM também previa a criação de dez condomínios empresariais às margens da Rodovia ES 388 e da Rodovia ES 060 (Mapa 19).

**Mapa 17 – Região 05 com destaque para as propostas de construção de condomínios**



**Fonte:** IJSN; IBGE; **PMVV. Elaboração:** Eder Lira (2015).

A Lei nº 5.155/2011 que possibilitaria tais mudanças no PDM foi aprovada em setembro de 2011. Porém, esta veio a ser suspensa alguns meses depois, através de uma Ação Direta de Inconstitucionalidade movida pelo Ministério Público

Estadual,<sup>67</sup> que observou que a mesma foi aprovada sem a participação popular no processo de elaboração. Segundo o Ministério Público:

[...] somente **debaixo de consulta popular** associado à participação dos instrumentos de política urbana (EIV e EIA), pode-se conceder legitimidade aos atos do executivo que aprovarem a instalação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população. Destaca-se, portanto, que ao alterar o PDM de Vila Velha, o legislativo **não observou o princípio constitucional da democracia participativa**, uma vez que não abriu amplo debate à população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade. (AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE, p. 14)

Apesar de todas as propostas de mudança e das diferentes ações que naquele período tramitaram nos meios judiciais, este processo ainda prossegue. Novas propostas e alterações foram elaboradas nos anos subsequentes e encontram-se ainda em discussão.

As mudanças no PDM geraram ações para a região que vão desde a infraestrutura até aos investimentos empresariais. O Governo do Estado do Espírito Santo, no dia 23 de maio de 2015 assinou a ordem de serviço para início das obras de pavimentação da ES-388 no valor de R\$ 21,3 milhões. Serão aproximadamente 18 quilômetros de obra entre o município de Vila Velha e Guarapari com prazo de 02 anos para conclusão.

O trecho da ES-388 que está em obras se inicia na intercessão com a Rodovia do Sol, sendo uma importante via de acesso à região da Grande Terra Vermelha, para bairros como Xuri, Morada da Barra e Riviera da Barra. Só nesta região de Vila Velha existem cerca de 59 mil habitantes. Na segunda etapa de obras na ES-388, serão pavimentados 15,5 quilômetros de vias, em um investimento de, aproximadamente, R\$ 38,5 milhões. (Portal do Governo do Estado do Espírito Santo, 2015 - grifo nosso).

As fotografias **25, 26 e 27** registram as obras iniciadas.

---

<sup>67</sup> O documento na íntegra encontra-se no **ANEXO F**.



**Fotografia 25 - Ampliação da ES-388 (inauguração)**



**Fonte:** Portal do Governo do Estado do Espírito Santo **Ano:** 2015

**Fotografia 26 - Ampliação da ES-388 (obras iniciadas)**



**Fonte:** Portal do Governo do Estado do Espírito Santo **Ano:** 2015

**Fotografia 27 - Ampliação da ES-388 (trecho sendo pavimentado)**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015

Em relação aos empreendimentos, podem ser visualizados nas fotografias **28, 29, 30 e 31**, alguns exemplos de galpões que foram construídos para investimento. Essas ações apesar de apresentar melhorias para a região, e para ao bairro, podem ser fatores de impactos e novos desafios para a área.

**Fotografia 28 - Galpão e terreno para aluguel**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 29 - Terreno para aluguel**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 30 - Galpão para aluguel**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 31 - Galpão em construção**

Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

Apesar das ações implementadas, pelo poder público, dificuldades ainda fazem parte do cotidiano de quem vive naquela região. Sobre a questão das necessidades e anseios nas cidades brasileiras, Santos (2005) destaca que:

(...) é uma constante e, mesmo diferindo em grau e intensidade, pode ser observado em diversas cidades brasileiras, nas quais problemas como emprego, habitação, transportes, lazer, educação, saúde, água e esgoto revelam grandes carências. (SANTOS, 2005, p.105)

Para superar alguns obstáculos e também a falta de equipamentos públicos, a organização de moradores visa compensar a população com algumas ações, como, por exemplo, a festa das crianças, realizada pelos moradores com o apoio e patrocínio de comerciantes locais. **(Fotografias 32, 33,34 e 35).**

**Fotografia 32 - Festa das Crianças – faixa com apoiadores do evento**



Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 33 - Festa das Crianças na rua principal**



Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 34 - Festa das Crianças - divulgação**



Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

**Fotografia 35 - Festa das Crianças - recreação**



Fonte: Arquivo do autor Ano: 2015

As festas são importantes momentos de convívio para a população, pois permitem não apenas a interação entre os moradores como também a identificação com o lugar. Tão necessários quanto espaços de lazer são também os espaços para práticas esportivas, uma vez que permitem aos jovens desenvolver várias habilidades. A melhoria do campo de futebol do bairro (**Fotografia 36**) é uma constante reivindicação dos moradores e até já conta com um projeto apresentado pelo poder público. Contudo, como relata o *Senhor G (vice-líder comunitário)*, a execução das obras não chegou a ser iniciada:

Em relação ao campo de futebol nós temos um projeto. Há alguns anos o secretário de esportes esteve aqui, mediu, a área e preparou o projeto. Depois de passados alguns meses eles nos ligaram e fomos à prefeitura, houve uma reunião, havia mais de 80 pessoas. Ao longo da reunião foram disseram que iriam fazer a área de lazer de Normília e de vários outros



bairros, Morada da Barra ficou por último. Já temos a foto do projeto, tudo como vai ser. Está bonito, tudo projetado, mas infelizmente a obra não começou até hoje, por isso que eu digo que está parado. (Informação verbal - SENHOR G, vice-líder comunitário do bairro)

**Fotografia 36 - Campo de Futebol do bairro Morada da Barra**



**Fonte:** Arquivo do autor **Ano:** 2015

Embora o bairro Morada da Barra tenha obtido muitas melhorias desde o seu reconhecimento junto à prefeitura, ainda existe a necessidade de atenção do poder público em diversas áreas, como relata o Senhor G (vice-líder comunitário):

A meu ver um dos principais problemas aqui do bairro hoje é uma rede de esgoto, porque o que temos não é uma rede de esgoto, é uma rede só de água. Aqui é baixo e as manilhas já estão quase totalmente tomadas de esgoto. A rede de água é pra escoar a água no período das chuvas, mas os moradores estão fazendo banheiros e encanando tudo pra ser jogado nessa rede. Uma hora vai dar problema. Além disso aparecem várias doenças. (Informação verbal – Senhor G, vice-líder comunitário do bairro)

A dificuldade de entrevistar o líder comunitário é algo que merece um esclarecimento. Pode até parecer contraditório, porém o líder comunitário não reside no bairro e existe também uma dificuldade de encontrar pessoas para assumir o cargo, uma vez que alguns ex-líderes comunitários foram assassinados por não estarem de acordo com alguns interesses presentes no bairro. Em vários momentos na entrevista, ao ser questionado, o Senhor G (Vice-líder comunitário do bairro) optou pela isenção quanto ao problema relacionado ao tráfico de drogas e violência no bairro.

Percebe-se que os próprios moradores têm consciência não só dos problemas que vivenciam, como também das conquistas e evoluções pelas quais o bairro passou ao longo de seus períodos. Isso evidencia as diferentes características do espaço, que também é lembrado na fala do *Senhor C* (líder da COMASSES):

A violência diminuiu bastante, o povo está mais consciente. No centro de Vila Velha é constante o número de assaltos a supermercados, lojas e pedestres. Já aqui não temos esse problema, o supermercado do bairro nem tem vigia. (Informação verbal – Senhor C, líder da COMASSES)

A fala do *Senhor C*, apresenta também algumas contradições quanto à violência. Levando em consideração a sua dificuldade de acesso a dados oficiais, ele destaca a diminuição da violência e relativiza apontando que é um problema que acontece em todas as áreas. Porém, essa seria uma forma de minimizar e assim se ausentar da responsabilidade quanto a essa questão.

As visões sobre os agentes envolvidos na história do bairro podem se diferenciar conforme o observador. Para alguns, por exemplo, uma liderança comunitária pode ser julgada como criminosa por ter ocupado uma propriedade, ou às vezes ter cometido algum ato ilícito. Para outros, a mesma liderança pode ter outro significado, pois representa o elo entre o sonho da casa própria e a conquista da mesma. Este é o caso do *Senhor C*, o líder da Comissão de Assentamentos do Espírito Santo.

Compreendendo que o espaço urbano é, também, resultado das ações do passado, percebemos que a ação conjunta dos moradores resultou em mudanças significativas. Na terceira fase já era possível contar com uma rede de distribuição de água potável, pavimentação das ruas, duas escolas municipais no bairro, mais linhas e horários de ônibus disponíveis e um aumento significativo no número e tipo de comércio no bairro, como por exemplo: supermercados, padarias, lojas, açougues e farmácias, entre outros. Contudo ainda há muito que reivindicar: o bairro não conta com um espaço de convivência como praças e equipamentos de lazer e esportes, além disso, o posto de saúde que existe fica no bairro Terra Vermelha e não é suficiente para atender a demanda dos bairros da região. Não há rede de esgoto e muitas ruas ainda não estão pavimentadas.

Existem também outras possibilidades de avanços para pesquisas no bairro e na região. Itens como o território, outros agentes, infraestrutura e usos e ocupações do solo, podem ser abordados em estudos futuros. A Região 05 foi recentemente alvo de especulações quanto a uma possível emancipação municipal, que recebeu cobertura da mídia estadual; tal fato poderia gerar impactos significativos para os bairros do Aglomerado da Grande Terra Vermelha. Outra questão que está afetando aquele espaço é a pavimentação da ES-388. A rodovia estadual que faz a ligação da ES-060 (Rodovia do Sol) com a BR-101 está em execução e acarretará mudanças importantes na área, podendo suscitar novas temáticas para análise. E por fim, há também a questão da Lagoa Jabaeté com seus diferentes usos e possibilidade de se tornar um ponto turístico, podendo resultar em uma nova fonte de geração de renda para os habitantes do bairro Morada da Barra.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao iniciar minha jornada como mestrando trazia comigo um objeto de estudo que acreditava conhecer em sua quase totalidade, já que foi o local onde residi por quase duas décadas. Mas como conciliar o olhar de morador com a postura necessária a um pesquisador? Esse foi, sem dúvida, o maior desafio ao longo dessa caminhada.

A princípio o ímpeto de suscitar mais pesquisas sobre a região fez com que eu me debruçasse sobre temas e áreas de estudo, como a formação de cidades, segregação sócio-espacial, planejamento urbano, conflitos sociais e impactos ambientais, na tentativa de apresentar a maior gama possível de características que precisam ser compreendidas para que aquele local tenha mais acesso a serviços, infraestrutura e melhorias para seus moradores. O anseio do morador e a visão utópica do pesquisador tornaram árdua a tarefa de selecionar um corpus teórico que se adequasse aos dois olhares.

Interpretar o relato dos moradores para compreender a evolução do bairro e identificar suas fases de formação, foi a base para a comprovação das hipóteses investigadas e alcance dos objetivos. Procurei abordar também outros aspectos que não foram aprofundados em algumas pesquisas, como lutas, anseios, conquistas dos moradores.

Um aprendizado importante ocorreu ao longo do processo de coleta das narrativas, que foi a percepção das diferentes motivações dos agentes ao longo do tempo, e também as contradições nas falas dos envolvidos. Seria utópico afirmar que todos trabalharam em conjunto com o único objetivo de criar uma comunidade que possibilitasse uma qualidade de vida e moradia dignas para famílias que não têm acesso à casa própria. A fala dos agentes revela que interesses pessoais, políticos e econômicos estiveram presentes ao longo da história do bairro, sendo, algumas vezes, fruto de desafetos políticos e até mesmo pessoais.

A análise dos dados quantitativos revelou um fato que merece destaque: a renda dos chefes de família do bairro. Ao considerar o perfil socioeconômico como um elemento relevante para a caracterização da área, a interpretação de informações do Censo de 2010 do IBGE revelou que mais de 75% dos chefes de família declararam rendimentos inferiores a um salário mínimo. Este dado reforça que aquela área é formada por famílias que, mesmo buscando solucionar a questão da habitação, ainda carecem de auxílio para melhorias, como por exemplo, a questão da renda.

Com base nos dados adquiridos, pode-se verificar que da segunda metade do século XX em diante, o Estado do Espírito Santo passou por modificações significativas no que diz respeito ao deslocamento de habitantes do campo para a cidade. Tal movimento refletiu diretamente na caracterização da região metropolitana, que apresentou uma intensa evolução industrial, uma vez que passou a sediar grandes empresas que impactaram na estrutura da metrópole em diversas áreas como transporte, economia e habitação.

Atraídos pelas “novas oportunidades de trabalho”, diversas famílias mudaram-se para a região metropolitana. Contudo, uma vez que não dispunham de recursos financeiros para arcar com os custos de uma moradia regular, muitas dessas famílias recorreram a regiões no entorno da capital.

Na primeira fase de formação do bairro, fazendo uma relação com os apontamentos de Correa (1993), foi possível verificar que os principais agentes foram os promotores imobiliários e os proprietários fundiários. Este autor destaca que suas ações podem estar relacionadas às operações de “incorporação, financiamento, estudo técnico, construção ou produção física do imóvel, comercialização ou transformação do capital mercadoria em capital-dinheiro”. Assim, a representação maior do que ele aponta como o promotor imobiliário, neste estudo de caso, vem a ser a imobiliária. Durante o processo de formação do loteamento é desencadeada uma série de processos, dentre eles merecendo destaque o da propaganda destinada à comercialização do mesmo.

A segunda fase caracterizou-se por ser o momento da ocupação por parte da comissão de assentamentos (COMASSES) e alguma melhoria de infraestrutura, principalmente quanto ao transporte público. Outra característica da época foi a tentativa de formar um só bairro que seria denominado João Goulart. Contudo, devido a diversas dificuldades, a área permaneceu com seus limites originais, sendo apenas feita a modificação do nome do mesmo, que passou de Loteamento Morada da Barra para João Goulart II.

Para delimitar a terceira fase foi necessário levar em consideração o que já havia sido alcançado até ali, e as novas demandas que se apresentavam. Naquele momento, a população já contava com outra organização social que tinha como objetivo não mais reivindicar moradia, mas sim adquirir forças junto ao poder público que possibilitasse o acesso a melhorias no local. Mesmo sabendo que ainda existe muito a ser melhorado, nesse último período a infraestrutura e o acesso a bens comuns como saneamento básico, transporte público e educação apresentaram uma evolução significativa, trazendo, com isso, valorização imobiliária. Essas ações foram fundamentais para a transformação daquele espaço, sendo várias delas realizadas pelo poder público. As melhorias não só proporcionaram aos moradores suas necessidades atendidas, como também determinaram novas dinâmicas políticas e econômicas. Neste período, houve a tentativa de mudança do PDM para possibilitar novos empreendimentos, principalmente voltados para a indústria, transporte marítimo e habitação. As propostas de alteração de zoneamentos (PDM) são relevantes para compreender que existem outros interesses para aquela região, interferindo diretamente na possibilidade daquele espaço vir a ser palco de outras dinâmicas.

A identificação de cada uma das fases vai além do mero exercício descritivo. Compreender os principais fatos e agentes presentes em cada uma tornou possível perceber a relação dos moradores com o bairro. A *Senhora E*, enquanto uma das mais antigas moradoras da região, traz em sua fala muito orgulho e saudosismo, ao lembrar das dificuldades vivenciadas ao longo do tempo. Tal identificação e conhecimento é uma das formas de transmitir para as novas gerações o sentimento de pertencimento, gerando assim a construção do bairro enquanto lugar vivido.

As falas do *Senhor C* (líder da COMASSES), do *Senhor G* (vice-líder comunitário) e do ex-prefeito (Sr. Vasco Alves de Oliveira Júnior) retrataram ideologias políticas que atuaram na região. Agentes movidos por diferentes interesses em diversos momentos foram o elo que ligou as famílias às necessidades mais básicas como água, energia e transporte. Embora em diversos momentos esses agentes tenham divergido entre si, ainda assim representam poderes atuantes que de alguma forma modificaram aquele espaço.

As pesquisas de Minchio (2009), Zanotelli (2011), Sartório (2012), Deina (2013), ao tratarem dos espaços vazios e parte do suporte biofísico (antrópico e natural), contribuíram não só para o conhecimento sobre a área como também, aprofundar o olhar sobre a questão da renda e escolaridade dos moradores. Tais adições permitiram concluir que os agentes empresariais são relevantes na modificação daquele espaço, assim como a especulação imobiliária, cujos impactos podem ser verificados também, através da valorização dos espaços vazios ali presentes. Além disso, em diferentes escalas, impactos ambientais puderam ser verificados, como por exemplo a retirada da vegetação litorânea e da cobertura do solo, a exposição do lençol freático, a contaminação da água por máquinas e equipamentos e a formação diversas lagoas artificiais provenientes da extração de areia.

## 6. BIBLIOGRAFIA

ALVAREZ, Isabel Pinto. **Segregação como conteúdo da produção do espaço urbano**. In: A cidade contemporânea: segregação espacial. Pedro de Almeida Vasconcelos, Roberto Lobato Corrêa e Silvana Maria Pintaudi (orgs). São Paulo: Contexto, 2013.

**Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras**. – Brasília: PNUD, Ipea, FJP, 2014. p.109-112

BARROS, Ana Maria Leite. **A cidade sob o olhar da periferia: aspectos do cotidiano dos moradores do Morro dos Alagoanos**. (dissertação). Vitória:UFES, 2010.

BRASIL. **Decreto-lei nº 58, de 10 de dezembro de 1937**. Dispõe sobre o loteamento e a venda de terrenos para pagamento em prestações. Brasília, 1937. Disponível em <[www.planalto.gov.br](http://www.planalto.gov.br)> . Acesso em 18 de outubro de 2015.

BECKER, Howard S. **Métodos de Pesquisa em Ciências Sociais**. 4.ed. São Paulo: Hucitec, 1999.

BEZERRA, Josué Alencar. **Como definir o bairro?** uma breve revisão. GeoTemas, v. 1, p. 21-31, 2011.

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil. **A Missão da Pastoral Social**. Brasília, Edições CNBB. 2008. (p.31). Disponível em: <<http://www.cnbb.org.br>> Acesso em 20 jul.2015.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **O lugar no/do mundo**. São Paulo: FFLCH, 2007.

CARLOS, Ana Fani Alessandri. **Dinâmicas urbanas na metrópole de São Paulo**. En publicación: América Latina: cidade, campo e turismo. Amalia Inés Geraiges de Lemos, Mónica Arroyo, María Laura Silveira. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, San Pablo. Diciembre 2006.

CORRÊA, Roberto Lobato. **O espaço Urbano**. 2ed. São Paulo. Ática. 1993.

DARÉ, Raquel. **A “crise” do café e a ideologia desenvolvimentista no Espírito Santo**. (dissertação). Vitória:UFES, 2010.

DEINA, Miquelina Aparecida. **Alterações hidrogeomorfológicas no baixo curso do rio Jucu**. 2013. 186f. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

EMBRAPA Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. **Embrapa Solos**. Disponível em: <http://www.cnps.embrapa.br/> acesso em 09 de maio de 2015.

ESPÍRITO SANTO (Estado). Governador Max Freitas Mauro (1987-1981). **Estudos para definição da política Habitacional para o Estado do Espírito Santo: Caracterização da situação Habitacional do Estado**. Volume I, T. 2. Vitória: 1987. Disponível em: <<http://www.ijsn.es.gov.br>> Acesso em 29 de julho de 2015.



FIORAVANTI, Livia Maschio. **Da periferia à centralidade: reestruturação do espaço e valorização imobiliária no bairro do Jaguaré, São Paulo São Paulo: FFLCH, 2013, 137p.**

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 2. ed. Petrópolis: Vozes, 1990.

HOLZ, Ingrid Herzog, **Urbanização e impactos sobre Áreas de Preservação Permanente: o caso do Rio Jucu – ES.** 2012. 210 f. Dissertação (mestrado em Arquitetura e Urbanismo). Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória/ES, 2012.

**Instituto Brasileiro de Administração Municipal.** (IBAM) **Diretrizes para o Zoneamento.** Rio de Janeiro, IBAM, 1982.

LEFEBVRE, Henri. **O direito à cidade.** Trad. Rubens Eduardo Frias. São Paulo: Centauro, 2001.

\_\_\_\_\_, Henri. **A produção do espaço.** Trad. Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: La production de l'espace. 4e éd. Paris: Éditions Anthropos, 2000 P.77

MATTOS, Rossana Ferreira da Silva. **Expansão urbana, segregação e violência: um estudo sobre a Região Metropolitana da Grande Vitória Vitória: EDUFES, 2013.**

MINCHIO, João Paulo Souza. **Percepções e sugestões de uso e ocupação do solo e do tempo nos bairros Praia dos Recifes, Vinte e Três de Maio e Ulisses Guimarães - Vila Velha (ES).** Monografia de Graduação do Curso de Geografia, UFES, 2009.

MEIHY, José Carlos Sebe Bom. **Manual de história oral.** 4.ed. rev.e amp. -. São Paulo: Loyola, 2002. 246p.

NOÉ, Carmen Júlia Barcellos. **Relatório técnico da avaliação do Plano Diretor Municipal de Vila Velha.** Vila Velha, 2008. Disponível em: <<http://observatoriodasmetrosoles.net>> Acesso: Jul. 2015.

Novas terras descobertas por acaso. **A Tribuna,** Vitória, 16 de junho de 2000. Tribuna com você, p. 10

PEREIRA, Deliane. **Transcrição de entrevistas.** Vila Velha, julho de 2015.

Programa tenta colocar Terra Vermelha no mapa do progresso. **Jornal A Gazeta.** Vitória, 20 de agosto de 2004. Cidades, p.4

Portal Veracidade. Disponível em <<http://www.veracidade.com.br/>> Acesso em 13/10/2014.

Portal do Governo do Estado do Espírito Santo. Disponível em <<http://www.es.gov.br/>> Acesso em 06/11/2015.

RIBEIRO, Rosimery Aliprandi. **Formação sócio-espacial da antiga vila operária de Chico City, Região Metropolitana da Grande Vitória, Espírito Santo.** 2011.

176f. Dissertação (mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia. Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2011.

RODRIGUES, Arlete Moyses. **Na Procura do Lugar o Encontro da Identidade: um estudo do processo de ocupação de terras**. Osasco: FFCLH, 2009, 314.

RONCHI, Pedro. **Expansão urbana e o Programa Minha Casa, Minha Vida na região metropolitana da Grande Vitória**. 2014. 201f. Dissertação (Mestrado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2014.

SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.

\_\_\_\_\_. **Manual de Geografia Urbana**. São Paulo: EDUSP, 2008. 232p.

SARTÓRIO, Fernando Domingos Vieira. **Uma Geopolítica do Urbano: Grande Terra Vermelha, Região Metropolitana da Grande Vitória-ES**. UFES, 2012. 129p. Monografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2012.

SERPA, Angelo. **Paisagem, lugar e região: Perspectivas teórico-metodológicas para uma Geografia humana dos espaços vividos**. Geosp (USP), v. 33, p. 168-185, 2013

SILVA, Douglas Bonella. **Geohistória do bairro Jesus de Nazareth**. 2013. 70 f. TCC (graduação em Geografia). Departamento de Geografia, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2013.

**Situação Socioeconômica e Gestão do município de Vila Velha: Avaliação e Proposições**. Prefeitura Municipal de Vila Velha, Espírito Santo. Dez.2008.

SPOSITO, M. B. E. **Segregação socioespacial e centralidade urbana**. In: *A cidade contemporânea: Segregação espacial*. São Paulo: Contexto. 2013.

VASCONCELOS, P. A. **A utilização dos agentes sociais nos estudos de Geografia urbana: Avanço ou recuo?** In: *Espaço Intra-Urbano no Brasil*. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1998.

VILLAÇA, Flávio. **Espaço Intra-Urbano no Brasil**. São Paulo: Studio Nobel: FAPESP, 1998.

VILA VELHA (Município) E.S. **Lei Nº 3.116, de 18 de setembro de 1995**. Vila Velha-E.S, 2004. Disponível em: < <http://www.legislacaoonline.com.br> > Acesso em: 14 de março de 2015.

VILA VELHA (Município) E.S. **Lei Nº 4.707, de 10 de setembro de 2008**. Vila Velha-E.S, 2004. Disponível em: < <http://www.legislacaoonline.com.br> > Acesso em: 8 ago. 2012.

ZANOTELLI, Cláudio Luiz et al. **Atlas da criminalidade no Espírito Santo**. São Paulo: Annablume; Espírito Santo: FAPESP, 2011. 218 p. ISBN 9788539102051 (broch).

\_\_\_\_\_ ; Cláudio Luiz. FERREIRA, F. C. ; ANTONIO, L ; BERGAMASHI, Rodrigo Bettim . **A renda da terra na Região Metropolitana da Grande Vitória/ES/Brasil**. Confins - revue franco-brésilienne de géographie, v. 1, p. 1-25, 2014.

## **7. RELAÇÃO DE APÊNDICES**

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTAS .....	145
APÊNDICE B – TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA.....	146
APÊNDICE C – CRIAÇÃO DOS LOTEAMENTOS MORADA DA BARRA .....	147
APÊNDICE D – HISTÓRIA DA COMISSÃO DE ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO.....	148
APÊNDICE E – EU AMO MORADA DA BARRA DE CORAÇÃO!.....	155
APÊNDICE F – DIVISÃO DE BAIROS DA REGIÃO 05.....	160
APÊNDICE G – DO DESENVOLVIMENTO PARA A ESTAGNAÇÃO?.....	167
APÊNDICE H – O CRESCIMENTO DE VILA VELHA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970.....	171
APÊNDICE I – RELAÇÃO DE GOVERNADORES DO ESTADO E RESPECTIVOS ACONTECIMENTOS NO AGLOMERADO DA GRANDE TERRA VERMELHA E NO BAIRRO MORADA DA BARRA ...	181
APÊNDICE J – RELAÇÃO DE PREFEITOS E RESPECTIVOS ACONTECIMENTOS NO AGLOMERADO DA GRANDE TERRA VERMELHA E NO BAIRRO MORADA DA BARRA .....	182

**APÊNDICE A: ROTEIRO DE ENTREVISTAS****1) História do Bairro:**

- a) Origem do loteamento, como foi elaborado e quais foram os responsáveis?
- b) O que havia antes?
- c) Em qual período chegaram os primeiros residentes?
- d) Origem do nome Morada da Barra?

**2) Dados gerais do bairro:**

- a) Quais são os serviços que a prefeitura apresenta para o bairro? Coleta seletiva? Serviço de limpeza? Qual frequência?
- b) Sobre a segurança, como é a questão da segurança dos moradores? E na sinalização das ruas?
- c) Existe reclamações dos moradores no sobre os itens anteriores?
- d) Quais as opções de lazer para os moradores?
- e) Existem crimes frequentes no bairro? Quais os tipos?
- f) Quanto ao comércio quais são os principais tipos? Eles atendem a demanda? Quais faltam?
- g) Em relação a saúde, quais serviços existem? São satisfatórios? Quais faltam?
- h) Na educação: existem escolas? Creches? Satisfatórios?
- i) Transporte coletivo existem? Quais tipos? Regularizados?
- j) Sanamento básico está sendo oferecido a todos os moradores?

**3) Sobre a organização de moradores:**

- a) História da associação de moradores:
- b) Quais objetivos da associação?
- c) Desde quando é presidente?
- d) Como é a divisão de cargos?
- e) Como são feitas as reuniões? Quais os assuntos discutidos?
- f) Dentre as reivindicações dos moradores quais se destacam?
- g) A comunidade participa?
- h) Informações complementares

**APÊNDICE B: TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA**

Universidade Federal do Espírito Santo- UFES  
 Programa de Pós-Graduação em Geografia- PPGG  
**TERMO DE CONSENTIMENTO DE USO DA ENTREVISTA**

A pesquisa denominada Metamorfoses de um espaço segregado: o caso do Bairro Morada da Barra, Vila Velha-E.S, visa investigar quais foram as fases e quais eram os agentes que estavam envolvidos em cada uma delas no processo de construção do bairro. Para isso, pretende-se entrevistar pessoas que estiveram diretamente envolvidos nessas diferentes fases, para caracterizar a gênese, evolução e atual configuração territorial da área estudada.

Os dados dos depoimentos estarão sob sigilo ético e não deverão ser divulgados até o momento de publicação da pesquisa, de modo que ela não ofereça nenhum risco ao/a informante.

O pesquisador responsável pela pesquisa é o mestrando EDER LIRA, aluno do Programa de Pós – Graduação em Geografia da Universidade Federal do Espírito Santo, que se compromete a esclarecer todas as dúvidas dos/as informantes, antes, durante e depois das entrevistas. Podendo ser contatado pelos telefones: (27) 999985599 e 988178218, ou ainda pelo correio eletrônico: ederlirageo@hotmail.com.

Eu, \_\_\_\_\_,  
 portador/a do documento \_\_\_\_\_,  
 residentena Rua \_\_\_\_\_

Bairro \_\_\_\_\_, Município \_\_\_\_\_,  
 Estado \_\_\_\_\_; declaro para os devidos fins que cedo os direitos da minha entrevista para que seja transcrita, analisada e utilizada, no todo ou em partes, no âmbito da pesquisa acima citada. Da mesma forma, informo que a Universidade ficará com a guarda do material após o término da pesquisa.

Eu, entrevistado, também informo que:

- ( ) permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa  
 ( ) não permito a citação do meu nome na redação final da pesquisa.

Vila Velha, E.S \_\_\_\_\_ de 2014.

\_\_\_\_\_  
 Entrevistado

\_\_\_\_\_  
 Entrevistador

**APÊNDICE C: A CRIAÇÃO DOS LOTEAMENTOS MORADA DA BARRA**

## **A criação dos loteamentos Morada da Barra**

***Dono da imobiliária (Sr. Carlos Augusto de Azevedo)***<sup>68</sup>

Entrevista realizada por Eder Lira em pesquisa de campo realizada em 2014 e transcrita por Deliane Pereira para a dissertação: *Transformação de um espaço: o caso do bairro Morada da Barra – Vila Velha/ES* – Brasil. Mestrado. Eder Lira. Vitória: UFES, 2015.

Nasci em Niterói e moro no estado a quarenta e dois anos. Fundei a imobiliária no dia 20 de maio de 1975 aqui no Espírito Santo. Meus filhos fundaram outra imobiliária cinco anos depois e cada uma delas fez loteamentos diferentes. Antes de trabalhar com imóveis era atacadista de cereais, depois passei a comprar e vender imóveis, fiz três loteamentos em Vianna e no dia 22 de julho de 1976, conforme você pode conferir na escritura de compra e venda, adquiri a parte da fazenda do Sr. .... Após a compra fiz os loteamentos Morada da Barra A e B, que foram aprovados pela prefeitura em 09 de agosto de 1976. Na época não tivemos apoio da prefeitura, estava em vigor o decreto 1058 que era muito antigo, foi antes do decreto 6766.

Os dois loteamentos totalizaram 2688 lotes, eles foram vendidos a preços bem baratos para pessoas de diversos estados entre o período de 1976 a 1979; durante esse tempo nós estávamos abrindo ruas e colocando meio fio. Foi quando o prefeito da época incentivou, para arranjar votos na reeleição, a invasão através do Senhor C e da Dona ....., que usaram a força e nos botou prá correr. Como nós tínhamos noventa por cento do loteamento vendido e não estávamos lá prá morrer por causa de dez por cento nós decidimos abandonar o local. Alguns compradores desistiram e outros entraram na justiça, poucos foram lá pois tinham medo da violência.

Na época em que os loteamentos foram criados a empresa ....., que faz extração de areia, já existia no local. Hoje algumas imobiliárias usam as lagoas como atrativo prá venda mas na época isso não acontecia, não existiam muitas lagoas, só a Jabaeté; algumas áreas que vieram depois é porquê tirou areia dos terrenos e aí ficou.

---

<sup>68</sup> Nomenclatura adotada na dissertação para manter em sigilo a identidade dos entrevistados.

**APÊNDICE D: HISTÓRIA DA COMISSÃO DE ASSENTAMENTOS DO ESTADO DO ESPÍRITO  
SANTO**

**História da Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo**

**Senhor C<sup>69</sup>**

Entrevista realizada por Eder Lira e Fernando Sartório em pesquisa de campo realizada em 2011 e transcrita por Deliane Pereira durante a realização de seu mestrado: *Transformação de um espaço: o caso do bairro Morada da Barra – Vila Velha/ES – Brasil*. Mestrado. Vitória: UFES, 2015.

Quando viemos prá essa região viemos prá Terra Vermelha. Eu vim de São Gabriel da Palha aonde trabalhava como lavrador em fazenda de café, aqui em Vitória trabalhava como carpinteiro. Quando chegamos aqui, na Barra do Jucu só tinha umas cinquenta e poucas casas, era um lugar deserto ali, não tinha progresso nenhum. Aí começamos os cinco uma invasão, uma invasãozinha lá em Rio Marinho, Ali em Vila Velha nos Cantos da Cesam...

Dessa invasão foi aonde nós começamos a acampar o pessoal porque era uma época muito difícil prá conseguir terra, moradia pro pessoal viver. Então começamos a organizar grupos prá invadir terra e partimos prá cima dos poder, não deu certo aí partimos pros terrenos prá invadir e foi aonde de lá nós viemos prá cá prá Terra Vermelha. Chegamos aqui em três famílias, era um matagal só, só se via verde e as coruja cantar, não tinha nada, nada nada, até prá comprar uma tapioca tinha que sair daqui e ir lá na Barra do Jucu, tinha só uma vendinha lá, uma pracinha e uma padaria, só isso. Dalí nos começamos, em cima de Terra Vermelha, foi aonde que apertamos o prefeito e ele fez 575 casas populares. Daí foi chegando o pessoal, a gente foi passando nessas cidades e tinha gente dormindo na rua... lá no centro de Vitória... porquê não tinha aonde morar né, não tinha habitação, não podia comprar um terreno. Naquela época emprego era difícil e quando a pessoa vinha da roça e

---

<sup>69</sup> Nomenclatura adotada na dissertação para manter em sigilo a identidade dos entrevistados.



pensava “ah, eu vou prá Vitória, vou ficar rico em Vitória” era tudo ilusão né, chegava aqui não tinha emprego coitado, aí o que é que fazia, ficava nos abrigo. Era homem, era mulher, era tudo misturado e foi aonde nós... eu... fiz um grupo e partimos prá cima prá assentar o pessoal. Nessa ida que nós assentamos tinha setenta e cinco famílias lá em Terra Vermelha, começamos dali e depois eu estendi prá Normília e depois passamos prá João Goulart em 1995... é, em 95 nós começamos aqui na parte de João Goulart, Morada da Barra e Loteamento Estrela, que depois virou Barramares.

Ali na região nós começamos Terra Vermelha em 1988, Ilha da Juçara que também é bem antigo começou no final da década de 1980 e foi até 1992, depois veio Normília, seis mil famílias ali entre 1991 e 1992. Em 1995 nós começamos João Goulart, Morada da Barra e Barramares, Riviera da Barra foi de 1998 até 2002 e Residencial Jabaeté vai começar de 2001 prá cá, mas ali em Jabaeté já é do Estado, não foi assentamento não. 23 de maio é mais recente, ali é um problema porquê o pessoal invade aí eles vão lá e tira porque a mordida lá é maior né?...

Pra escolher os nomes eu falei com o pessoal que tinha que mudar porque estava Grande Terra Vermelha, tinha que dividir então o movimento que criou, a gente fez assim: Terra Vermelha não tinha terra vermelha nada, era um areal só, mas o povo ficava chamando de Terra Vermelha e aí continuou. Normília nós escolhemos em homenagem a uma senhora que ajudava muito o movimento, aí colocamos o nome dela. Já João Goulart é porquê o pessoal achava que ele era um presidente muito bom, aí botou o nome do presidente no bairro, em Ulisses também foi em homenagem ao presidente Ulisses Guimarães. Morada da Barra ficou da época da imobiliária, já existia na planta e aí continuou. O nome João Goulart II foi o movimento que criou, mas depois o pessoal do bairro achou mais conveniente deixar como Morada da Barra, aí ficou como Morada da Barra. Nós fomos deixando os lotes e passando para os prefeitos tentarem legalizar todo mundo, já tem mais de dezessete anos que moram em cima então todos eles tem o direito de usucapião, vai depender da câmara dos vereadores e do prefeito.

Nessa época, em 1995 foi quando eu formei a Comissão de Assentamentos do Estado do Espírito Santo, a COMASSES. Quando nós começamos lá em Terra Vermelha não tinha movimento não, era só um grupo que juntava e fazia uma pressão de invasão. Aqui foi quando nós formamos e até hoje tem esse grupo. Quando nós começamos nessa invasão aqui o pessoal passou muita dificuldade, não tinha nada, a água não existia, o pessoal bebia era água presa de areia... cavava o poço e usava essa água....rua não tinha, então foi aonde a COMASSES foi agindo, requerendo ao estado. Nós tínhamos um grupo de doze pessoas que administrava os assentamentos e esse grupo fez com que quatorze mil famílias fossem assentadas aqui em João Goulart, Morada da Barra, Loteamento Estrela que a gora é Barramares. Tudo com ação da COMASSES, com água, luz, telefone. Nós brigamos na justiça, buscamos processos... foram quatorze mil famílias em três bairros, em Morada da Barra foram mais ou menos cinco mil famílias. A maioria dessas famílias era de Vila Velha, o resto vinha do interior iludida e ficava obrigada né? Ficava aí debaixo das pontes, no areal, então era um pessoal que sofria demais, vinha gente de Minas, da Bahia, vinha gente de tudo enquanto é lado.

O prefeito da época foi uma pessoa que ajudou em alguma coisas e em outras não ajudou muito não. Ele emitiu muitos processos em nós, Morada da Barra foi um. O que trouxe benefícios mesmo foi o prefeito que veio depois, ele foi muito bom pro pessoal. Ele fez o posto médico, aqui não existia posto médico...fez o colégio... foi o prefeito que ajudou mais. Quanto nós ocupamos aqui nós deixamos área prá construir coisas do tipo escola, posto, de saúde, só praça que não ficou, naquela época era uma área que foi prá ocupar muitas casas então ficava difícil, as pessoas foram ocupando as áreas vazias, a prefeitura não tinha interesse, agora que tem interesse, a preocupação com esporte. Antigamente não existia esporte, esporte era serviço mesmo, até escola era serviço porque era difícil da pessoa estudar. Aqui em João Goulart não tem escola porque não tem mais terreno vazio, em Morada da Barra tem escola e ainda tem terreno.

Quando as famílias vinham prá cá a gente fazia uma verificação neles, via que eles eram desempregados, que não tinham condições... teve gente que sofreu muito,

sofreu muito mais valeu a pena. Aqui tinha aquele que nem prá comida ele fazia, então quer dizer...era uma área pobre, que não tinha ajuda nem do prefeito, nem do vereador, nem do estado, nem de ninguém, era naquela briga mesmo prá poder ver se a gente ia desistir. A gente dividiu em cima da planta da imobiliária, fomos pegando os lotes, localizando e dividindo, a gente pegava a trena, media, dividia, marcava as ruas e as casas e passava pro pessoal, não teve ajuda nenhuma.

Essa terra era particular, era uma terra que uma imobiliária vendia os terrenos prá gente lá de Rondônia, Mato Grosso... então os corretores iam lá e falavam que em dois minutos estava em cima da praia. Todo mundo ia lá e comprava e quando chegou aqui viu que não era largou e voltou prá traz, e tem gente que ainda continuou vendendo novamente. Isso foi em Morada da Barra, aqui era uma área que foi desapropriada pelo Estado, era uma terra particular que foi desapropriada. Eu pedi a desapropriação dela na época do presidente José Sarney (1985/1990), pedi pro pessoal poder ficar ali.

Essa gente que vem aí agora vem com privilégio porque agora está começando tudo a andar, a desenvolver e todo mundo fica honrado porque tá tendo a terra dele, assentou, então é uma Vitória muito grande prá nós que lutamos. Sei que tem muitos projetos aí, a região tá desenvolvendo e daqui mais uns dez anos vai ficar um bairro modelo. Mas tem gente aqui que não *concentaliza a dificuldade*, eles saem da dificuldade hoje e amanhã eles voltam novamente porque o povo é assim, a gente ajuda ele hoje, ele pega "ah, eu to bom"... aí pega e vende, vai lá prá Barra e quando vê volta de novo... isso acontece demais...vende o lote e volta. A gente tem o coração bom, a gente não pode deixar na rua, a gente tem que arrumar um lugar prá ficar... a fraqueza do pobre é essa aí, não pode ver dinheiro.

Nós fizemos tudo sem ajuda, depois que fizemos uma parceria com a Cesam em 1999 e então que começamos a ter água, luz, tudo. Nós não tínhamos ajuda política nenhuma no início, até a prefeitura liberar as máquinas prá abrir as ruas foi um custo, primeiro tivemos que fazer tudo nós mesmo, depois que o outro prefeito

ajudou muito a gente, liberou as máquinas, o asfalto começou a chegar aqui em 2000 e pouco. A maior dificuldade que a gente vê, é que os prefeitos não estão olhando pela população. Você vê ali o Morada da Barra, ali é um lugar que já era prá ter aterrado, botado manilha, aterrado essas ruas, mas é um dificuldade, tem lugar que é difícil até pro pessoal sair de casa porque quer passar na rua e não dá prá passar na rua, é buraco prá tudo enquanto é lado.

Hoje a COMASSES de uma parada porque quando começou a desenvolver muito os políticos tomaram parte e começaram a insistir, aí agora nós só estamos acertando algum lugar que está errado. Eles estavam querendo envolver política, tirando do pobre e botando pros ricos, porque você sabe que um rico ajuda o outro, o rico nunca ajuda o pobre, e a prefeitura sabe que tem mais vantagem na parte pobre do que na parte rica. Nós que somos pobres, prá você ver...as imobiliárias, o que é que as imobiliárias fazem, elas tiram esse mundo de lote vazio aí, tira areia aí que tem cada buraco de cinco, seis metros de fundura. Tem empresa que é conhecida aí que tá abrindo buraco de vinte e cinco metros, tá com draga aí que funciona dia e noite, vinte e cinco metros, todas as pessoas que caem nesse buraco morrem porque lá vira uma areia movediça, um barro que a pessoa pensa que é raso ali e pronto, afunda, já era, vai embora! E ninguém vê isso aí...é uma dificuldade e uma preocupação que a gente tem. A prefeitura acha que a imobiliária tá cuidando mas não, a imobiliária tá destruindo o meio ambiente! Eu já falei com o prefeito que daqui a uns trinta anos o Rio Jucu vai secar, porque as águas da lagoa vai puxando tudo, eles estão abrindo aqui a toca de areia arranca o lençol freático das águas e vai tudo, isso aí vai secando vai secando e vai acabando. Daqui a pouco o Jucu vai seca re nós vai viver de quê? Foi tirada areia e vegetação dessa área, aqui era um loteamento maravilhoso, entraram as empresas e acabaram com tudo.

Hoje vejo a Associação dos Moradores como um ponto negativo, porque o líder comunitário tem responsabilidade dentro do bairro, não é se beneficiar prá conseguir emprego na prefeitura e deixando o povo no abandono, isso tem muito aqui na região toda, a pessoa entra no movimento prá se beneficiar. Você pode chegar prá qualquer líder comunitário e eles nem sabem como é que foi criado esse bairro, eles

eram prá saber né, eles são líderes comunitários...qual é a obrigação deles? Formou o movimento, eles eram prá ir lá na prefeitura e pegar as plantas. Eu que formei o movimento fui lá, a prefeitura tem que liberar as plantas mas ninguém toca nesse assunto porque, vem aí o presidente de bairro que tá na prefeitura, em todo bairro tá acontecendo isso...

Até hoje vem aqui procurando lote, casa... é todo dia mas não tem mais lugar. O pessoal está vendo de fazer sorteio, mas o pior, que é muito importante vocês saberem é que nossos políticos não olham a necessidade de ninguém. Tem gente que tá lá dentro daquele conjunto que não precisa enquanto tem gente que precisa e tá na rua. Ali tem gente com cinco, seis casas e outros com filho na lama, a prefeitura não vê isso. O pessoal da prefeitura vinha e entregava a chave e na mesma hora eles vendiam porque não precisavam, com cinco ou seis mil você compra uma casa ali. No início, você sabe porque chegou novinho aqui, naquela época você comprava um lote aqui por quinhentos contos e agora tem lote até de cem mil, pode correr a rodovia aí e procurar de lote a lote que não acha um por menos de cem mil. Na época dos assentamentos nós controlamos o número de lotes por família, a média de cada lote era 10x15,10x30... a gente tinha o critério que não podia vender mas nós não podíamos obrigar né? Vamos supor que a família queria ir embora prá outra cidade, eu não podia falar que a pessoa não podia vender, não tinha esse poder. Aí o pessoal ia vendendo e ia embora, acho que da época que eu fiz o assentamento 50% mora aqui ainda e 50% foram embora.

Aqui da região a situação mais crítica é dos bairros Morada da Barra e João Goulart que é o mais velho. Aqui tem rua que não sai lá em Terra Vermelha, são os dois bairros mais prejudicados nessa região. A pavimentação tá indo muito devagar, a prefeitura não está olhando a necessidade do povo, lá em Morada da Barra não pode passar com o seu carro que já fica atolado, não tem rua, não tem um calçamento digno, não tem nada.

Já sobre a violência eu acho que nós estamos de parabéns! Acho que só existe uma parte, porque a violência gira no mundo das drogas mas graças a Deus que caiu em bastante. Caiu muito a violência aqui, o povo tá mais consciente, o povo tá de parabéns na nossa região aqui... deixa eu te dar um exemplo prá você, a gente vê lá no centro de Vila Velha todo dia tá assaltando supermercado, assaltando loja assaltando pessoa. Pô, o supermercado aqui não tem um vigia, ninguém mexe, você tá dentro da sua casa você dorme com a porta aberta ninguém vai desacatar, devido a quê, a pessoa trabalha, tem sua vida e conhece o pessoal. A gente é tudo ser humano, cada um tem um dom, eu tenho meus dons, o rapaz aí tem outro... mas nós não pode julgar ninguém, nós não somos Deus prá julgar ninguém... então graças a Deus a violência diminuiu... nós estamos de parabéns!

De vez em quando vem gente de faculdade e me procura prá fazer trabalhos assim, eu sempre estou disposto a contribuir. Vocês começam a história né, é um trabalho que vocês estão fazendo com mais interesse prá mais tarde ter uma história prá passar pros filhos de vocês, pros mais novos que estão vindo aí...porque quem tá aqui e sabe a história acaba... igual esse movimento meu, eu fazia e eu acho que quando vier a hora de Deus me levar não vai ter outro prá ficar no meu lugar não, você não vai ter outro que vai querer enfrentar ninguém e eu não, graças a Deus enfrentei e Deus me livrou né, todo o mal, e eu venci.

A divulgação do bairro está melhorando, as pessoas estão tendo mais contato, está chegando gente de bem, tá estudando, tem gente como você se formando e vai orientando o outro, procurando entender e conhecendo mais, estudando mais, principalmente esses meninos novos. O esporte também está ajudando muito, tá tendo muita representação prá todo mundo, tá tirando muito menino da droga entendeu? Lazer e cultura nós não temos no momento, não sei mais tarde, vamos ver o próximo prefeito porque nós estamos dependendo, vai depender do estado e da prefeitura. O pessoal fica dizendo que tem que cobrar mais área, mas não é área que tem que cobrar é esporte, estudo pras pessoas, essa é a arma mais poderosa que o estado e a prefeitura tem que trazer e não estão trazendo.

**APÊNDICE E: EU AMO MORADA DA BARRA DE CORAÇÃO!****Eu amo Morada da Barra de coração!****Senhora E<sup>70</sup>**

Entrevista realizada por Eder Lira em pesquisa de campo realizada em 2014 e transcrita por Deliane Pereira para a dissertação: Transformação de um espaço: o caso do bairro Morada da Barra – Vila Velha/ES – Brasil. Mestrado. Eder Lira. Vitória: UFES, 2015.

Meu bairro é tão querido... eu amo Morada da Barra de coração de paixão! Sabe porquê? Porque eu vim prá cá bem novinha bem menina...

Foi na faixa de meus 12 anos, não morava aqui onde moro hoje mas morava em uma fazenda próxima, um local que você mesmo conhece e ainda existe. Hoje a fazenda é dos filhos mas na época era do pai deles, um advogado muito famoso de Vila Velha que foi prefeito também, uma pessoa muito boa que nos ajudou quando meu pai veio morar aqui. Eu nasci em Terra Vermelha I que hoje está mudando de nome e se chama Portal do Sol. Tanto eu quanto meus irmãos abaixo de mim nasceram lá... meu pai teve doze filhos, dois homens e dez mulheres. Os dois homens já se foram a muitos anos, eram pais de família... um faleceu por acidente de carro e outro por problema de saúde, nenhum foi por problema de violência não, graças a Deus. As dez mulheres estão com vida até hoje, a maioria mora aqui na rua ..., que hoje ganhou o nome do meu pai.

Meu pai era agricultor lá em Terra Vermelha I, lá virou Vila Mageschi e agora é Portal do Sol. Ele trabalhava na roça... tomava conta de um sítio aonde ele plantava e colhia só prá ele, pro sustento da família, vendia e fazia o que mais quisesse. O dono das terras não cobrava nada e não se envolvia. Quando foi no ano de 1964 meu pai saiu de Terra Vermelha porque o dono das terras resolveu vender, então falou com meu pai que estava negociando as terras e que ele daria um prazo prá que nossa família conseguisse outro lugar prá ficar. Aí nesse tempo papai conseguiu esse cantinho aqui com o Dr..... que ofereceu uma casinha. Precisava de uma

---

<sup>70</sup> Nomenclatura adotada na dissertação para manter em sigilo a identidade dos entrevistados.

reformatar mas ele disse que papai podia morar ali com a família o tempo que quisesse e podia trabalhar prá quem quisesse também, com ele ou em outro lugar.

Aquela época era muito bom! Só tinha uma estrada que saía aqui, era uma estrada de terra que vinha das fazendas e seguia cortando o bairro, fazendo umas curvinhas, atravessava aqui aonde é João Goulart e saía ali, atravessava prá estrada e ia prá Guarapari. Na época não tinha rodovia, então era uma estrada beira praia que de lá você saía prá Vila Velha, saía prá Guarapari. A estrada estadual já existia, Meu pai trabalhou nela, ele também nasceu aqui.

Naquela época era tudo fazenda...prá chegar até vila velha ou você tinha que ir de pé ou panhar carona em caminhões que transportavam madeira prá levar pros fornos de padaria ou outras caronas. Existia uma ponte dentro da Barra do Jucu que hoje é a ponte da Madalena. Era uma ponte prá atravessar as pessoas e os carros que pegavam a beira da praia pra Vila Velha, era tudo pela beira da praia. Depois de muitos anos é que veio a Rodovia do Sol. Por aqui só existia comércio na Barra do Jucu e Ponta da Fruta... tinha um pequeno povoadozinho muito pequeno mas era só, o resto era fazenda e sítio... Barra do Jucu também era pequeno, depois que foi crescendo. Depois de alguns anos, quando entrou a empresa da rodovia, que antes era a Alvorada e hoje é a Praia Sol, foi aí que a comunidade da Barra do Jucu conseguiu um ônibus, ele vinha do centro de Vitória, da Vila Rubim ali perto da Dadalto... ele fazia ponto final ali e vinha até na Barra do Jucu, fazia esse percurso por dentro de Vila Velha. Já existia a Carlos Lindemberg porém está estrada de chão, não era asfaltada. Depois veio devagar com o governo que asfaltou a rodovia, aí melhorou pros ônibus correr bem... andar melhor pro centro de Vitória.

Bem, então daqui era fazenda andando a pé até na Barra, e depois quando..... em 1973 mais ou menos o falecido ...., que foi governador do estado, comprou essa fazenda. Já existia a fazenda que hoje é Rico Caipira, já existia.... e dessa parte prá cá ele comprou. Mas ele comprou, ficou pouco tempo...3 ou 4 anos só com a fazenda, depois ele vendeu prá imobiliária ..... Ele já tinha a intenção de vender... foi quando em 1976, finalzinho prá 77 a imobiliária fez o loteamento.



Ninguém da imobiliária veio consultar os moradores pois existiam muito poucos na época. Eu já era casada e estava morando em uma casinha coberta de palha de coqueiro, feita de estuque... ela ficava fora da fazenda porque aquele pedaço era do meu pai. Nessa história toda quando o meu pai ainda estava lá na fazenda ele conseguiu comprar essa areazinha que era um bico de terra, aí construiu uma casinha e veio morar aqui. Ali nos fundos daquele pé de manga era uma casinha que papai construiu, ali ele terminou de criar a família dele. O pedacinho de terra dele ficou fora do loteamento, não tem nada a ver. A imobiliária chegou em 1977 para fazer o loteamento, o meu marido até trabalhou na terraplanagem prá fazer meio fio e tudo. Só que a imobiliária Patrimônio ficou até 82 e depois abandonou o loteamento. Aí começou a crescer mato nas ruas, o pessoal começou a carregar meio fio, placa... começaram a limpar tudo.

Não vieram moradores, a maioria dos compradores era tudo de longe: São Paulo, Rio, Bahia... aí eles compravam pela planta... o que é os corretor fazia, falava que era na beira da praia, principalmente prá quem morava em Belo Horizonte, São Paulo. Quando eles chegavam aqui e viam que não era na beira da praia... ah, era uma decepção! Aí abandonavam os terrenos, não procuravam mais. Por aqui ainda existem alguns moradores que são da época do loteamento e alguns terrenos da imobiliária, mas são poucos. Depois que o *Senhor C*<sup>71</sup> começou a colocar as pessoas prá ocupar aí começou a vir gente procurar os lotes, só que o Sr. C tentou trocar o nome então quando as pessoas chegavam aqui e encontravam João Goulart II iam embora, não conheciam o terreno, não sabiam onde era, entendeu? De vez em quando ainda vem alguns procurar, mas quando chega aqui tem casa em cima, aí não volta mais não, dá usucapião também, já tem 17...quase 18 anos. Essa ocupação aqui foi irregular... porquê os terrenos comprados todos eles tem estrutura, a imobiliária deu estrutura, então eu não sei como vai ficar futuramente com essas pessoas que tem estrutura de terreno, não sei, já tem muitos anos mas acho que ainda corre o risco.

---

<sup>71</sup> Esse agente também foi entrevistado para o estudo e, com o intuito de facilitar a compreensão da relação entre os agentes, adotou-se aqui a nomenclatura direcionada a ele pelo pesquisador.

A questão do nome dos bairros é assim... veja bem. Quem já morava aqui, quem viu o bairro ser o loteamento... nascer, no caso. Foi a imobiliária que trouxe esse nome de loteamento Morada da Barra, e quando esse bairro começou a vir morador nós moradores mais antigos que vimos o loteamento nascer nós queríamos que continuasse Morada da Barra. Só que era assim, nós éramos muito poucos prá brigar por essa questão né? Então tinha muito morador e os moradores começaram a falar João Goulart II. A água entrou como João Goulart II, só que a energia já tava como Morada da Barra, existia a energia que foi a gente que pediu como Morada da Barra e a água ficou como João Goulart. Só que quando chegou em mais ou menos, 2003, que foi no primeiro mandado de .... nós descobrimos que o *Senhor* Cnão podia colocar dois nomes de um bairro com uma rodovia estadual atravessando cortando no meio. A gente procurou saber e descobriu isso na própria prefeitura, aí resolvemos lutar por isso, prá voltar o nome de Morada da Barra, prá que não morresse.

Eu e outros moradores fomos na prefeitura ver que procedimento a gente podia tomar. Aí eles falaram que nós podíamos fazer uma reinauguração já que agora já era um bairro. Antes era um loteamento e se já estava sendo bairro era porque já tinha muitos moradores então era preciso legalizar o nome do bairro como Morada da Barra que já existia. Aí nós legalizamos... veio, aí a D..... que era braço direito do prefeito da época, ele apoiou porque tinha que fazer, tinha que voltar a ser o nome que era antes. Isso foi mais ou menos em 2006, foi nessa época que teve a reinauguração do bairro já como bairro... que antes era loteamento e aí então já como bairro Morada da Barra. Alguns moradores ficaram meio chateados porque já tinha o nome de João Goulart, mas depois foram se acostumando. Acho que, se eu não me engano foi seu pai que fez a placa prá nós na época, porque roubaram a nossa placa. Nossa, nós ficamos muito tristes quando roubaram a nossa placa...

Depois da inauguração os gestores começaram a olhar melhor prá nós, porque já era um bairro, porque já estava sendo um bairro registrado, a prefeitura já concretizado o nome dele como Morada da Barra, e antes era clandestino.

Nessa época já existia líder comunitário, o primeiro líder comunitário daqui foi em 1998, eu acompanhei tudo isso. Quem foi a primeira líder comunitária aqui foi a....., da creche. Aí depois vieram outros, mas quando ela veio ainda tinha como Morada da Barra, e não era bairro, era conhecido como loteamento ainda. Alguns anos depois o *Senhor C* já tinha colocado o bairro João Goulart, aí as pessoas já estavam até se acostumando... eu nunca chamei não porque não gostava, eu e muita gente mais não aceitava não. Muita gente ainda chama de João Goulart II ou só II, eu já brigo com uma pessoa quando vejo falar isso. Numa boa né, na educação, como diz...só tento que eles coloquem na cabeça que não existe, não existe, né! Pois então... depois dessa época prá cá que voltou a ser Morada da Barra outra vez aí devagar o pessoal foi se acostumando.

Nessa época que a gente conseguiu que o ônibus mudasse de nome logo a gente conseguiu que o Transcol mudasse, porque já tinha Transcol aqui né? A gente logo conseguiu, nós fizemos um ofício e encaminhamos no mesmo dia, um prá Sanremo e um pro Transcol. O Transcol uma semana depois já estava entrando como Morada da Barra e a Sanremo ih... demorou. Aí o pessoal ficava assim: aonde a gente mora se a gente tem um ônibus que é Morada da Barra e o outro que é João Goulart? Eu sei que quem conseguiu fazer essa mudança prá nós foi....., isso a gente agradece muito a ele que encaminhou o processo prá lá, e pediu, mas tem pouco tempo, se tiver dois anos que a Sanremo mudou é muito. Faz pouco tempo.

#### **APÊNDICE F: DIVISÃO DE BAIROS DA REGIÃO 05**

##### ***Divisão de bairros da Região 05***

##### ***Senhor F<sup>72</sup>***

Entrevista realizada por Eder Lira em pesquisa de campo realizada em 2014 e transcrita por Deliane Pereira para a dissertação: Transformação de um espaço: o caso do bairro Morada da Barra – Vila Velha/ES – Brasil. Mestrado. Eder Lira. Vitória: UFES, 2015.

Eu vim pro estado do Espírito Santo em 1989, cheguei aqui, fiquei em coqueiral, administrando uma colônia do sindicato dos metalúrgicos até que em 1991 eu vim

<sup>72</sup> Nomenclatura adotada na dissertação para manter em sigilo a identidade dos entrevistados.

com um amigo meu procurar um lote aqui em Morada da Barra e encontramos poucas famílias ali naquela época. Não tinha nada, não existia invasão, era a estrada velha do Xuri, o lixão ali embaixo... eu encontrei aqui essas famílias, o pessoal aqui da *Senhora E*<sup>73</sup> e o pessoal daquela senhora ali atrás... foram essas famílias que eu encontrei aqui em 91. Ainda ri muito do meu colega e disse a ele “pô, você sai lá de Minas e me enfia num lugar desses pô, que mato, que roça braba dessa”, e não esperando que um dia eu vinha morar nesse bairro. No ano seguinte eu comprei um lote em São Conrado e já em 1993 eu era morador de São Conrado. Mas em 2003 eu passei a ser morador de Morada da Barra, entendeu? Aí eu já conhecia mais pessoas, mais famílias e vim morar aqui, acabei vindo morar aqui e estou morando até hoje. Eu vi essa região nossa, esses bairros vizinhos crescer, procê ter uma ideia: em 1996, ainda morador de São Conrado eu vim aqui na margem dessa estrada procurar uma família que o rapaz estudava no CAIC a noite, na alfabetização de adultos. Minha ex-mulher era professora lá, aí nós viemos procurar essa famílias aqui que tinha acontecido um acidente com ele lá perto da UFES e ele veio a falecer, aí a escola ficou sabendo que essa família dele morava aqui e estava com uma situação de dificuldade, aí nós viemos aqui localizar essa família, quem me acompanhou aqui foi minha ex-mulher, o diretor do CAIC e o assistente social que eles tinham lá, uma senhora que hoje mora numa cidade no interior do estado. Aí depois essa família voltou, a origem dela era da Bahia, e eu continuei em São Conrado e continuei vendo essa região crescer... aí como você já disse lá das três etapas, lá da época da imobiliária que quando eu vim aqui em 1991 podia contar as família que tinha aqui... e a história que me falaram era “você pega o documento direitinho e vem num domingo aqui que o .... tá aqui e vai ver aonde tem esse lotes seus”. Aí o cara nunca mais voltou aqui, o cara nunca mais me procurou, nunca mais veio na colônia e nunca mais nós viemos aqui prá saber a história do terreno dele, ele tinha dois lotes aqui.

Essa região nossa e esses bairros cresceu muito de 2000 prá frente. É uma história que você mesmo sabe, pode acompanhar aí de perto... em 2001 quando o prefeito assumiu essa região não tinha as escolas suficientes, não tinha estrada, não tinha

---

<sup>73</sup> Essa agente também foi entrevistada para o estudo e, com o intuito de facilitar a compreensão da relação entre os agentes, adotou-se aqui a nomenclatura direcionada a ela pelo pesquisador

rua prá parada, isso estava em toque de caixa. Aí ele andou organizando mais algumas coisas, fazendo alguns projetos prá beneficiar algumas ruas, como nosso bairro mesmo tem quatro ruas que foram beneficiadas pelo programa NOSSA TERRA, e aí vem só a população crescendo. Você vê que na eleição de 2000 nós tinha 12 mil eleitores nessa região, prá hoje nós temos 33.648 eleitores na Região 5, tá? Olha, você pensa bem, lá em 1990, na eleição prá prefeito 12 mil seiscientos e pouco... não chegava a 13 mil na região 5, prá hoje ser 33seiscientos e tanto, prá você ver, olha como a população cresceu. E outra coisa que se tem observado, você mesmo, a sua juventude, dali todos chegaram aqui criança ou nasceu aqui. Porque de 1993 prá cá começou a invasão, as invasões começaram a crescer aqui em 1993 prá frente, depois que surgiu Terra Vermelha, Normília, barreirinho, que hoje é Ulisses Guimarães, e os outros foi assim ó...[explosão]... é explosão né, e eu acho que foi uma ocupação desorganizada e eu condeno muito o ex-prefeito porque eu acho que foi ele o incentivador disso, e nesse meio tempo muitos perderam a vida, a gente sabe disso, uma coisa que a gente tem que admitir, e outros exploraram daqueles menos favorecido que chegava aqui procurando um lugar prá morar e trocava por geladeira, por qualquer coisa prá conseguir o lote.

Então tudo isso é o meu histórico que eu tenho prá dizer até esse momento. Agora a atividade do bairro que eu passei, foi de 2003 prá cá que eu passei a ser morador daqui, aí eu comecei a participar das reuniões daqui, tô participando mas não quis entrar na comunidade q não é o meu forte. Eu sou sempre o 13, é o camisa 13, mas eu não quero não. Porque eu vejo que o líder comunitário não tem o poder de fazer nada, ele é um cidadão prá reivindicar, é a mesma coisa do... eu comparo o líder comunitário com o vereador, não põe na cabeça da sociedade que o vereador tem poder de fazer alguma coisa que o vereador não tem não. Ele não pode nem fazer lei que ele vai gerar despesa, ela é inconstitucional. Eu vejo lá a comissão de justiça da câmara esbarrando proposta de um proposta de outro, e entra em choque, quando eles derruba o veto da comissão de justiça, as outra comissão passa, aí vai pro executivo, o executivo manda de novo, aí eles tentam derrubar o veto do executivo, vai prá gaveta. “Ah, o presidente da câmara pode homologar a lei”, pode. Mas ela nunca é executada, então não adianta, não tem lei executada por isso. O nosso município ele é dividido em cinco regiões administrativas. Então cada região

dessas tem um coordenador, ele é um cargo de confiança do executivo. Eu exerci esse cargo, fui coordenador da regional por 2 anos de 2003 a 2004, o que eles apelidaram aqui de “prefeitinho”. Depende muito do secretário de obra se vai dar a ele mecanismo e sustentação, porque toda despesa feita naquela regional quem paga é a secretaria de obra.

Sobre o nome do bairro desde que eu conheço aqui a história disso aqui lá atrás em 1997, 1998 que eu participei como membro do conselho comunitário, João Goulart era apelido, o nome do bairro que sempre foi conhecido no município foi Morada da Barra, já que o nome do loteamento aprovado na câmara é Loteamento Morada da Barra.

Quanto ao papel dos líderes comunitários a D. ....foi líder comunitária aqui. Ela foi líder de 2001 a 2003 e depois ela faleceu. Ela participou de muitas atividades, aí vieram outras pessoas, vários líderes. No mandato de .....fizeram o PROJETO NOSSA TERRA, fizeram aquela escola, Darcy Ribeiro, e em seguida foi aprovado o projeto dessa escola aqui ó, Paulo César Borges, numa assembleia com mais de quatrocentas pessoas dentro daquele colégio Darcy Ribeiro. O pessoal de João Goulart queria uma escola, uma creche, e eles não tinham um terreno. Aí o prefeito falou “ó, o terreno que nós tem é esse aqui, e o projeto é esse, é uma escola de UMEI e UMEF, agora essa creche os moradores de Morada da Barra tem participação nela, os moradores de João Goulart e os moradores de Jabaeté”, a ponta cá em cima quando tivesse habitação, já previa que teria habitação, é uma ponta de Barramares, no começo ali na divisa. Agora, estudante na escola UMEF, os meninos de Morada da Barra, só aqueles que saíam da creche e subiam lá na categoria lá porque eles tem a Darcy Ribeiro que já tá dentro do bairro... agora os outros bairros não tem a preferência da escola mesmo e da creche, no caso de João Goulart e a ponta de Barramares.

Isso foi explicado, portanto quando.....assumiu ele tentou mudar o projeto e não pode, porque tinha uma ata na assembleia anexada com o projeto que dizia como que a escola ia ser feita aqui, tinha que ter creche, quadra, biblioteca, tinha que ter

piscina, isso tudo ali com verba ali. Hoje não funciona nem a quadra e nem a piscina, a biblioteca me parece que já está em condições de funcionamento.

Então tudo isso, eu vejo esse crescimento de morada da barra de 2001 prá frente, porque até antes se falava na invasão. Foi feita uma escola ali que você lembra muito bem que não podia chover que alagava, ninguém estudava com chuva, virava uma lagoa. É importante, tem uma história muito interessante que em março de 2001 eu estava no gabinete, que eu fiquei dois anos numa secretaria lá ligada ao gabinete, e aí chegou lá um oficial de justiça prá nos acompanhar nos prédios públicos aonde tinha nome de gente vivo. Aí viemos nessa escola eu passei ali na COMASSES e falei “Senhor C<sup>74</sup>, o senhor me conhece e tudo, boa tarde, eu sou da prefeitura, estou acompanhando o oficial de justiça, nós estamos indo lá na escola prá tirar a placa que tá no seu nome, o senhor interessa em guardar ela? Se o senhor interessar o senhor vai lá e vai trazer ela inteira, se o senhor não interessar ela vai ficar aos pedaços porque eu não vou tirar ela inteira não senhor, eu vou quebrar ela porque não pode.” Aí ele falou: “faz o que você quiser, o que você quiser tá feito, vocês tão desrespeitando o que o outro prefeito fez”. Aí o oficial de justiça explicou “não meu senhor, eu sou um oficial de justiça eu tenho que acompanhar e fotografar a retirada da placa.” Nome de prédio público não pode ter nome de gente viva, é uma lei federal que determina e sabe como o .... é criador de caso.

A aprovação dos bairros foi pelo código de postura do município. O prefeito da época trabalhou dois anos no código de postura, já em 2002 ele começou com a agenda 21 que termina agora em 2015, o que tá escrito na agenda 21 não tem nem etapa feita, lá escrito na agenda 21, e agora em 2015 tem que fazer nova reformulação nessa agenda 21. É um programa de governo, por exemplo: todos os bairros tem que estar com água tratada e esgoto em 2015... será? O município teve o planejamento prá isso, o município de Vila Velha fez porque o prefeito deixou isso pronto, mas entrou um prefeito, tá entrando o segundo e até hoje eu não estou vendo nada ainda andar desse negócio... então é coisa que nós temos que esperar prá ver né. Nesse código de postura, nosso PDM que nós falamos, aí sim foi determinado os nomes dos bairros, legitimado tá lá no código de postura, você pode

---

<sup>74</sup> Esse agente também foi entrevistada para o estudo e, com o intuito de facilitar a compreensão da relação entre os agentes, adotou-se aqui a nomenclatura direcionada a ele pelo pesquisador

conseguir o código de postura de 2008 você vai ver: Morada da Barra divide com bairro tal, bairro tal e bairro tal, entendeu? A zona rural, tanto aquela faixa que você saiu por lado da pedra, pegando do lado da pedra ali entra na área rural, inclusive já tem algumas pontas invadidas que não sei como o município vai fazer agora com esse remanejo, remanejamento que eles tão trabalhando ali que, de acordo com a lei federal tá “Lagoa Jabaeté” e segundo consta essa rua que tem por trás aqui da av. Brasil aqui, que é a José de Moraes, perto das igrejas lá, não era prá ter nada construído ali não, até cair lá na Ayrton Senna lá e outra coisa. Aí você pega a ponta do Jabaeté, tem uma ponta do Jabaeté que já tá ocupada hoje, vai lá os prédios estão ocupando o outro lado lá atrás que também tá dentro da marcação de 95, é a única coisa que ...deixou bom foi essa lei, esse decreto, essa lei determinando, que ela passou a ser lei estadual, depois até acho que não sei como é que tá agora, é lei de permanência ambiental, que fala que é uma área que você pode ser dono mas você não pode fazer isso nem aquilo prá você fazer você tem que consultar os órgãos ambientais.

Na celebração de reinauguração do bairro o prefeito chamou todos os 97 bairros do município e entregou naquela época uma revista com todos os mapas e nome desses bairros. Eu não tenho a minha prá contar história porque eu emprestei pra um cidadão e ele nunca mais me devolveu, mas tem pessoas que tem essa apostila em mãos aí até hoje, não sei aqui em Morada da Barra quem tem. Eu fui emprestar ela prá um cara de Terra Vermelha que ele queria discutir com uma pessoa o negócio do limite de Terra Vermelha e PDM e a divisa aí de Terra Vermelha e o campo... o campo tá dentro de Normília, não tá em Terra Vermelha não, tá em Normília. E quando você chega na av. Seringal, que é a principal de Normília, ela corta em linha reta e vai sair lá em frente a associação do Banestes naquela rua subindo no galpão de mata lá no espigão... dali prá cá fica Terra Vermelha, dessa linha do espigão morre ali atrás da escola... como Terra Vermelha, o loteamento Brunella ficou dentro do residencial Terra Vermelha.

Não houve muita resistência por parte dos moradores. Primeiro foi feita uma divulgação muito boa e tudo mas as lideranças locais poucos estavam. Houve



audiência pública, PDM, já se discutia as mudanças de PDM e quem ia fazer as limitações de bairro, e já tinha bairro que tinha lei: João Goulart por exemplo tinha uma lei em 1997, o bairro João Goulart, uma lei em 1997, Ulisses Guimarães tinha uma lei em 1997, 23 de maio tem uma lei de 1997, eu era assessor na câmara essa época eu lembro quando foi votado, entendeu? O Riviera era o loteamento tal, batizou e ninguém nunca mais mudou, Cidade da Barra a mesma coisa, aquele conjunto que tem lá como Cidade da Barra, que foi feito pela caixa, que é tipo condomínio fechado, esse que o povo fala Portal da Barra, esse tá dentro do loteamento São Conrado, porque quando fez a lei de São Conrado o pessoal da prefeitura disse assim “aquela baixada tava vaga? Ah, você que estuda aquela área como é que é o limite da área, como é que é lá?” Eu falei que vem aqui na Rodovia do Sol, chega até a Álvares de Azevedo, sobe a Álvares de Azevedo e vem até a rua Machado de Assis, desce o valão da Machado de Assis e vai até Ulisses Guimarães no córrego Jabaeté, ribeirão do Jabaeté, desce o ribeirão do Jabaeté e vem até a Rodovia do Sol, é o limite de São Conrado, tá claro isso e no PDM ficou dessa forma, porque tinha uma lei em 1997 que foi determinada dessa forma... tinha que seguir. Por exemplo, o loteamento de Barramares, é o antigo loteamento Estrela, e ele morria aonde, na avenida Getúlio Vargas... é essa avenida aqui, quando você tá descendo aqui a Ayrton Senna não tem uma rua que passa ali lá perto da escola que desce, ela vai sair lá em cima da Califórnia? É essa que é a Getúlio Vargas. A avenida Brasil não existia, a avenida Brasil foi um nome batizado pelos moradores e ficou, não sei quem... acho que foi o *Senhor C...* aí ela pegou e foi parar lá em Morada da Barra, por isso eles faziam confusão de João Goulart II, por causa dessa avenida, mas em documento de loteamento não. Quando criou a comunidade aqui em 1997/96, a ....participou disso...aí ela falou “como é que nós vão fazer isso aqui?” Aí eu falei “não, isso aqui é Morada da Barra, não é João Goulart II, não existe isso”, e nesse mesmo ano teve uma eleição ali em João Goulart e eu vim representar o conselho comunitário. Na época teve uma tentativa de eleger uma diretoria prá comandar todos esses bairros, juntar tudo, mas depois não aconteceu não.

Mas foi isso aí, então... essa...foi a primeira que criou o movimento comunitário dessa associação de moradores aqui, ela que foi a primeira, ela e uma outra. A

*Senhora E* também estava no grupo, ela sempre ficou, agora que ela tá afastada mas ela sempre ficou, é antiga moradora daí, ela nasceu nessa região aqui e tem história muito grande nisso aqui. E sempre eu conheci essa história aqui como Morada da Barra... e em documento.

## **APÊNDICE G: DO DESENVOLVIMENTO PARA A ESTAGNAÇÃO?**

### **Do desenvolvimento para a estagnação?**

#### ***Senhor G*<sup>75</sup>**

Entrevista realizada por Eder Lira em pesquisa de campo realizada em 2014 e transcrita por Deliane Pereira para a dissertação: Transformação de um espaço: o caso do bairro Morada da Barra – Vila Velha/ES – Brasil. Mestrado. Eder Lira. Vitória: UFES, 2015.

Eu praticamente sou do interior. Eu morei no sul da Bahia, fiquei lá um bom tempo e já vim prá cá já quase estourado a idade. Vim prá Cariacica, compramos um terreno lá e depois não gostei do terreno, foi aonde surgiu essa invasão aqui.... invasão não, ocupação né? A gente veio prá cá no interesse de mudar, se aqui desse certo a gente ficava direto aqui.

Aqui eu era pedreiro, na cidade, mas no interior eu era vaqueiro. Tem tempo que a gente conseguiu isso aqui, na época foi até com o *Senhor C*<sup>76</sup>, que estava comandando aqui. Fiquei oito meses por debaixo da lona sem poder construir, depois liberaram isso aqui através do *Senhor F*<sup>77</sup> na época, aí que comecei a construir, vendi o barraco de Cariacica e fiz esse aqui. Depois foi juntando gente, juntando gente e os moradores mais antigos daqui acharam por bema gente formar uma associação. Aí passei como delegado, primeiro mandato, depois presidente do bairro por dois mandatos... no final hoje atuo como vice-presidente, já não quis mais... eles estão querendo que eu renove prá me candidatar de novo mas não estou querendo mais não, já chega.

---

<sup>75</sup> Nomenclatura adotada na dissertação para manter em sigilo a identidade dos entrevistados.

<sup>76</sup> Esse agente também foi entrevistado para o estudo e, com o intuito de facilitar a compreensão da relação entre os agentes, adotou-se aqui a nomenclatura direcionada a ele pelo pesquisador

<sup>77</sup> Esse agente também foi entrevistado para o estudo e, com o intuito de facilitar a compreensão da relação entre os agentes, adotou-se aqui a nomenclatura direcionada a ele pelo pesquisador

A associação de moradores funciona assim: ela pressiona o prefeito para trazer recursos para o lugar... A necessidade que tá mais necessitando né? Como aqui por exemplo, antigamente não tinha calçamento, não tinha rede de saneamento básico, não tinha nada... hoje a maioria das ruas já tem né? Esse asfalto, veio no tempo de 1997 no mandato do ..... e depois de seu sucessor. Só prá essa rua aqui eu caminhei aqui um bom tempo, foram mais de umas sete, oito reuniões que a gente tinha prá prefeitura poder aprovar isso aqui... foi no tempo que ia passando de 2000 para 2001. Desde essa época que eu venho trabalhando na associação. Infelizmente vez ou outra aparecem situações perigosas, como tem aí violência prá tudo enquanto é lado, e terreno abandonado, casa abandonada... fica aí, começa a juntar pessoas que começam a prejudicar a população... e eles lá fora não procuram a população né? Procura é o presidente, o vice- presidente. Já me procuraram para retornar, aqui funciona como prefeito: prefeito fica dois mandatos sai, governador fica dois mandatos sai, tem o primeiro, reelege, fica o segundo mandato e sai... aí dá o tempo, passa um, dois e depois pode voltar. E assim a mesma coisa é o presidente aqui, mas eu não pretendo voltar não. Isso tá me mexendo com a cabeça e eu não pretendo voltar não... eu pretendo dar apoio a qualquer um... eu tenho um aqui embaixo que tem umas duas eleições que ele já pede prá entrar na chapa.

A associação tem registros e documentos que ficam com os presidentes. Tem as atas de reunião, os projetos que a gente faz, tem muito documento registrado na prefeitura, quando alguém quer fazer alguma coisa aqui dentro primeiro comunica a gente. A associação não tem a sede, a sede que a gente conhece é ali na *Senhora E*, que foi uma das primeiras que entrou. Existe até um terreno lá em cima que é da associação, eu já pelejei com eles, eu quis fazer isso mas o povo não aceita. Eu quis reunir prá trocar aquele terreno lá em um aqui, mas fica aqui aquele jogo de empurra... caiu na mão desse prefeito aí que esse prefeito não se interessa em ajudar a gente. Um dos aborrecimentos que fez eu não continuar mais na associação é o seguinte: quando era com os antigos prefeitos da época de 2000 a 2012 eu me dei muito bem com eles, acompanhei as obras deles aqui... mas esse prefeito eu nunca vi a cara dele de perto, só vi ele pela televisão.

É importante esclarecer um detalhe: aqui tem a associação de moradores e a COMASSES que resolve os problemas de terreno, quando é prá ver documentação, passar prá morador. Quanto à associação de morador ela não olha isso, a única coisa que pode fazer é dar o encaminhamento. Eu sei que tem muito lote que foi comprado aqui a muito tempo e o pessoal insiste até hoje que ainda é dono né? Mas não é mais dono né, porque é uma ocupação e deu usucapião. Se o pessoal vai comprar o terreno, pega o papel, dá entrada e depois fica uns vinte anos sem procurar? Quando eles vêm não sabem nem onde é que é? Eles não tem direito não, é claro que eles não tem. Tem gente que chega a procurar, de vez em quando procura... aí passa vergonha. Eu chego a dizer: "Olha, esse problema teu eu não posso resolver, porque isso aqui quem loteou foi a COMASSES, isso foi do *Senhor C.*" O *Senhor C* até poucos dias tinha vinte e dois processos na justiça, ele já acabou com tudo, tá só com o barraquinho dele porque o próprio sítio que ele tinha agora tá na roda, tá na justiça e ele não tem direito, tá no nome do irmão dele, ele tá falido. A COMASSES ainda existe mas não tá mais resolvendo problema nenhum, hoje ela não pode passar documento prá ninguém, antigamente ela passava. Esses que já tinhamestão garantidos, quem não tinha foi procurar e não tinha mais porque é muito processo ainda, não pode resolver, então o juiz proibiu de passar documento e se passar documento não vale prá lugar nenhum. O que vale é quem tá no terreno, se tem água e luz vai no cartório com o carnê de água e luz e registra no cartório, aí vai valer. O cartório vai pegar o nome do morador, endereço. O *Senhor C* ainda está na COMASSES, tinha um outro mas o negócio começou a pegar pro lado deles...

Desde que o bairro deixou de ser uma ocupação e foi reconhecido como bairro tá quase parado, eu posso dizer que tá quase parado... por falta de apoio da prefeitura. Por exemplo, os outros dois prefeitos passados todo mês limpavam essas valas, vinha o carro com fumacê e passava aqui... isso tudo depois que ele ganhou, parou com tudo isso. Depois de muito pedir, muitas vezes, vieram e deram uma limpezinha ali... e a gente tem medo de quando for o tempo de chuva mesmo entupir as bocas de saída de manilha aqui e a água estourar tudo no meio da rua... aí vai dar trabalho a gente... mas ele não quer compreender isso...

O campo, nós temos aí um projeto daquele campo... veio o secretário de educação aí, de esportes, nós fomos lá, ele mediu... mexeu e virou projeto pra fazer aquilo ali. Depois de passados uns 4,5 meses ligaram pra gente e fomos na prefeitura, fizemos uma reunião na prefeitura tinha mais de 80 pessoas. Aí foi falando: fazer a área de lazer de Normília, e não sei aonde, aonde aonde... Morada da Barra ficou por último. Tem projeto já, tudo como vai ser, temos a foto, tudo como vai ser... bonito... tá tudo projetado bonitinho mas infelizmente mão na obra nós não vimos até hoje... por isso que eu falo que tá parado.

Aí falaram pra recorrer, recorrer... tudo assim.

Nem as valas de saída ali do lado limpam, eles deixam tudo sujo. Antes vinha e tava sempre limpa, sempre limpa mas agora não limpa mais. No meu pensar um dos principais problemas aqui do bairro hoje é uma rede de esgoto, porque essa daqui não é uma rede de esgoto essa daqui é uma rede só de água. Você sabe que aqui é baixo, essas manilhas já estão quase tudo tomadas de... de privada...de esgoto. Ela é pra rede pluvial, pra quando vier a chuva pegar a água e jogar fora, agora em vez de rede pluvial tá sendo rede de esgoto porque o pessoal dessa rua estão fazendo os banheiros e encanando tudo pra dentro da manilha, tudo pra dentro da manilha... ela não foi feita pra isso. Uma hora vai dar problema...aí aparece cada tipo de doença que a gente nem sabe da onde veio, aparece essas coisas na cidade que a gente nem sabe como é que fica.

Eu acredito que essa água ela é uma prioridade porque esse terreno aqui do lado eu sei que já é de empresa e tem projeto de fazer prédio aqui atrás, casas populares, isso eu tô sabendo. Agora olha: essa rede de esgoto ela puxa tudo pra aqui e joga pra dentro do terreno dele. E se amanhã ou depois vier a empresa aí construir, eles vão aceitar isso? Mas eu já falei pra eles eu já... levei o ofício pra eles... mas fica tudo ó... deixa pro outro, deixa pro outro, deixa pro outro...inclusive tem um vereador que quase sempre ele vem aqui, todo mês ele vem aqui, a gente conversa muito ele

fala fala que vai fazer mas não faz... vereador não faz nada. O presidente do bairro piorou porque ele fala que vai passar pros vereadores e não resolve nada.

Eu acho que uma rede de esgoto aqui e um posto médico é o principal, tem um posto médico ali em Terra Vermelha mas não dá prá população. E outra coisa: eles têm um esquema ali: tal dia é prá Normília, tal dia é Morada da Barra, tal dia é Terra Vermelha; quer dizer, e a pessoa que tá na necessidade que vai lá? Nem só o posto médico mas também médico, porque só o prédio aí sem médico não vai valer nada.

#### **APÊNDICE H: O CRESCIMENTO DE VILA VELHA A PARTIR DA DÉCADA DE 1970**

##### **O crescimento de Vila Velha a partir da década de 1970**

*Senhor H<sup>78</sup>*

Entrevista realizada por Eder Lira em pesquisa de campo realizada em 2014 e transcrita por Deliane Pereira para a dissertação: Transformação de um espaço: o caso do bairro Morada da Barra – Vila Velha/ES – Brasil. Mestrado. Eder Lira. Vitória: UFES, 2015.

Minha trajetória política iniciou-se tarde. Até os meus 35 anos eu era avesso à campanha eleitoral, apesar de na minha juventude eu ter participado de muitas campanhas. Depois eu me interessei mais pela vida profissional de advogado, fiz concurso prá procurador federal, passei e então abandonei a vida política. Mas a partir do final da década de 70, precisamente 77,78 e 79 a Igreja Católica desenvolveu uma pastoral com o intuito de sensibilizar os cristãos a ingressarem na vida pública, porque a situação da grande maioria da população era de muita miséria. Aqui na grande vitória você tem os bolsões de pobreza e era uma lástima, a exploração do trabalhador da construção civil na década de 70 era um negócio brutal, eles prá você ter uma ideia, faziam as necessidades fisiológicas atrás das tábuas, e não tinham... e almoçavam ali mesmo. Traziam marmita, não tinha refeitório não tinha nada, a situação da grande maioria dos bairros era que não havia coleta de lixo, haviam muitas crianças fora da escola, não haviam creches, não... a

---

<sup>78</sup> Nomenclatura adotada na dissertação para manter em sigilo a identidade dos entrevistados.

violência era muito forte. E na verdade os governos tanto municipal, quanto estadual quando federal viviam apenas prá cuidar dos interesses das pessoas bem situadas economicamente. Então a igreja entendeu que era uma grande omissão e ela desenvolveu uma pastoral nacional prá sensibilizar, por isso é que Lula entrou no PT em São Paulo, a Marina Silva entrou no PT, ela era da Igreja Católica.

E eu como católico eu achei que eu devia... já estava formado, já estava bem vitorioso na minha vida profissional e eu achei então que eu devia me dedicar à vida política. E foi aí então que eu me candidatei em 1982 prá prefeito e saí vitorioso, pelo PMDB né? E também desenvolvi um trabalho no sentido de colocar a prefeitura a serviço das classes mais sofridas, então a grande tônica era essa, de colocar o governo a serviço das grandes maiorias, entendeu?

E aí, a essa altura eu já havia trabalhado muito na comissão de justiça e paz da arquidiocese de Vitória como advogado porque na verdade, quando essas famílias do interior eram atraídas para os grandes projetos aqui na grande Vitória... projeto da CST, da duplicação da Aracruz, da Vale do Rio Doce... eles vinham em grandes massas de trabalhadores prá Grande Vitória e chegavam aqui e ficavam aí na periferia com as famílias passando muitas dificuldades e tal. E aí eles, prá abrigar os filhos do sol e da chuva eles ocupavam os terrenos, terras. E quando a justiça mandava fazer despejo, quando o morador, cidadão, proprietário reclamava, a polícia chegava lá e baixava o pau em todo mundo. Então a igreja entendeu também que devia se interessar pela situação daquelas famílias, elas não eram... elas não eram bandidas, eram pessoas, vítimas, daquela atração que a mídia fazia para os grandes projetos e elas vinham encantadas com a notícia de que aqui haviam muitos empregos e aí começaram a surgir ocupações de terra na Grande Vitória e eu fui advogado dessas famílias, a pedido da igreja.

Quando eu me candidatei realmente eu fui uma pessoa ligada a esse segmento social, e aí nós começamos a fazer uma verdadeira revolução na prefeitura. A primeira delas foi ouvir o povo, porque até então era um negócio assim: o cara era eleito e ele governava e o povo não tinha o direito de falar nada. E aí nós

começamos a ouvir a população, ir pros bairros, saber qual era a carência do povo, perguntar “o que vocês acham, o que a prefeitura pode fazer aqui, aqui não tem água, aqui não tem luz, aqui não tem esgoto, aqui não tem valão...” então a prefeitura começou a orientar a ação dela ouvindo o povo, e foi um negócio extremamente novo e revolucionário que encantou a população. E aí, tem uma história que eu vou te contar rapidamente que aconteceu aqui no bairro chamado Sagrada Família, é um bairro que fica ali entre Paul e São Torquato. A igreja com as comunidades eclesiais de base atuava com um projeto do Leonardo Boff e de outros teólogos, porque a população tem que pedir, ela tem que reivindicar, porque se ela ficar sem reivindicar ela vai ficar explorada a vida toda. Então em cima das necessidades básicas dela ela tem que reivindicar o salário, a água a luz e tal.

São duas histórias importantes prá contar: uma da Irmã....., que trabalhava em Colatina, as comunidades eclesiais de base estavam nascentes e aí a Irmã, como muitas outras religiosas, passou a ser sensibilizada por outras pastorais e decidiram morar nos bairros ao invés de morar geralmente em casas muito boas no coração da cidade elas passaram a morar na periferia prá sentir mais o drama do povo. Iam prá lá e conversavam com o povo, porque muitas vezes o povo não tinha nem ideia do sofrimento que ele passava, muitas vezes ele conhecia a realidade dele como ninguém mas na hora de colocar aquilo prá encaminhar ele tinha dificuldade. Então a Irmã...estava visitando a região e perguntou: “E aí, como tá a situação de vocês, tá indo bem, tá tudo tranquilo e tal?” Aí os moradores falaram assim: “Não irmã, nós estamos a dezesseis dias sem água, tá um sofrimento, a senhora não queira saber, o morro..” Porque historicamente aos pobres foram reservados as palafitas e os morros, os mangues, porque os terrenos bem situados eram da classe média ou da classe alta, né? Então a população ficou jogada na periferia. E aí eles falaram assim “não irmã, nós estamos a dezesseis dias sem água, nós temos que pegar água lá em tal lugar, e ninguém toma banho mais, tá um sofrimento só.” Aí então ela falou o seguinte: “Marca um dia prá vocês irem à prefeitura, vocês tem que ir lá falar com o prefeito que vocês tão sem água e pedir providências”. Aí nesse dia marcado o pessoal começou a ir prá lá, chegou lá na praça da prefeitura encheu de gente, aí o prefeito ligou prá polícia federal, a polícia federal foi lá e prendeu a irmã, e outros que começaram a reclamar, falar alto e tal. E a polícia trouxe a irmã de Colatina prá



polícia federal aqui em Vitória, nós estávamos em pleno 1975...76. E aí o D. .... foi lá e entrevistou dizendo que a irmã não fez nada, a polícia liberou mas disse que ela não podia fazer mais aquilo de colocar o povo na rua e se fizesse teria problema.

Já a história de Sagrada Família que eu comecei a contar foi o seguinte: aqui em Vila Velha um dos prefeitos chegou em Sagrada Família e falou assim que ia calçar uma rua, a rua principal lá. Aí falou “ó, tal dia eu vou vir aqui prá fazer o calçamento da rua de vocês”. Aí o pessoal bateu palma e tal, imagina calçar uma rua naquele tempo? Aí no dia ele chegou lá, com caminhão, saltou do automóvel, e o pessoal começou a jogar os paralelepípedos na rua prá calçar. Nesse momento chegou a comunidade eclesial de base por causa da discussão política que eles faziam também, aí falou “ô prefeito, o senhor vai calçar a rua?” E ele respondeu “vou calçar a rua”. Aí eles questionaram: “Prefeito, mas não tem rede de esgoto, como é que o senhor vai fazer?” Aí o prefeito falou “vocês querem rede de esgoto? Então bota os paralelepípedos em cima do caminhão, não vou calçar mais”. Porque ouvir povo era um negócio de doido, entendeu?

A minha proposta era exatamente de ouvir o povo, respeitar o povo. Em relação à Grande Terra Vermelha, é o seguinte: a prefeitura tem uma postura em relação às ocupações de terra, primeiro que nós achamos que devíamos fazer alguns investimentos para criar bairros populares. O bairro D. João Batista foi um bairro que nós projetamos, fizemos o arruamento, e aterramos, era um lugar que já tinha caído já, a quantidade de esgoto que tinha caído não tinha mais perspectiva de resgate, então nós fizemos um arruamento direitinho né? Mas com relação a ocupações particulares, nós tomamos a decisão de que a prefeitura não iria, ao menos aqui em Vila Velha, quando havia qualquer ocupação de terra, a prefeitura ia lá e batia até nas pessoas. Os prefeitos colocavam de lado porque achavam invasão um negócio horrível, invasão era considerada uma palavra assim, criminosa, invasão de terra. Hoje você fala até com naturalidade: “ah, aquela terra foi invasão e tal.” Porque houve muito debate sobre isso então as pessoas aceitam mais, mas nessa época falar em invasão de terra era um negócio criminoso, muito criminoso... era quase que um crime hediondo. Mas aí a igreja levantou algumas teses... de que Jesus

também foi invasor, né, o episódio do nascimento dele, ele não conseguiu lugar no hotel, pousada, e aí a sagrada família foi num canto lá e ele nasceu, então ele nasceu invasor porque a terra não era dele; e outra discussão política também foi que quem aqui no Brasil não é invasor? Porque aqui eram dos índios, né? E eu como prefeito tomei a seguinte decisão: olha, a prefeitura não vai se colocar em defesa de propriedade de ninguém, quem tiver propriedade invadida vai ter que socorrer na polícia, na justiça, pelos meios próprios, com advogado, eu não vou ser o juiz dessas causas, entendeu? Eu não vou ser o juiz dessas causas, isso aí quem vai decidir é o juiz, porque ele tem que examinar documento, a certidão de um terreno, o juiz tem que examinar, fazer perícia ver se é verdade e tal aí manda tirar a pessoa.

Prá você entender a situação vou te passar um panorama da época: até o advento dos governos militares o Brasil praticamente tinha 70% da população morando em zona rural e 30% morando em zona urbana, por exemplo, se você pegar em Vila Velha, fazendo um close prá você ter ideia do que significava isso... em 1960 a população de Vila Velha era igual a população de hoje de Terra Vermelha, então se você pegar as estatísticas e examinar a demografia, examinar a geografia, você que é professor de geografia você vai ver o seguinte: que, em 1967 a população de Vila Velha era de 60 mil habitantes, hoje a Grande Terra Vermelha tem 80 mil habitantes. Então, Vila Velha era hoje o que é Terra Vermelha, entendeu? E aí o que é que os governos militares fizeram, os governos militares criaram o BNH (Banco Nacional de Habitação) e começaram a fazer os núcleos habitacionais. Aí em Vila Velha surgiu Novo México, Jardim Asteca, Colorado, surgiu Vila Nova, surgiu Araçás... Vila Velha passou a crescer em bairros, toda aquela região da Grande Ibes, porque foi identificado também que Vila Velha era um lugar muito bom prá moradia. O governo do estado fez um plano e colocou Serra com uma questão industrial e Vila Velha com a questão da moradia, nessa altura já se falava na terceira ponte. Então Vila Velha começou a crescer não por habitantes que vinham mas por bairros, grandes bairros tipo Novo México, tipo Araçás, Coqueiral de Itaparica. Coqueiral de Itaparica na época foi identificado como o maior conjunto habitacional do Brasil, hoje é uma verdadeira cidade Coqueiral de Itaparica, mas ali era tudo mato. Ali era da família... ele idealizou um plantio em massa de coqueiros ali, então do início ali que você vê

Coqueiral até a Barra do Jucu ele plantou coqueiros só que eles não deram frutos, não sei assim, explicar do ponto de vista técnico. Eles tiveram que devastar e aí, coincidentemente, o BNH interessou em comprar a área prá fazer vários conjuntos, por causa desse plano de governo do estado que Vila Velha estava reservando moradia e a Serra industrial por isso que ficou o Civit, entendeu?

Aí nessa década de 70, por causa da explosão demográfica, por causa da explosão do êxodo rural, muitas pessoas vindas do interior, algumas melhor situadas economicamente e outras miseráveis... uma família vinha pedindo carona de del em del até chegar na Grande Vitória, mas outros vinham já querendo investir aqui, então...o que que o prefeito da época fez, ele formou grandes loteamentos....Esse dado é um dado muito importante, aconteceu o seguinte: alguns empresários espertalhões, isso na década de 70, projetaram fazer toda a região loteamento, evidentemente que alguns tinham até bons propósitos mas outros não, espertalhões mesmo. E aí o que aconteceu, aquela região ela é muito baixa, era um grande brejal, toda a região era um grande brejal, onde hoje é Riviera da Barra, Cidade da Barra, Terra Vermelha, João Goulart, Ulisses Guimarães, 23 de maio, Morada da Barra... tinha aquele projeto ali aonde tem aquela caixa d'água alta, Loteamento Estrela. Aí esses empresários devastaram a região, criminosamente. E aí, na campanha eleitoral de 1982 eu venho e denuncio, eu falo "devastaram o litoral de Vila Velha com grandes loteamentos". Aquela paisagem da mata atlântica que tinha ali que você vê hoje lá em Jacaranema, você via em toda a região, era tudo mata. Eles aprovaram pela prefeitura mas pelos próprios tutores... algumas empresas fizeram pressão. Aí o que aconteceu, esses empresários ganharam um dinheiro prá ninguém botar defeito, porque eles mandaram corretores percorrerem todo Minas Gerais vendendo os lotes, entendeu? Então eles percorreram Governador Valadares, Belo Horizonte, enfim toda a região e chegava lá o corretor e mostrava o terreno. Rapaz, esse terreno aqui, você imagina, terra aqui era praticamente de graça, não valia nada. Aí o corretor chegava lá e perguntava se a pessoa não queria comprar um lote, pertinho da praia. A praia pro mineiro é um negócio assim, de doido. Ele ia pagar, vamos supor, a preço de hoje ia pagar dois mil reais, só que prá eles dois mil reais não valia nada, a terra aqui não valia nada, eles ganharam um dinheiro fantástico, era pagar trinta reais por mês prá ter um lote. Aí venderam os

lotes todos, o pessoal de Minas, Governador Valadares, Belo Horizonte, os corretores saíam de trem aqui, você já andou de trem aqui? É um passeio maravilhoso... aí chegavam lá, visitavam os empresários da cidade e perguntavam: “você não quer comprar um terreno na praia não?” E aí tem história de que uma empresa fez um cartão postal, botando Vela Branca e Xuri como se estivessem ao lado da praia, botando um barquinho. Aí eles falavam assim “ó, você compra um terreno aqui, nesse lugar, Vela Branca”. Vela Branca, o nome já induzia... um barquinho de Vela Branca...eles não falavam que estava a tantos quilômetros de distância... uns quinze, aí o cara enchia os olhos e quando descobria que ia pagar só cinquenta reais por mês ficava louco... aí venderam tudo. Só que o cara chegava aqui e via aquele troço terrível aqui, todos aqueles loteamentos, Morada da Barra, Cidade da Barra, os empresários ganharam dinheiro a rodo.

É importante reforçar que não foi aquele povo que mora lá que devastou a região, isso aí precisa de um resgate histórico... não foi o povo que mora ali que devastou a região não, é uma bruta sacanagem dizer que foi o povo de Terra Vermelha que devastou a região, não foi não, foram os empresários gananciosos, acumpliciados com o governo da prefeitura que devastaram toda aquela região, que era de mata atlântica, era uma floresta linda. E aí fizeram o loteamento, aprovaram, ganharam muito dinheiro, aí nesse momento também explode esses miseráveis que vieram do interior e não encontram nada, e aí o cara é dono do terreno, mora em Valadares, nunca apareceu aqui e o terreno tá ali livre, entendeu? Então o cidadão, prá abrigar o filho do sol e da chuva, botou lá a família, porque até um cachorro quando chove ele entra prá dentro de casa, que dirá o ser humano, se você tiver ali na rua, choveu você vai procurar uma marquise, até um cachorro faz a mesma coisa, o gato faz a mesma coisa, você imagina o seu pai prá lhe tirar da chuva o que ele faria, meu pai o que ele faria, o pai dele o que ele faria?

Aí você vai lá na região hoje prá comprovar o que eu estou falando... você não vê beco, é outra puta sacanagem falar que tem invasão, porque quando você fala em invasão você fala associado a beco, lugar que você não entra, porque você vai em São Paulo, até em Vitória, quando você vê uma invasão, aqui em Vila Velha mesmo, Aribiri, você vê um monte de beco; lá você não vê beco, você vê ruas largas que

foram feitas porque foram feitas pro loteamento, o povo ocupou o loteamento, o povo ocupou um loteamento ilegalmente aprovado, porque os loteamentos, de acordo com a lei, já tinham que ter infraestrutura e não tinha, até porque o povo também não ia comprar lote com infraestrutura por causa da miséria, tá certo?

Então aí, muitos lotes não foram ocupados só no meu governo não mas em todos os governos que passaram nos últimos vinte anos de Vila Velha. Nunca deixou de ter ocupação de terra ali, até hoje tá havendo lá, eu estou fora da prefeitura a quinze anos e nesses quinze anos continua, até hoje você vai lá e tem gente ocupando terreno. No meu governo é que eu fazia uma coisa muito natural, “ah, tem um bairro lá tipo João Goulart que o pessoal não tem água prá beber”, então a prefeitura mandava o carro pipa lá prá acudir o pessoal, prefeitura mandava o carro pipa porque, porque o pessoal não tinha água. Mas não se envolvia com negócio de ocupação, isso é problema do dono do lote, o dono do lote é que tem que ir lá e tirar o cara, isso não é papel da prefeitura, a prefeitura não tem esse papel de tomar conta do de terreno dos outros, legalmente, né, eu sou advogado, então o papel da prefeitura não é esse, a prefeitura pode autuar, fazer autuação “olha, essa moradia é clandestina”, mas ela tirar alguém do terreno ela não pode, isso é do poder judiciário, tá? E aí surgiram esses bairros hoje, como você vê a Grande Terra Vermelha é uma grande cidade, tem toda uma infraestrutura lá, está sendo construída mais infraestrutura lá e vai ser e não para, a ponto de se falar até mesmo na emancipação da Grande Terra Vermelha, né?! É isso que eu tenho prá falar prá você.

Deixe eu te falar sobre Barramares, na época uma empresa apareceu prá despejar muitas famílias ali. E aí eu fui procurado pelos moradores e fiz um decreto desapropriando a área, porque a prefeitura tem esse poder, desapropriar, veja só, é um dado importante, técnico... a única entidade que não precisa invadir terreno é a prefeitura, porque? Porque a prefeitura tem o direito de desapropriar, ela tem esse poder, se ela precisa de uma terra sua ela não precisa invadir, ela só chega lá e fala “ô Eder, quanto vale seu terreno”, “ah, vale 20 mil reais”, então eu vou mandar avaliar, aí o avaliador fala que não vale 20, vale 10, tá aqui seus dez, tá depositado em juízo. Então a prefeitura nunca precisa invadir, a prefeitura quando precisa de

qualquer área prá fazer qualquer coisa, até um loteamento, ela tem o poder de desapropriar, então eu baixei o decreto desapropriando prá evitar o despejo daquelas famílias de Barramares. Morada da Barra especificamente eu nem me lembro, já existia, todos esses loteamentos foram aprovados ilegalmente na década de 70. Agora eu não posso afirmar prá você, eu tenho que ver a data da aprovação.

O líder dos assentamentos teve um papel importante mas não tinha nenhuma relação direta com a prefeitura. Ele ia pro bairro, e talvez porque tivesse um pouco mais de conhecimento, juntou mesmo as pessoas, começou a dar um documento de que as pessoas estavam naquela área ali entendeu? E começou a fazer uma política ali, do jeito dele, e começou a capitalizar, é o jeito dele de capitalizar fisicamente. Mas ele nunca teve relação... eu sempre respeitei ele como líder do movimento e tal mas ele nunca teve uma relação comigo direto.

**APENDICE I – RELAÇÃO DE GOVERNADORES DO ESTADO E RESPECTIVOS ACONTECIMENTOS**

MANDATO	GOVERNADOR	ACONTECIMENTOS NO AGLOMERADO DA GRANDE TERRA VERMELHA E EM MORADA DA BARRA
1971-1975	Arthur Carlos Gerhardt Santos	-Sem informações
1975-1979	Élcio Álvares	-Surgimento de diversos loteamentos privados na Grande Terra Vermelha; -Criação do loteamento Morada da Barra; -Início da primeira fase na história de Morada da Barra.
1979-1983	Eurico Vieira Resende	-Primeiro PDM de Vila Velha; -Entra em vigor a Lei de parcelamentos do dolo 6.766/79; -Registrado em cartório o loteamento Morada da Barra.
1983-1986	Gérson Camata	-Movimento social negocia áreas de Dom João Batista e Santa Clara; -Governo estadual adquire as duas áreas.
1986-1987	José Moraes (Vice-governador)	- Movimentos sociais assentam famílias na Praias dos Recifes, Vila Velha.
1987-1991	Max Freitas Mauro	-Iniciam-se as negociações de terras na Grande Terra Vermelha; -Entrega das primeiras casas no bairro Terra Vermelha; -Criada a linha de ônibus 2145: P.R.T. Vermelha – D.Bosco”.
1991-1995	Albuíno Cunha de Azeredo	-Conclusão das casas em Terra Velha; -Aquisição de terreno em Residencial Jabaeté; -Criação da Comissão de Assentamentos do Espírito Santo (COMASSES); - Ocupação de Morada da Barra pela COMASSES e mudança de nome para João Goulart II; -Início da segunda fase na história de Morada da Barra.
1995-1999	Vitor Buaziz	- Prefeito dá entrada no projeto de habitação de interesse social em Jabaeté, (92 unidades); -Criada nova linha de ônibus 617 denominada “Ulisses Guimarães/T.V.Velha-Via C.Barra/B.Jucu”; - Criada nova linha de ônibus 617 denominada “Ulisses Guimarães/T.V.Velha-Via C.Barra/B.Jucu”; - Inauguração da primeira escola municipal de Morada da Barra.
1999-2003	José Ignácio Ferreira	-Entrega das primeiras casas em Residencial Jabaeté.
2003-2011	Paulo César Hartung Gomes (reeleito)	-Entrega de 180 unidades em Residencial Jabaeté; -Institucionalização de Morada da Barra como bairro pela prefeitura; - Elaboração do PDM; -Mudança do nome da Escola municipal para EMEF Darcy Ribeiro; - Inauguração do Terminal de Itaparica.
2011-2015	Renato Casagrande	Entrega de 400 casas em Residencial Jabaeté (Minha Casa minha vida); -Ocupação de 80 casas; -Tentativa de alterar o Plano Diretor Municipal de Vila Velha(PDM) em vigor; --Ação de inconstitucionalidade contra as mudanças no PDM de Vila Velha.
2015-Atual	Paulo César Hartung Gomes	-Pavimentação da ES388.

Fonte: SARTORIO, 2012. **Elaboração-Modificação:** Eder Lira, 2015

**APÊNDICE J: RELAÇÃO DE PREFEITOS E OS RESPECTIVOS ACONTECIMENTOS NO BAIRRO**

<b>MANDATO</b>	<b>PREFEITO</b>	<b>ACONTECIMENTOS</b>
<b>1970-1972</b>	Max Freitas Mauro	-Sem informações
<b>1973-1977</b>	Sólon Borges Marques	-Surgimento de diversos loteamentos provados na Grande Terra Vermelha; -Criação do loteamento Morada da Barra; -Início da primeira fase na história de Morada da Barra; -Registrado em cartório o loteamento Morada da Barra
<b>1977-1982</b>	Américo Bernardes da Silveira	-Primeiro PDM de Vila Velha; -Entra em vigor a lei de parcelamento do solo 6.766/79.
<b>1983-1986</b>	Vasco Alves de Oliveira Junior	-Movimento social negocia áreas em Dom João Batista e Santa Clara, e Governo Estadual adquire as duas áreas; -A prefeitura não arca com parte do ônus da aquisição de St.Clara.
<b>1986</b>	Aucélio Sampaio (Faleceu)	-Movimentos sociais assentam famílias nas terras na Praia dos Recifes e são expulsos.
<b>1986</b>	Carlos Malta de Carvalho	-Sem informações
<b>1988</b>	Magno Pires (tampão)	-Unidades habitacionais começam a ser construídas em Terra Vermelha.
<b>1989-1992</b>	Jorge Alberto Anders	-Aquisição de 500 lotes em Ulisses Guimarães para a construção de casas embriões; -Foram construídos apenas os banheiros das casas; -Criada a linha de ônibus 2145: P.R.T. Vermelha – D. Bosco”.
<b>1992-1996</b>	Vasco Alves de Oliveira Junior	-Ocupação do terreno doado pela COHAB-ES à prefeitura, em área do João Goulart; -Explosão de assentamentos; -Criação da Comissão de Assentamentos do Espírito Santo (COMASSES); - Ocupação de Morada da Barra pela COMASSES e mudança de nome para João Goulart II; -Início da segunda fase na história de Morada da Barra.
<b>1996-2000</b>	Jorge Alberto Anders	- Cria leis que regulamentam e reconhecem a existência de bairros da Grande Terra Vermelha; - Criada nova linha de ônibus 617 denominada “Ulisses Guimarães/T.V.Velha-Via C.Barra/B.Jucu”; - Inauguração da primeira escola municipal de Morada da Barra.
<b>2000-2004</b>	Max Mauro Filho	- Entrega de 106 unidades habitacionais em R.I Jabaeté; - Criada uma linha específica para atender Morada da Barra 616 “Morada da Barra/T.Vila Velha via João Goulart”.
<b>2005-2008</b>	Max Mauro Filho	-Entrega de 108 unidades habitacionais em Residencial Jabaeté; -Reconhecimento de Morada da Barra como bairro pela prefeitura e retorno do nome para Morada da Barra; - Elaboração do PDM.
<b>2009-2012</b>	Neucimar Fraga	-Entrega de 400 unidades, aquisição de um terreno e construção de 1488 unidades habitacionais em Residencial Jabaeté; - Mudança do nome da Escola municipal para EMEF Darcy Ribeiro; - Inauguração do terminal de Itaparica. -Tentativa de alterar o Plano Diretor Municipal de Vila Velha(PDM) em vigor. -Ação de inconstitucionalidade contra as mudanças no PDM de Vila Velha.
<b>2013-Atual</b>	Rodney Rocha Miranda	-Pavimentação da ES 388

**Fonte:** SARTORIO, 2012. **Elaboração-Modificação:** Eder Lira, 2015



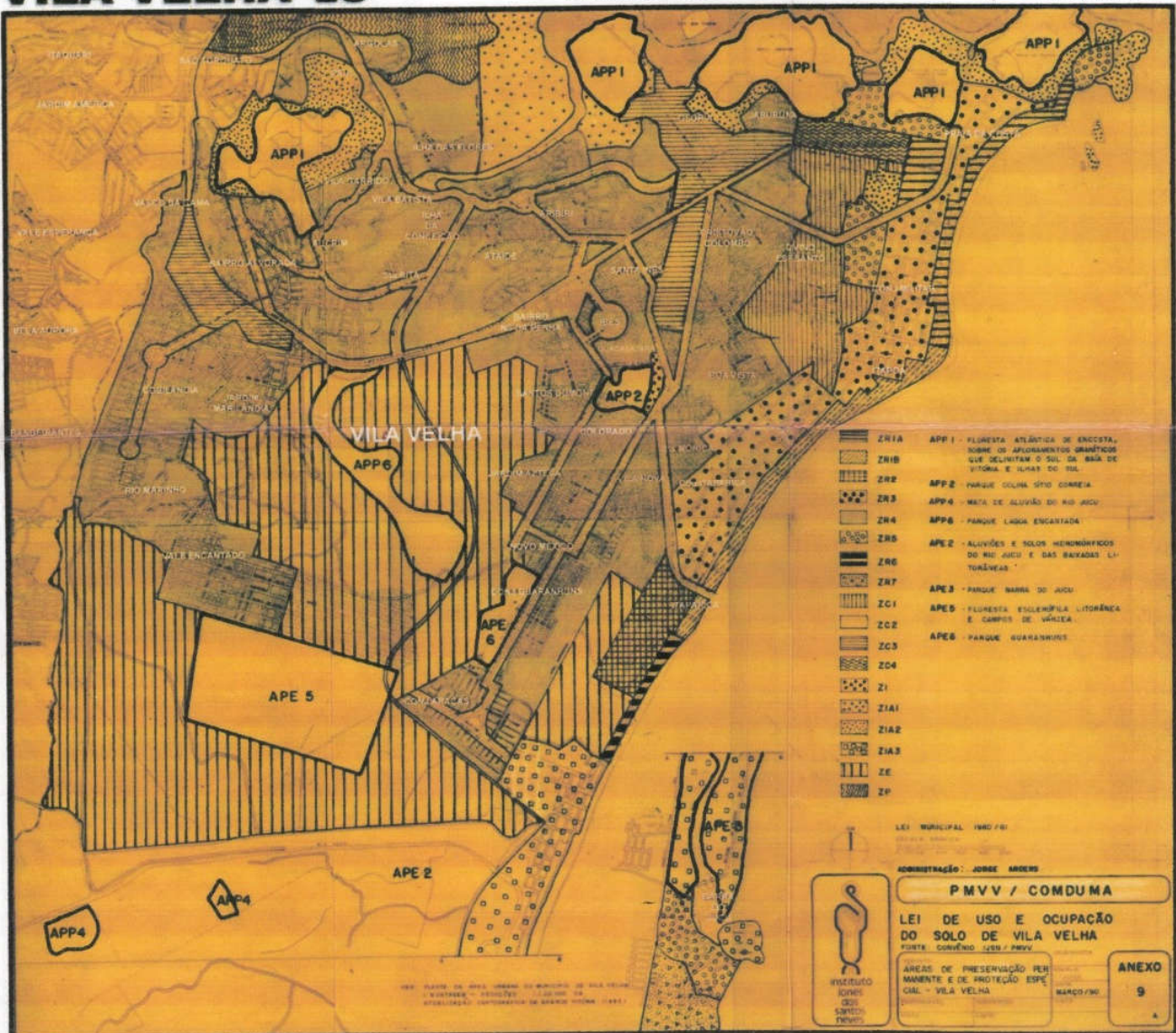
## 8. RELAÇÃO DE ANEXOS

ANEXO A – PLANTA DO LOTEAMENTO MORADA DA BARRA SETOR B, LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO DE VILA VELHA E ENCARTE PUBLICITÁRIO CEDIDO PELA IMOBILIÁRIA.....	177
ANEXO B – LEI N° 4.707/2008 E LEI N° 3.116/1995 .....	183
ANEXO C – SOLICITAÇÃO DE LINHAS DE ÔNIBUS PARA MORA DA BARRA E ITINERÁRIOS DE LINHAS DE ÔNIBUS CEDIDOS PELA CETURB-GV.....	190
ANEXO D – DECRETOS DE CRIAÇÃO E MUDANÇA DO NOME DA PRIMEIRA ESCOLA MUNICIPAL DE MORADA DA BARRA CEDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VILA VELHA .....	208
ANEXO E – REPORTAGENS DE JORNAIS DA GRANDE VITÓRIA CEDIDOS PELA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO.....	212
ANEXO F – AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE .....	220



# LEI DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO VILA VELHA ES ANEXO 09

APOIO:  
**SINDICON**  
SINDICATO DA INDÚSTRIA  
DA CONSTRUÇÃO CIVIL DO  
ESTADO DO ESPÍRITO SANTO





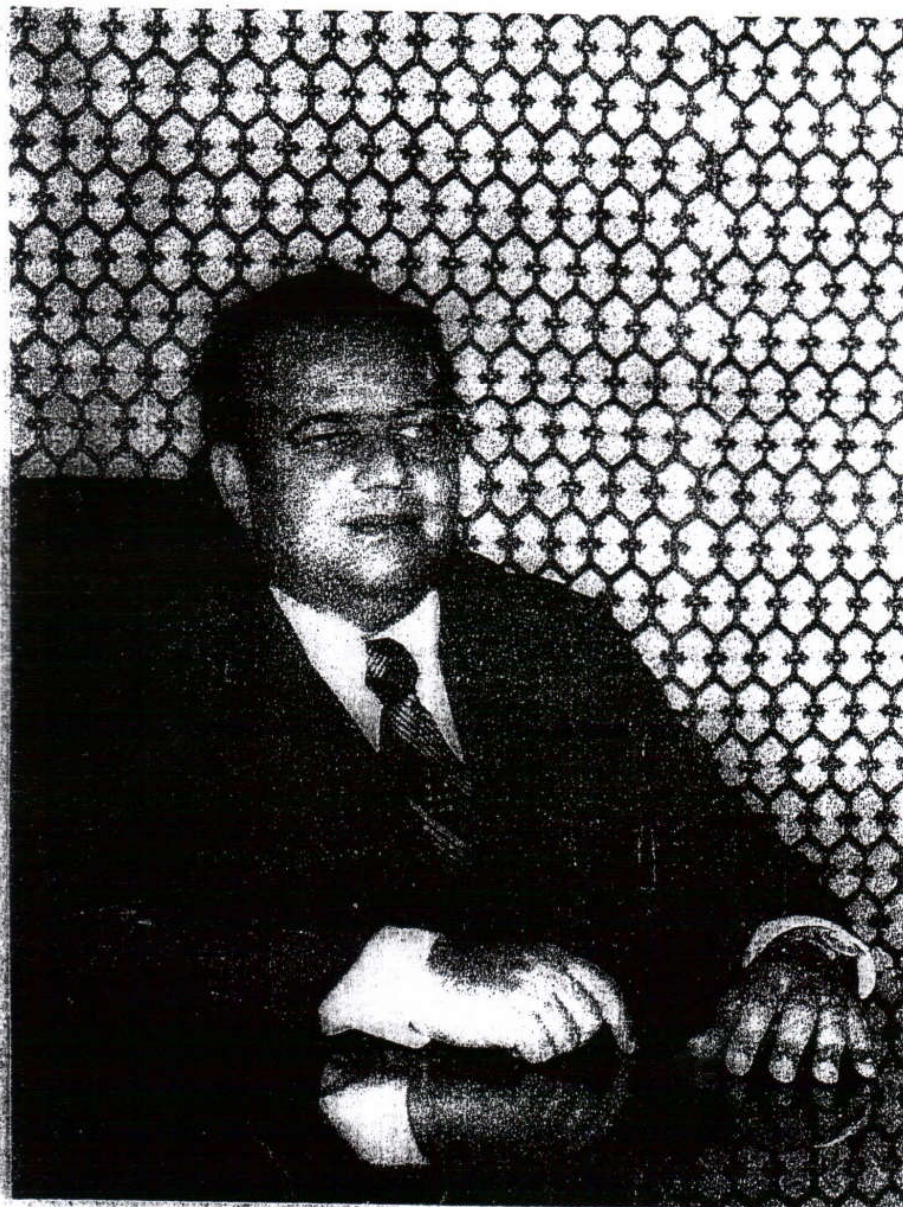


JORNAL DE SERVIÇO  
**CAPIXABA**  
 -o semanário que vale um diário.

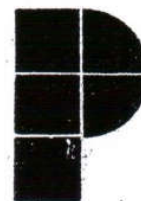
encarte  
 especial



## OS QUATRO ANOS DA IMOBILIÁRIA PATRIMÔNIO



Carlos Augusto de Azevedo -- Diretor Presidente da Imobiliária Patrimônio.



Nascida aos 25 de março de 1975, pelo ideal do jovem Carlos Augusto de Azevedo, sendo assessorado por Elvino Molaes do Couto e Gilson Chaves de Azevedo, a Imobiliária Patrimônio se encontra indissociavelmente vinculada à escala desenvolvimentista que presentemente vão vivendo todos os municípios que integram a chamada Grande Vitória.

Inicialmente estabelecida à av. Governador Bley, a Patrimônio hoje encontra-se em duas sedes próprias: uma à rua Comandante Duarte Carneiro, nº 61, onde funciona o Departamento de Vendas e outra à rua Dionísio Rosendo, nº 155 - 6º andar, ambas em Vitória, onde está o Departamento Financeiro.

A IMOBILIÁRIA PATRIMÔNIO tem hoje uma filial em Belo Horizonte, à rua Cristóvão Colombo, nº 550, sala 301 e outra em Brasília no seguinte endereço: SDF - Conjunto Baracat - Entrada F.s/ 110, o que lhe proporciona uma grande mobilização de vendas.

Tendo no dinamismo do jovem Carlos Augusto de Azevedo toda a liderança política da empresa, este é assessorado por uma também jovem diretoria, que faz da união toda a sua força, oriundos de diversas atividades comerciais. São responsáveis pelo acerto e sucesso da Imobiliária Patrimônio, em todas as suas linhas.

Com um capital de Cr\$ . . . . . 200.000.000,00 integralizados, a Patrimônio conta hoje com uma empresa de construção civil, como é o caso da Construtora Patrimônio Ltda; de urbanização, a PLANUR - Planejamento Administrativo e Urbano Ltda; de investimentos, como Patrimônio Investimentos e Financiamentos Imobiliários Ltda, essa com um capital de Cr\$ 155.658.262,00.

Contamos com 69 coligadas e aparelhadas como a 17ª empresa entre as 100 maiores do Estado, a 9ª entre as empresas privadas e a 1ª entre as imobiliárias.



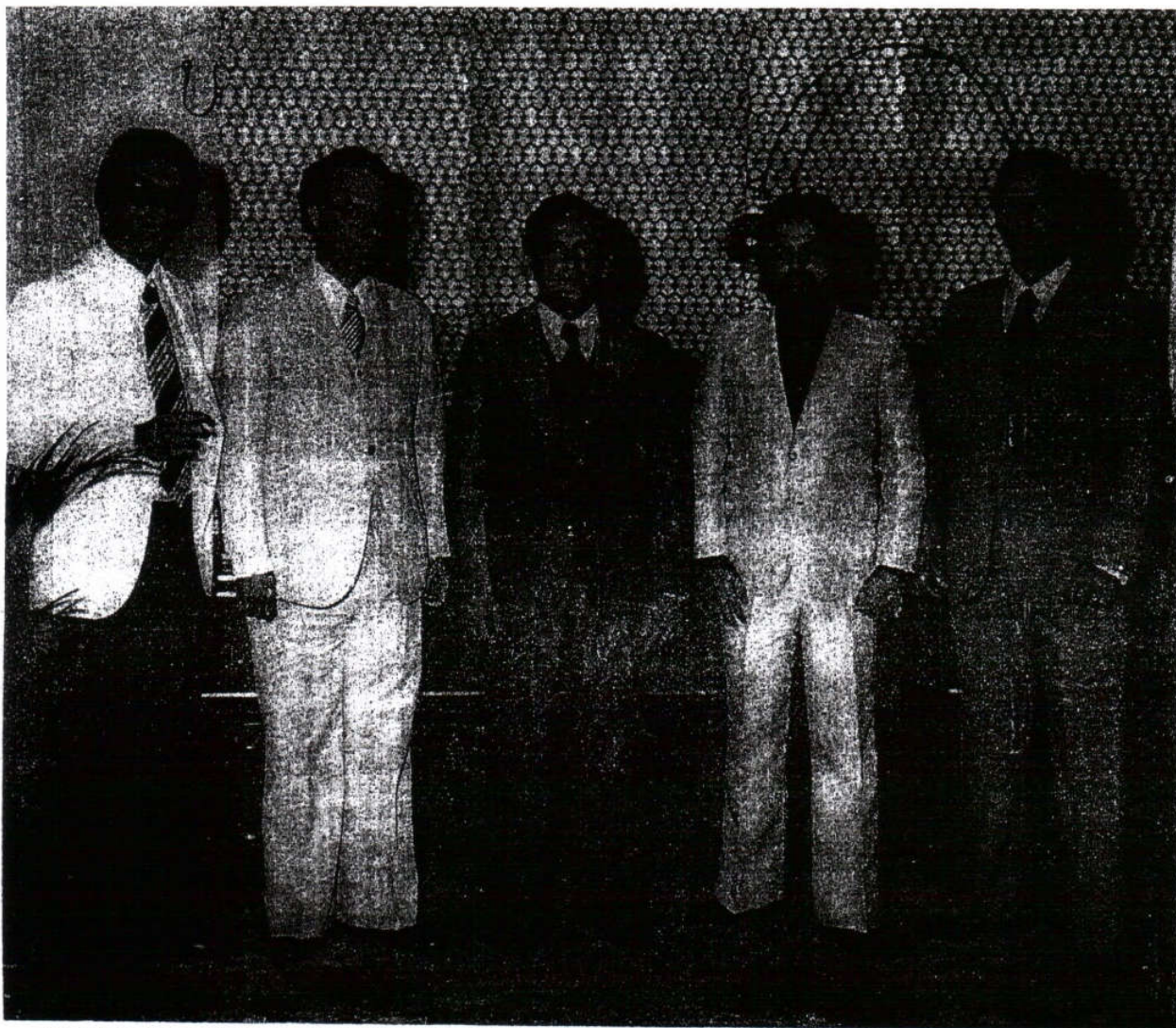
-PÁGINA 2

Atualmente o GRUPO PATRIMÔNIO conta com 158 funcionários diretos, entre corretores e empresas contratadas. 1200 famílias dependem de sua atividade.

Em sua sede própria à rua Comandante Duarte Carneiro nº 61, funciona o sistema de comunicação com PABX. Conta ainda no 1º andar deste prédio um Cofre Forte, à prova de água e de fogo. No 2º andar encontra-se um verdadeiro laboratório de vendas por onde filtram as tendências do mercado, para daí serem estabelecidas a política comercial a ser adotada para todas as empresas coligadas.

No 3º andar do prédio, funciona a administração e controle do Grupo Patrimônio.

## A diretoria da Patrimônio



Gilson Chaves de Azevedo, diretor Comercial; Elvino Molaes do Couto, diretor Financeiro; Vanderley Vaimon Lavor, diretor de Obras; Antônio Caldas Brito, diretor de Planejamento, e Ronaldo Forts, diretor Administrativo.

**Imóvel é o melhor «Patrimônio» - Patrimônio é a melhor Imobiliária**



GINA 15

# No Espírito Santo, o amanhã é hoje

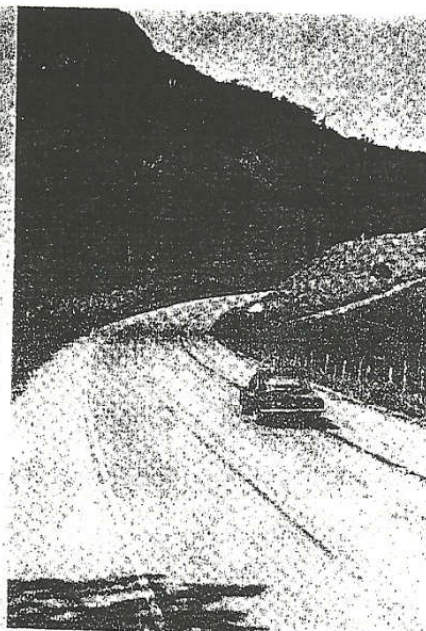
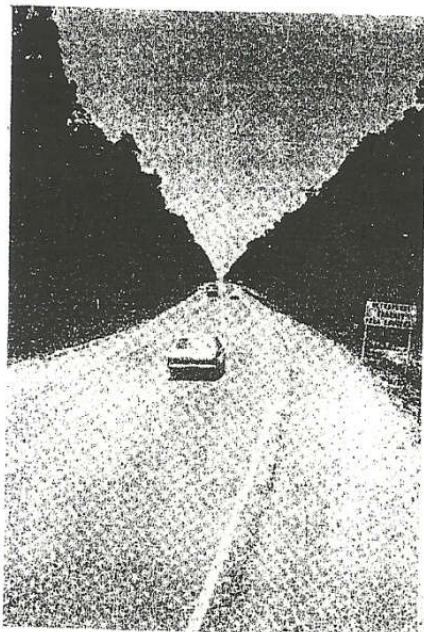
Até 1964, o Espírito Santo era um Estado essencialmente agrícola, que dependia da cultura do café. Quem não trabalhava com café, era funcionário público ou pequeno comerciante.

Com a erradicação do café, os exportadores partiram para a implantação de indústrias de laminados refrigerantes, massas alimentícias, etc. Era o primeiro sintoma de uma nova fase.

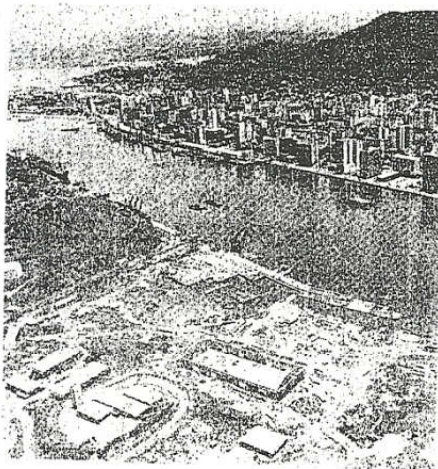
Paralelo a isso, devido à privilegiada situação geográfica do Espírito Santo, o Governo Federal passou a liberar mais recursos para o Estado e incentivar grandes projetos industriais.

Com o incentivo Federal 880 no Estado do Espírito Santo, surgiram novas indústrias e nós passamos a um plano mais destacado.

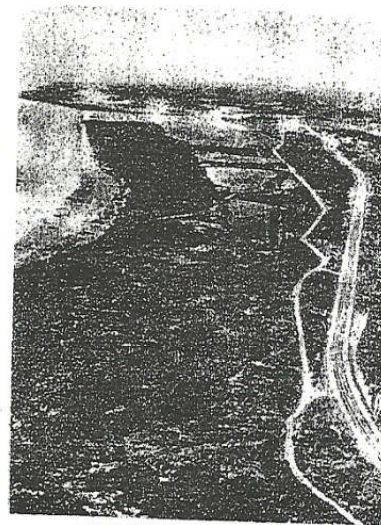
Servido por excelente sistema rodoviário, o Estado do Espírito Santo tem hoje todos os seus municípios ligados por asfalto. Contamos com a BR-101 (Rio-Bahia litorânea) que atravessa o Estado no sentido norte-sul, e a BR-262 (Vitória-BH) sentido leste-oeste. Sendo assim, o Espírito Santo tem um dos sistemas viários mais eficientes do País, contribuindo, sem dúvida, para o desenvolvimento do interior capixaba.



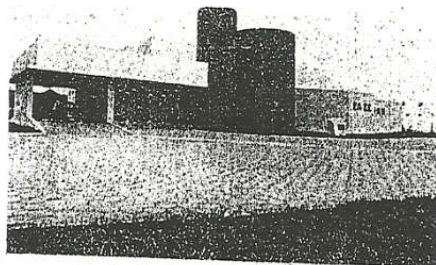
Novas rodovias para escoamento da produção



Capuaba será um dos mais importantes portos do país



Rodovia do Sol: marco turístico



Centro de Convenções de Guarapari

**Imóvel é o melhor «Patrimônio» - Patrimônio é a melhor Imobiliária**



# Por estas e outras você deve investir no E.S.

## COMPANHIA SIDERÚRGICA DE TUBARÃO

O maior empreendimento em implantação atualmente no Hemisfério Sul. Em 1977 possuía 235 empregados e quando estiver operando totalmente oferecerá 5.000 empregos qualificados. No final de 1977, seu patrimônio líquido era de 101.436,5, dando-lhe a 27ª colocação entre as 100 maiores empresas do Espírito Santo.

Sua capacidade inicial de produção é de 3 milhões de toneladas anuais de placas, introduzindo o Espírito Santo entre os grandes produtores de aço. Um mínimo de 40% da produção será destinada a exportação enquanto que o restante da produção abastecerá satisfatoriamente o mercado interno, no próximo decênio.

## TELEST

A Telecomunicações do Espírito Santo S.A. — TELEST é a terceira empresa capixaba, segundo a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio. Seu patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 1977, somava 727.191,6.

Oferece 1.277 empregos aos capixabas e através de planos de expansão está em constante ampliação, de sua rede. Sua contribuição para a expansão da comunicação no Espírito Santo é notada por todos. Assim, ela participa ativamente no crescimento de todos os setores da vida capixaba, auxiliando em nosso desenvolvimento.

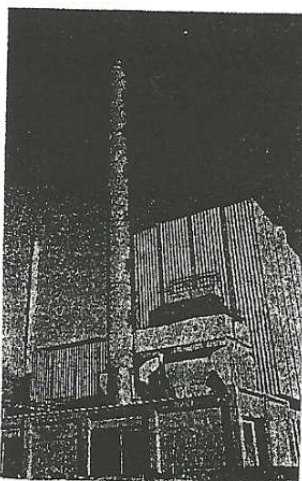
É a oitava empresa capixaba em lucro líquido (50.949,4) e o seu faturamento, segundo balanço de 31 de dezembro de 1977, foi de 203.706,1.

## REALCAFÉ SOLÚVEL DO BRASIL

É a primeira empresa no setor de produtos alimentares e bebidas no Espírito Santo. Seu faturamento em junho de 1977 foi de 499.336,4, dando-lhe a 10ª colocação sob este aspecto.

Possui 324 empregados (1977) em sua sede em Viana. Mo-

dernizando-se constantemente, a Realcafé Solúvel do Brasil está em permanente evolução com o uso contínuo de novas técnicas. Seu patrimônio líquido em 1977 era de 140.300,5, dando-lhe o 15º lugar na classificação geral entre as 100 maiores empresas capixabas.

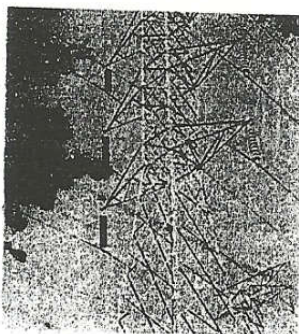


Aracruz Celulose

## ECELSA

A ECELSA — Espírito Santo Centrais Elétricas S.A. é a segunda maior empresa do Espírito Santo. Seu patrimônio líquido é de 1.029.604,0 tendo 59.152,0 de lucro líquido. Possui 1.813 empregados (1977) e o seu faturamento em 31-12-77 foi de 618.566,00.

Criada no Governo de Francisco Lacerda de Aguiar, em 6 de setembro de 1956, a ECELSA gerava, transportava e vendia a energia em grosso, operando juntamente com a CCBFE — Companhia Central Brasileira de Força Elétrica de capital estrangeiro (concessionária da distribuição).



Até a fusão de uma Assembléia Geral entre as duas empresas, a 1ª de julho de 1968, é decidida a fusão das mesmas, surgindo assim a nova ECELSA, tendo participação acionária do Governo do Estado do Espírito Santo e sendo subsidiária da Eletrobrás.

## ARACRUZ CELULOSE S.A.

Localizada no município de Aracruz, é a primeira em seu setor e primeira na classificação geral, com 2.668.960,00 de patrimônio líquido. Possui capacidade para produzir 400.000 toneladas anuais de celulose branqueada de madeira de eucalipto. O empreendimento abrange, além da fábrica de celulose, duas fábricas para a produção dos insumos químicos utilizados no processo industrial (clorato de sódio e cloro-soda), um porto especializado na exportação de celulose (Porto da Barra do Riacho) e um bairro para moradia dos empregados (Bairro do Coqueiral).

Conta ainda com duas subsidiárias: Aracruz Florestal S.A. que planta, protege, corta e transporta a madeira e faz pesquisas florestais e Santa Cruz Urbanizadora, que foi organizada para construir e administrar o Bairro do Coqueiral.

A Aracruz Celulose contribui sensivelmente para a transformação do norte do estado em um grande pólo industrial. Este empreendimento representa 3.200 novos empregos para o Espírito Santo.

## BANESTES — Banco do Estado do Espírito Santo S.A.

O Banco do Estado do Espírito Santo vem crescendo visivelmente nos últimos anos. Seu patrimônio líquido, no fim de 1978 passou para Cr\$ 538,221 milhões. Segundo a Secretaria do Estado do Espírito Santo, coloca-se na 7ª colocação entre as cem maiores empresas do estado.

Possui cinco subsidiárias: BANESTES — Crédito, Financiamento e Investimentos S.A.; BANESTES — Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.; BANESTES — Seguros S.A.; BANESTES — Corretora e Administradora de Seguros Ltda. e BANESTES — Administração e Serviços Ltda.

Seu número de filiais passou de 45, em 1975, para 68, além de

possuir agências em Belo Horizonte, Brasília, Rio de Janeiro e São Paulo. Isto demonstra o crescente desenvolvimento do Estado. O BANESTES é o primeiro em lucro líquido (158.353,2) e oitavo em patrimônio líquido.



Ele procura dar assistência aos seus funcionários, oferecendo-lhes constantes treinamentos e possibilitando-lhes desenvolvimento nos diversos níveis. Em 1978 foram treinados 1.365 funcionários. Além disto, seus prédios são sempre mantidos em boas condições de funcionamento, proporcionando conforto aos usuários e funcionários. Possui um estudo para implantação de assistência médica hospitalar e de alimentação para os funcionários.

## STACA — Solo Técnico Capixaba Ltda.

Vem construindo fundações desde 1965. Seu patrimônio líquido, no balanço de 31 de dezembro de 1977, foi registrado em 15.284,3, colocando-a em 99ª colocação, segundo a Secretaria de Estado da Indústria e do Comércio.

Das obras que participa, deixa sua boa marca em construções de bases (em edifícios, torres de transmissão, pontes, sondas, tanques de petróleo, muros de contenção, etc) e também em obras de arte (viadutos, pontes e passarelas).

Suas obras ultrapassaram o Espírito Santo chegando, aos poucos, no Rio de Janeiro, Bahia e Minas Gerais. Iniciou suas atividades em 15 de março de 1965, executando as fundações do Edifício Olimpo, em Guarapari e hoje possui inúmeras obras por todo o Estado.

**Imóvel é o melhor "Patrimônio" - Patrimônio é a melhor Imobiliária**

**ANEXO B: LEI Nº 4.707/2008 E LEI Nº 3.116/1995****LEI Nº 4.707 DE 10 DE SETEMBRO DE 2008.**

***Dispõe sobre a institucionalização dos bairros nas Regiões Administrativas, os limites e a denominação dos mesmos e os critérios para organização e criação de bairros, no perímetro urbano do Município.***

**O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA VELHA**, Estado do Espírito Santo: Faço saber que o Povo, através de seus representantes, aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

**Art. 1º** Ficam estabelecidas as denominações das 5 (cinco) Regiões Administrativas do Município de Vila Velha, conforme se segue:

I - Região 01 – CENTRO;

II - Região 02 – GRANDE IBES;

III - Região 03 – GRANDE ARIBIRI;

IV - Região 04 – GRANDE COBILÂNDIA;

V - Região 05 – GRANDE JUCU.

**Art. 2º** Ficam denominados e delimitados os bairros do Município de Vila Velha que são componentes da área urbana delimitada no Plano Diretor Municipal, conforme relação por Região Administrativa, descrição e mapas, que constitui Anexo integrante desta Lei:

~~I - REGIÃO 01 – CENTRO:~~



Centro de Vila Velha;  
Boa Vista I;  
Boa Vista II;  
Coqueiral de Itaparica;  
Cristóvão Colombo;  
Divino Espírito Santo;  
Glória;  
Ilha dos Ayres;  
Itapuã;  
Jaburuna;  
Jockey de Itaparica;  
Olaria;  
Praia da Costa;  
Praia das Gaivotas;  
Praia de Itaparica;  
Residencial Itaparica;  
Seteço;  
Vista da Penha;

*I - REGIÃO 01 – CENTRO: [\(Redação dada pela Lei nº 5148/2011\)](#)*

*Centro de Vila Velha; [\(Redação dada pela Lei nº 5148/2011\)](#)*

*Boa Vista I; [\(Redação dada pela Lei nº 5148/2011\)](#)*

*Boa Vista II; [\(Redação dada pela Lei nº 5148/2011\)](#)*

*Coqueiral de Itaparica; [\(Redação dada pela Lei nº 5148/2011\)](#)*

*Cristóvão Colombo; [\(Redação dada pela Lei nº 5148/2011\)](#)*

*Divino Espírito Santo; [\(Redação dada pela Lei nº 5148/2011\)](#)*

*Glória;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Ilha dos Ayres;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Itapuã;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Jaburuna;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Jockey de Itaparica;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Olaria;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Praia da Costa;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Praia das Gaivotas;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Praia de Itaparica;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

***Residencial Coqueiral;*** ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

*Soteco;* ([Redação dada pela Lei nº 5148/2011](#))

***Vista da Penha;" (NR)***

II - REGIÃO 02 – GRANDE IBES:

IBES; Araçás; Brisamar; Cocal; Darly Santos; Guaranhuns; Ilha dos Bentos; Jardim Asteca; Jardim Colorado; Jardim Guadalajara; Jardim Guaranhuns; Nossa Senhora da Penha; Nova Itaparica; Novo México; Pontal das Garças; Santa Inês; Santa Mônica Popular; Santa Mônica; Santos Dumont; Vila Guaranhuns; Vila Nova;

III - REGIÃO 03 – GRANDE ARIBIRI:

Aribiri; Argolas; Ataíde; Cavalieri; Chácara do Conde; Dom João Batista; Garoto; Ilha da Conceição; Ilha das Flores; Paul; Pedra dos Búzios; Primeiro de Maio; Sagrada Família; Santa Rita; Vila Batista; Vila Garrido; Zumbi dos Palmares;

IV - REGIÃO 04 – GRANDE COBILÂNDIA:

Cobilândia; Alecrim; Alvorada; Cobi de Baixo; Cobi de Cima; Industrial; Jardim do Vale; Jardim Marilândia; Nova América; Planalto; Rio Marinho; Santa Clara; São Torquato; Vale Encantado; *Pólo Empresarial Novo México;* ([Incluído pela Lei nº 4.991/2010](#))

V - REGIÃO 05 - GRANDE JUCU:

Barra do Jucu; Balneário Ponta da Fruta; Barramares; Cidade da Barra; Interlagos; Jabaeté; João Goulart; Morada da Barra; Morada do Sol; Morro da Lagoa; Normília da Cunha; Nova Ponta da Fruta; Ponta da Fruta; Praia dos Recifes; Riviera da Barra; Santa Paula I; Santa Paula II; São Conrado; Terra Vermelha; Ulisses Guimarães; Vinte e Três de Maio.

**Art. 3º** Os limites dos bairros relacionados no art. 2º estão apresentados e descritos no Anexo I – Localização e Descrição dos Bairros de Vila Velha, o qual é parte integrante desta Lei.

**Art. 4º** Os limites dos bairros de Vila Velha deverão ser revistos no prazo mínimo de 5 (cinco) anos e no prazo máximo de 10 (dez) anos, contados a partir da vigência desta Lei, em consonância com o Plano Diretor Municipal.

**Art. 5º** Os limites entre os bairros poderão ser ajustados quando verificada a necessidade de tal procedimento, mediante aos critérios indicados nesta Lei.

**§ 1º** Os ajustes propostos de limites entre os bairros a que se refere o caput deste artigo deverão ser encaminhados em requerimento específico ao Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano – COMDUR, para apreciação dos critérios técnico-urbanísticos.

**§ 2º** Os ajustes propostos de limite entre os bairros a que se refere o caput deste artigo poderão ser requeridos por entidades representativas dos bairros limítrofes, mediante abaixo assinado dos moradores, na forma estabelecida no parágrafo 3º deste artigo, podendo também ser proposto pelo órgão municipal responsável pela gestão territorial, sempre com consulta a todos os bairros limítrofes da área a ser ajustada.

**§ 3º** Para a denominação ou alteração da denominação de bairro e/ou de seus limites, será obrigatoriamente observada a manifestação favorável de, no mínimo, 2/3 (dois terços) dos respectivos moradores, maiores de 16 (dezesesseis) anos, através de abaixo-assinado.

**§ 4º** Os ajustes propostos de limites entre os bairros a que se refere o caput deste artigo serão procedidos através de Resolução do Conselho Municipal de Desenvolvimento

Urbano – COMDUR, e encaminhados pelo Poder Executivo à Câmara Municipal através de projeto de Lei, que altere os limites definidos na presente Lei.

**Art. 6º** A delimitação dos limites territoriais dos bairros do Município de Vila Velha levará em conta as características históricas, culturais e sociais de cada comunidade, respeitando os limites do perímetro urbano, os eixos viários das rodovias e ferrovias, bem como as imposições naturais de caráter geográfico observando, ainda, além das disposições desta Lei, as legislações federal e estadual pertinentes.

**Art. 7º** A constituição de novos bairros nos limites do Município de Vila Velha fica condicionada à observância da presente Lei.

**§ 1º** Considera-se bairro consolidado para efeitos desta Lei, cada uma das divisões territoriais do Município constituídas de mais de um loteamento, aprovado e registrado, e que possua, no mínimo, comércio de vizinhança e equipamento de serviço público, localizada dentro do perímetro urbano.

**§ 2º** A constituição de novos bairros, em decorrência de divisão de bairros denominados por esta Lei, deverá ser precedida de manifestação favorável dos moradores do bairro que se pretende dividir, em votação em assembléia convocada para tal fim, com identificação dos participantes e encaminhada ao órgão municipal competente na forma prevista no § 3º do art. 5º.

**§ 3º** Para a constituição de novos bairros a que se refere o caput deste artigo, além dos critérios definidos no § 1º, a localidade deverá possuir a população residente mínima de 3.000 (três mil) habitantes.

**§ 4º** A solicitação de instalação de novo bairro deverá ser apresentada através de requerimento específico ao órgão municipal competente, comprovando o atendimento aos requisitos estabelecidos na presente Lei, o qual será submetido à apreciação do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano, que se manifestará por Resolução própria e ato contínuo, o Poder Executivo encaminhará o devido projeto de lei para apreciação da Câmara Municipal.

**Art. 8º** Os ajustes de delimitação de novos bairros no Município de Vila Velha, oriundos de loteamentos legalmente aprovados, se houver, serão feitos por Decreto do Poder Executivo Municipal, com base nas Resoluções do Conselho Municipal de Desenvolvimento Urbano.

**Art. 9º** As despesas decorrentes da implantação da presente Lei, correrão por conta de dotação própria do orçamento vigente.

**Art. 10** Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, em especial aquelas contidas nas Leis nºs [791, de 1964](#), [886, de 1964](#), [1.225, de 1968](#), [1.486, de 1973](#), [1.501, de 1973](#), [1.570, de 1975](#), [2.102, de 1983](#), [2.241, de 1985](#), [2.263, de 1986](#), [2.433, de 1988](#), [2.434, de 1988](#), [2.782, de 1992](#), [2.817, de 1993](#), [2.873, de 1993](#), [2.957, de 1994](#), [2.967, de 1994](#), [2.982, de 1994](#), [3.039, de 1995](#), [3.043, de 1995](#), [3.116, de 1995](#), [3.133, de 1995](#), [3.209, de 1996](#), [3.214, de 1996](#), [3.332, de 1997](#), [3.427, de 1998](#), [3.451, de 1998](#), [3.452, de 1998](#), [3.479, de 1998](#), [3.521, de 1998](#), [3.567, de 1999](#), [3.588, de 1999](#), [3.765, de 2000](#), e [4.029, de 2003](#).

Vila Velha/ES, 10 de setembro de 2008.

MAX FREITAS MAURO FILHO

**Prefeito Municipal**

Este texto não substitui o original publicado e arquivado na Prefeitura Municipal de Vila Velha.

Fonte: <http://www.legislacaoonline.com.br/vilavelha/images/leis/html/L47072008.html>

REVOGADA PELA LEI Nº 4707/2008

**LEI Nº 3116, DE 18 DE SETEMBRO DE 1.995.**

Denomina bairro neste Município.

O PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE VILA VELHA, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo § 7º, do Artigo 40 da Lei Orgânica do Município de Vila Velha, "Faz saber que a Câmara Municipal decretou, o Prefeito sancionou nos termos do § 3º do Artigo 40 da Lei Orgânica Municipal, e eu, ANTONIO LORENZUTTI, promulgo o Autógrafo de Lei nº 671/95, que se transformou na LEI Nº 3.116, de 18 de setembro de 1995."

Art. 1º - Fica denominada de "BAIRRO JOÃO GOULART", a área que limita-se ao Norte com a estrada do Churi; ao Sul com a Rua "A", em Terra Vermelha; a Oeste com o Residencial Jabaeté; e a Leste com o loteamento Estrela.

Art. 2º - O bairro de que trata esta Lei é compreendido das seguintes vias: Clara Nunes, Altamar Dutra, Zacarias Trapalhães, Luiz Gonzaga, Elis Regina, Dom Pedro I, Euvina Santiago, Dr. Dório Silva, Antonio Carlos Mussum, Daniela Perez, Maria Nilce, Monteiro Lobato, Fábio Rusch, Américo Bernardes, Tom Jobim, Agnail Aganabier, Sgt. Florêncio Walcher, Bernardino Julião Simões, Airton Senna, Ulisses Guimarães, Castelo Branco, Maria de Lourdes Walcher, Clementina F. Amaral. Dionício das Neves, Emílio Cipriano das Neves, Paulo Vinha, padre Gabriel, Com. Vasco Alves de Oliveira, Dr. José Moraes, Amorim Salvador Simoni e Saleto Almeida dos Santos.

Art. 3º - As despesas decorrentes desta Lei correrão por conta de dotação orçamentária própria.

Art. 4º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 5º - Revogam-se as disposições em contrário.

Vila Velha, 18 de setembro de 1995.

Antonio Lorenzutti

Presidente da Câmara

Registrada na Secretaria da Câmara e publicada no Diário Oficial do Estado, em 23 de outubro de 1995.

Ricardo Lopes

Coordenador Legislativo

**ANEXO C: SOLICITAÇÃO DE ÔNIBUS PARA MORADA DA BARRA E ITINERÁRIO DE LINHAS DE ÔNIBUS CEDIDOS PELA CETURB-GV**

(13)

GOVERNO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
CIA. DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA  
CGC 28.503.894/0001-51

AD - 12/09

NOME

ASSUNTO

Processo nº: 1322/02 - A 28/11/02 11:05

Interessado: Domingos Cardoso

Assunto: Solicitação

Histórico: Criação de linha

1º destino: DP

Protocolista: RBS

ANEXOS

1º

2º

3º

4º

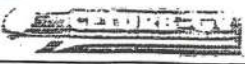
5º

PROCESSO NÃO É UM SIMPLES AGRUPAMENTO DE PAPÉIS E SIM  
UM CONJUNTO DE INFORMAÇÕES NECESSÁRIAS PARA UMA SOLUÇÃO.

AO DESPACHAR, SEJA CLARO E OBJETIVO.

PARA CADA DOCUMENTO HÁ SEMPRE UM INTERESSADO À ESPERA DE SOLUÇÃO.  
PORTANTO, IMPRIMA RAPIDEZ NA MOVIMENTAÇÃO DOS PROCESSOS.

OS ARQUIVOS PRECISAM DEIXAR DE SER DEPÓSITOS DE PAPÉIS



**LIAS DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITÓRIA**  
**GERÊNCIA DE ATENDIMENTO AO USUÁRIO - GE AUS**

**FOLHA DE ABERTURA DE PROCESSO**

Interessado: fornecimento Cardano - mudança de  
rua e parada da Barra (Grande Barra - Abelha)

Assunto:  solicitação     reclamação     sugestão     comunicação     denúncia

Histórico:

<input type="checkbox"/> Aumento de frota	<input type="checkbox"/> Descumprimento de horário
<input checked="" type="checkbox"/> Criação de linha	<input type="checkbox"/> Fiscalização
<input type="checkbox"/> Instalação de ponto de parada	<input type="checkbox"/> Extensão de itinerário
<input type="checkbox"/> Reunião	<input type="checkbox"/> Instalação de abrigo
<input type="checkbox"/> Mudança de itinerário	<input type="checkbox"/> Passe Livre
<input type="checkbox"/> Quadro horário	<input type="checkbox"/> Reprogramação horária
<input type="checkbox"/> Informação sobre linha	<input type="checkbox"/> Realização de evento
<input type="checkbox"/> Superlotação	<input type="checkbox"/> Vistoria em veículo
<input type="checkbox"/> Mudança de ponto final	<input type="checkbox"/> Troca de operadora
<input type="checkbox"/> Pesquisa em linha	<input type="checkbox"/> Má conservação de veículo

Informações do interessado:

End. (Rua/Av) Rua Euclides da Cunha nº 02 Ap. -  
 Bairro Morada da Barra UF ES CEP 29400-000  
 Fone 3034-5500 Fax 3244-0295 Celular - E-mail -  
 (DOMESTICOS) (gerente)

Atendido por: Lucizilda F. S. de Em 28/11/02  
Obs: Condição a (rua) melhor com alguma melhoria



## BAIXA ASCINADA

DOS MORADORES DE MORADA DA BARRA, QUE POR INTERMÉDIO DO SENHOR-  
 ESIDÓRIO E DOMINGOS CARDOZO, VEM POR MEIO DESTA BAIXA ASCINADA-  
 REINVIDICAR AO SENHOR PREFEITO, NAKS FILHO, ÔNIBUS E LUMINÁRIAS-  
 PARA O NOSSO BAIRRO, E QUE DEUS O ABENÇOE A ADMINISTRAR BEM O NOSSO-  
 MUNICIPIO

2/07/2002 MORADA DA BARRA-BARRA DOJUCU V. VELHA-E.S

Pastor Jonuei de Almeida

Julio Fernando Reis

Santima Batista

Walter Antunes de Oliveira

Edelzi Luz da Costa

Luizina Antunes de Oliveira

Dilviniana Lima de Azevedo

Genivaldo Diniz

Linea Cláudia

Cícero Mariano de Lima

Jefferson Goncalves da Silva

Jaime Esterosa

Clarinda Rodrigues

Amelino Passos da Silva

Luiz Carlos da Silva

ADILAIDE SANTO PEREIRA

Rogério Barboza

Grazielle dos Santos

1/1/02



27 de dezembro de 2002.

CT.DP. 1493/2002

Ilmo.Sr.  
Domingos Cardoso

Prezado Senhor:

Em atenção a sua correspondência datada de 22.11.2002, a mesma deverá ser direcionada à Secretaria Municipal de Vila Velha responsável pelo Gerenciamento do transporte público de passageiro daquele município.

Ressaltamos que nossa responsabilidade é somente com a operação do serviço da linha 612 - Terra Vermelha, que nas partidas de "Ulisses Guimarães" dá atendimento ao bairro Morada da Barra.

Para esclarecimentos julgados necessários, colocamos a disposição de V.Sas. nossa Gerência de Atendimento ao Usuário - GEAUS, telefone 3323-1919 - ramal 253.

Cordialmente,

JOÃO AROLDO CYPRIANO FERRAZ.  
Coordenador Geral.

MTGC/RRF

---

**Companhia de Transportes Urbanos da Grande Vitória**

Rua José de Carvalho, s/nº • Ilha de Santa Maria • Vitória-ES • CEP 29040-530  
Tel.: (27) 3323.1919 • Telefax : (27)3323.1801  
e-mail: ceturb@ceturb.gov.br • Site: www.ceturb.gov.br

Processo nº: 1322/02 - A 28/11/02 11:05  
Interessado: Domingos Cardoso

Assunto: Solicitação  
Histórico: Criação de linha

1º destino: DP

Protocolista: RSS

A group  
que registres e encaminhamentos.

02/25/02

João Cypriano Ferraz  
Coordenador Geral  
CETURB - GV

Às Segon:  
Solicitar ao requerente o direcionamento do DESTINO das solicitações. O referido tem como alvo inicial a Secretaria de Transportes do Município de Vila Velha que é a responsável pelo gerenciamento do transporte público de passageiros daquele município; em nenhuma hipótese, sob os citados.  
Vale ressaltar que de nossa responsabilidade é somente a operação do serviço da linha Galiléia Vermelha, que nos portadoras "Márcia Guimarães" dá atendimento ao bairro na cidade da Barra. É oportuno lembrar ainda que não dispomos mais de espaços físicos nos terminais do município para implantação de novos serviços, recomendamos, portanto, que o presente constipar seu do encaminhado à Prefeitura Municipal de Vila Velha para que se pronuncie a respeito de outorga de serviço municipal, vez que nossos serviços disponibilizados atualmente são factos e não...

Fernando Magno Sarmento Loureiro

Fernando Magno Sarmiento Loureiro  
Gerente de Atendimento ao Usuário  
CETURB - GV

A Claus, de ordem  
Expedida CT.DP. 1493102 conforme solicita-  
do

Em 03/01/03  
Bruna Moraes

Arquivar-se.

Em 06/01/2003

Fernando Magno Sarmiento Loureiro  
Gerente de Atendimento ao Usuário  
CETURB - GV

A Claus,  
Por solicitação.

Em 28/07/2015

Photo  
Kelly Cristina P. de Amorim  
Técnico em Transporte - Auxiliar  
CETURB-GV





SEC. EST., TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS - SETOP  
COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITORIA  
**OSO - Ordem de Serviço de Operação**

Linha.: 0616 - MORADA DA BARRA / T. ITAPARICA VIA BARRAMARES

<b>Extensão (Km)</b>			<b>Consórcio :</b>		<b>Tipo</b>
Ida	Volta	Total	AS01 - CONSÓRCIO ATLÂNTICO SUL		ALIMENTADORA
10,336	10,074	20,410	AS13		Operação.:
					Consórcio

Oso / Dias	Frota												Tempo Viagem
	Total		Tipo de Veiculo										
	Pico	F.Pico	ART.MD	ARTIC.	CONVEN	MIC-AD	MIC-ON	MICRO4	PAD/AR	PAD/AT	PAD/MN	VAN-AD	
20097/DIAS UTEIS	6	3			6								00:50
20103/SABADO	4	3			4								00:50
20111/DOMINGOS E	3	2			3								00:50

Oso / Dias	Número de Viagens												Km Total Dia
	Intervalo		Tipo de Veiculo										
	Pico	F.Pico	ART.MD	ARTIC.	CONVEN	MIC-AD	MIC-ON	MICRO4	PAD/AR	PAD/AT	PAD/MN	Total	
20097/DIAS UTEIS	00:08	00:30			70,0							70,0	1.428,70
20103/SABADO	00:15	00:30			54,5							54,5	1.112,30
20111/DOMINGOS E	00:20	00:30			43,0							43,0	877,63

ITINERÁRIO			
SAÍDA	*	TABELIER	*
MORADA DA BARRA	*	.	*
AV. CENTRAL	*		*
AV. INDEPENDÊNCIA	*		*
RUA 13 DE MAIO	*		*
AV. AIRTON SENNA	*		*
AV. ATLÂNTICA	*		*
RUA DANIELA PEREZ	*		*
AV. ITAPEMIRIM	*		*
RODOVIA DO SOL	*		*
RODOVIA DARLY SANTOS	*		*
TERMINAL ITAPARICA	*		*
TERMINAL ITAPARICA	*		*
RODOVIA DO SOL	*		*
AV. ITAPEMIRIM	*		*
RUA DANIELA PEREZ	*		*
AV. ATLÂNTICA	*		*
AV. AIRTON SENNA	*		*
RUA 13 DE MAIO	*		*
AV. INDEPENDÊNCIA	*		*
AV. CENTRAL	*		*

Vigência Desta OSO  
24/08/2014

Visto da Programação

Visto da CETURB-GV



SEC. EST. DESENV. INFRA-ESTRUTURA E TRANSPORTES - SEDIT  
COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITORIA  
**OSO - Ordem de Serviço de Operação**

Linha...:

0616 - MORADA DA BARRA / T.VILA VELHA - VIA JOÃO GOULART

Tipo

ALIMENTADORA T. V. VELHA

Extensão (Km)			Km Morta (Km)		Empresa.:	Operação.:
Ida	Volta	Total	T.Princ.	T.Secund.	PS14 - VIAÇÃO PRAIA SOL LTDA	Normal
16,43	15,43	31,86	0,00	0,00		

Oso / Dias	Frota											Tempo Viagem	
	Total		Tipo de Veiculo										
	Pico	F.Pico	ARTIC.	CONVEN	MIC-ON	P.RE/A	PAD.PB	PAD.PU	PAD.RE	PADRON	PADRON		VAN-AD
5675 - DIAS UTEIS	4	2		4									01:10
5677 - SABADO	2	2		2									01:10
5676 - DOMINGOS E	2	2		2									01:10

Oso / Dias	Número de Viagens											Km Total Dia	
	Intervalo		Tipo de Veiculo										
	Pico	F.Pico	ARTIC.	CONVEN	MIC-ON	P.RE/A	PAD.PB	PAD.PU	PAD.RE	PADRON	PADRON		Total
5675 - DIAS UTEIS	00:20	00:40		36,0								36,0	1.147,00
5677 - SABADO	00:35	00:40		26,0								26,0	828,36
5676 - DOMINGOS E	00:35	00:40		26,0								26,0	828,36

## ITINERÁRIO

IDA	VOLTA
JOÃO GOULART / TERMINAL DE VILA VELHA	TERMINAL DE VILA VELHA / JOÃO GOULART
AV. CENTRAL AV. INDEPENDÊNCIA RUA 13 DE MAIO AV. BRASIL AV. AIRTON SENNA AV. ITAPEMIRIM RODOVIA DO SOL RUA PROF. FRANCELINA C SETUBAL RUA ANTÔNIO ATAÍDE RUA AMARILDES B. SILVEIRA RUA LUCIANO DAS NEVES RUA EUROPA TERMINAL VILA VELHA	TERMINAL VILA VELHA RUA LUCIANO DAS NEVES RODOVIA DO SOL AV. ITAPEMIRIM AV. AIRTON SENNA AV. BRASIL RUA 13 DE MAIO AV. INDEPENDÊNCIA AV. CENTRAL

Vigência Desta OSO  
02/11/2003

Visto da Programação

Visto da CETURB-GV



SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - SETR  
 COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITORIA  
**OSO - Ordem de Serviço de Operação**

Linha **0617 - J. GOULART / T.VILA VELHA VIA AV. BRASIL** Tipo **ALIMENTADORA T. V. VELHA** Tempo de Viagem **00:35:00**

Extensão			Km Morta		Empres Operadora	Operação
Ida	Volta	Total	T.Princ.	T.Secund.		
15,100 Km	14,720 Km	29,820 Km	13,910 Km	4,750 Km	<b>PS14 - VIAÇÃO PRAIA SOL LTDA</b>	NORMAL

oso / Dias	Prota										
	Tipo de Veículo										
	Total	Pico	F.Pico	ARTIC.	CONVEN	MIC-ON	PAD.PB	PAD.PU	PAD.RE	PADRON	VAN-AD
3037 - DIAS ÚTEIS	7	3			7						
2903 - SÁBADO	3	3			3						
1562 - DOMINGOS E F	2	2			2						

oso / Dias	Nº de Viagens										Total	Km Total Dia		
	Tipo de Veículo													
	Intervalo		Pico	F.Pico	ARTIC.	CONVEN	MIC-ON	PAD.PB	PAD.PU	PAD.RE	PADRON	VAN-AD		
3037 - DIAS ÚTEIS	00:11	00:30				50,5							50,5	1505,910
2903 - SÁBADO	00:35	00:40				37,0							37,0	1103,340
1562 - DOMINGOS E F	00:35	00:40				26,0							26,0	775,320

**ITINERÁRIO**

<b>I D A</b>	<b>V O L T A</b>
<b>J. GOULART / T.VILA VELHA VIA AV. BRASIL</b>	<b>T.VILA VELHA VIA AV. BRASIL / J. GOULART</b>
<ul style="list-style-type: none"> <li>. AV. BRASIL</li> <li>. RUA AMARAL PEIXOTO</li> <li>. RUA CASTRO ALVES</li> <li>. RUA ALVARES DE AZEVEDO</li> <li>. RODOVIA DO SOL</li> <li>. RUA PROF. FRANCELINA C SETUBAL</li> <li>. RUA EUROPA</li> <li>. TERMINAL VILA VELHA</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>. TERMINAL VILA VELHA</li> <li>. RUA LUCIANO DAS NEVES</li> <li>. RUA DO PESSEGUEIRO</li> <li>. RUA PROF. FRANCELINA C SETUBAL</li> <li>. RODOVIA DO SOL</li> <li>. RUA ALVARES DE AZEVEDO</li> <li>. RUA CASTRO ALVES</li> <li>. RUA AMARAL PEIXOTO</li> <li>. AV. BRASIL</li> </ul>

*Subs em 19.11.2000*

Vigência desta OSO  
7/8/2000

Visto Programação  
  
 Programação de Linhas  
 CETURB-GV

Visto CETURB-GV

**CETURB-GV** SECRETARIA DE ESTADO DE TRANSPORTES E OBRAS PÚBLICAS - SETR  
 COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITORIA  
**OSO - Ordem de Serviço de Operação**

Linha **0617 - U. GUIMARÃES/T.V. VELHA-VIA C. BARRA/B. JUCU** Tipo **ALIMENTADORA T. V. VELHA** Tempo de Viagem **00:35:00**

Extensão			Km Morta		Empresa Operadora	Operação
Ida	Volta	Total	T. Prino.	T. Secund.		
12,700 Km	12,700 Km	25,400 Km	13,910 Km	4,750 Km	PS21 - VIAÇÃO PRAIA SOL LTDA	NORMAL

oso / Dias	Frota						Nº de Viagens				Intervalo		Km Total Dia
	período		Tipo de Veículo				Padron	Artic.	Conv.	Total	Pico	Pico	
	Pico	Pico	Padron	Artic	Curto	Normal							
956 - DIAS ÚTEIS	4	2				4			29,5	29,5	00:20	00:45	749,300
957 - SABADO	2	2				2			22,0	22,0	00:40	00:40	558,800
958 - DOMINGOS E FE	2	2				2			22,0	22,0	00:40	00:40	558,800

ITINERÁRIO	
I D A	V O L T A
<b>U. GUIMARÃES/T.V. VELHA-VIA C. BARRA/B. JUCU</b> . RUA DA CRECHE (PONTO FINAL) . RUA CASTRO ALVES . RUA ALVARES DE AZEVEDO . RODOVIA DO SOL . AV. JOAQUIM LYRA . RUA AGENOR LARANJA . RODOVIA DO SOL . RUA PROF. FRANCELINA C SETUBAL . RUA EUROPA . TERMINAL VILA VELHA	<b>T.V. VELHA-VIA C. BARRA/B. JUCU / U. GUIMARÃES</b> . TERMINAL VILA VELHA . RUA LUCIANO DAS NEVES . RUA DO PESSEGUEIRO . RUA PROF. FRANCELINA C SETUBAL . RODOVIA DO SOL . RUA AGENOR LARANJA . AV. JOAQUIM LYRA . RODOVIA DO SOL . RUA ALVARES DE AZEVEDO . RUA CASTRO ALVES . RUA DA CRECHE (PONTO FINAL)
<i>Subs em 02/05/99</i>	

Vigência desta OSO  
3/5/1998

Visto Programação

Visto CETURB-GV





SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS - SETR  
 COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITORIA  
 SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE VITORIA - SITURB-11/6V  
 QUORUM DE SERVIÇO DE OPERAÇÃO - QSO  
 DATA : 08/10/92  
 REFERENCIA: 017/92  
 APLACAMENTO : 021.0411

ESTRADA...: 4612 -- T.VERAELHA-E.V.VELHA VIA BARRA DO JUCU

EMPRESA.: W.21 - VIAGAO PARA SOL LTDA.

TERMINAL PRINCIPAL...: TERRA VERDELLHA      TARIFA.....(CZ): 2.300,00      EXTENSAO (1+V) (KM)...: 79,6  
 TERMINAL SECUNDARIO.: TERRA VILA VELHA      TIPO DE VEICULO...: CONVENCIONAL      TEMPO MEDIO VIAGEM...: 00:35

	DIAS ÚTEIS	SABADO	DOMINGOS E FÉRIADOS
TROTA.....	7,0	4,0	4,0
NUMERO DE VIAGENS POR DIA.....	53,5	50,0	50,0
INTERVALO MEDIO NA HORA PICO.....	30	20	20

ITINERARIO

IDA	RETORNO
TERRA VERDELLHA	TERMINAL VILA VELHA
RODOVIA DO SOL	RUA LUCIANO DAS NEVES
RUA JOAQUIM LYRA	RUA DO PLESSEGUIRO
RUA AGEMOR LARANJA	RUA PROF. FRANCELINA C. SETUBAL
RODOVIA DO SOL	RODOVIA DO SOL
RUA PROF. FRANCELINA C. SETUBAL	RUA AGEMOR LARANJA
RUA FURDIA	RUA JOAQUIM LYRA
TERMINAL VILA VELHA	RODOVIA DO SOL
	TERRA VERDELLHA

VITORIA - ES, 10/10/92

VISTO DE FURDIA - GV

*Seixen*  
 20.03.93







SECRETARIA DE ESTADO DOS TRANSPORTES E OBRAS PUBLICAS - SETR  
 COMPANHIA DE TRANSPORTES URBANOS DA GRANDE VITORIA DATA : 24/05/89  
 SISTEMA DE TRANSPORTE URBANO DA GRANDE VITORIA - SITURB-TV/GV REFERENCIA: NAT/89  
 ORDER DE SERVICO DE OPERACAO - OSO RELATORIO : REL0411

LINHA : 2145 - P.R.T. VERMELHA-D.BOS  
 EMPRESA : AL21 - VIACAO PRATA SOL LTDA.

TERMINAL PRINCIPAL : P.R.T. VERMELHA TARIFA (C74) : 160,00 EXTENSAO (I4V) (KM) : 52,0  
 TERMINAL SECUNDARIO : DOM BOSCO TIPO DE VEICULO : CONVENCIONAL TEMPO MEDIO VIAGEM : 00:35

	DIAS UTIS	SABADO	DOMINGOS E FERIADOS
FRONTE	1	1	1
NUMERO DE VIAGENS POR DIA	5	5	5
INTERVALO MEDIO NA HORA PICO	90	90	90

ITINERARIO

IDA	VOLTA
I .B. VERMELHO	I RUA DOM BOSCO
I RODOVIA DO SOL	I AV. VITORIA
I PRACA R. JUCH	I R. HENRIQUE DE NOVAES
I RODOVIA DO SOL	I AV. JERONIMO MONTEIRO
I RUA PROF. FRANCELINA C SETUBAL	I AV. FLORENTINO AVIDOS
I RUA ANTONIO ATAIDE	I RUA PEDRO WOLASCO
I AV. JERONIMO MONTEIRO	I AV. ALEXANDRE BUATZ
I ESTRADA JERONIMO MONTEIRO	I PONTE FLORENTINO AVIDOS
I RUA DA ESTACAO	I AV. ROBERT KENNEDY
I RUA FRANCISCO L. DE AGUIAR	I PRACA DE SAO TORQUATO
I V. GRACA ABANHA	I RUA FRANCISCO L. DE AGUIAR
I RUA MAGNO DOUTINHO	I RUA DA ESTACAO
I AV. ROBERT KENNEDY	I ESTRADA JERONIMO MONTEIRO
I PONTE FLORENTINO AVIDOS	I LIG. EST. I. DOMI. / ROD. C. LIND.
I AV. ALEXANDRE BUATZ	I RODOVIA CARLOS LINDBERGH
I RUA GUILA DO PRATTI	I RUA 7 DE SETEMBRO
I PONTE FLORENTINO AVIDOS (SECA)	I RUA LUCIANO DAS NEVES
I RUA PEDRO WOLASCO	I RUA PROF. FRANCELINA C SETUBAL
I AV. GETULIO VARGAS	I RODOVIA DO SOL
I AV. MAL MASCARENHAS DE NOVAES	I B. VERMELHO

VITORIA - ES, 27/05/89 VISTO DETURB-GV  
 Sub-om (24-06-89) P.F. 00109

# Jornal COMUNIDADES

Ano 2 - Nº 5 - abril de 2009

## Terminal Itaparica

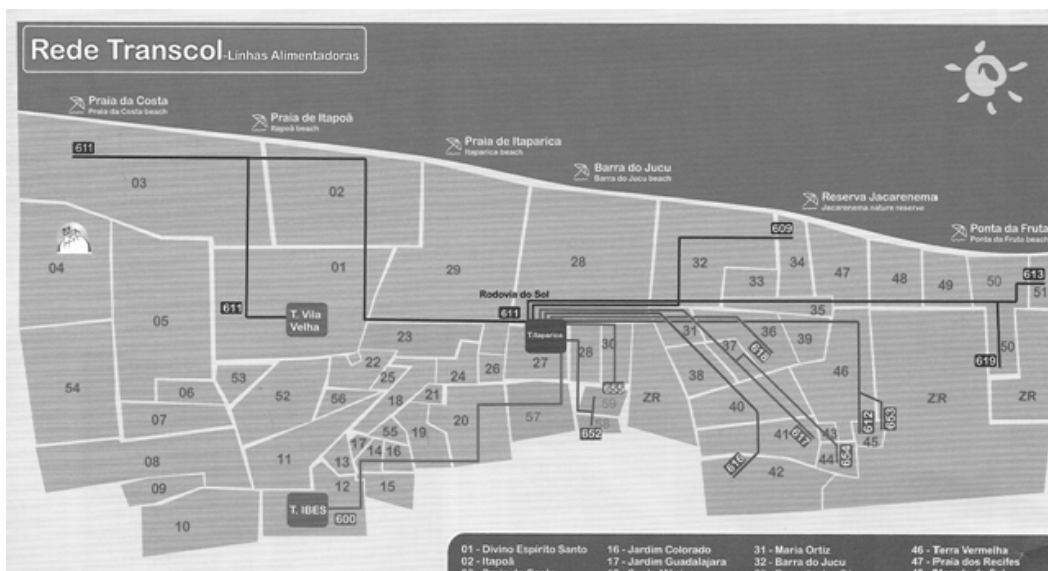


✓ **60 mil** usuários devem utilizar o Terminal Itaparica diariamente

✓ Aproximadamente **50%** da demanda do Terminal Vila Velha será transferida para o Terminal Itaparica

A construção do Terminal Urbano de Integração Juiz Alexandre Martins de Castro Filho - Terminal Itaparica - integra o Transcol III, maior projeto de infraestrutura de transportes já desenvolvido no Espírito Santo, com investimentos do Governo do Estado e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). Alia-

do à inauguração de outros três terminais (Jacaraípe, Jardim América e São Torquato), à reforma e ampliação de quatro terminais existentes (Laranjeiras, Itacibá, Carapina e Vila Velha) e à implantação de um novo sistema viário, garantirá melhores condições de mobilidade urbana a toda a população da Grande Vitória.



## Localização

O Terminal de Itaparica fica na Rodovia Darly Santos, próximo ao trevo com a Rodovia do Sol, no município de Vila Velha. Sua localização é privilegiada por se tratar de um entroncamento viário de corredores estruturais, o que favorece a acessibilidade de um grande número de bairros e ligação direta com os terminais de Vila Velha e Campo Grande (pelo futuro Corredor Leste-Oeste). Foi concebido para desafogar o Terminal Vila Velha e absorver as demandas futuras de sua região de influência.

01 - Divino Espírito Santo	16 - Jardim Colorado	31 - Maria Ortiz	46 - Terra Vermelha
02 - Itapoá	17 - Jardim Guadalupe	32 - Barra do Jucu	47 - Praia dos Recife
03 - Praia da Costa	18 - Santa Mônica	33 - Recanto dos Pássaros	48 - Morada do Sol
04 - Prainha	19 - Vila Nova	34 - Praia das Conchas	49 - Interlagos
05 - Centro	20 - Novo México	35 - 23 de Maio	50 - Balneário Ponta da Fruta
06 - Orlaria	21 - Ilha dos Bentos	36 - São Coarado	51 - Praia do Sol
07 - Jaburuma	22 - Boa Vista	37 - Cidade da Barra	52 - Cristóvão Colombo
08 - Garoto	23 - Coqueiral de Itaparica	38 - Riviera da Barra	53 - Ilha dos Aires
09 - Orlaria	24 - Praia das Gaivotas	39 - Usses Guimarães	54 - Marinha
10 - Arribá	25 - Coccal	40 - Barramans	55 - Jardim São Paulo
11 - Santa Inês	26 - Guaranhuns	41 - João Goulart	56 - Reserva
12 - Ibes	27 - Jôquei	42 - Morada da Barra	57 - Arções
13 - Guadalupe	28 - Reserva Jacarenema	43 - Bruneta	58 - Darly Santos
14 - Brisa Mar	29 - Itaparica	44 - Bairro Jubatã	59 - Pontal das Garças
15 - Santos Dumont	30 - Santa Paula	45 - Normília C. Azeredo	ZR - Zona Rural

## Benefícios

- ▶ Tem a função de desafogar o Terminal Vila Velha;
- ▶ Viabiliza a expansão da rede troncal, que atualmente se encerra no Terminal Vila Velha, e que não atende mais ao adensamento urbano, especialmente na região litorânea;
- ▶ Absorve o crescimento acelerado da região de Coqueiral de Itaparica, Itaparica, Grande Barra do Jucu, Grande Ponta da Fruta, além dos grandes empreendimentos da região tais como novos loteamentos, shopping centers, centros de ensino, hotéis etc.

**Jornal**  
**COMUNIDADES**

**Um informativo do Setor de Atendimento às Comunidades da Ceturb-GV**

Rua José de Carvalho, s/nº  
Ilha de Santa Maria - Vitória - ES - CEP 29040 530  
Telefone 3232 4573 - Fax 3232 4547  
e-mail - geaus.comunidades@ceturb.es.gov.br  
www.ceturb.es.gov.br  
Disque Ceturb: 08000 391517

**CETURB-GV**

**UM NOVO**  
**ESPIRITO SANTO**  
Estado do Espírito Santo

**Governador do Estado do Espírito Santo**  
Paulo Hartung

**Vice-Governador do Estado**  
Ricardo Ferreira

**Secretário de Transportes e Obras Públicas**  
Neivaldo Bragato

**Diretora-Presidente da Ceturb-GV**  
Denise de Moura Cadete Gazzinelli Cruz

**Diretor de Planejamento**  
José Carlos Pereira Moreira

**Diretor de Operações**  
Fernando Elias Miguel Assad

**Superintendente Administrativo e Financeiro**  
Marta de Fátima Encarnação

**Gerência de Atendimento ao Usuário**  
Gilmar Pahins Pimenta

**Setor de Atendimento às Comunidades**  
Alice Carreiro R. Lirio e Terézinha Girardi

**Assessoria de Comunicação**  
Isabela Nucci, Leandra Moreira, Théo Prata e Milán Salviano

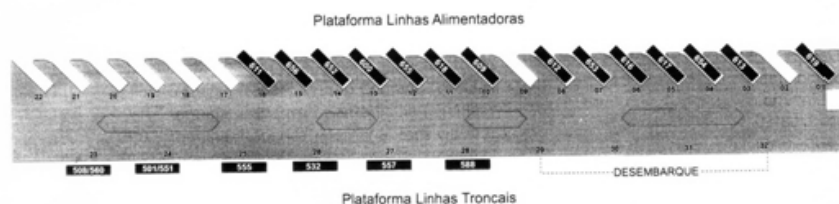
**Projeto Gráfico e Editoração:** Comunicação Impressa - (27) 3319-9062  
**Impressão:** GSA Gráfica e Editora: (27) 3232-1266  
**Tiragem desta edição:** 20.000 exemplares

## Localização das linhas na plataforma

Ponto de parada	Linha
01	619 - Balneário Ponta da Fruta / Terminal Itaparica via Rodovia do Sol
03	613 - Ponta da Fruta / Terminal Itaparica via Rodovia do Sol
04	654 - Lagoa de Jabaeté / Terminal Itaparica via av. Amaral Peixoto
05	617 - João Goulart / Terminal Itaparica via av. Califórnia
06	616 - Morada da Barra / Terminal Itaparica via Barramares
07	653 - Bairro Normília / Terminal Itaparica via Ulisses Guimarães
08	612 - P. R. Terra Vermelha / Terminal Itaparica via Ulisses Guimarães
10	609 - Barra do Jucu / Terminal Itaparica
11	618 - Terminal Itaparica / São Conrado (circular)
12	655 - Terminal Itaparica / Santa Paula (circular)
13	600 - Terminal Itaparica / Terminal Ibes via Araçás
14	652 - Terminal Itaparica / Darly Santos (circular)
15	656 - Terminal Itaparica / Terminal Vila Velha via Rodovia do Sol
16	611 - Terminal Itaparica / Terminal Vila Velha via Itapoã - Praia da Costa
23	508/560 - Terminal Laranjeiras / Terminal Itaparica via BR101
24	501/551 - Terminal Jacaraípe / Terminal Itaparica via ES010
25	555 - Terminal Itaparica/ Ufes via Itaparica - 3ª Ponte
26	532 - Terminal Itaparica / Terminal Dom Bosco via Terminal Vila Velha
27	557 - Terminal Itaparica / Terminal Vila Velha via Darly Santos
28	588 - Terminal Campo Grande / Terminal Itaparica via Itapemirim

## Características Físicas

- ✓ 22 baias para linhas alimentadoras
- ✓ 10 baias para linhas troncais
- ✓ 02 jogos de sanitários, cada um composto por um sanitário masculino e um sanitário feminino com fraldário (todas adaptados para pessoas com deficiência e com mobilidade reduzida)
- ✓ 07 lojas, dentre elas, três lanchonetes e uma loja de conveniência
- ✓ 01 sala multiuso com sanitário, que ficará à disposição para a realização de campanhas de saúde, campanhas educativas e demais atividades sem fins lucrativos de utilidade pública
- ✓ Área externa com projeto paisagístico
- ✓ Bicicletário coberto com 12 vagas



## Aprovação das Comunidades

No dia 14 de abril, a Ceturb-GV realizou reunião com a Federação das Associações de Moradores e Movimentos Populares do Espírito Santo (Famopes), e com representantes das associações de moradores dos bairros dire-

tamente beneficiados para apresentar a operação do Terminal Itaparica: criação de cinco novas linhas e alterações em 17 linhas existentes. A reunião aconteceu no próprio terminal, em fase final de construção.



## Futuro: Rodovia Leste-Oeste



Com a inauguração da Rodovia Leste-Oeste, que está sendo construída pelo Governo do Estado, será criada uma nova opção de deslocamento entre os municípios de Cariacica e Vila Velha. A nova Rodovia interligará os Terminais Campo Grande e Itaparica e representará grande ganho de tempo para os usuários do transporte coletivo. Com a Leste-Oeste, novas linhas de ônibus ligarão os municípios com acesso pela BR262 a







**ANEXO D: DECRETOS DE CRIAÇÃO E MUDANÇA DO NOME DA PRIMEIRA ESCOLA MUNICIPAL DE MORADA DA BARRA CEDIDOS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE VILA VELHA**



**Prefeitura Municipal de Vila Velha**  
**Estado do Espírito Santo**  
*"Deus seja louvado"*

*SEMED  
 em suas áreas*

**DECRETO N.º 073/99**

**Cria Unidades de Ensino**

**O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA VELHA**, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais,

**DECRETA:**

**Art. 1º -** São consideradas criadas as Unidades de Ensino, abaixo relacionadas, com as seguintes características básicas:

**I- UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL**, com funcionamento de Pré a 4ª Série

1- UMEF "Maria Luiza dos Santos Vellozo", situada no Bairro Guaranhuns;

2- UMEF "Izidoro Pereira Neves", situada no Bairro João Goulart, Grande Terra Vermelha;

**II- UNIDADES MUNICIPAIS DE ENSINO FUNDAMENTAL**, com funcionamento de 5ª a 8ª Série no regime de Tempo Integral para o alunado:

\*1- UMEF de Tempo Integral "Senador João de Medeiros Calmon", situada no Bairro Parque das Gaivotas;

2- UMEF de Tempo Integral "Ulisses Álvares", situada no Bairro Ataíde;

*J.*



**Prefeitura Municipal de Vila Velha**  
**Estado do Espírito Santo**

*"Deus seja louvado"*

Continuação do Decreto n 073/99

Fls.02

**III- UNIDADES MUNICIPAIS DE EDUCAÇÃO INFANTIL**, com funcionamento parcial para o alunado de Pré-escola e, Integral para o alunado das Creches:


1- UMEI "Izabel Correia da Silva", situada no Bairro de São Torquato;

2- UMEI "Corradino de Ciccio"- Padre Edmundo, situada no Bairro de Paul;

3- UMEI "Terezinha Pagotti", situada no Bairro de Ulisses Guimarães.

**Art. 2º -** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário, retroagindo seus efeitos a 1º de fevereiro de 1999.

Vila Velha, 05 de abril de 1999

  
**JORGE ALBERTO ANDERS**  
Prefeito Municipal



**PREFEITURA MUNICIPAL DE VILA VELHA**  
**ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
*"Deus seja louvado"*

Publicado no DIOE:  
 Municipalidades e Outr  
 EM-123/11 págs. 16



**DECRETO Nº 072/2011**

**Dispõe sobre alteração de  
 denominação da Unidade  
 Municipal de Ensino Fundamental  
 – UMEF “Izidoro Pereira Neves”.**

O **PREFEITO MUNICIPAL DE VILA VELHA**, Estado do Espírito Santo, usando das atribuições que lhe são conferidas pelo inciso II, do art. 56, da Lei Orgânica Municipal, e a Lei nº 4.100, de 22 de outubro de 2003, e ainda o que consta do Processo protocolado sob nº 00.161/2011,

**DECRETA:**

**Art. 1º** Fica alterado o item 2, do inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 073/1999, de 05 de abril de 1999, alterando a denominação da Unidade Municipal de Ensino Fundamental – UMEF “Izidoro Pereira Neves”, situada no Bairro João Goulart, neste Município, para UMEF “Professor Darcy Ribeiro”.

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Vila Velha, ES, 16 de março de 2011.

  
**NEUCIMAR FERREIRA FRAGA**  
 Prefeito Municipal

De.

16

DIÁRIO OFICIAL DOS PODERES DO ESTADO

MUNICIPALIDADES E OUTROS

Vitória (ES), Quinta-feira, 17 de Março de 2011

Municipal decretou e eu sanciono a seguinte lei:

Art. 1º. Passa a denominar "Professora Alaide Alvarenga Lirio Rocha", o Centro Municipal de Educação Infantil - CMEI, localizado na Rua Nossa Senhora de Fátima esquina com a Rua Laranjeiras, no Bairro Bom Vista I, Distrito de Nova Almeida, neste Município.

Art. 2º. Esta Lei entra em vigor na data de sua aprovação, revogadas as disposições em contrário. Palácio Municipal, em Serra, aos 11 de março de 2011.

ANTONIO SÉRGIO ALVES  
VIDIGAL  
Prefeito Municipal  
Protocolo 16872

EXTRATO DE CONTRATO DE Nº 118/2011 PROCESSO Nº 21109/2010

Partes: Prefeitura Municipal da Serra e a Empresa Empório Card Ltda. Objeto: Contratação de empresa especializada em administração e fornecimento anual do benefício de auxílio alimentação através de cartão eletrônicos/magnéticos. Vigência: 12 (doze) meses a partir de 14 de abril de 2011. Valor: Percentual de desconto -2,79% (dois vírgula setenta e nove por cento negativo). Dotação Orçamentária: 04.122.0791.2.715/3.3.90.39.00 12.122.0791.2.715/3.3.90.39.00 10.122.0791.2.715/3.3.90.39.00 Data de assinatura, 14 de março de 2011.

Ricardo Savacini Pandolfi  
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos,  
Protocolo 17858

Vila Pavão

RESUMO DO CONTRATO Nº 036 / 2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão - ES. CONTRATADA: Pommerpapiier Comércio de Papelaria Ltda-ME. OBJETO: Prestação de serviços de fotocópias e encadernações, destinadas a diversas Secretarias Municipais.

VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura até 31 de dezembro de 2011.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 30.500,00.

RECURSOS FINANCEIROS: 004

0412200052.006

3.3.90.39.000 - Ficha - 048

007

1212200052.024

3.3.90.39.000 - Ficha - 172

088

1030100232.045

3.3.90.39.000 - Ficha - 275

Vila Pavão, ES., 04/03/2011.

IVAN LAUER  
Prefeito Municipal

RESUMO DO CONTRATO Nº 031 / 2011

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Vila Pavão - ES. CONTRATADA: Papelaria Print Art Ltda-ME.

OBJETO: Prestação de serviços de fotocópias e encadernações, destinadas a diversas Secretarias do Município.

VIGÊNCIA: A partir da data de assinatura até 31 de dezembro de

2011.  
VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 10.450,00.

RECURSOS FINANCEIROS: 004

0412200052.006

3.3.90.39.000 - Ficha - 048

007

1212200052.024

3.3.90.39.000 - Ficha - 172

088

1030100232.045

3.3.90.39.000 - Ficha - 275

Vila Pavão, ES., 04/03/2011.

IVAN LAUER  
Prefeito Municipal

Protocolo 16652

Vila Velha

RESUMO DE PORTARIA Portaria nº 17/11 de 15/03/11

Concede licença sem vencimentos à Joventina Vieira Santiago Tavares; período 2 anos, a partir da publicação.

Evilásio de Angelo  
Secretário de Administração - PMVV  
Protocolo 16716

RESUMO DO 2º Termo Aditivo ao CONTRATO nº. 022/2009. Processo: 23.991/2010

Das partes: PMVV X UNIÃO DE ENSINO DO ESPÍRITO SANTO. Do objeto: Prorrogar o contrato nº 022/2009. Do valor e Reajustamento: Fica reajustado no percentual de 5,3111 % perfazendo o valor total mensal de R\$ 6.638,87 (seis mil seiscentos e trinta e oito reais e oitenta e sete centavos). Das demais cláusulas: Permanecem mantidas e inalteradas. Secretaria de Administração. PMVV.  
Protocolo 16740

O Prefeito Municipal de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, assinou os seguintes atos, conforme discriminação abaixo:

DECRETO Nº 074/2011 - Inclui Enoan Cunha Maroto, matrícula nº 7076-9, na Comissão Especial para o Programa de Regularização de Edificações - CEPRE, criada para apreciar, vistoriar, instruir e executar os atos necessários à regularização das edificações no Município, nos termos da Lei nº 4.992, de 07 de outubro de 2010, com efeitos na data de sua publicação.  
Protocolo 16971

O Prefeito Municipal de Vila Velha, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, assinou os seguintes atos, conforme discriminação abaixo:

DECRETO Nº 070/2011 - Inclui, a partir de 01.03.2011, o servidor Carlos Roberto Alvarenga, como membro, na Comissão Interna, Nível I, para execução dos trabalhos técnicos relativos ao controle orçamentário, financeiro e contábil da Comissão de Administração Financeira e Orçamentária - COMAFO, criada pelo Decreto nº 018/2009, de 09 de fevereiro de 2009, e prorrogada pelo Decreto nº 011/2010, de 15.01.2010, com efeitos na data de

sua publicação.

DECRETO Nº 071/2011 - Altera os itens 15. Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SEMMA, e 13. Secretaria Municipal de Governo e Articulação Institucional - SEMGOV, do Anexo IV, do Decreto nº 011/2009, de 26 de janeiro de 2009, no sentido de transferir 01 (um) cargo comissionado de Assistente Técnico II, padrão CC-4, da SEMMA para a SEMGOV, com efeitos na data de sua publicação.

DECRETO Nº 072/2011 - Altera o item 2, do inciso I, do art. 1º, do Decreto nº 073/1999, de 05 de abril de 1999, alterando a denominação da Unidade Municipal de Ensino Fundamental - UMEF "Izidoro Pereira Neves", situada no Bairro João Goulart, neste Município, para UMEF "Professor Darcy Ribeiro", com efeitos na data de sua publicação.

DECRETO Nº 073/2011 Regulamenta a Lei nº 4.917, de 05.04.2010, que autoriza os permissionários do Serviço Municipal de Transporte Individual de Passageiros a instalar rastreamento veicular nos automóveis que compõem a frota de táxi do Município de Vila Velha. O PREFEITO MUNICIPAL DE VILA VELHA, Estado do Espírito Santo, no uso de suas atribuições legais, na forma do art. 56, inciso IV, da Lei Orgânica do Município de Vila Velha, e o que consta do processo protocolado sob nº 25.286/2010.

DECRETA:

Art. 1º O sistema de rastreamento e monitoramento veicular no serviço público de transporte de passageiros em veículo de aluguel a taxímetro no Município de Vila Velha, reger-se-á pelas Leis nº 1.561, de 08 de abril de 1975 e nº 4.917, de 05 de abril de 2010, por este Decreto e por intermédio de normas complementares expedidas pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito - SEMTRAN.

Art. 2º Os requisitos mínimos do sistema de rastreamento e monitoramento veicular a ser instalado pelos permissionários do serviço de transporte de passageiros em veículo de aluguel a taxímetro do Município de Vila Velha são:

I - rastreamento e monitoramento do veículo em tempo real por meio de equipamento de GPS (Global Position System) por 24 (vinte e quatro) horas por dia e 07 (sete) dias por semana;

II - acesso total e irrestrito ao sistema via internet, pela Secretaria Municipal de Transporte e Trânsito, pelo Centro Integrado Operacional de Defesa Social - CIODES e pelo Sindicato dos Taxistas e Condutores Autônomos de Veículos Rodoviários do Estado do Espírito Santo - SINDITAXI/ES;

III - localização visual dos veículos em operação;

IV - manutenção de banco de dados com armazenamento das informações por no mínimo 12 (doze) meses.

Parágrafo único. Os permissionários e condutores

auxiliares deverão passar por treinamento obrigatório, junto à empresa fornecedora dos equipamentos.

Art. 3º As exigências e os critérios para a homologação da empresa fornecedora dos equipamentos são as seguintes:

I - os equipamentos e serviços constantes do fornecimento, fabricação, emprego de matéria prima e de componentes deverão satisfazer às últimas revisões das normas técnicas das seguintes entidades:

a) Associação Brasileira de normas Técnicas - ABNT, e

b) Agência Nacional de Telecomunicações - ANATEL.

II - apresentar Certificado de Homologação do equipamento de GPS a ser instalado, emitido pela ANATEL, conforme Resolução Anatel nº 242, de 30 de novembro de 2000;

III - a base de dados deverá ser armazenada internamente em sua sede e réplica da base em no mínimo em 2 (dois) data-centers distintos;

IV - deverá ter no mínimo 2 (dois) links de internet dedicados com IP fixo, não sendo permitida a utilização de serviços de internet com tecnologia ADSL;

V - comprovar que possui instalações com sede na Região Metropolitana da Grande Vitória;

VI - em situação de normalidade a comunicação veículo-central de monitoramento deverá ocorrer a cada 2 (dois) minutos, pelo sistema de telefonia GPRS;

VII - em caso de ocorrência de pânico real a comunicação veículo-central de monitoramento deverá ocorrer a cada 30 segundos, pelo sistema de telefonia GPRS;

VIII - o tempo resposta para identificação do pânico real e comunicação ao CIODES deverá ser de no máximo 5 (cinco) minutos, pelo sistema de telefonia GPRS;

IX - ter um sistema de informações geográficas que permita consultar e pesquisar informações no mapa, com base cartográfica atualizada;

X - demonstrar que tem à disposição na Central de rastreamento e Monitoramento, o serviço de pronta resposta 24 (vinte e quatro) horas por dia e 7 (sete) dias por semana, para atendimento telefônico do tipo 0800 para ligações de telefones fixos;

XI - comprovar que tem método que permita a rápida detecção de falhas na operação dos equipamentos de rastreamento e monitoramento veicular;

XII - apresentar relatórios de estatísticas diárias dos veículos monitorados;

XIII - apresentar relatórios diários em que serão identificados os veículos cujos equipamentos não estejam em funcionamento;

XIV - os relatórios deverão permitir extrair dados escritos com as posições de um determinado veículo em um determinado intervalo e local por período.

Art. 4º Serão exigidas também essas condições para instalação do sistema de rastreamento e monitoramento veicular a ser implantado no serviço de transporte de passageiros em veículo de





ANEXO E: REPORTAGENS DE JORNAIS DA GRANDE VITÓRIA CEDIDAS PELA BIBLIOTECA PÚBLICA DO ESPÍRITO SANTO

A TRIBUNA - VITÓRIA-ES - SÁBADO - 10/06/2000

CIDADES

9

MARISA KISSIMOTO/AT

# Agora é a vez de Terra Vermelha

*Durante uma semana, os problemas e a cultura do bairro serão abordados em uma série de reportagens*

A equipe de reportagem do projeto **A Tribuna com Você** se despede do bairro Jardim Tropical, na Serra, e segue na próxima semana para o Conjunto Terra Vermelha, em Vila Velha.

A partir de uma série de reportagens feitas em parceria com a comunidade, os capixabas terão a oportunidade de conhecer os problemas, a cultura, a história e a economia do bairro.

Terra Vermelha foi o primeiro bairro a surgir na região conhecida atualmente como Grande Terra Vermelha, que engloba 16 outras comunidades.

De acordo com a Associação de Moradores, a área do conjunto Terra Vermelha foi desapropriada pelo Governo do Estado em 1988, ano em que as casas começaram a ser erguidas.

Um ano depois, com a primeira etapa do projeto concluída, 235 famílias foram beneficiadas. O conjunto, que possui um total de 575 residências, foi feito em esquema de mutirão, envolvendo diversas pessoas dos movimentos de moradia do município de Vila Velha.

As famílias que durante seis anos lutaram por uma casa própria puderam realizar seu sonho. Cada residência era composta por



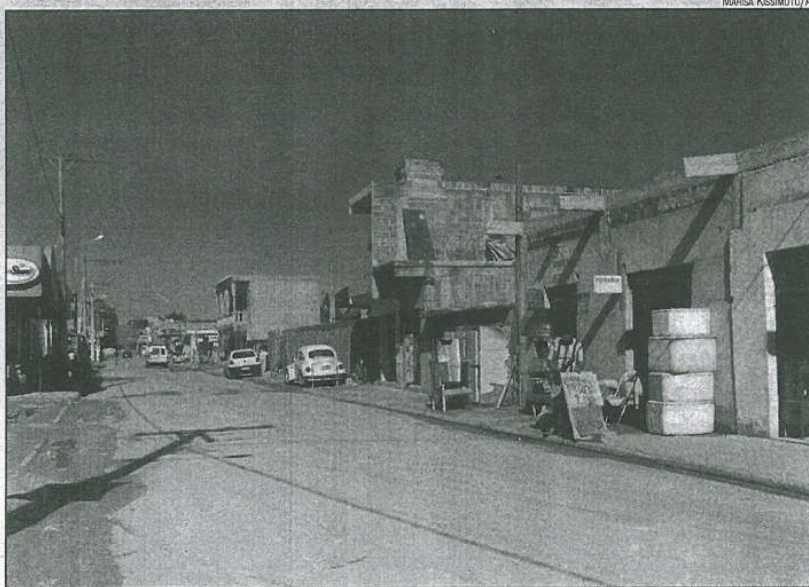
dois cômodos e um banheiro. O nome do lugar foi escolhido por causa de uma parte do terreno, formado por um barro vermelho. A outra parte era composta por um areal.

Os limites de Terra Vermelha são as ruas Afonso Cláudio, A, I e M. Os bairros mais próximos são Normília, João Goulart, Brunella II e Loteamento Estrela.

Segundo a Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV), cerca de 5,9 mil pessoas moram no bairro. A região da Grande Terra Vermelha possui aproximadamente 48 mil habitantes.

A secretária da Associação de Moradores, Luzinete Wandekken, explicou que, atualmente, um dos grandes problemas do bairro está ligado à Educação.

"Nós precisamos urgentemente de uma escola de ensino médio e de mais vagas para a nossa escola de ensino fundamental e para a creche. A demanda é muito grande, pois existem vários bairros aqui na região", disse.



A rua Afonso Cláudio é uma das vias principais do bairro e concentra grande parte do comércio



# Compras facilitadas em Terra Vermelha

Para atrair clientes, os comerciantes oferecem promoções e estendem os prazos de pagamento

A economia do conjunto Terra Vermelha, em Vila Velha, tem como base o pequeno comércio. Padarias, farmácias, mercearias e supermercados do bairro oferecem tudo o que a comunidade precisa.

Para atrair mais clientes, os donos de estabelecimentos comerciais estão sempre oferecendo promoções e facilitando o pagamento das compras.

No supermercado Rede Show, por exemplo, a conta pode ser paga com um cartão próprio que dá um prazo de até 40 dias, sem cobrança de juros.

O cartão pode ser utilizado em todas as lojas da rede e, para adquiri-lo, o morador deve providenciar comprovantes de renda e residência, CPF e carteira de identidade.

"Nós aceitamos também cheque-alimentação. O movimento aqui é bom, apesar da concorrên-



cia. No nosso quadro de funcionários nós sempre damos preferência a quem mora no bairro mesmo", explicou Solimar Biuzzi, proprietário do supermercado.

O estabelecimento fica aberto de segunda a sábado, das 8 às 20 horas e, aos domingos, das 7 às 13 horas. O cliente conta ainda com serviço de entrega em domicílio.

Outro estabelecimento que faz de tudo para facilitar a vida do cliente é a Farmácia Terra Vermelha, que funciona desde a fundação do bairro, em 1989.

Além das promoções, a farmá-

cia oferece até 10% de desconto para as compras feitas à vista e aceita cheque pré-datado para 30 dias. "O movimento é satisfatório. Na área de perfumaria, o que nós mais vendemos são as tinturas para cabelo", contou o gerente Jorge Maria da Costa.

Jorge disse que a farmácia funciona das 7h às 20 horas, de segunda a sexta-feira, e das 7h ao meio-dia aos domingos. "Nós aplicamos injeções e também entregamos medicamentos ou produtos de perfumaria na casa do cliente", ressaltou.

O morador de Terra Vermelha que estiver precisando comprar roupas ou algum presente encontra no bairro seis lojas especializadas nestes produtos.

Uma delas é a Selma Decorações, que também abre suas portas aos sábados e domingos para atender clientes que não têm tempo de comprar durante a semana. A loja funciona de segunda a sábado, das 7 às 19 horas, e aos domingos, das 7 às 13 horas.

Além de comercializar roupas e presentes, a Selma Decorações, que funciona há dois anos no conjunto Terra Vermelha, possui uma seção com produtos que custam R\$ 1,99.

## Qualidade na mão-de-obra

Mão-de-obra barata e de primeira qualidade nas áreas de costura, artesanato e confecção de doces e salgadinhos. Segundo os moradores do conjunto Terra Vermelha, quem for até lá vai poder encontrar tudo isso.

Para o presidente da Associação de Moradores, Marcos Antônio do Espírito Santo, o bairro possui excelentes profissionais, que poderiam ser contratados por grandes empresas do município.

"Nós temos mão-de-obra barata e as indústrias poderiam investir no nosso bairro. Também temos espaço para construção de fábricas por aqui", avisou Marcos.

Ele ressaltou que existem muitos moradores desempregados que poderiam ser utilizados nas fábricas, pois são ótimos profissionais, principalmente na área da costura.

"A idéia da associação é fazer com que as pessoas trabalhem por aqui mesmo, sem precisar deixar seus filhos sozinhos para irem a outros bairros. Poderíamos até criar uma cooperativa".

Além de estar buscando empresas interessadas em se instalar no bairro, a comunidade de Terra Vermelha está precisando de uma agência bancária e de casas lotéricas para a

atender também aos 15 bairros vizinhos.

"Seria bom para ajudar no nosso desenvolvimento. Não existe agência bancária aqui na região da Grande Terra Vermelha", disse, lembrando que a agência mais próxima fica a 22 quilômetros do bairro.

A servente Maria da Penha Nascimento Silva, 45, contou que costuma ir até o centro de Vila Velha para pagar alguma prestação ou retirar dinheiro.

"Graças a Deus nunca deixei atrasar nenhuma conta, porque sei que o banco fica longe e estou sempre de olho na data de vencimento", explicou.

## Feira é sucesso aos domingos

Os moradores de Terra Vermelha já estão acostumados a encontrar frutas, verduras e legumes fresquinhos numa feira que acontece aos domingos pela manhã.

A feira é realizada das 7h ao meio-dia, na rua G, e conta com a presença de cerca de 10 a 15 barracas. Além de alimentos, a comunidade conta até com pessoas que consertam relógios.

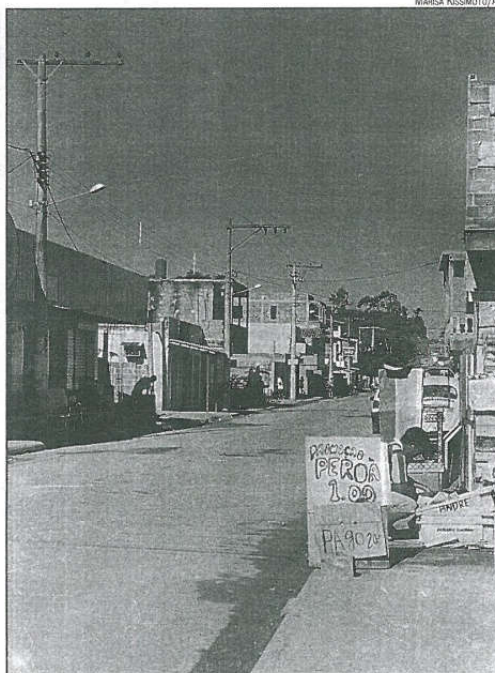
A dona-de-casa Maria Paula Cerqueira, 29, mora em Ulisses Guimarães, mas frequenta a feira do bairro vizinho há um ano. "Desde que me mudei para cá, sempre vou à feira de Terra Vermelha. Lá tem produtos de qualidade e baratos", afirmou.

Já a estudante Clarisse Mar-

ques da Silva, 20, sempre faz compras para sua mãe na feira de domingo. "Ela só quer que eu compre frutas e verduras lá. Eu levo uma lista de compras e ainda sobra dinheiro para comprar alguma coisa para mim".

Também aos domingos, pela manhã, a garotada de Terra Vermelha pode cuidar do visual sem gastar nada. Um grupo de cabeleiros voluntários se instala na sede da associação de moradores e corta os cabelos das crianças de graça.

Aos sábados é realizado um bazar, também na sede da associação, onde são vendidos roupas, brinquedos e sapatos. A renda é destinada a ajudar crianças com o vírus da Aids.



A rua Afonso Cláudio concentra grande parte do comércio

### CONFIRA AS OFERTAS

SUPERMERCADO REDE SHOW	FARMÁCIA TERRA VERMELHA
Peito e músculo bovino (quilo) .....R\$ 2,58	Fralda descartável Baby Pop .....R\$ 2,95 (oferta válida até acabar o estoque)
Salsicha Pif Paf a granel (quilo) .....R\$ 1,49	<b>SELMA DECORAÇÕES</b>
Charque dianteiro (quilo) .....R\$ 3,49	Caixinha de música média .....R\$ 3,90
Nescau (500 gramas) .....R\$ 1,98	Calcinha .....R\$ 1,99
Asa de frango Bom do Sul (quilo) .....R\$ 1,19	Sutiã .....R\$ 2,99
Apresentado flip Pif Paf (pedaço) .....R\$ 2,48	Sandália Samóia .....R\$ 2,99
Lasanha seca Sarloni (500 gramas) .....R\$ 1,38	Blusa .....R\$ 9,99
Biscoito Sarloni (500 gramas) .....R\$ 0,89 (ofertas válidas até amanhã)	(Oferta válida até acabar o estoque)

Fonte: Locais citados

### O COMÉRCIO

Supermercado	03
Padaria	04
Farmácia	03
Açougue	04
Mercearia	04
Roupas e presentes	06
Armarinho e utilidades p/ lar	02
Salão de beleza	06
Bar	08
Sorveteria	04
Trailer de lanches	02
Material de construção	01
Pequena fábrica	01

### SERVIÇOS

Costureira	08
Confecção de tortas e bolos	06
Confecção de salgadinhos	04
Artesanato	06

Fonte: Associação de Moradores do conjunto Terra Vermelha



10

# Falta escola em Terra Vermelha

*Moradores pedem a construção de novos colégios, porque a demanda de alunos é maior do que o número de vagas*

**C**rianças fora da escola, alunos que deixam de estudar quando completam a 8ª série do ensino fundamental. Essa é a situação da Educação no conjunto Terra Vermelha, em Vila Velha.

Apesar de possuir duas escolas de ensino fundamental e uma creche, a demanda de alunos é muito maior do que o número de vagas que as instituições podem oferecer.

As escolas do conjunto Terra Vermelha também são alternativas para moradores dos bairros vizinhos. Os moradores disseram que, além de existirem várias áreas onde poderiam ser construídas mais unidades, o espaço físico do Caic poderia abrigar turmas de ensino médio.

"Quando os alunos terminam a oitava série, param de estudar. Ninguém tem condições de pagar passagem de ônibus para estudar fora daqui", observou a secretária da associação de moradores, Luzinete Wandekoken.

O auxiliar de serviços gerais Rodrigo dos Santos, 23, tem três filhos com idades entre oito e dois anos, mas apenas o mais velho está matriculado.

"A gente não conseguiu vaga na creche para os meninos de quatro e dois anos. Se eles estivessem na creche, estariam aprendendo coisas novas, conhecendo amigos", afirmou.

Rodrigo explicou que, por enquanto, está podendo tomar con-



ta dos filhos, pois está desempregado. "Quando minha mulher consegue algum serviço, eu fico com as crianças. Quando nós dois estamos trabalhando, temos que deixá-las com parentes ou vizinhos", contou.

A região da Grande Terra Vermelha, que compreende 16 bairros com cerca de 60 mil habitantes, conta com seis escolas da rede estadual, duas municipais e duas creches.

De acordo com o secretário de Educação de Vila Velha, Darcione de Carvalho, não há previsão de construção de novas creches ou escolas no conjunto Terra Vermelha.

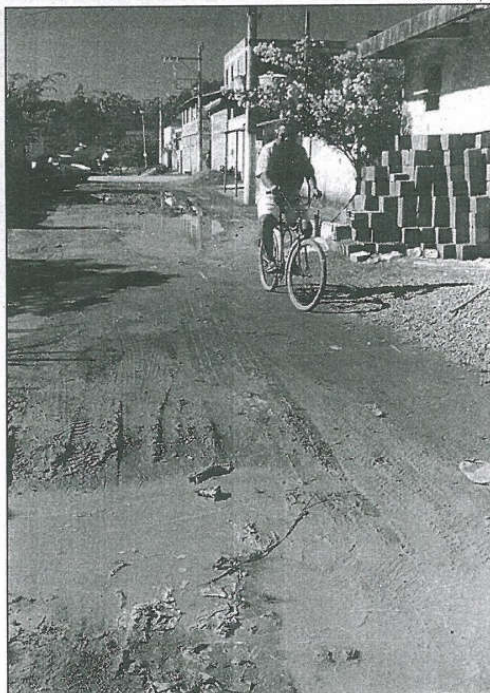
O secretário observou que o que deverá acontecer é a ampliação da oferta de vagas na escola Deolinda Perim, em Ulisses Guimarães. Apesar disso, os moradores de Terra Vermelha não deverão ser beneficiados, pois a demanda do bairro onde está localizada a escola também é alta.

Em relação ao ensino médio, o secretário de Estado da Educação, Marcello Basílio foi procurado na última segunda-feira e ontem pela manhã pela reportagem de **A Tribuna**, mas não foi encontrado para falar sobre o assunto.

## CIDADES

A TRIBUNA - VITÓRIA-ES - QUARTA-FEIRA - 14/06/2000

MARISA KISSMOTO/AT



A rua J não tem calçamento e vira lama quando chove

## Ruas sem luz e pavimentação

Passar pelas ruas do conjunto Terra Vermelha, em Vila Velha, depois de uma chuva forte, é quase uma aventura. Como apenas três são pavimentadas, o restante acaba ficando coberto por lama e buracos.

Os moradores também reclamaram da péssima situação da iluminação pública no bairro. Em alguns locais não existem nem postes.

De acordo com a comunidade, até mesmo o carro da coleta de lixo da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) não consegue trafegar pelo bairro quando chove.

A estudante Márcia Cristina Dias de Alcântara, 18, reclamou da iluminação pública no bairro. Ela disse que sempre deixa uma lâmpada acesa do lado de fora da casa para iluminar melhor.

Segundo o secretário de Obras de Vila Velha, Eudier Antônio da Silva, já existem projeto e orçamento prontos para que seja feita a pavimentação das ruas do bairro, mas faltam recursos para que o serviço seja realizado.

Quanto à rede de esgoto, o secretário afirmou que a limpeza é feita regularmente.

Em relação à iluminação pública, o diretor do Departamento de Iluminação da Secretaria de Obras, Joel Mesquita, informou que no início deste ano foi apresentado à comunidade o Plano Diretor de Iluminação Pública.

De acordo com o plano, 40 bairros, incluindo a Grande Terra Vermelha, deverão receber lâmpadas mais econômicas e de melhor qualidade. Mas ainda não foi estabelecida uma data para o início da troca das lâmpadas.

## Telefone é artigo de luxo

O conjunto Terra Vermelha, em Vila Velha, possui três telefones públicos de fácil acesso aos moradores e apenas quatro comerciantes têm aparelho convencional.

Para o presidente da Associação de Moradores, Marcos Antônio do Espírito Santo, muitos comerciantes deixam de investir no bairro por causa da falta de telefone. "Nós já fomos até Brasília pedir telefones para cá. Nós estamos quase que desligados do mundo", lamentou Marcos.

Segundo a Telemar, até o final do ano serão ativados telefones públicos e convencionais em Terra Vermelha. Quem quiser se inscrever para comprar uma linha deve ligar para o número 104.



# Comunidade improvisa diversão

Moradores de Terra Vermelha reclamam da falta de praças e sonham com uma quadra de esportes

**I**mproviso é a palavra-chave quando o assunto é lazer no conjunto Terra Vermelha, em Vila Velha. O bairro não possui praças e as crianças se divertem em campos de areia, enquanto os adultos frequentam os barzinhos com música ao vivo.

O sonho da comunidade é ganhar da Prefeitura Municipal de Vila Velha (PMVV) uma praça com brinquedos para as crianças, quadra de esportes e área para jogos de dominó ou baralho.

Espaço para a construção, o bairro possui. Uma dessas áreas, localizada na rua G, foi batizada pelos moradores de Praça da União e, apesar de só haver duas travessas para jogo de futebol, é um dos lugares preferidos da garotada.

"Tenho dois filhos, de cinco e 11 anos, que brincam na rua, em frente a minha casa. Nosso bairro precisa muito de uma praça. Aqui na região não existe nenhuma", lamentou a comerciante Iracema de Souza.

O comerciante Adilson Rodrigues de Oliveira nunca deixa as crianças do bairro sem atividades. Além de organizar uma quadrilha junina, ele e mais alguns moradores se encarregam de realizar o Sábado de Eventos.

"Em alguns sábados a gente promove partidas de vôlei, futebol, queimada e futebol com a garotada. Os jogos começam de manhã e vão até as 15 horas", contou.

Adilson também é responsá-



vel por levar o Parque de Diversões Amanda até o bairro. O parque, que possui roda gigante, carrossel, minhoca, pula-pula, entre outras atrações, deverá se instalar por lá em outubro.

Um dos locais muito frequentados pelos jovens do conjunto é o Bar e Lanchonete Mania de Você. Além de pizzas e lanches, o cliente pode participar de um animado videokê, por apenas R\$ 1,00 cada ficha.

Já os adultos preferem se divertir ao som do forró. Vários bares da comunidade oferecem música ao vivo. No Mineiro's Bar, na rua Afonso Cláudio, nº 7, os finais de semana são animados por forró.

Já no Lima's Bar, além de ritmo nordestino, o cliente conta com seresta. O horário de funcionamento do bar, às sextas e sábados, é a partir das 22 horas. Aos domingos, a música ao vivo pode ser conferida das 17 às 21 horas.

De acordo com o secretário de Obras de Vila Velha, Eudier Antônio da Silva, existe um projeto para construção de uma praça no conjunto Terra Vermelha, mas a prefeitura está tentando viabilizar recursos para a realização da obra.

## Clima de quadrilha e futebol

O clima de festa junina já tomou conta do conjunto Terra Vermelha. Além dos tradicionais "arraiás", a comunidade vai curtir nos próximos três meses um campeonato de futebol.

O III Campeonato da Grande Terra Vermelha começa no próximo dia 25. O Grêmio Esporte Clube, o Terra Vermelha e o Comunitário Esporte Clube vão disputar pelo bairro.

Também participarão do campeonato os times Santo Antônio, Barramarense, Náutico, Estrela, União, Normília, Ajax, Novo Horizonte e Juventude.

Os jogos serão realizados aos domingos, pela manhã e à tarde, simultaneamente nos campos de Terra Vermelha, do loteamento Estrela, do bairro Normília, do Santo Antônio e do Vinete e Três de Maio. O primeiro lugar deverá ganhar um troféu ou material esportivo.

No próximo dia 30 acontece a primeira de uma série de festas juninas que serão realizadas no bairro. Será a festa da Escola de Primeiro Grau (EPG) Terra Vermelha, a partir das 10 horas, no pátio do local.

Além de barracas de comidas e bebidas típicas, a garotada curtiá brincadeiras e assistirá às apresentações de danças e de uma quadrilha, composta por 30 pares.

No dia 1º de julho será a vez da Comunidade Católica São Francisco realizar o Arraiá do Nhô Francisco, a partir das 19 horas, na rua São Francisco de Assis.

Já no dia 8 de julho, Irene estará organizando o Arraiá de Terra Vermelha, na praça da antiga escola, a partir das 19 horas. O Arraiá Mania de Você 2 ainda não tem data definida para acontecer.



Crianças brincam em uma área improvisada na rua G

## Clube está sendo construído

Os moradores de Terra Vermelha terão uma opção de lazer diferente, em breve. É que um comerciante do bairro, decidido a fazer com que o lugar cresça e se desenvolva economicamente, começou a construir um clube.

O comerciante Jonatas Mota Borges contou que seu objetivo é fazer com que Terra Vermelha seja mais valorizada. Seu clube está sendo erguido numa área de dois mil metros quadrados, numa rua paralela à Afonso Cláudio.

Borges contou que o lugar terá uma piscina para adultos, uma para crianças, um campo de futebol society, churrasqueiras, lanchonete e pizzaria.

As obras começaram há um mês e deverão ser concluídas em novembro. Borges não sabe

que nome dará ao clube, mas já pensa em como ele deverá funcionar.

"Estou pensando em cobrar a entrada por pessoa. Pagando um certo valor, a pessoa entra e se diverte o tempo que quiser", explicou. O comerciante está seguindo os passos de seu irmão, que montou um clube semelhante no bairro Terra Vermelha I, conhecido como Vila Majeski.

O clube, que também é uma alternativa de lazer para os moradores do conjunto Terra Vermelha, se chama Nandobel. Lá, além de 32 suítes que podem ser utilizadas para retiros e convenções, o cliente encontra mesas de tofó, sinuca, piscinas, quadra de bocha, oito churrasqueiras, entre outros.



## ESPORTE



Foto de Hector Müller

## Correndo em busca da ascensão social

**Dificuldades não impedem evolução**

Apesar da falta de patrocínio e das dificuldades cotidianas para treinar, alguns atletas da Escolinha João Goulart já conseguem se sobressair nas competições oficiais. Recentemente, no Campeonato Estadual de Menores, realizado na pista do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), a equipe conseguiu ganhar duas medalhas de prata. Na prova dos 200 metros rasos, com Geraldo Ronis, de 15 anos, e nos 3.000 metros, com Jamile de Jesus, de 12 anos, que ficou ainda em quarto lugar, nos 1.500 metros.

Jamile é considerada uma das mais talentosas corredoras da sua geração. Conseguiu chegar em sétimo lugar, na sua categoria, na São Silvestrinha, realizada em São Paulo, no último dia do ano passado. Na mesma prova, Wagner Pereira, de 16 anos, ficou em sexto, na faixa etária. Jamile acredita que tem grande potencial para expandir, mas se queixa da falta de dinheiro para comprar a suplementação alimentar e garantir o transporte para as disputas oficiais. "Nós acabamos não sabendo, ao certo, se iremos, ou não, competir, e estas dúvidas prejudicam os treinos", admite.

Geraldo Ronis começou nas corridas de rua ao observar José Ferreira treinando para as competições. Após ingressar na escolinha, segundo ele, viu suas perspectivas ampliarem. Atualmente tem projeto de seguir carreira profissional no esporte e não tem saudades do tempo que "perdia" nas ruas. "Tenho muito mais disposição e sei, agora, o que quero na vida", afirmou.

Outro que vive fase de grande empolgação com o esporte é Wagner Pereira, uma das grandes conquistas de medalhas da escolinha. Wagner assegura que a partir da participação nas corridas de rua ganhou mais disposição para estudar e conseguiu praticamente acabar com o seu tempo ocioso. "Treino em dois períodos. Quando não estou correndo, estou em casa estudando", disse, acrescentando que quer um dia chegar às competições internacionais.

Em busca do sonho de ascensão social através da prática do esporte, 28 crianças carentes treinam na Escolinha de Corridas de Rua de João Goulart, localizada em um dos bairros mais pobres e com índices mais elevados de violência do Estado, integrante da região conhecida como a Grande Terra Vermelha, em Vila Velha.

Criada há menos de dois anos, a escolinha, mesmo sem qualquer apoio oficial e funcionando de forma improvisada e com precária estrutura, já revela bons valores, alguns com destaque nas competições estaduais.

O baiano José Ferreira dos Santos, corredor em fase final de carreira, foi quem criou a escolinha. Ele pretende, com a iniciativa, oferecer às crianças condições de competir futuramente no atletismo de alto nível.

Ferreira observou que, devido à falta de lazer, muitos menores do bairro ficam ociosos durante parte significativa do dia. Assim, está aberta a porta para muitos jovens ingressarem no mundo do crime.

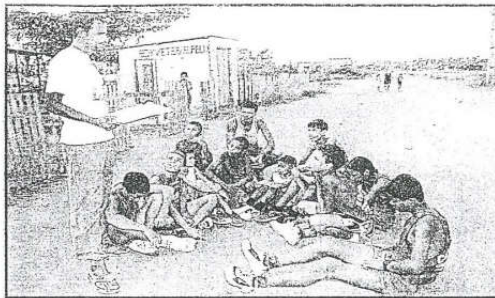
Residente no Espírito Santo há nove anos, o corredor quer também mostrar que o bairro João Goulart, na maioria das vezes veiculado na mídia em função do seu alto índice de criminalidade, tem também bons exemplos de cidadania. "São mostramos coisas negativas e isso prejudica a auto-estima dos jovens e moradores", avaliou.

As crianças treinam em uma pista erguida, em Terra Branca, próximo ao campo de futebol. Correm ainda pelas ruas do bairro, marcadas pela falta de saneamento básico. Sem patrocinadores, para poder disputar as competições oficiais o "professor", como é conhecido, é obrigado a fazer verdadeiros malabarismos.

Recentemente, sem verba para o transporte da equipe, tomou emprestado R\$ 10,00 da irmã, que tem um pequeno bar, e enviou as crianças ao Campeonato Estadual de Menores, promovido na pista do Centro Federal de Educação Tecnológica (Cefet), em Jucutuquara, Vitória.

Para algumas competições, quando não consegue apoio, realiza uma espécie de revezamento, ou seja, só embarcam os atletas com mais pos-

Crianças de João Goulart, bairro considerado pelo Plano Nacional de Segurança como de 'extremo risco social', treinam corridas sonhando em vencer na vida com o esporte



## LUTA

Pelas ruas de João Goulart, 28 crianças carentes treinam para as competições oficiais. O técnico é o vigia desempregado José Ferreira dos Santos, que exige dos atletas dedicação e presença na escola

sibilidades de se destacar. Ferreira se orgulha de ter conseguido, com apoio da Univila, enviar uma equipe para disputar a São Silvestrinha, competição destinada a crianças, promovida uma semana antes da tradicional Corrida Internacional de São Silvestre, em São Paulo. A equipe disputou ainda a Corrida da Pampulha, realizada no Parque da Pampulha, em Belo Horizonte (MG).

José Ferreira é vigia e quando trabalhava tirava dinheiro do próprio bolso para assegurar aos corredores presença nos torneios. Desempregado, para não encerrar as atividades da equipe, vendeu queijo nas

praças da Barra do Jucu, durante o verão. Parte do dinheiro arrecadado foi investido na manutenção da escolinha.

Muitos dos seus atletas, segundo ele, têm dificuldade em casa para se alimentar e isso atrapalha durante os treinos. Ele não abre mão, contudo, que todas estejam estudando, embora não faça exigência de boas notas. "Não posso cobrar destas crianças postura exemplar na escola, já que nem sempre em casa elas encontram condições ideais para aprender", ressaltou.

José Ferreira sonha com a construção de uma pista de atletismo dentro dos padrões técnicos exigidos. A pista atual, de 400 metros e formato oval, ele não escon-

de, tem um acentuado desnível, trechos com pedras e muito lixo em volta. Não possui sequer um banheiro e nem bebedouro. Todos os dias, ele é obrigado a levar ao local um galão com água dividida de forma quase espartana.

O corredor quer o apoio voluntário de pessoas com formação profissional. Sonha em contar com um professor de Educação Física para ensinar técnicas apuradas de corrida. Quer ajuda ainda de um nutricionista e de um psicólogo. Até agora tem tido somente palestras. A mais recente foi ministrada por membros da Polícia Militar, que alertaram as crianças sobre a importância de se manterem longe das drogas e do "mundo do crime".

**Bairro é violento e de extremo risco**

Segundo o titular da Delegacia de Crimes Contra a Vida de Vila Velha, Júlio César Silva, a maioria dos assassinatos que ocorre na região conhecida como Grande Terra Vermelha, localizada à beira da Rodovia do Sol, envolve jovens e é ocasionada pelo envolvimento com o tráfico de drogas.

Os jovens ainda são vítimas da ação de "justiceiros", devido a pequenos furtos, em casas ou estabelecimentos comerciais, para a compra de comida ou, na maior parte das vezes, de bebidas ou drogas.

Segundo ele, muitos adolescentes ingressam no chamado "mundo do crime" e são mortos antes mesmo de completar a maioridade, fato muito comum nas grandes metrópoles brasileiras nas últimas décadas.

O bairro João Goulart faz parte da lista dos 39 bairros da Grande Vitória cadastrados pelo Plano Nacional de Segurança Pública como de "extremo risco social". Nele, jovens de 15 a 24 anos estão expostos, segundo a pesquisa, a "altíssimo risco de violência".

## Falta de estrutura

João Goulart é um dos mais de 20 bairros que formam a Grande Terra Vermelha, localizada à margem da Rodovia do Sol, próximo à Barra do Jucu, em Vila Velha, e que nasceu a partir de invasões no final dos anos 80, principalmente de famílias oriundas do interior de Minas Gerais e da Bahia.

Sem infra-estrutura, o local até hoje sofre com a falta de água, rede de esgoto e de saneamento básico. A maioria das ruas ainda não foi calçada e várias famílias sobrevivem do comércio informal.

É acentuado o número de desempregados e de famílias que convivem com a fome. O local não tem centros esportivos e nem locais para atividades culturais. Um grande lixo, a céu aberto, se localiza em uma das suas entradas. É de lá que várias famílias tiram o seu sustento.

## Aliada contra a ociosidade

Nem todas as famílias de João Goulart entendem a proposta da escolinha de atletismo do bairro e algumas até tentam impedir o ingresso dos filhos, segundo o corredor José Ferreira dos Santos. Elas consideram melhor, até mesmo, que os menores trabalhem para aumentar o orçamento doméstico. Mas para a grande maioria das mães que têm filhos na equipe, os treinos e a participação nas corridas de rua são grandes aliados na educação.

É o caso da dona de casa, Cleimir da Penha Ferreira, mãe

de Rodrigo, de 12 anos, um dos mais assíduos membros da equipe. Cleimir observa diariamente o desenvolvimento do filho, visível desde que começou a praticar esporte. "Ele tem mais disposição para estudar e está mais calmo em casa comigo e com os irmãos", disse.

Ela acredita que o maior mérito da escolinha é ocupar o tempo ocioso das crianças. "Quem passa muito tempo sem fazer nada, corre o risco de ocupar a cabeça com coisas ruins. Por isso é muito importante eles estarem

treinando, ainda mais porque em João Goulart não há infra-estrutura para o lazer", comentou.

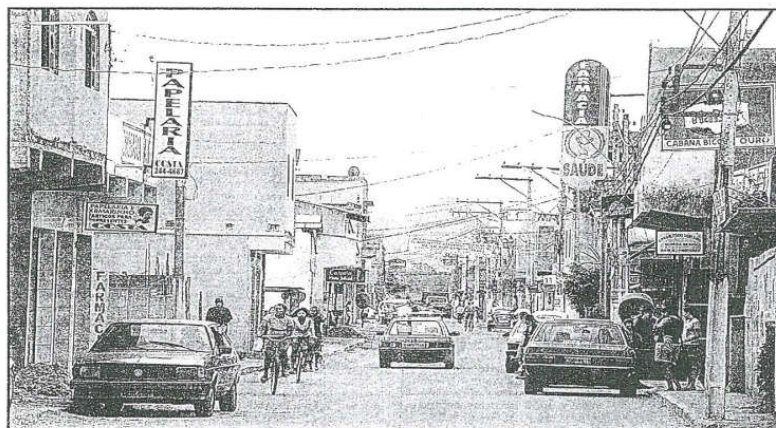
O presidente da Associação de Moradores de João Goulart, Antônio Marcos Lacerda de Oliveira, prometeu se esforçar para melhorar a estrutura da escolinha. Lacerda quer ampliar contatos com as federações de esporte amador para desenvolver outras atividades. Ele reconhece a importância social do projeto. "O esporte hoje em dia no país é o principal aliado de integração social dos jovens de baixa renda", disse.



# Uma cidade chamada Terra Vermelha

Valorização de imóveis, novos empreendimentos e mobilização da comunidade mudam o perfil do lugar conhecido pelos índices de criminalidade

por MARCIO CASTILHO



Na rua principal de Terra Vermelha, os moradores passaram a contar com novos serviços. As mercearias deram lugar a supermercados, mostrando o impulso econômico na região

Novidade

## Projeto capacita moradores

Os operários trabalham em ritmo frenético em Terra Vermelha, área com maior crescimento populacional em Vila Velha, o mais inchado município do Espírito Santo. O lugar teve um aumento demográfico de 300% nos últimos dez anos, com uma concentração de 40 mil habitantes, incluindo o distrito de Jucu. Mas, dessa vez, os operários não constroem casas. Fabricam desenvolvimento para valer.

O canteiro de obras se transformará em breve num centro educacional do Colégio Marista, seleta instituição de ensino de Vila Velha. A construção mostra a força de um bairro - maior do que muitas cidades brasileiras - onde a comunidade encontrou um modo particular de sobrevivência diante dos longos anos de ausência do poder público. "O centro educacional servirá como complemento escolar. Queremos envolver os alunos do Marista no projeto. Devemos atender a 300 crianças, principalmente as mais carentes e com dificuldades de aprendizagem", disse o coordenador do centro, irmão Israel Poste Ribeiro.

Na verdade, Terra Vermelha abrange pequenos bairros e outros nem tão pequenos. O maior, João Goulart, se divide em dois bairros. A Grande Terra Vermelha inclui ainda Ulisses Guimarães, 25 de maio, Terra Vermelha, Normília Cunha, Barrameres, Cidade da Barra, Bairro Estrela e Jaboaeté.

Os números explicam a expansão do lugar. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o distrito de Jucu, onde está Terra Vermelha, tinha 9.674 moradores há dez anos. Em 2000, o censo registrou 38.726 habitantes.

O distrito de São Torquato, por exemplo, teve um crescimento demográfico de 5,9% no mesmo período. O município de Vila Velha concentra 11,15% dos moradores do Estado, com cerca de 345 mil habitantes.

O novo impulso social e econômico do lugar não está sendo puxado apenas pelo Colégio Marista. Os empresários da Grande Vitória começam a perceber uma nova fatia de consumidor com poder de compra.

Pela primeira vez os moradores contam com um supermercado de porte médio, com aceitação de todos os cartões de crédito e até área de estacionamento. Quem percebeu o fenômeno do consumo em Terra Vermelha foi o empresário Romildo Goulart da Silva, morador da Praia da Costa.

"Era uma mercearia. O próprio consumidor final exigiu a ampliação. Estaremos lançando agora um cartão do supermercado para facilitar o pagamento", afirmou.

O supermercado foi lançado há dois anos. O empresário acredita que o investimento terá retorno principalmente a partir do próximo ano. Apesar de o lugar ser mais conhecido pela violência, a segurança da loja não tem prioridade. "Nunca houve assalto no meu estabelecimento".

O Supermercado Goulart fica na rua Maximiliano Ferrari, a principal de Ulisses Guimarães, onde despontam outros empreendimentos.

Os donos da Locadora Alves também encontraram um nicho de mercado. O lugar foi aberto há um ano com cerca de 100 clientes. "Atualmente temos mil pessoas cadastradas. Todas estão catalogadas no computador", afirmou Lindaura Alves.

A locadora enfrenta agora a concorrência das antenas das televisões por assinatura. Vários moradores de Terra Vermelha são usuários dessa nova tecnologia.

Um projeto de profissionalização está mobilizando cerca de mil moradores de Terra Vermelha desde o início do mês. Eles aprendem técnicas industriais e recebem orientações na área de prestação de serviços. Os cursos fazem parte do Programa Nacional de Emprego e Geração de Renda (Pronager).

A vendedora autônoma Maria Aparecida Dias Souza encontrou no curso de serigrafia uma nova oportunidade de renda. "Quero passar os ensinamentos para o resto da família", afirmou Maria Aparecida, uma das quatro analfabetas da turma de serigrafia.

21 anos, também está entusiasmada com o Pronager. Ela participa da oficina de computação e tem como objetivo fazer uma faculdade de Direito. "Não sabia mexer no computador. Não teria condições de pagar um curso de informática", contou.

A formação de uma cooperativa, reunindo várias atividades do Pronager, vem sendo planejada pelos moradores de Terra Vermelha. "O nome será Cooperativa Entre Amigos. A produção de doces e salgadinhos está sendo vendida e começamos a juntar recursos para a nossa empresa", disse a representante da comunidade, Daisiane Nicolau da Silva.

A estudante Andressa Lima, 21 anos, também está entusiasmada com o Pronager. Ela participa da oficina de computação e tem como objetivo fazer uma faculdade de Direito. "Não sabia mexer no computador. Não teria condições de pagar um curso de informática", contou.

Andressa Lima



EXPANSÃO

Em 1989, havia poucos sinais de ocupação (acima). A locadora encheu de moradores nos anos 90. O distrito de Jucu, onde está Terra Vermelha, teve um aumento populacional de 300%, segundo o IBGE

RECLAMAÇÃO

João Goulart está abandonada

A falta de infraestrutura, como saneamento básico, causa transtornos aos moradores dos bairros de João Goulart 1 e 2. A comunidade também se queixa da ausência de uma coleta de lixo regular. "A minha rua parece um lixo. Tem muito rato e mosquito e ninguém faz nada para resolver o problema", contou um dos moradores mais antigos, Sílvio Fernandes. O bairro também não conta com telefones públicos, com posto de saúde e ronda policial. "Ocorrem muitos delitos nessa área", reclamou o presidente da Associação de Moradores de João Goulart, Antônio Marcos Lacerda.



MOBILIZAÇÃO

A população se organizou e montou um posto comunitário dos Correios

Via valoriza em 200% preço de lotes

A duplicação da Rodovia do Sol provocou uma valorização imobiliária em Terra Vermelha. O preço dos terrenos aumentou mais de 200% depois da conclusão das obras, afirmam os moradores. No loteamento Bruncila, um terreno que valia R\$ 1,5 mil há dois anos passou a custar R\$ 7 mil.

"Um lote na beira da rodovia, que custava R\$ 6 mil, não sai por menos de R\$ 15 mil se for vendido hoje", disse o aposentado Armindo do Carmo, membro da Associação de Moradores de Terra Vermelha.

Com a explosão demográfica, a comunidade passou a se mobilizar e organizar por conta própria novos serviços. Com a parceria dos Correios, o Centro Comunitário de Ulisses Guimarães instalou uma central de correspondências para facilitar a entrega de cartas.

Isso porque a maioria das ruas, sem calçamento e infraestrutura, não tem identificação. "Antigamente as cartas tinham que ser recolhidas em São Torquato ou na Glória. Por aqui passam correspondências para 2,5 mil moradores", comemorou o presidente do centro comunitário, Vilmir Ramos.

A agência improvisada tem 324 caixas postais. Em cada módulo, são armazenadas as correspondências de três residências de Ulisses Guimarães.

Cesan

Outra novidade implantada na Grande Terra Vermelha, o posto volante da Companhia Espírito-Santense de Saneamento (Cesan) está negociando as dívidas dos moradores.

O órgão recebe cerca de 70 consultas por dia. Uma parte dos usuários está em débito com a Cesan desde 1997. "Estamos parcelando a dívida dependendo da situação financeira do morador", explicou a funcionária, Geraldia Fantoni.

Muitos terão que negociar o débito em várias parcelas. É o caso do morador José Alves Pereira, que não paga pelo consumo de água há dois anos e meio. "Minha dívida total está em R\$ 743,00. Não tenho condições de pagar", contou.

Além da falta de saneamento básico, uma reclamação frequente recai na falta de creches em Terra Vermelha. Muitos pais trabalham e não contam com escolas públicas para deixar os filhos.

A Secretaria Municipal de Educação prevê a abertura nos próximos meses de 180 vagas de pré-escola, possibilitando a oferta de 120 vagas na unidade Terézinha Pagotti e 60 vagas na Normília Cunha dos Santos.



# Chegou a vez de João Goulart

*Equipe de reportagem de A Tribuna vai estar no bairro a partir de segunda para levantar principais problemas*

**N**a semana que vem, será a vez da equipe de reportagem do projeto **A Tribuna com Você** conhecer o bairro João Goulart, em Vila Velha. Durante a visita, serão abordados assuntos importantes ligados à vida na região.

Com aproximadamente quatro mil habitantes, João Goulart faz vizinhança com Terra Vermelha, Jabaeté, Morada da Barra e Barramares.

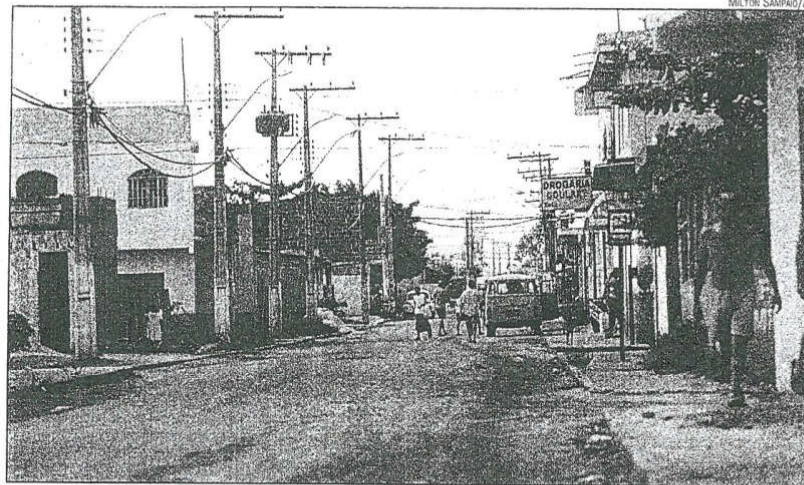
O comércio local funciona na avenida Brasil, a mais movimentada. Padaria, bares, lanchonete, farmácia e supermercado são



alguns estabelecimentos que atendem aos moradores.

A comunidade adiantou que sente falta de uma casa lotérica e de uma agência bancária. Serviços de banco e pagamento de contas têm que ser feitos nas localidades vizinhas.

As atividades informais que se sobressaem são os trabalhos na



**Boa parte do comércio funciona na avenida Brasil, a mais movimentada do bairro**

área de construção civil, além de serviços domésticos, como faxinas.

Durante a presença da equipe de reportagem, os moradores terão a chance de propor mudanças e apontar as principais deficiências que comprometem a qualidade de vida no local.

Segundo lideranças comunitárias, uma das piores dificuldades é a falta de saneamento básico. O esgoto sanitário das residências é despejado em fossos.

A pavimentação das ruas Liberdade, Ernesto Dias e Tancre-

do Neves foi votada e incluída no orçamento participativo deste ano.

Outro problema que preocupa os habitantes de João Goulart é a presença de ratos. Das ruas e terrenos baldios, os roedores vão para quintais e residências.

Todas as reivindicações e sugestões de melhorias serão apresentadas e repercutidas com autoridades responsáveis pelo assunto.

As opções de diversão, os destaques culturais, esportivos e artísticos do bairro também ga-

nharão espaço nas páginas de **A Tribuna** na semana que vem.

A comunidade possui dois times de futebol. No entanto, a falta de um campo adequado compromete os treinos dos jogadores. A construção de uma área de lazer é outra prioridade que foi inserida no orçamento popular.

E para encerrar a série de reportagens, moradores antigos vão contar os fatos mais importantes que marcaram a história de João Goulart, desde o início de sua ocupação.

MÃOS À OBRA PREFEITURA APROVEITA VISITA DO MINISTRO ALDO REBELO PARA LANÇAR O PROGRAMA MULTISSETORIAL INTEGRADO NOSSA TERRA, QUE CONSUMIRÁ MAIS DE R\$ 60 MILHÕES

# Programa tenta colocar Terra Vermelha no mapa do progresso



CONTRASTE. Vila Velha possui belas praias, monumentos e zonas carentes de investimentos; em Terra Vermelha, mais de nove mil casas são inundadas quando o canal do Rio do Congo transbordou. Foto: Paulo Loureiro

**Região que engloba 11 bairros, com 35 mil habitantes, sofre com a falta de infra-estrutura**

**ADEMAR POSSEBOM**

Quem passa pela Rodovia do Sol a caminho das praias do Sul do Estado nem imagina que, em Vila Velha, cerca de 35 mil pessoas têm uma das piores condições de vida do Estado. Nos 11 bairros da Grande Terra Vermelha, mais de 60% das famílias vivem com menos de um salário mínimo por mês.

Por ter surgido de ocupações irregulares que começaram no final da década de 80, a região ainda não faz parte do chamado mapa imobiliário da cidade. A prefeitura trabalha para concluir o cadastro e identificar a dimensão dos problemas dos bairros, mas sabe que quase todas as 9.264 residências sofrem com as frequentes enchentes do canal do Rio do Congo.

Mesmo assim, a população na região cresceu 300% entre

1991 e 2000, diferente dos 30% no restante do município. Para minimizar os problemas, a prefeitura municipal tenta conseguir um convênio para investir R\$ 52 milhões até 2008.

As prioridades seriam obras de infra-estrutura e cuidados com o meio ambiente. Mas a comunidade pensa que todos os projetos não passam de promessas de ano eleitoral.

**Perdas.** "Moro na beira desse córrego há 15 anos e nunca

fizeram nada para nos ajudar. Já vieram medir o canal várias vezes, disseram que trocariam as manilhas e asfaltariam a rua, mas até agora não vimos nada. Foram os moradores que cuidaram das enchentes daqui, aterrando ou colocando manilhas. A prefeitura só aparece em ano eleitoral", desabafou a dona-de-casa Eva da Fonseca Gomes, 47 anos.

Moradora da Rua Elias do Espírito Santo, em Terra Vermelha, Eva sabe bem o que é

o sentido da perda. Além dos custos com a prevenção de enchentes na própria casa e a conservação da rua - que dá acesso a uma das seis escolas de ensino fundamental da região -, ela perdeu um filho em fevereiro deste ano.

Aos 21 anos, ele contraiu leptotiose ao tentar limpar uma manilha de esgoto dentro do esgoto que corre, a céu aberto, na porta da casa onde morava. "Outros dois meninos muito saudáveis também morreram de leptotiose. Eu

não acredito que venham a resolver isso", disse a mãe.

**Melhorias.** Sob a coordenação da prefeitura, líderes comunitários e técnicos de diferentes órgãos públicos e privados construíram um projeto para reduzir os problemas da Grande Terra Vermelha, chamado Programa Multissetorial Integrado Nossa Terra (PMI). Trata-se de um convênio com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) para a realização de obras. Algumas delas, inclusive, já iniciadas pela prefeitura, a título de contrapartida na parceria.

O BNDES responde pela maior fatia dos recursos, já aprovados pela diretoria do banco, e a liberação dos recursos está prevista para o início do próximo ano. Pelo menos é o que acredita o secretário de Planejamento e Desenvolvimento Urbano da cidade, Magno Pires.

**Visita ministerial.** Para reforçar as articulações junto ao Governo Federal, o secretário receberá hoje, em Terra Vermelha, o ministro-chefe da Secretaria Nacional de Coordenação Política e Assuntos Institucionais, Aldo Rebelo. A partir das 18h30, o ministro vai assistir a uma apresentação do programa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Brunella II, em Terra Vermelha.

Mas o presidente do movimento comunitário do bairro 23 de Maio, José Geraldo Lazarini, disse que ainda vai falar muito para atender a toda a comunidade. "O programa é muito bom, e nós participamos da elaboração. Só que não achamos ser possível resolver de 45% a 55% dos problemas das enchentes, como afirma a prefeitura".

**RECLAMAÇÕES**



**"Água no quintal com qualquer chuva"**  
CRISTA DE SOUZA MONARDIM  
Desempregada, 25 anos

"Moro em 23 de Maio há muitos anos e me cansa de ver a água do Canal do Rio do Congo entrando na minha casa. Sempre entra água no quintal com qualquer chuva. Às vezes de tudo, até cachorro morto. É bem comum o pessoal ficar doente. Minha filha ainda não sou de coqueiro".



**"Dá muito mosquito e até cobra"**  
CARMELINA RIBEIRO DINIZ  
Dona-de-casa, 44 anos

"Na avenida principal de Barcarena a água da lama das enchentes não consegue secar nem mesmo depois de dois dias de chuva. A água empoeirada acaba escorrendo para dentro de casa. Dá muito mosquito, mas tem até cobra, porque as casas ficam muito úmidas". fotos: Gabriel Loureiro

**A Grande Terra Vermelha**

Com 11 bairros, essa região concentra os piores índices sociais do município

**INVESTIMENTOS**

Para resolver a situação, R\$ 52 milhões em investimentos estão previstos até 2008

**POPULAÇÃO**

35 mil

**CRESCIMENTO POPULACIONAL**

300% entre 1991 e 2000

**RESIDÊNCIAS**

9 mil (estimativa)

**RENDA DAS FAMÍLIAS**

23% não ganha nada  
42% ganha até um salário mínimo

**ANALFABETISMO**

A região tem o maior número de chefes de família analfabetos em Vila Velha: são 2.276 no total de sete mil. Mas todos as crianças em idade escolar estão matriculadas

**INFRA-ESTRUTURA**

A região tem quatro escolas de ensino fundamental, uma de educação infantil e uma unidade de saúde com pronto-atendimento

**OS 11 BARRIOS DA REGIÃO DA GRANDE TERRA VERMELHA**

- 1 - Morada da Barra
- 2 - Professora Nurelma da C. Santos
- 3 - Terra Vermelha
- 4 - João Gondart
- 5 - Cidade de Barra
- 6 - Barcarena
- 7 - 23 de Maio
- 8 - Riviera de Barra
- 9 - Residência Ibatãni
- 10 - São Corvado
- 11 - Ulisses Guimarães



**62%**

Este é o percentual de famílias, moradores em 11 bairros da Grande Terra Vermelha, que sobrevivem com menos de um salário mínimo por mês. A região possui pelo menos 35 mil habitantes.

## Investimento na área será de R\$ 52 milhões

Maior parte dos recursos caberá ao BNDES; prefeitura entra com R\$ 14 milhões

As mudanças previstas na infra-estrutura da Grande Terra Vermelha vão tornar 85% dos R\$ 52 milhões enviados

pelo Governo Federal. A verba é parte do Programa Multissetorial Integrado Nossa Terra (PMI), organizado pela prefeitura, que já está investindo a contrapartida de R\$ 14 milhões. Assinado o convênio, uma quantia idêntica deve ser fornecida por órgãos públicos e privados. A maior fatia, de R\$ 23,6 milhões, caberá ao Banco Na-

cional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). As prioridades são regularizar a ocupação do solo, recuperação do meio ambiente e realização de obras urbanísticas e de assistência social. "A parte da prefeitura está bem adiantada, mas falta a aprovação final pelo BNDES. Ela ainda não aconteceu por conta do

período eleitoral. Já entregamos quatro das cinco escolas e logo vamos terminar a unidade de saúde. Assinado o acordo, as obras têm três anos para acabar", disse o secretário. Entre os pontos mais destacados está a despoluição do Canal do Rio do Congo. Essa foi uma das principais reivindicações dos líderes comunitários, que não querem mais

que o esgoto captado seja despejado no manancial que também abastece e até alaga a maioria das casas. O programa não prevê a urbanização de toda a região. A previsão é concluir, em três anos, a pavimentação das 30 principais vias que ligam pontos de convivência e de serviços comunitários, como escolas e unidades de saúde.

**ANEXO F: AÇÃO DE INCONSTITUCIONALIDADE****MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO  
Procuradoria Geral de Justiça**

---

**I - DA COMPETÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO  
PARA O PROCESSAMENTO E JULGAMENTO DA AÇÃO DIRETA DE  
INCONSTITUCIONALIDADE DE LEI MUNICIPAL EM FACE DA  
CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

Tendo em vista que o Brasil é uma Federação, tipo de Estado caracterizado pela descentralização territorial do poder, no qual os Estados-Membros e os Municípios possuem autonomia, manifestando-se essa unidade de Estado em três esferas, cada qual delimitada pelas normas da Constituição Federal, que atua como Estatuto da Federação.

Nos termos dos artigos 18 e 29 da Constituição Republicana de 1988, o Município goza de autonomia, o que equivale dizer que tais entes detêm competência para gerir seus próprios interesses. A competência municipal funda-se em quatro capacidades: I) auto-organização, através da lei orgânica; II) autogoverno, com a eleição de seu próprio corpo de agentes políticos; III) capacidade legislativa, preparando o ordenamento jurídico local e; IV) autoadministração, organizando e mantendo o serviço público local.

Essa feição autônoma dos Municípios não tem par nas ordens constitucionais pretéritas. De fato, as Constituições anteriores determinavam que os Estados-Membros deveriam organizar seus municípios, assegurando-lhes autonomia. Note-se que a autonomia era dirigida aos Estados-Membros, porque a estes cabia organizar os Municípios.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

Com a promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, ficou diretamente assegurada a autonomia Municipal, de maneira que a ingerência do Estado nos assuntos do Município ficou limitada aos aspectos expressamente indicados na Constituição Cidadã.

Pelo fato de o Município não mais sofrer ingerência do Estado-Membro, estando a disciplina jurídica principiológica do Município quase que totalmente inserta na Carta da República, há poucas questões que, por força da própria Constituição Federal, foram atribuídas à regulação pela Constituição Estadual (e.g., fusão, desmembramento de municípios, etc.).

Com efeito, somente em raras hipóteses estar-se-á diante de inconstitucionalidade de Lei Municipal em face da Constituição Estadual, uma vez que, conforme visto, a Constituição do Estado-Membro pouco ou quase nada tem a ditar, em termos de diretrizes, ao Município.

Pode ocorrer, contudo, de as Constituições Estaduais repetirem norma já constante na Constituição da República, caso em que uma eventual inconstitucionalidade de Lei Municipal ofenderia tanto a Constituição Federal quanto a Constituição Estadual.

Assim, como em nosso sistema não se admite ação direta de inconstitucionalidade de Lei Municipal em face da Constituição da República Federativa do Brasil, abre-se a possibilidade de controle de constitucionalidade da Lei Municipal por meio de jurisdição



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

constitucional estadual, a ser exercida pelo Tribunal de Justiça do Estado.

A esse propósito, assim se manifesta o Professor André Ramos Tavares<sup>1</sup>:

[...] somente pode existir jurisdição constitucional no âmbito do Estado-membro se a Constituição Federal assegurar às unidades federadas não só a liberdade para criar Constituições autô-nomas, mas também o poder de regular a defesa judicial de sua específica Constituição. É exatamente o que fez a atual Lei Magna, no § 2º do mesmo art. 125. Nesse dispositivo, a Constituição Federal declara a competência dos Estados para criar mecanismos de proteção de suas Constituições contra leis inferiores que lhes sejam contrárias.

Permite-se, assim, uma verdadeira jurisdição constitucional estadual, a que estarão submetidos os atos normativos emanados tanto do Estado-membro como de seus Municípios. Determina o referido dispositivo constitucional: "Cabe aos Estados a instituição de representação de inconstitucionalidade de leis ou atos normativos estaduais ou municipais em face da Constituição Estadual, vedada a atribuição da legitimação para agir a um único órgão.

Vê-se, pois, que a defesa da Constituição Estadual mira, em última análise, a defesa da Constituição Federal, por garantir a melhor interpretação das normas constitucionais em todos os níveis da federação. Ganha, com isso, a unidade e a força normativa da Lei Fundamental.

Não por outra razão, a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal admite que cabe Recurso Extraordinário do acórdão que decide representação de inconstitucionalidade estadual quando o

---

<sup>1</sup> **TAVARES**, André Ramos. Curso de Direito Constitucional / André Tavares Ramos. 5. ed. São Paulo: Editora Saraiva, 2007. p. 385-386.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

parâmetro é norma presente na Constituição Estadual por repetição obrigatória:

Reclamação com fundamento na preservação da competência do Supremo Tribunal Federal. Ação direta de inconstitucionalidade proposta perante Tribunal de Justiça na qual se impugna Lei municipal sob a alegação de ofensa a dispositivos constitucionais estaduais que reproduzem dispositivos constitucionais federais de observância obrigatória pelos Estados. Eficácia jurídica desses dispositivos constitucionais estaduais. Jurisdição constitucional dos Estados-membros. - Admissão da propositura da ação direta de inconstitucionalidade perante o Tribunal de Justiça local, com possibilidade de recurso extraordinário se a interpretação da norma constitucional estadual, que reproduz a norma constitucional federal de observância obrigatória pelos Estados, contrariar o sentido e o alcance desta. Reclamação conhecida, mas julgada improcedente. (Reclamação 383. Relator: Ministro Moreira Alves. Órgão Julgador: Tribunal Pleno. Data do Julgamento: 11/06/1992).

Sobressai, então, com clareza, que é cabível o conhecimento de ADI pela Corte Estadual, mesmo que a norma constitucional estadual violada seja repetição de disposição da Carta Magna, cabendo, da decisão do Tribunal de Justiça, recurso extraordinário com fulcro no artigo 102, inciso III, da CRFB/88.

Destarte, revela-se plenamente possível a arguição de inconstitucionalidade, via processo objetivo de controle concentrado abstrato, perante o Tribunal de Justiça, mesmo quando o dispositivo violado for norma de repetição obrigatória da Constituição da República.

Portanto, se o Supremo Tribunal Federal tem a missão precípua de atuar como guardião da Constituição da República Federativa do Brasil, declarando a inconstitucionalidade de leis e atos normativos



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

que com ela conflitam, resta evidente que cabe a esse Colendo Sodalício Estadual atuar como guardião da Constituição do Estado do Espírito Santo, controlando a constitucionalidade das leis e atos normativos municipais ou estaduais com esta conflitantes.

## **II – INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL E MATERIAL**

A inconstitucionalidade de uma norma, de acordo com os ensinamentos solidificados na perfeita doutrina pátria, pode ocorrer tanto pela violação substancial de preceitos da Lei Fundamental – *inconstitucionalidade material ou nomoestática*<sup>2</sup>, quanto pela não observância de aspectos técnicos no devido processo legislativo do qual derivou sua formação – *inconstitucionalidade formal, orgânica ou nomodinâmica*<sup>3</sup>.

Como leciona o Ministro Gilmar Ferreira Mendes<sup>4</sup>:

[...] costuma-se proceder à distinção entre inconstitucionalidade material e formal, tendo em vista a origem do defeito que macula o ato questionado. Os vícios formais afetam o ato normativo singularmente considerado, independentemente de seu conteúdo, referindo-se, fundamentalmente, aos pressu-postos e procedimentos relativos à sua formação. Os vícios materiais dizem respeito

---

<sup>2</sup> “Ocupa-se da análise dos elementos estruturais das normas jurídicas, prescindindo de seus elementos evolutivos a partir de um jogo de categorias teóricas”- Hans Kelsen.

<sup>3</sup> “A nomodinâmica estudaria o processo de criação e aplicação das normas jurídicas a partir de uma análise relacional de seus órgãos com a exterioridade dos conteúdos. A nomodinâmica é também alheia à história. Por esta razão, deve ser vista como uma análise diacrônica realizada no interior de uma sincronia” - Hans Kelsen.

<sup>4</sup> **MENDES**, Gilmar Ferreira. Controle de Constitucionalidade: aspectos jurídicos e políticos / Gilmar Ferreira Mendes. São Paulo: Editora Saraiva, 1990. p. 28.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

ao próprio conteúdo do ato, originando-se de um conflito com princípios estabelecidos na Constituição.

Com efeito, um ato jurídico inconstitucional é aquele cujo conteúdo ou forma se contrapõe, de maneira expressa ou implícita, ao conteúdo do preceito constitucional.

### **III – DO VÍCIO FORMAL**

#### **III. a) Do processo legislativo que culminou na Lei 5.155/2011**

O Projeto de Lei nº. 052/2010, de iniciativa do Chefe do Executivo Municipal de Vila Velha, que “Dispõe sobre alterações na Lei nº. 4.575, de 26 de novembro de 2007 – Plano Diretor Municipal”, foi encaminhado à Câmara Municipal com o escopo de ser aprovado pela casa legislativa.

Conforme justificativa do Chefe do Executivo Municipal, o Projeto de Lei em comento desenvolveu-se *“diante da necessidade de avanço no desenvolvimento sustentável de Vila Velha, torna-se necessária a mudança de áreas rurais por área urbana, com o objetivo de criar uma Zona Industrial, destinada aos investimentos de grande porte que surgiram no Município de Vila Velha”*.

Após ter sido encaminhado à Câmara Legislativa, o referido projeto recebeu 21 emendas, e foi aprovado contendo as seguintes alterações ao PDM: i) autorização de instalação de heliponto em todas as zonas urbanas do município (art. 43-B); ii) completa alteração do perímetro do Parque Natural Municipal de Jacarenema





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

(art. 104-B); iii) criação de 10 distritos industriais (art. 112-C), alguns deles potencialmente sobrepostos a áreas de interesse ambiental; iv) criação de Zona de Interesse Turístico – ZIT, com previsão de implantação de hotéis, bares e restaurantes, além de centro regional de comércio e serviços turísticos dentro da área de amortecimento do Parque Municipal de Jacarenema (arts. 112-D e 112-E); v) modificação da delimitação da área do Morro do Moreno (art. 350-A) e do Morro de Jaburuna (art. 350-B); vi) redefinição de diversos quadros do PDM, inclusive o de “Coeficientes de Aproveitamento do terreno – CA e Parâmetros Urbanísticos” e o de “Enquadramento das atividades permitidas por Zona Urbana e Zona de Especial Interesse.

Diante de substanciais modificações urbanísticas e ambientais do Plano Diretor Municipal, imperiosa seria a participação popular no processo de elaboração e aprovação do projeto de lei, conforme será demonstrado no tópico seguinte.

Cumprido destacar que, enquanto o projeto era elaborado pelo Executivo, não houve nenhuma audiência pública para que fosse oportunizada a participação popular.

Após ter sido encaminhado à Câmara Municipal, foram realizadas audiências públicas, sem, contudo, disponibilizar em tempo hábil os documentos relativos ao Projeto de Lei.

Destaca-se que, antes da realização da primeira audiência, foram encaminhados ofícios (em anexo), de lavra de representantes da sociedade (Conselho Comunitário de Vila Velha e Movimento Vida



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

Nova – MOVIVE), nos quais requereram a adoção das seguintes medidas: i) reencaminhamento do Projeto ao Executivo Municipal, para que este realizasse audiências públicas em seu âmbito, a fim de cumprir o exigido pelo art. 67, inc. III, da Lei Orgânica Municipal<sup>5</sup>; ii) agendamento de mais audiências públicas, a fim de que se esgotasse os questionamentos e esclarecimentos relativos ao Projeto de Lei; iii) manifestação do Conselho Municipal do Meio Ambiente.

Cumprе ressaltar que no decurso da primeira audiência pública, foi apresentada notificação recomendatória pelo Ilustre Promotor de Justiça, Dr. Luis Felipe Scalco Simão, na qual resalta a existência de vícios formais na elaboração do Projeto de Lei, razão pela qual sugeriu que o Projeto não fosse votado, e sim devolvido ao Executivo, para que este realizasse as adequações necessárias.

A despeito dos ofícios encaminhados pelos representantes da sociedade civil, bem como da notificação recomendatória feita pelo Promotor de Justiça, a Câmara Legislativa votou e aprovou a Lei Municipal nº. 5.155/2011, sem realizar quaisquer das medidas acima requeridas.

***III. b) Da violação ao princípio da democracia participativa, contido nos arts. 231, parágrafo único, inc. IV, e 236 da Constituição do Estado do Espírito Santo de 1989***

---

<sup>5</sup> **Art. 67** Para cumprir o disposto no artigo anterior, o Conselho Comunitário terá as seguintes prerrogativas:

**III** - opinar sobre projetos de lei de iniciativa do Poder Executivo, relacionados com as questões de interesse popular e comunitário;



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

A nova ordem constitucional estabelecida após a promulgação da Constituição Federal de 1988 não se coaduna mais com um Estado demissionário das prestações civilizatórias positivas em favor da coletividade.

Desta feita, o Estado democrático de direito que emerge com a nova ordem constitucional tem, obrigatoriamente, uma posição ativa na construção de uma sociedade livre, justa e solidária e, ainda, deve incentivar a participação da população nas decisões do poder.

Portanto, o princípio republicano inscrito no art. 1º da Constituição Federal, como forma institucional do Estado, deve ser aplicado em sua expressão máxima de que todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou **diretamente**.

Assim sendo, a nova forma de governo diz quem deve exercer o poder e como este se exerce. O poder emana do povo que o exerce por meio da democracia representativa e direta. Neste particular, **Paulo Bonavides** lembra que *"houve um ponto formal, porém, onde a Constituição da Quarta República avançou além das expectativas. E avançou como nenhuma outra em toda a história constitucional do Brasil republicano e federativo: o **das provisões da democracia direta**"*<sup>6</sup>.

O mesmo autor deixa registrado que *"democracia direta é o povo investido na amplitude real de seu poder de soberania, alcançando, pela expressão desimpedida de sua vontade regulativa, o controle*

---

<sup>6</sup> BONAVIDES, Paulo. Teoria do Estado. 4ª ed. Malheiros Editores. Brasil. 2003. p. 431.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

*final de todo o processo político. **Só o povo**, constituído, por conseguinte, em árbitro supremo, **confere legitimidade a todos os pactos e acomodações dos grandes interesses sociais conflitantes da sociedade complexa e pluralista**. O povo-ficção dos ordenamentos representativos cede lugar ao povo-realidade e concreção da democracia direta.*

***Só debaixo do controle dos mecanismos de consulta popular**, de operatividade sempre disponível perante questões controvertidas ou outras que não o sejam, mas aparelhadas de elevado grau de relevância, **onde a decisão soberana do povo se faz insubstituível para conferir legitimidade à ação governativa**, é que o funcionamento das Casas Legislativas poderá ainda sobreviver com a finalidade complementar ou subsidiária de adequação efetiva à vontade popular"<sup>7</sup>.*

Destarte, vale registrar, que o princípio da democracia participativa, corolário do princípio da gestão democrática, se encontra assegurado no art. 29, XII da Constituição Federal como um princípio que deve ser realizado na maior medida possível, segundo teoria de Robert Alexy "Los principios ordenam que algo debe ser realizado en La mayor medida posible, teniendo en cuenta las posibilidades jurídicas e fácticas"<sup>8</sup>.

---

<sup>7</sup> Op.cit.p. 435.

<sup>8</sup> Robert Alexy. Teoria de los Derechos Fundamentales Centro de Estudios Políticos y Constitucionales. Madrid 2002..p86

<sup>2</sup> Bonavides, Paulo Curso de Direito Constitucional 13ª Ed. Malheiros editores 2003, p. 283



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

Ainda nesse sentido, merecem destaque as observações de Maricelma Rita Meleiro, feitas quando da abordagem do tema “Princípio da Democracia Participativa e o Plano Diretor”:

“A afirmação de que o princípio democrático não pode atuar sem a presença da soberania popular se faz atualmente mais consistente com a concepção básica de que a formação da vontade estatal não se faz apenas com a atuação dos representantes do povo democraticamente eleitos. **Mais, a participação direta dos cidadãos é colocada na Constituição atual como uma das formas de realização da soberania popular. A democracia passa da atuação mediata do povo, para a promoção de comportamento imediato, evoluindo para o que se convencionou denominar de ‘democracia participativa’.**”<sup>9</sup>

Diante do exposto, temos que uma das formas de intervenção direta do povo nas decisões dos governantes se dá por força dos artigos 231, parágrafo único, inc. IV e art. 236 da Carta Estadual, senão vejamos:

Art. 231. **A política de desenvolvimento urbano**, executada pelo Poder Público Municipal conforme diretrizes gerais fixadas em lei, tem por objetivo ordenar o pleno desenvolvimento das funções sociais da cidade e garantir o bem-estar de seus habitantes.

Parágrafo único. **Na formulação da política de desenvolvimento urbano serão assegurados:**

IV - **participação ativa das entidades comunitárias** no estudo e no encaminhamento dos planos, programas e projetos, e na solução dos problemas que lhes sejam concernentes.

Ar. 236. Os planos, **programas e projetos setoriais municipais** deverão integrar-se com os dos órgãos e entidades federais e estaduais, garantidos **amplo conhecimento público e o livre acesso a informações a eles concernentes.**

---

<sup>9</sup> In: *Temas de Direito Urbanístico* - São Paulo, Imprensa Oficial do Estado: Ministério Público do Estado de São Paulo, 1999, p. 86.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

Vale lembrar, ainda, o que dispõe a Lei Orgânica Municipal, Lei nº. 01, de 25 de outubro de 1990, acerca da participação popular em matérias de relevante interesse social, senão vejamos:

**Art. 69 É indispensável a participação popular mediante a audiência pública:**

I - nos projetos de licenciamento que envolvam impacto ambiental e urbanístico;

II - nos atos que envolvam conservação, modificação do patrimônio arquitetônico, histórico, artístico ou cultural do Município;

**Parágrafo Único.** A audiência prevista neste artigo deverá ser divulgada em pelo menos um órgão de imprensa de circulação municipal, com, no mínimo, quinze dias de antecedência, e através de divulgação sonora, ou ainda de distribuição de panfletos.

Desta forma, a criação de políticas de desenvolvimento urbano está pautada na observância da democracia direta, em que a participação ativa das entidades comunitárias é pressuposto de validade de leis que dispõem acerca do desenvolvimento urbanístico dos municípios.

Sendo assim, **o planejamento participativo**, a partir da Constituição, não está submetido à vontade dos governantes, mas sim **é requisito obrigatório em todas as fases do processamento dos instrumentos de planejamento, como os planos urbanísticos.**

Lembrando as palavras de **Paulo Bonavides** já citadas, somente **debaixo do controle de consulta popular**, associado à aplicação dos instrumentos de política urbana (EIV e EIA), pode-se conceder legitimidade aos atos do executivo que aprovarem a instalação de empreendimentos ou atividades com efeitos potencialmente





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

negativos sobre o meio ambiente natural ou construído, o conforto ou a segurança da população.

Destaca-se, portanto, que ao alterar o PDM de Vila Velha, o legislativo municipal **não observou o princípio constitucional da democracia participativa**, uma vez que não abriu amplo debate à população e de associações representativas dos vários segmentos da sociedade.

Reforçando a tese ora em debate, vale trazer a colação o acórdão do Tribunal de Justiça do Rio Grande do Sul, lavrado nos autos da ADIN nº 70003026564, no qual se evidencia a importância da submissão do município ao princípio da democracia participativa assente na Constituição Federal e no Estatuto da Cidade (art. 29, XII, da Constituição Federal e artigos 2º, II, XIII - 4º, III, "f" e § 3º - 27, § 2º - 33, VII - 40, § 4º - 42, III - 43 a 45 - 52, VI da Lei nº 10.257/01:

AÇÃO DIRETA DE INCONSTITUCIONALIDADE. MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA. LEI 1.458/2000 QUE ESTABELE NORMAS SOBRE EDIFICAÇÕES NOS LOTEAMENTOS E ALTERA O PLANO DIRETOR DA SEDE DO MUNICÍPIO DE CAPÃO DA CANOA. INCONSTITUCIONALIDADE FORMAL. AUSÊNCIA DE PARTICIPAÇÃO DAS ENTIDADES COMUNITÁRIAS LEGALMENTE CONSTITUÍDAS NA DEFINIÇÃO DO PLANO DIRETOR E DAS DIRETRIZES GERAIS DE OCUPAÇÃO DO TERRITÓRIO, BEM COMO NA ELABORAÇÃO E IMPLEMENTAÇÃO DOS PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS QUE LHE SEJAM CONCERNENTES. VIOLAÇÃO AO §5º DO ART. 177 DA CARTA ESTADUAL. PRECEDENTES DO TJRS. EFICÁCIA DA DECLARAÇÃO EXCEPCIONALMENTE FIXADA, A TEOR DO ARTIGO 27 DA LEI Nº 9.868/99. Ação procedente TRECHOS DO ACÓRDÃO: "...grassa entendimento nesta Corte, no sentido de que as Leis Municipais do rio Grande do Sul que digam respeito à política urbana, em específico a elaboração do Plano Diretor, devem obedecer à condicionalmente da **publicidade prévia e asseguaração a participação de entidades comunitárias**, cuja orientação deve obediência ao estigma de instrumento idôneo à organização político-



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

administrativa em âmbito municipal, que lhe fora conferido pela Constituição Federal [...]. A norma constitucional não se satisfaz com a mera publicidade dos atos legiferantes, mas, sim, exige, em conformidade com a sua correta exegese, a **efetiva** participação dos representantes comunitários na sua progênie, mediante audiência pública, na qual serão consultados, pondo-se em debate os pontos controversos. O poder público não pode escapar a esta exigência, face ao caráter de diretriz basilar no âmbito municipal que toca ao Plano Diretor, servindo de linha mestra para o desenvolvimento na esfera do Município, sob, os aspectos geográficos, sociais, urbanístico e econômico, e que irá causar influência direta no modo de vida da população local. Eis a sua importância; [...] **A circunstância de ter, o Município, dado publicidade aos atos legislativo, no transcorrer da elaboração do Plano Diretor do município de Capão da canoa, tão-somente informando, via órgãos de imprensa, o seu conteúdo, não importa dizer que está satisfeito o requerido da participação das entidades comunitárias legalmente constituídas na edificação do Plano Diretor.** [...] E assiste razão ao insigne Procurador-Geral de Justiça, ao apontar ofensa ao princípio da democracia participativa. Não basta dar ampla publicidade se não for assegurada à comunidade a possibilidade de sua participação no planejamento urbanístico. No que pertine à Lei nº 1.458/2000, não foi assegurado debate com a população em audiência pública. A comunidade teve apenas a oportunidade de conhecer o assunto, sem nele poder interferir. Não há nenhuma ata, nos autos, relatando a participação popular no processo prévio de elaboração da lei questionada. Co exceção, foi anexada ata da reunião da Diretoria e Conselho dos Construtores e Incorporadores da Construção Civil de Capão da Canoa (fls. 190), parte altamente interessada nas edificações. Dessa forma, as declarações acostadas nas folhas. 364 e SS (documentos nº 5 a 18), **formalidades após a aprovação da lei impugnada, não comprovam, de forma suficiente, o atendimento ao princípio constitucional da democracia participativa,** de modo a demonstrar que a comunidade interessada nas edificações. Passo ao exame do outro argumento apresentado na inicial. Outrossim, em manifestação existente nos autos (fls. 227), o Arquiteto e Urbanista Cezar Augusto Cardoso Barcelos alerta; "Esta pressão está acontecendo a favor da especulação imobiliária, traduzida em índices não computáveis, muito acima da capacidade dos terrenos.[...] Parece-me claro que a alteração preconizada no Plano Diretor é indônea à produção de danos ao meio ambiente regional. [...] Daí que se a nova Lei Orgânica estabelecer regras que alteram a estrutura física do município, implicando riscos à higidez do meio ambiente,



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

impunha-se ao Poder Público Municipal (a fim de assegurar o direito a um meio ambiente ecologicamente equilibrado) a realização de um prévio Estudo de Impacto Ambiental – EIA, bem como o RIMA- Relatório de Impacto ao Meio Ambiente. [...] Não se trata de mera formalidade, mas cuida-se de instrumento hábil ao afastamento de qualquer dúvida acerca da implementação de um desenvolvimento sustentável, no qual deve prevalecer o interesse social sobre o interesse público".

Conforme trazido à baila, **não basta que o Poder Legislativo dê conhecimento do texto legal para a comunidade, é necessário que de fato se permita ao povo à participação no planejamento da cidade.**

O resultado do planejamento deve refletir no interesse público primário, ou seja, um instrumento técnico-jurídico que permita o desenvolvimento das cidades, preservando a qualidade de vida dos que ali residem. Qualquer ato em sentido contrario carece de legitimidade por não retratar o interesse da coletividade.

Diante do exposto, resta clarividente a violação ao princípio da democracia participativa, inserto nos artigos 231, parágrafo único, inc. IV, e 236 ambos da Constituição Estadual.

**IV – DO VÍCIO MATERIAL – VIOLAÇÃO AO PRINCÍPIO DO NÃO RETROCESSO SOCIAL EM CONCORRÊNCIA COM O ARTIGO 186, PARÁGRAFO ÚNICO, INC II, DA CONSTITUIÇÃO ESTADUAL**

A criação de distritos industriais sobrepostas em áreas de interesse ambiental (art. 112-C), a alteração do perímetro do Parque Natural Municipal de Jacarenema (art. 104-B) e a modificação da área do





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

Morro do Moreno e do Morro de Jaburuna (art. 350-A) constituem violação ao princípio do não retrocesso social. Nesta seara, J.J CANOTILHO leciona que o *“princípio do não retrocesso social ou princípio da ‘proibição da evolução reaccionária’ não é um princípio constitucional expresso, mas contribui para a densificação das normas e princípios constitucionais referentes aos direitos econômicos, sociais e culturais”*.

Desta feita, as áreas de interesse ambiental, anteriormente delimitadas pelo PDM não podem ser revogadas ou ignoradas para atender a interesses privados em detrimento de toda uma coletividade. A desconstituição de parte do Parque Natural Municipal de Jacarenema para que se dê espaço a zonas de interesse turístico, bem como a redefinição de áreas de interesse ambiental para que sejam implementados distritos industriais **caracterizam um retrocesso social inigualável**.

O art. 184 da Lei Orgânica do Município dispõe que a alteração ou supressão das unidades de conservação já existentes no município, somente poderá ser efetivada por meio de lei, sendo vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção.

No mesmo sentido, temos o que dispõe o artigo 225, §1, inc. III, da Constituição Federal:

**Art. 225.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

**§ 1º** - Para assegurar a efetividade desse direito, **incumbe ao Poder Público:**

**III** - definir, em todas as unidades da Federação, **espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, sendo a alteração e a supressão permitidas somente através de lei**, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Em correspondência, temos ainda o disposto no art. 186, parágrafo único, inc. III, da Constituição Estadual:

**Art. 186.** Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, impondo-se-lhes e, em especial, ao Estado e aos Municípios, o dever de zelar por sua preservação, conservação e recuperação em benefício das gerações atuais e futuras.

**Parágrafo único.** Para assegurar a efetividade desse direito, além do disposto na Constituição Federal, incumbe ao Poder Público competente:

**II** - definir espaços territoriais e seus componentes a serem especialmente protegidos, permitidas suas alterações e supressões somente através de lei, vedada qualquer utilização que comprometa a integridade dos atributos que justifiquem sua proteção;

Destaca-se que, para assegurar o direito ao meio ambiente ecologicamente saudável e equilibrado, se fez necessária a regulamentação da norma inserta nos artigos 225, §º, II, da CF, tal como no art. 186, parágrafo único, III da CE. Diante disso, criou-se a Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, Lei nº. 9.985/2000, na qual, em seu art. 22, § 7º, versa acerca da necessidade de lei específica para que se possa desafetar ou reduzir o limites de unidades de conservação, senão vejamos:

Art. 22. As unidades de conservação são criadas por ato do Poder Público.

**§ 7º A desafetação ou redução dos limites de uma unidade de conservação só pode ser feita mediante lei específica.**



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

Desta feita, a idéia subjacente à norma é impedir que sejam executados atos administrativos ou que sejam aprovadas emendas a leis que possam comprometer a integridade e os atributos ambientais das áreas já identificadas como unidades de conservação. Em outras palavras, impedir que seja violado o princípio do não retrocesso social.

A respeito do tema PABLO CASTRO MIOZZO leciona:

“Pois bem, do mesmo modo que se consignou que o Princípio da dignidade da pessoa humana é o vetor material fundamental que guia a ação estatal em termos de direitos e garantias fundamentais, afirma-se que o Princípio da proibição do retrocesso social, que é também um Princípio constitucional fundamental, pode (e deve) ser pensado como o vetor formal fundamental que norteia esta mesma atuação. Por conseguinte, a proibição do retrocesso caracteriza-se por funcionar como um superprincípio de proteção e realização (garantia ambivalente) dos direitos fundamentais. Ou seja, o sentido bivetorial aqui pretendido da proibição do retrocesso representa (um)a metafundamentalidade formal que limita e dirige o modo através do qual o Estado vai realizar o princípio da dignidade da pessoa humana, e conseqüentemente a ampla gama de direitos fundamentais de todas as dimensões, previstos implícita ou explicitamente na Constituição da República. Note-se que esta bimetafundamentalidade está expressamente prevista no enunciado do Título II da Constituição dos “direitos e garantias fundamentais”

O Legislativo é “atingido” em sua liberdade de conformação quando da criação normativa, tanto no que diz respeito ao conteúdo das normas efetivamente emanadas, que não poderão ir de encontro aos direitos fundamentais, bem como no que toca à possibilidade de deixar de confeccionar normas”.<sup>10</sup>

No mesmo sentido, o Tribunal Regional Federal da 2ª Região no Acórdão 2002.02.01.0203408-5, delimitou o campo de construção legislativa do Município, quando da elaboração do plano diretor, o

---

<sup>10</sup> MIOZZO, Pablo Castro, artigo denominado O Princípio da Proibição do Retrocesso Social e sua Previsão Constitucional.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

que deve ser feito sob a égide do princípio do não retrocesso social, ou seja, **no âmbito de sua competência legislativa o legislativo municipal pode alargar a proteção ambiental já conferida em normas anteriores e superiores, entretanto, NÃO PODE RESTRINGÍ-LA.**

É a íntegra do acórdão referenciado:

**“DIREITO AMBIENTAL. LOTAMENTO E URBANIZAÇÃO PREVISTO EM PLANO DIRETOR DO MUNICÍPIO DE VITÓRIA. LICENÇA PARA CONSTRUÇÃO. ATERRAMENTO DE ÁREA ENQUADRADA COMO ÁREA DE MANGUE. SUPREMACIA DA CONSTITUIÇÃO E DO CÓDIGO FLORESTAL. INEXISTÊNCIA DE DIREITO ADQUIRIDO DE POLUIR.** Preliminares superadas. [...] No Mérito o exercício do direito de propriedade sofre limitação constitucional. Incidência, no caso concreto, das normas previstas nos artigos 23, VI e VII, 24 VI, 30, II e 225 da CRFB/88. **O parcelamento ou loteamento do solo urbano, pelo Município, deve observar a proteção, definida em lei, às áreas de preservação ecológica. O Município, ao editar Plano Diretor e definir quais as áreas de zoneamento urbano, pode, no âmbito de sua competência legislativa suplementar, alargar a proteção ambiental, sendo-lhe vedado restringi-la.** A área em questão foi considerada, conforme prova pericial, terreno de mangue, e é objeto de proteção conforme o art. 2º da Lei federal nº 4.771/65 (Código Florestal). **A concessão à 1ª apelante de licença de construção da infra-estrutura do loteamento “Bairro Jabour”, pelo Município, permitindo-lhe o aterramento de área de preservação permanente, não cria direito adquirido de poluir. Inexistência de licença ambiental ou de estudo de impacto ambiental.** Apelações improvidas (TRF 2º R;AC 2002.02.01.0234408-; Sétima Turma Especializada; Rel. Des. FED. Theophilo Miguel, Julg. 06/06/2007. DJU 01/08/2007; p 139).

Urge, pois, que se restabeleça o direito fundamental da presente geração a viver numa cidade que prima pelo desenvolvimento sustentável, suspendendo os efeitos da Lei em comento por afronta aos artigos 186, 231 e 233 da Constituição Estadual e arts. 182 e 225 da Constituição Federal.



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

**V – DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA PRETENDIDA**

Resta patente que o princípio constitucional básico do direito à tutela jurisdicional assegura, também, ao jurisdicionado, o direito a uma sentença potencialmente eficaz, capaz de evitar dano irreparável a direito relevante.

Nestes termos, não se pode olvidar que inexistente no ordenamento jurídico pátrio direito mais relevante do que aquele relacionado com o respeito ao nosso ordenamento fundamental, consubstanciado nas Constituições Republicana e Estadual.

Urge salientar que, na presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, não se almeja a análise de um caso concreto, mas sim de legislação em tese, com o escopo de declarar sua inconstitucionalidade em face da Carta Política Estadual, extirpando do mundo jurídico lei que com esta conflite.

Destarte, necessário se faz a concessão antecipada dos efeitos da tutela pretendida na presente Ação Direta de Inconstitucionalidade, com espeque no art. 10 e seguintes da Lei nº 9.868/99, c/c artigo 273 do Estatuto Adjetivo Civil, pelos fundamentos adiante demonstrados:

O primeiro requisito imprescindível à concessão da tutela satisfativa *in limine litis*, o *fumus boni iuris*, é facilmente constatado ao demonstrar-se que copiosas doutrina e jurisprudência não admitem a mitigação da participação popular na elaboração do Plano Diretor Urbano, em



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

clara violação ao disposto nos artigos 231, parágrafo único, IV e artigo 236, ambos da Constituição Estadual.

Já o segundo requisito - *periculum in mora*, verifica-se em razão do dano que pode ser causado ao interesse público, no que tange ao direito constitucional ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, tendo em vista a transformação de áreas de interesse ambiental em Zonas de Interesse Turístico ou em Distritos Industriais.

Sobressai, por oportuno, a lição de Luiz Rodrigues Wambier<sup>11</sup>:

A expressão *fumus boni iuris* significa aparência de bom direito, e é correlata às expressões cognição sumária, não exauriente, incompleta, superficial ou perfunctória. Quem decide com base em *fumus* não tem conhecimento pleno e total dos fatos e, portanto, ainda não tem certeza quanto a qual seja o direito aplicável. Justamente por isso é que, no processo cautelar, nada se decide acerca do direito da parte. Decide-se: se A tiver o direito que alega ter (o que é provável), devo conceder a medida pleiteada, sob pena do risco de, não sendo ela concedida, o processo principal não poder ser eficaz (porque, por exemplo, o devedor não terá mais bens para satisfazer o crédito).

Está última característica de que acima se falou (o risco) é o que a doutrina chama de *periculum in mora*. É significativa da circunstância de que ou a medida é concedida quando se a pleiteia ou, depois, de nada mais adiantará a sua concessão. O risco da demora é o risco da ineficácia.

De fato, o *fumus boni iuris* e o *periculum in mora* são requisitos para a propositura de ação cautelar; são requisitos para a concessão de liminar; e são, também, requisitos para a obtenção de sentença de procedência.

Verifica-se que potencial dano decorre da demora no trâmite da ação, de modo que, não sendo suspensa a vigência das normas em

---

<sup>11</sup> **WAMBIER**, Luiz Rodrigues; **ALMEIDA**, Flávio Renato Correia de e **TALAMINI**, Eduardo, *in Curso Avançado de Processo Civil – Processo Cautelar e Procedimentos Especiais*, 5ª ed. vol. 3, rev., atual. e ampl., 2ª tir. – São Paulo: RT, 2004.





**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

apreço, os titulares do bem jurídico protegido (a sociedade) poderão sofrer com a irreparabilidade ou a difícil reparação desse direito ou, até mesmo, estarem obrigados a suportar os efeitos oriundos da demora da decisão judicial.

Desta forma, assaz urgente a concessão da medida liminar por esse Colendo Sodalício, a fim de se extirpar do cenário jurídico a Lei Municipal nº. 5.155/2011, do Município de Vila Velha, e obstar a clarividente lesão às áreas de proteção ambiental do município, o que vem a ferir o direito coletivo ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, posto cabalmente comprovada a inconstitucionalidade da lei ora impugnada.

## **VI – DOS PEDIDOS**

*Ex positis*, o Procurador-Geral de Justiça requer:

- a) A suspensão liminar da vigência da Lei nº. 5.155/2011, do Município de Vila Velha, nos termos do artigo 169, alínea “b”, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - RITJES e do artigo 12 da Lei 9.868/1999;
- b) A notificação do Presidente da Câmara e do Prefeito Municipal de Vila Velha, para os fins previstos no artigo 169, alínea “a”, do Regimento Interno do Tribunal de Justiça do Estado do Espírito Santo - RITJES;
- c) E, por derradeiro, seja a presente Ação Direta de Inconstitucionalidade julgada procedente, declarando-se a



**MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO**  
**Procuradoria Geral de Justiça**

---

inconstitucionalidade da Lei Municipal nº. 5.155/2011, do Município de Vila Velha, adotando-se as providências necessárias para que cessem, *ex tunc*, todos os seus efeitos.

**VII – VALOR DA CAUSA**

Dá-se à presente causa, por força de expressa disposição legal, o valor de R\$ 100,00 (cem reais).

Pede deferimento.

Vitória, 15 de setembro de 2011.

**FERNANDO ZARDINI ANTONIO**  
**PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA**